

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS**

EMITIDO EM 04/08/2026 12:47

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 25/03/2026

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor: LARISSA MACIEL SILVA		Matrícula: 20241004623 (<i>identificador</i>)
Telefone:		
Identidade: 3634116 - SSP/PI	CPF:	E-mail: larymaciel1904@gmail.com
Orientador: JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Membro da banca: CARLOS ROBERTO CARVALHO DAROZ	CPF: 006.227.307-89	E-mail: cdaroz@yahoo.com.br
Membro da banca: FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca: JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Data da Defesa: 25/03/2026	Titulação: Mestre	
Título:	TECIDOS DE PODER: OS UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS ENTRE 1908-1951	
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI	CNPJ: 6517387000134
Afiliação:	CNPJ:	
Palavras-chave: Exército Brasileiro; História Militar; Missões Militares; Uniformes.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documentoLiberação para publicação: **Total**

Documento assinado digitalmente

LARISSA MACIEL SILVA

Data: 04/08/2026 12:50:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **197f62069f**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

LARISSA MACIEL SILVA

**TECIDOS DE PODER: OS UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS
INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS ENTRE 1908-1951**

TERESINA
2026

LARISSA MACIEL SILVA

**TECIDOS DE PODER: OS UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS
INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS ENTRE 1908-1951**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do título de Mestra em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo.

TERESINA
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

S586t Silva, Larissa Maciel.
Tecidos de poder : os uniformes do exército brasileiro e as influências estrangeiras entre 1908-1951 / Larissa Maciel Silva. -- 2026.
215 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de PósGraduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
“Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo”.

1. Exército brasileiro. 2. História militar. 3. Missões militares. 4. Uniformes. I. Araújo, Johny Santana de. II. Título.

CDD 355.00981

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

LARISSA MACIEL SILVA

**TECIDOS DE PODER: OS UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS
INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS ENTRE 1908-1951**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do título de Mestra em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOHNY SANTANA DE ARAUJO**
Data: 05/04/2026 21:14:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Johny Santana de Araujo – UFPI
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO**
Data: 05/04/2026 22:08:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – UFPI
Examinador (a) Interno (a)

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ROBERTO CARVALHO DAROZ**
Data: 06/04/2026 16:09:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daroz – ULB
Examinador (a) Externo (a)

Dedico este trabalho a Deus e a Nossa Senhora; ao meu orientador, Johny Santana, aos meus pais, Matias e Francisca, e ao Pedro Henrique, Leideday, Maria Clara, pelo apoio e incentivo ao longo desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi uma jornada desafiadora e profundamente enriquecedora, marcada por descobertas, superação e amadurecimento intelectual e pessoal. Essa trajetória não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de pessoas especiais, às quais expresso minha mais sincera gratidão. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, Nossa Senhora e a Divina Santa Cruz, por terem me abençoado e guiado ao longo desse percurso, fortalecendo minha fé e me concedendo ânimo nos momentos de dúvida e cansaço.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Johny Santana de Araújo, registro meu mais profundo agradecimento. Sua confiança no meu potencial, quando eu mesma duvidei, foi crucial para que essa dissertação se concretizasse. Obrigada pela escuta generosa, pelos diálogos sempre frutíferos, por me motivar a escrever e seguir nessa temática que, a princípio, me parecia distante. Sua presença firme, acolhedora e inspiradora foi um verdadeiro porto seguro. Levo comigo, com carinho e admiração, o exemplo de sua seriedade acadêmica, sensibilidade e parceria.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, que viabilizou a dedicação integral à pesquisa e permitiu que esse trabalho fosse desenvolvido com cuidado e profundidade necessários.

Aos meus pais, Matias e Francisca, minha eterna gratidão por todo suporte e educação dedicados a mim ao longo da vida. Foram vocês que me constituíram enquanto sujeito no mundo, que me ensinaram o valor da responsabilidade e do conhecimento. Ao meu irmão, Pedro Henrique, agradeço por me acompanhar, literalmente, em cada etapa dessa caminhada, jamais esquecerei as inúmeras vezes que foi à UFPI apenas para me deixar ou buscar, gesto simples, mas repleto de carinho e cumplicidade.

À Leideday, agradeço por estar comigo ao longo de tantos anos, sendo presença constante mesmo quando a distância física se impôs. Obrigada pela calma em momentos de ansiedade, pelos conselhos sábios e pelas inúmeras leituras e correções aos meus trabalhos, sempre feitas com generosidade e atenção. Sua ajuda foi decisiva para que esse sonho se tornasse possível. Você é mais do que família, é meu apoio incondicional e fonte de afeto que me sustenta nos momentos mais desafiadores.

Ao João Victor, agradeço por estar ao meu lado desde os primeiros momentos da seleção até os dias intensos de escrita. Sua presença foi essencial em cada etapa desse percurso. Sou grata pelo incentivo constante aos estudos, por ler meus trabalhos com atenção e por me oferecer apoio emocional e intelectual nos momentos em que mais precisei. Você é parte

fundamental desta conquista. Ter você ao meu lado tornou essa jornada mais leve, possível e significativa.

À Maria Clara, com quem compartilho laços de amizade desde os tempos do ensino fundamental, meu agradecimento afetuoso por ter sido abrigo em meio às turbulências. Durante o mestrado, seus gestos de cuidado, suas palavras de carinho e consolo me alcançaram. Nossas conversas foram bálsamos que suavizaram o peso dessa caminhada.

À Luana, que me acompanhou nesse processo sendo fonte constante de incentivo e motivação. As conversas encorajadoras, a escuta atenta e o suporte proporcionado ao longo do percurso foram fundamentais para a realização e a finalização deste trabalho. Agradeço também pelas leituras e correções aos meus trabalhos que enriqueceram esta pesquisa.

Ao Coronel Nacer, registro meus sinceros agradecimentos pela cordial recepção no Museu Militar Conde de Linhares. Mesmo diante de uma agenda intensa, não hesitou em me receber com atenção e gentileza, demonstrando interesse e apoio ao meu trabalho. Sua disponibilidade para conversar, orientar e compartilhar fontes foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha banca composta pelo Prof. Dr. Carlos Daroz, da Universidade de Lisboa, pelo Prof. Dr. Gleison Monteiro e pelo Prof. Dr. Francisco Nascimento, que contribuíram de forma magistral para o aprimoramento desse trabalho, por meio de leituras, críticas e sugestões valiosas que ampliaram as possibilidades analíticas da pesquisa. Suas considerações foram fundamentais para o amadurecimento teórico e metodológico dessa dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, expresso minha gratidão pelos ensinamentos, pelas leituras instigantes e pelas contribuições à minha formação acadêmica. Particularmente, agradeço ao Prof. Dr. Alcides do Nascimento, Prof. Dr. Francisco do Nascimento, à Prof.^a Dr.^a Cláudia Fonteneles, ao Prof. Dr. Fábio Leonardo e ao Prof. Dr. Gleison Monteiro, cujas aulas e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e do meu olhar historiográfico.

Aos meus colegas da 20^a turma de mestrado em História do Brasil (PPGHB/UFPI), meu sincero agradecimento. Em especial, à Manu, pela doce amizade, pelo carinho e pelas conversas acolhedoras; ao Clecionarton, pela parceria e risos em plenas aulas, ambos foram verdadeiros alentos em meio ao turbilhão de emoções do curso, assim como colegas de seminário, com quem dividi aprendizados e inquietações.

À querida Lara, colega de orientação, sou grata pelas conversas construtivas sobre a escrita da dissertação e pela parceria em seminários. Ao Mário e ao José Hilário, agradeço pelas inúmeras caronas para que eu retornasse em segurança até minha casa. Enfim, a todos os

colegas da turma que, de diferentes maneiras, contribuíram e estiveram comigo nessa caminhada, deixo minha profunda gratidão. Levarei comigo, com carinho, as experiências vividas ao longo dessa trajetória.

Por fim, a mim mesma. Por ter acreditado nos meus sonhos, mesmo nos momentos em que tudo parecia desabar. Por não ter desistido diante das dificuldades, por ter enfrentado as tormentas internas e externas com coragem, quando estas pareciam insuperáveis. Agradeço à mulher que me tornei ao longo desse processo, por ter persistido, por ter aprendido a acolher as próprias fragilidades e, ainda assim, seguir em frente com determinação. Esse trabalho também é prova da minha resistência, da minha entrega e da minha capacidade de transformar desafios em crescimento. Que eu nunca esqueça a força que me trouxe até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a indumentária militar brasileira, suas insígnias e seu papel no fortalecimento identitário do exército brasileiro entre 1908 e 1951. A investigação se estrutura em torno das seguintes questões: Quem foram os responsáveis pelo design dos uniformes? Quais padrões estéticos e funcionais (alemão, francês e norte-americano) influenciaram os uniformes do Exército Brasileiro? Como os uniformes contribuíram para a percepção pública do Exército? O referencial teórico baseia-se em Pierre Bourdieu (1989), Diana Crane (2006), Piero Leirner (1997), Gustavo Barroso (1922) e Celso Castro (2021) para o entendimento das noções de poder simbólico, moda, nacionalismo, guerra, Exército Brasileiro, respectivamente. A metodologia adota uma abordagem historiográfica qualitativa, enfatizando as fontes documentais, iconográficas e orais. Por fim, a relevância da pesquisa justifica-se pela análise dos uniformes do Exército Brasileiro como construção de identidade e representação do poder visual e dos valores da instituição.

Palavras-chave: Exército Brasileiro; História Militar; Missões Militares; Uniformes.

ABSTRACT

This research analyzes Brazilian military uniforms, their insignia, and their role in strengthening the identity of the Brazilian army between 1908 and 1951. The investigation is structured around the following questions: Who was responsible for designing the uniforms? What aesthetic and functional standards (German, French, and American) influenced the uniforms of the Brazilian Army? How did the uniforms contribute to the public perception of the Army? The theoretical framework is based on Pierre Bourdieu (1989), Diana Crane (2006), Piero Leirner (1997), Gustavo Barroso (1922) e Celso Castro (2021) for understanding the notions of symbolic power, fashion, nationalism, war, and the Brazilian Army, respectively. The methodology adopts a qualitative historiographical approach, emphasizing documentary, iconographic, and oral sources. Finally, the relevance of the research is justified by the analysis of Brazilian Army uniforms as a construction of identity and representation of the visual power and values of the institution.

Keywords: Brazilian Army; Military History; Military Missions; Uniforms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uniformes dos Generais do Estado Maior (1908)	39
Figura 2 - Corpos Arregimentados em 1908	42
Figura 3 - Quatro Armas em 1908	44
Figura 4 - Cavalaria, engenharia e artilharia em 1908	45
Figura 5 - Alunos Escola Militar em 1908	48
Figura 6 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1910 a 1911	59
Figura 7 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1913.....	62
Figura 8 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1914.....	66
Figura 9 - Uniformes de Campanha em 1914.....	69
Figura 10 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1915.....	79
Figura 11 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1916.....	82
Figura 12 - Uniformes de Campanha em 1917.....	95
Figura 13 - Uniformes de Parada em 1917.....	96
Figura 14 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1918.....	97
Figura 15 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1920.....	101
Figura 16 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1921.....	104
Figura 17 - Uniformes de parada 1921.....	109
Figura 18 – Uniformes do Exército Brasileiro em 1921-1922	115
Figura 19 - Góis Monteiro e o Estado-Maior do Exército Revolucionário do Rio Grande do Sul	120
Figura 21 - Soldados durante a Revolução de 1930	121
Figura 22 – Croqui uniformes dos oficiais em 1932 - 4º uniforme, modelo de pelerine, 11º e 13º uniforme	122
Figura 23 – Croqui uniforme dos oficiais em 1932 - 16º e 17º uniforme e capote verde-oliva	123
Figura 24 - Croqui túnica, boné e gorro em 1932.....	124
Figura 25 – Croqui insígnias em 1932 - Aspirante, 2º e 1º Tenente e Capitão	125
Figura 26 – Croqui insígnias em 1932 - 2º e 1º Tenentes Comissionados, Major, Tenente Coronel e Coronel	126
Figura 27 – Croqui insígnias em 1932 - General de Brigada, General de Divisão e Marechal	126
Figura 28 – Croqui uniforme do Sargento em 1932	127
Figura 29 – Militares durante curso da Escola do Estado Maior do Exército	134
Figura 30 - Tropas do Exército durante treinamento	139
Figura 31 - Soldados da FEB.....	140
Figura 32 - Uniforme do capitão, cabo e capelão da FEB	142
Figura 33 - Uniforme do soldado e sargento da FEB	144
Figura 34 - Uniformes de 2º tenente, cabo e soldado da FEB.....	149
Figura 35 - Uniforme de inverno da FEB.....	150
Figura 36 - Uniformes do maqueiro, soldado e sargento da FEB.....	152
Figura 37 - É mais fácil uma cobra fumar.....	156
Figura 38 - Senta a pua!	161

Figura 39 - Alunas do Curso de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército em treinamento	170
Figura 44 - Enfermeira Lúcia Osório com o uniforme oficial criado para as enfermeiras da FEB	171
Figura 40 - Enfermeira Elza Cansação ao lado de sua mãe Aristheia antes de embarcar para a Itália	173
Figura 41 - Virgínia Portocarrero com fardamento da FEB	177
Figura 42 - Virgínia e enfermeiras em frente à ambulância alemã	178
Figura 43 - Croqui de complementos dos uniformes para as enfermeiras da FEB	180
Figura 45 – Croqui uniformes dos oficiais em 1951 - 1º ao 4º uniforme	185
Figura 46 – Croqui uniformes dos oficiais em 1951 – 6º e 8º uniforme, quepe, insígnia, capote e capa ideal	186
Figura 47 – Croqui uniforme dos subtenentes e sargentos em 1951 - 3º, 4º uniforme e capacete	187
Figura 48 – Croqui uniforme dos cabos e soldados em 1951 - 6º, 7º e 8º uniforme	188
Figura 49 – Croqui insígnias em 1951	190

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. <i>ETHOS</i> MILITAR: OS FIOS DA HIERARQUIA	10
2.1. AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO	10
2.2. UMA INSTITUIÇÃO ESTRUTURADA HIERARQUICAMENTE: O ESPÍRITO MILITAR BRASILEIRO	24
3. ENTRE COSTURAS E BATALHAS: O FARDAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1908-1939)	37
3.1. O CÁQUI E AS ALTERAÇÕES ENTRE 1908 E 1913.....	37
3.2. OS UNIFORMES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918).....	64
3.3. OS UNIFORMES NA MISSÃO MILITAR FRANCESA: DÉCADA DE 1920 ...	99
3.4. OS UNIFORMES NA ERA VARGAS: DÉCADA DE 1930	120
4. AGORA A COBRA VAI FUMAR: OS UNIFORMES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	138
4.1. A SEGUNDA PELE DA FEB E A INFLUÊNCIA DOS EUA	138
4.2. “GAFANHOTOS DE VERDE-OLIVA”: AS ENFERMEIRAS DA FEB	170
4.3. MUDANÇAS NOS UNIFORMES PÓS-GUERRA: O DECRETO N. 30.163....	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
6. REFERÊNCIAS.....	204

1. INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, o Brasil foi amplamente influenciado pelos sistemas militares da Alemanha, França e Estados Unidos, tanto em aspectos materiais, organizacionais, táticos quanto psicológicos. Antes da Primeira Guerra Mundial, havia uma forte influência alemã; a partir disso e entre os dois grandes conflitos, foi a vez da doutrina francesa, e, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana se tornou marcante (McCann, 2007).

Durante esse período, os uniformes do Exército Brasileiro seguiram a “moda europeia”, particularmente a francesa, que ditava a “moda militar” no período. O Brasil incorporou os casacos azul-marinho e as calças vermelhas, elementos icônicos do uniforme francês. No entanto, em 1914, os franceses modificaram seu uniforme de campanha para um tom cinza-azulado, em razão do grande número de baixas provocadas pela visibilidade dos uniformes anteriores no campo de batalha. Esta alteração ajudou a camuflar-se com o terreno e a vegetação, uma adaptação que se manifestou nos uniformes utilizados por outros exércitos, incluindo o brasileiro (Naccer, 2007).

No Brasil, a progressão dos uniformes militares também foi caracterizada por alterações regulatórias. O decreto n. 6.971, de 1908, promoveu uma reformulação total no Exército Brasileiro, inaugurando um período de mudanças, tanto na estrutura da instituição quanto na sua vestimenta (Barroso, 1922). Vários decretos, ao longo do século XX, alteraram a doutrina operacional do Exército e os uniformes de seus membros. Por exemplo, o decreto n. 30.163 de 1951 estabeleceu normas para a produção e utilização de uniformes, com o objetivo de prevenir confusões com os uniformes de outras corporações e organizações.

Esses dois decretos se constituem enquanto balizas temporais, representando marcos relevantes para a pesquisa. Nesse intervalo temporal houveram transformações na doutrina militar, influenciadas pelas missões estrangeiras que colaboraram para a modernização das forças armadas brasileiras.

O objeto deste estudo são os uniformes do Exército Brasileiro de 1908 a 1951, levando em conta as alterações na vestimenta. À vista disso, busca-se investigar como os uniformes contribuíram na construção da identidade militar e no fortalecimento do espírito corpo na instituição. A problemática da pesquisa gira em torno de questionamentos como: quem foram os responsáveis pelo design dos uniformes? Quais padrões estéticos e funcionais (alemão, francês e norte-americano) influenciaram os uniformes do Exército Brasileiro? Como os uniformes contribuíram para a percepção pública do Exército?

A pesquisa surge da proposta de integrar a história da moda com a história militar, abordando o uniforme na construção da identidade militar. Para a justificativa pessoal, faz-se necessário retornar a monografia defendida na conclusão da graduação em História no ano de 2022, cujo objeto era a moda feminina na cidade de Teresina na década de 1960, e foi orientada pelo Prof. Dr. Johny Santana de Araújo. Ao concluir essa etapa acadêmica, iniciou-se conversas entre a pesquisadora e seu orientador, a respeito da possibilidade de participação na seleção de mestrado, o que levou à junção entre a história da moda e a história militar, com a ideia de investigar a indumentária do Exército Brasileiro.

A relevância acadêmica deste trabalho encontra-se na história brasileira, especialmente a história militar do Exército Brasileiro, ao investigar como as vestimentas dessa instituição, alinhadas com os costumes, valores e normas, tornaram-se também ícones visuais de cultura, identidade e poder no âmbito das Forças Armadas.

A escassez de estudos acadêmicos focados nesse aspecto ressalta a necessidade de explorar mais profundamente essa temática, contribuindo para a verticalização do campo ao considerar a indumentária militar como parte integrante do patrimônio cultural e histórico brasileiro.

No tocante a metodologia e fontes, a pesquisa baseia-se em uma abordagem historiográfica qualitativa para a obtenção das informações, com ênfase na análise de fontes documentais e orais, além das iconografias, obras e artigos científicos, que contribuirão para identificar a evolução dos uniformes do Exército Brasileiro entre 1908 e 1951.

A pesquisa utiliza a metodologia de análise documental, explorando os relatórios emitidos pelo Ministério da Guerra, com seus decretos e avisos. Esses documentos oferecem uma perspectiva oficial sobre as regulamentações e diretrizes institucionais que impactaram a confecção, uso e simbolismos dos uniformes militares. Nesse caso, foram utilizados os relatórios referentes aos anos de 1908 a 1940, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital¹.

Esses documentos foram lidos e analisados de forma sistemática, com o objetivo de identificar decretos, avisos e demais normativas que versassem sobre os uniformes e fardamentos do Exército Brasileiro. Entretanto, em razão da grande quantidade de informações, bem como do caráter minucioso e recorrente das alterações registradas, não foi possível mencionar e descrever todas as partes e modificações observadas. Assim, foi realizada uma

¹ <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/relatorio/720950>. Acesso em 06/01/2026

seleção dos elementos considerados mais importantes, sem comprometer a compreensão das diretrizes gerais que orientaram a política de uniformização.

Outrossim, a pesquisa utiliza fotografias, croquis e outras representações visuais dos uniformes localizados em obras e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O trabalho com essas fontes iconográficas conta com a abordagem teórica e estudos de Erwin Panofsky (1955), na medida em que permite uma análise de imagens visuais, a exemplo dos uniformes do Exército Brasileiro. Panofsky (1955) propôs uma abordagem em três níveis para a análise das imagens, a *descrição pré-iconográfica*, a *análise iconográfica* e a *interpretação iconográfica*, utilizada na pesquisa.

Além disso, a história oral apresenta-se através dos depoimentos colhidos no projeto *História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, coordenado por Aricildes de Moraes Motta (2001). Essa publicação conta com uma série de oito tomos, nos quais apresenta entrevistas e relatos de oficiais, marechais, majores, generais, coronéis, tenentes, capitães, enfermeiras, jornalistas e civis que atuaram na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. Assim, considera-se as contribuições de Thompson (1992), Voldman (2006), Portelli (1997), no tocante ao entendimento sobre a história oral.

Os depoimentos publicados nesse projeto fornecem informações sobre a percepção dos militares sobre os uniformes, seus usos e adaptações para o campo de batalha. Assim, pretende-se com essa fonte responder questionamentos sobre o fardamento na campanha italiana da Força Expedicionária Brasileira, a exemplo, “de que forma os uniformes refletiam as hierarquias e influenciavam a moral e o espírito de corpo? Como eram percebidas as influências estrangeiras?”

Obra que se constitui enquanto fonte, organizada pelo Gustavo Barroso, com aquarelas e documentação de José Wasth Rodrigues e publicada oficialmente no Ministério da Guerra, *Uniformes do Exército Brasileiro: 1730-1922*, apresenta um panorama dos uniformes militares brasileiro, com uma visão da evolução dos uniformes militares no Brasil desde o início até 1922.

Esta obra foi empregada tanto na análise das informações textuais quanto na avaliação das ilustrações presentes. A interseção entre texto e imagem possibilitou um entendimento mais abrangente das ideias e normativas associadas aos uniformes do Exército Brasileiro, permitindo a articulação de descrições técnicas com representações visuais.

Outras obras contribuíram para o entendimento da história e da cultura militar brasileira, como *O espírito militar* (2021), *Exército e nação* (2012), *A invenção do Exército Brasileiro* (2002), de Celso Castro e *Soldados da Pátria* (2007), de Frank McCann. Conjuntamente,

utiliza-se *Era dos Extremos* (1955), de Eric Hobsbawm para o estudo da Primeira e Segunda Guerra Mundial, entre outros trabalhos que auxiliam no embasamento do contexto histórico.

O referencial teórico articulou os conceitos de *habitus* e coesão social de Pierre Bourdieu (1989) para compreender como normas e valores foram incorporados no meio militar. A noção de identidade contrastiva de Piero Camargo Leirner (1997) para analisar a formação da identidade militar em relação a outros grupos sociais. Diana Crane (2006) para a compreensão do uniforme como elemento simbólico e comunicacional. Por fim, Celso Castro (2021) nas noções de *ethos* da caserna, espírito de corpo e identidade militar, destacando a importância das tradições e símbolos na consolidação do universo militar.

Portanto, a metodologia empregada para informações historiográficas apresenta processo de escolha, organização, análise e síntese das fontes mencionadas, bem como leituras recorrentes em busca de novas informações sobre a temática. Diante disso, opera-se com fontes documentais escritas, orais, iconográficas e bibliográficas, tratando de documentação de arquivos e materiais acadêmicos.

A estrutura final da dissertação apresenta-se dividida em três capítulos intitulados, respectivamente, *Ethos militar: os fios da hierarquia militar*; *Entre costuras e batalhas: o fardamento do Exército Brasileiro (1908-1939)*; *agora a cobra vai fumar: os uniformes na Segunda Guerra Mundial*.

O primeiro capítulo introduz a hierarquia militar. No tópico, *as influências estrangeiras no Exército Brasileiro*, aborda-se o impacto das influências externas na formação da identidade militar brasileira e a tentativa de modernização institucional. Por fim, *Uma instituição estruturada hierarquicamente: o espírito militar brasileiro*, observa-se a estrutura hierárquica do Exército e como os uniformes reforçam simbolicamente as relações de poder e disciplina interna.

O segundo capítulo analisa as transformações do fardamento do Exército Brasileiro durante o período de guerra e paz. A primeira seção, *o cáqui e as influências entre 1908 e 1914*, investiga o impacto do modelo alemão no período pré-Primeira Guerra Mundial. Em seguida, *os uniformes na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, analisa os uniformes no contexto do conflito global e as adaptações feitas para atender às exigências do campo de batalha. Os *uniformes na Missão Militar Francesa: década de 1920*, aborda-se os uniformes no panorama das alianças diplomáticas e o modelo francês. Por fim, *os uniformes na Era Vargas: década de 1930*, analisa as alterações depois que Getúlio Vargas assumiu o poder.

O terceiro capítulo analisa o fardamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, investigando as características dos uniformes e as adaptações

feitas para o teatro de operações europeu. No tópico, “*gafanhotos de verde-oliva*”: *as enfermeiras da FEB*, analisa os trajes femininos e sua funcionalidade no contexto militar. Já a seção, *mudanças nos uniformes pós-guerra: o decreto n. 30.163*, investiga a modernização contínua do Exército Brasileiro e os impactos de novas dinâmicas do pós-guerra.

2. ETHOS MILITAR: OS FIOS DA HIERARQUIA

2.1. AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A Proclamação da República, em 1889, reconfigurou o sistema político brasileiro e acarretou modificações nos uniformes do Exército Brasileiro. A aprovação do decreto n. 21, de 28 de novembro de 1889, alterou o plano de uniformes do Exército. De acordo com Gustavo Barroso (1922), fizeram voltar o antigo aspecto dos generais e do estado-maior, assim, segundo ele, os uniformes do começo da República foram melhores do que os do final da Monarquia. Os capacetes, alamares postiços e meias botas voltaram a integrar o vestuário militar. O panorama geral dos uniformes do Exército foi descrito da seguinte forma por Frank McCann (2007):

Oficiais e praças usavam fardamento inspirado nos dos exércitos francês e prussiano. A cor predominante era o azul-claro, às vezes com calças brancas, embora também houvesse uma farda branca. Como em outras partes, a ideia de um prático uniforme cáqui para uso em campanha estava ainda em um futuro distante. As divisas eram usadas na parte inferior da manga. Via de regra, em matéria de farda o Exército Brasileiro mantinha-se em dia com a moda “das nações mais avançadas”, como afirmava relatórios ministeriais. Oficiais e praças usavam cabelos compridos, e eram comuns bigodes de pontas viradas (McCann, 2007, p.43).

Os uniformes recebiam influências estrangeiras, a exemplo, francesa e prussiana, acompanhando o que era usado nas nações ditas mais “avançadas”, ou seja, seguia-se o que estava vigente dentro da noção civilizatória europeia. Além disso, observa-se que já havia uma ideia de uma farda cor de cáqui para as operações práticas em campo, mesmo as cores predominantes serem azul-claro e às vezes brancas. A cor cáqui também refletia a moda militar eurocêntrica e as tentativas de camuflagem. Por fim, percebe-se os cabelos e bigodes que compunham o visual dos militares da época.

Entretanto, Barroso (1922) pontua que com o segundo plano de fardamento da República em 1890, o Exército começa a sair do caminho natural de seguir suas próprias tradições, “datam daí os graves erros contra nossa indumentária militar, cujo resultado seria a perda quase completa das linhas, cores, traços, símbolos e emblemas que foram fundamentalmente nossos” (Barroso, 1922, p.68). Em 11 de junho de 1984, sob o decreto n. 1.729, Barroso ressalta que:

Cortou ao meio a evolução natural do fardamento brasileiro, revolucionando toda a indumentária nacional e estragando todas as nossas tradições. Com ele nasceu a horrível calça garance e o dólmã da cavalaria ligeira europeia,

imitado através da adaptação portuguesa, que foi imposto a todos os militares a pé ou a cavalo, com as agravantes da feiura e da impropriedade. Acompanhou o decreto um álbum de figurinos coloridos, aquarelados pelo desenhista checo Mucha, ignorante de tudo que diz respeito à nossa história militar. Os oficiais gerais adotaram de novo os bordados no peito e nos canhões dos de 1823. Os oficiais puseram nos quepes pequenas peras de metal, erradamente denominadas topes, horrível erro de cópia das bolas de lã com as cores nacionais dos *skakos* franceses; em pequeno uniforme, sabre curto e leve, ligeiramente curvo, de punho sem copo, guarda em S e bainha de couro, hoje dado aos sargentos da infantaria (Barroso, 1922, p.69).

Esse decreto aprovava o novo plano para os uniformes dos oficiais efetivos, reformados e praças do Exército, alunos das Escolas Militares, Colégio Militar, Inválidos da Pátria e Escola de Sargentos, introduzido peças como a calça garance, o dólmã inspirado na cavalaria ligeira europeia e elementos decorativos como os bordados no peito dos oficiais gerais e topes metálicos nos quepes, adaptados dos *skakos* franceses. Nesse sentido, nota-se que a adoção desses elementos demonstra um esforço de modernização em referências externas, criticados por Barroso, que acreditava que essas influências estrangeiras comprometem a identidade nacional das Forças Armadas.

Nesse mesmo ano foram lançados dois decretos que modificaram o plano de uniformes para o Exército. O decreto n. 1.834, de 4 de outubro de 1894 buscou padronizar o dólmã dos oficiais gerais, que passaram a ter três ordens de botões, e o bordado da gola, incluindo distintivos nos punhos confeccionados em fios de prata. A calça foi redefinida com pano mescla de listras e golas do mesmo tecido, decoradas com cadarço da cor do dólmã, que seria azul ferrete. Além disso, foram substituídos o tope dos capacetes por um penacho vertical em formato de chorão, em cores específicas para cada corpo militar, e houve a extinção do *shabrake* por uma badana garance com listra mescla.

No decreto de n 1.903, de 3 de dezembro de 1894, as meias botas de couro as Rússia foram substituídas por botinas inteiriças de bezerro ou verniz. Para os integrantes do corpo de engenheiros e de estado-maior de 1ª e 2ª classes, foi permitido o uso da antiga sobrecasaca aberta com calça azul de pano ou branca de brim, acompanhada por um colete das mesmas fazendas, em ocasiões de passeio ou serviços técnicos que não exigissem apresentação armada. Adicionalmente, a calça azul dos oficiais dos corpos especiais passou a apresentar duas listras de cadarço de lã preta ao longo das costuras exteriores. Anteriormente, a 1908, Barroso pontua outras alternâncias nos uniformes:

Em 1896, trocou-se o cinzento escuro das túnica da infantaria pelo azul-ferrete. A campanha de Canudos, mais tarde, apontou os graves defeitos do fardamento em voga e os soldados vestiram-se, em confusão, durante ela, uns

à gaúcha e outros à sertaneja. De 1903 datam os capacetes coloniais brancos empenachados e o dólmã para todas as armas. Desaparecem os bordados dos generais. Experimenta-se pela primeira vez o brim cáqui. As polainas são brancas. Em 1907, as grandes manobras repercutem favoravelmente em todo o país. A mocidade enverga, com grande entusiasmo, a farda de voluntário especial (Barroso, 1922, 70).

Barroso destaca que “pelo decreto n. 6.971, de 1908, sofre o Exército uma remodelação completa, da qual se deve datar uma nova evolução. Foi esse decreto fonte de nova transformação para melhor de nossa indumentária” (1922, p. 70). Assim, o decreto n. 7.201, de 26 de novembro de 1908, estabelece alterações no plano dos uniformes do Exército². Essas alterações demonstram os primeiros esforços de modernizar o fardamento do Exército nos anos iniciais da República que dialogam com a tentativa de integrar as inovações e modernidades internacionais com as tradições nacionais, ao tempo em que se precisa trazer distinção, praticidade e elegância às peças do vestuário.

O Brasil foi influenciado, ao longo de sua história, por diferentes tradições militares estrangeiras, adaptando-se às circunstâncias geopolíticas e aos interesses nacionais. Na primeira metade do século XX, o Brasil foi influenciado pelos sistemas militares da Alemanha, França e Estados Unidos, tanto em aspectos materiais, organizacionais, táticos quanto psicológicos.

Antes da Primeira Guerra Mundial, havia uma forte influência alemã; a partir disso e entre os dois grandes conflitos, foi a vez da doutrina francesa, e, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana se tornou marcante (McCann, 2020). Em concordância com McCann:

O fascínio pela modernização, confundido com europeização, levou o Exército brasileiro a buscar assistência externa. O Brasil não constituiu exceção neste particular. Os japoneses e turcos procuraram assessores alemães para organizarem exércitos modernos no final do século dezenove. Na América do Sul, a década de 1890 presenciou missões alemães remodelarem o Exército chileno, que chegou mesmo a ter como chefe de estado-maior um oficial germânico. Após a I Guerra Mundial, missões francesas dirigiram ou treinaram os Exércitos polonês e tcheco, assim como a Força Aérea nipônica. As potências europeias e depois os Estados Unidos viam as missões militares de instrução como parte da parafernália de sua política de relações exteriores. Logicamente a instrução conduziria à aquisição de equipamentos e armas, bem como ao aumento do comércio exterior em bases mais amplas. As potências estrangeiras valeram-se das missões militares para atrair as nações hospedeiras às suas esferas de influência. No processo incutiram suas ideias e pontos de vista no âmago dos governos anfitriões e as missões militares constituíram instrumento de penetração das grandes potências (McCann, 2020, p.83-84).

² As alterações nos uniformes, a partir deste decreto, serão detalhadas nos capítulos seguintes.

Esse trecho ressalta a modernização militar que, frequentemente, foi associada a uma europeização que privilegiava modelos estrangeiros em detrimento de soluções nacionais. No Brasil e em outras nações, como Japão, Turquia e Chile, a procura por ajuda externa era uma tentativa de atingir padrões contemporâneos, percebidos como emblemas de avanço e eficiência. Essas missões militares, inicialmente conduzidas por nações europeias e, posteriormente, pelos Estados Unidos, ultrapassaram o treinamento técnico. Contribuem para a influência política e econômica, incentivando não só a compra de equipamentos e armas, mas também a formação de doutrinas e o aumento da dependência estratégica das nações anfitriãs em relação às grandes potências.

No Brasil, essa dinâmica destaca a relação entre modernização, política internacional e o efeito das missões estrangeiras na construção da identidade militar. Nesse sentido, essas influências estrangeiras permeiam aspectos de “modernização, segurança, nacionalismo, organização da sociedade, relações civis-militares e política externa” (McCann, 2020, p.84).

As relações militares entre Brasil e Alemanha têm suas raízes na primeira década do século. A devastação das forças do Exército brasileiro em Canudos, em 1897, a desastrosa revisão da estratégia durante a crise do Acre, o risco de potências dominarem a Amazônia e a desconfiança em relação à Argentina geraram demandas entre comandantes militares e civis, incluindo Rio Branco, por reformas e reforço do Exército. (McCann, 2020).

Conforme Paulo Sérgio Pinheiro *et al.* (2006)³, em 1904 a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente, por causa da revolta que havia ocorrido e somente voltaria ser aberta em 1911 em Realengo, no Rio de Janeiro. Nesse ínterim, o ensino militar teria sido realizado em Porto Alegre, na Escola de Guerra. Entretanto, nesse momento também encontra-se os esforços do Marechal Hermes para modernizar o Exército, em que observa a tentativa de implementação da lei do sorteio⁴ e da reorganização do Exército. Contudo, a decisão de maior impacto “para o treinamento de oficiais foi sugerida pelo Ministro Rio

³ O tomo III O Brasil Republicano, volume 9, Sociedades e Instituições (1889-1930) foi produzido Paulo Sérgio Pinheiro, Duglas Teixeira Monteiro, Maria Tereza Schorer Petrone, José Murilo de Carvalho, Heloísa Rodrigues Fernandes, Jorge Nagle, Alfredo Bosi, Sérgio Lobo de Moura, José Maria Gouvêa de Almeida, Bolívar Lamounier, E. Bradford Burns, Boris Fausto, com introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda.

⁴ Como Ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes deu o grande impulso para a transformação do Exército. Em 1908 conseguiu passar, afinal, a lei do sorteio. [...]. Mas a Lei de 1908 não teve muito melhor sorte do que a de 1874. Como esta, não “pegou”. Nem mesmo o fato de o próprio Hermes ocupar a Presidência no quadriênio seguinte garantiu a aplicação da lei. Foram necessárias longas campanhas e a Guerra Mundial para que se conseguisse pô-la em prática (Pinheiro et.al, 2006, p.209).

Branco: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época” (Pinheiro *et al.*, 2006, p.215).

Rio Branco, na condição de ministro das Relações Exteriores, incentivou a reorganização do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, diante do quadro de hostilidade ao Brasil, por parte do ministro do Exterior argentino e temor de uma guerra entre as nações. Em vista disso, “ele conseguiu que o kaiser Guilherme II convidasse Hermes e o general Luís Mendes de Moraes, então comandante do 4º Distrito Militar (Rio de Janeiro, para assistir às manobras do Exército alemão em 1908” (McCann, 2007, p. 145).

A missão alemã não veio ao Brasil, mas foram enviadas três turmas de oficiais para a Alemanha, “uma em 1906, a segunda em 1908 e a última, 22 membros, em 1910, sofreram por dois anos o impacto da organização militar alemã” (Pinheiro *et al.*, 2006, p. 215). Esse último grupo que estagiou na Alemanha desempenhou um papel fundamental na introdução de práticas e pensamentos ao regressarem ao Brasil. A fundação do periódico *A Defesa Nacional* contribuiu para a difusão de práticas alemãs, introduzindo regulamentos, treinamentos e costumes que eram considerados modelos de eficiência e modernidade. Da mesma forma, defendeu medidas como o sorteio para o serviço militar, a educação militar, o afastamento do Exército da política e o reforçamento do conceito de defesa nacional como prioridade institucional (Pinheiro *et al.*, 2006).

Desde 1905 já eram enviados grupos de oficiais brasileiros para estagiar no regimento alemão e receber instruções militares. Outrossim, em 1908, ao decorrer desse evento na Alemanha o Ministro da Guerra brasileiro negociou um acordo para que houvesse uma missão alemã que instrísse os militares desta nação, que acabou por influenciar a tática, organização, costumes e armamentos do Exército Brasileiro (McCann, 2020).⁵

Os germânicos conseguiram uma vantagem significativa na disputa com os franceses devido à sua influência sobre o Exército brasileiro. Em 1909, a Krupp consolidou sua posição como fornecedora de artilharia ao enviar um segundo grupo de seis oficiais para servir por dois anos em regimentos alemães. No ano de 1910, ao embarcar o terceiro grupo, composto por 24 oficiais, os alemães já tinham escolhido os integrantes da missão para ir ao Brasil, cientes de

⁵ Apesar do número de oficiais enviados para treinamento na Alemanha ser relativamente pequeno, eles acabaram influenciando o pensamento da época com artigos publicados na *Revista Militar*, no *Boletim do Estado-Maior*, na *A Defesa Nacional* e em jornais, como o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro). Inclusive, ao retornarem para o Brasil, esse grupo ficou conhecido como “Jovens Turcos”, e buscavam reformar a mentalidade militar com a fundação da revista “*A Defesa Nacional*”, que tinha como objetivo divulgar ideias sobre a modernização do Exército e da nação. (McCann, 2020).

que poderiam contar com um núcleo de oficiais altamente qualificados formados na Alemanha (McCann, 2007).⁶

O estabelecimento da Escola Militar do Realengo em 1911 foi um momento crucial na construção do Exército Brasileiro. Ao contrário de sua predecessora, a nova instituição militar adotava um ensino majoritariamente técnico e militar, além de adotar uma disciplina interna estreitamente alinhada aos princípios castrenses. A chegada da Missão Indígena, um grupo de jovens instrutores com ideias inovadoras, muitos deles integrantes do grupo conhecido como "jovens turcos", inaugurou um novo período na Escola do Realengo em 1916. Essas figuras estabeleceram uma direção pedagógica que destacava a objetividade e a profissionalização, aspectos ausentes na formação anterior. De acordo com Juarez Távora, estudante da Escola entre 1917 e 1919, esses professores foram cruciais para modernizar o ensino das Armas e distanciar a Escola de posições políticas mais extremas (Pinheiro et. al., 2006).

Entretanto, a missão alemã não chegou a se concretizar, “o projeto foi, sobretudo, vitimado pela influência francesa sobre a elite brasileira e pela hábil diplomacia francesa” (McCann, 2007, p.145). Ademais, entre 1912 e 1914, havia uma disputa entre norte-americanos e alemães sobre a superioridade de suas armas (McCann, 2020).⁷ Os interesses dos Estados Unidos estavam voltados para o aumento de sua presença política e comercial na América Latina, como parte de sua estratégia para limitar as influências europeias. No entanto, os EUA escolheram não exercer uma pressão direta para substituir o treinamento alemão, mas deu prioridade à consolidação de laços no setor naval. Isso possibilitou à França ocupar o lugar que a Alemanha deixou em aberto.

A não consolidação da missão alemã no Brasil esteve relacionada com as limitações práticas impostas pela Primeira Guerra Mundial. O uso de suprimentos e armas alemãs se tornou insustentável por causa do bloqueio marítimo e da incapacidade da Alemanha em satisfazer as necessidades brasileiras em um contexto de conflito mundial. Dentro desse

⁶ Nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, os interesses dos militares norte-americanos, alemães, franceses e ingleses se colidiram no Brasil. Os contratos para o fornecimento de armas e equipamentos de fortificação eram disputados por essas nações. Além disso, em 1912, o embaixador militar dos Estados Unidos pressionava o Departamento de Estado a convidar oficiais do Exército e da Marinha do Brasil para realizar estágios na Escola de Artilharia de Costa, localizada em Fort Monroe, Virgínia. Os alemães e britânicos se sobressaíram na disputa pelo contrato para a instalação de um sistema defensivo no litoral brasileiro (McCann, 2020).

⁷ Os norte-americanos sugeriam que o Brasil estava apreensivo em comprar material bélico que não fosse da Alemanha e que o Presidente Hermes da Fonseca estava envolvido com as promessas alemãs. Adicionalmente, circulavam boatos de que a Krupp havia subornado membros da comissão de escolha de armas e tinham conseguido cópias dos projetos das fortificações do Brasil, antes mesmo de se firmarem acordos de vendas de armamento (McCann, 2020).

panorama, destacou a fragilidade logística de uma relação militar tão próxima possibilitando a expansão da influência de outras nações, em particular os Estados Unidos e a França.

O Brasil rompeu com “as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, em 11 de abril de 1917, em razão do torpedeamento, durante a noite de 3 para 4 de abril de 1917, do navio mercante brasileiro Paraná” (Araújo, 2022, p.6). Esse ataque que resultou na morte de três tripulantes não foi o último, “os ataques continuaram e em 20 de maio de 1917 o navio Tijuca foi torpedeado perto da costa francesa pelo submarino alemão SM UC-36, e, em 22 de maio de 1917, foi a vez do navio a vapor Lapa, atingido por torpedos” (Araújo, 2022, p.6).

Após o afundamento do cargueiro brasileiro Macau, o Brasil entrou no conflito declarando guerra à Alemanha. Diante desse cenário, diplomatas brasileiros e franceses discutiram a ideia de uma missão militar brasileira na França para estagiar e estudar operações de combate. Desse modo, em 1918, foi enviado um grupo de vinte e seis oficiais para aprender as modernas técnicas de organização e combate com as unidades do Exército francês (Araújo, 2022).⁸ Em concordância com Johny Santana de Araújo (2022), o conflito levou a uma verticalização dos “laços culturais com a França” (p.25).⁹ À vista disso:

A missão brasileira de observação, enviada à França durante a guerra, resultara na vinda ao Brasil, em 1918, de um grupo de aviação e, no ano seguinte, na assinatura de um contrato para remessa de uma grande missão militar. No começo de 1920, cerca de trinta oficiais franceses, chefiados pelo General Gamelin, assumiam o controle efetivo da instrução militar em todos os níveis, exceto da Escola Militar. O Exército Brasileiro reformulava-se segundo o modelo francês, para tristeza dos oficiais mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade dos métodos e material alemães (McCann, 2020, p.89).

O triunfo francês sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial reforçou o discurso de superioridade no tocante ao seu modelo militar. O Tratado de Versalhes e as cláusulas de segurança obrigaram o desarmamento da Alemanha, a redução dos efetivos militares e a extinção do serviço militar obrigatório, entre outras medidas que levaram a um eclipse do cenário internacional. Dessa forma, a França desponta como a parceira privilegiada do Brasil, estabelecendo relações militares e comerciais. O envio da missão militar francesa visava,

⁸ Essa comissão militar do Exército Brasileiro enviada à França tinha o objetivo de observar aspectos do campo de batalha, dos armamentos utilizados na guerra. Apesar de discreta, a participação do Exército Brasileiro foi significativa no combate contra a Alemanha junto ao Exército Francês, além de adquirirem conhecimento acerca da remodelação do próprio Exército. Outrossim, essa missão deixou em aberto a possibilidade da contratação pelo governo brasileiro de missão militar francesa em território nacional (Araújo, 2022).

⁹ Para mais informações sobre a Missão Militar Brasileira à França, leia o artigo do Prof. Dr. Johny Santana de Araújo. ARAÚJO, Johny Santana de. A “Missão Militar Brasileira à França” nos Combates da Frente Ocidental (1918). *Secuencia*, n. 112, 2022.

essencialmente, manter esse vínculo favorável à nação francesa, além de auxiliar na modernização e instrução do Exército Brasileiro, sem deixar de lado a venda de armas e equipamentos militares (Araújo, 2009).

Assim, os brasileiros objetivavam modernizar o Exército Brasileiro se tornando conhecedor da doutrina militar mais moderna e aplicada aos campos de batalha europeus. Enquanto os franceses almejavam divulgar sua cultura, doutrina e estabelecia parcerias comerciais. A presença francesa no Brasil resultou em uma ampla reformulação do Exército, alinhando-o ao modelo militar francês, o que trouxe impactos profundos na estrutura, nos métodos de treinamento e na organização das Forças Armadas. Entretanto, essas mudanças não ocorreram sem resistência, dado que, oficiais brasileiros mais nacionalistas e alinhados à tradição prussiana demonstraram insatisfação, questionando a superioridade dos métodos e materiais franceses em comparação aos alemães¹⁰.

De acordo com Araújo:

Além de responder a uma lógica de expansão econômica, o acordo assinado em 1919 constitui uma verdadeira vitória da diplomacia francesa sobre sua rival alemã. Mas a campanha pela conquista do mercado militar brasileiro não se encerraria aí. Ao contrário, um grupo de jovens oficiais pressionava as autoridades militares brasileiras para favorecer o Exército alemão nessa disputa. Eram os chamados *jovens turcos* comandantes da Missão Indígena. Estes haviam estagiado no Exército alemão nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, e exerciam neste momento a patente de coronéis, sendo também bastante influentes. A Missão Indígena foi constituída logo após o final da guerra, e seu nome originou-se em oposição ao projeto da missão estrangeira, que viria a tornar-se a MMF. Ambas fazem parte do projeto de modernização do Exército. Durante os primeiros anos de atuação da MMF na Escola Militar do Realengo houve divergências entre os instrutores franceses e os oficiais brasileiros (Araújo, 2009, p.248).

A Missão Indígena surgiu como uma alternativa nacionalista em oposição ao projeto estrangeiro representado pela Missão Militar Francesa (MMF), refletindo as divisões internas quanto aos modelos militares que deveriam ser adotados. Embora ambas as iniciativas integrassem o esforço de modernização do Exército, elas simbolizam perspectivas contrastantes: enquanto a Missão Militar Francesa buscava importar o prestígio e a expertise francesa, a Missão Indígena representava a valorização de um modelo militar mais autônomo, com traço da tradição prussiana.

¹⁰ Em concordância com McCann (2007), apesar da participação do Brasil na guerra contra a Alemanha, os oficiais brasileiros acreditavam na superioridade dos métodos alemães. Os jovens da chamada Missão Indígena ensinaram aos cadetes táticas e procedimentos germânicos abasileirados, no esforço deliberado para modernizar e estimular a mudança nos usos tradicionais do Exército.

Nessa perspectiva, os franceses precisam reafirmar sua influência e interesse em comercializar com os militares brasileiros. Todavia, logo encontrou apoio com a atuação do general Malan d' Angrogne¹¹ que contribuiu para a entrada dos instrutores franceses nas escolas militares. Em 1920, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO) que possibilitou uma maior difusão das doutrinas, técnicas e métodos franceses (Araújo, 2009).

Além disso, foi estabelecido um decreto que exigia o comparecimento dos oficiais brasileiros a todos os cursos da Missão Francesa. Outrossim, “pode-se dizer que somente três anos após o início de seu contrato é que a Missão passou realmente a atuar dentro das escolas militares, ou seja, quando foi decidida a extinção da Missão Indígena pelo Ministério da Guerra, em 1923” (Araújo, 2009, p.249).

Em 1921, um episódio evidenciou tensões internas no Exército, o General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro solicitou sua demissão do cargo de chefe do Estado-Maior após sentir que sua autoridade era inferior à do General Gamelin.¹² Apesar disso, esse fato “não significa dizer que os franceses provocaram a agitação no seio da oficialidade, mas inconscientemente contribuíram para ela, ajudando a polarizar os espíritos no Exército” (McCann, 2020, p.20).

Paralelamente a questão do idioma francês usado nas instruções da missão, que poderia acarretar falhas na comunicação, os oficiais brasileiros também resistiram a alguns pensamentos de instrutores estrangeiros em certos assuntos. Os planos de reorganização dos franceses por vezes não consideravam as condições geográficas e climáticas do Brasil, que apresentavam diferenças em relação ao seu local de origem.

A exemplo, identifica-se que em 1926, os franceses tentaram introduzir no Curso de Estado-Maior estudos sobre ataques e reação do Brasil diante da situação das nações vizinhas. Contudo, o General Tasso Fragoso, tentou explicar ao Chefe da Missão, o General Frédéric Coffec que o plano de operações era de responsabilidade do Estado-Maior e que não cabia a

¹¹ Foi adido militar brasileiro na França de 1918 a 1921 e auxiliar do ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, em 1923.

¹² A demissão levou mais de cem oficiais a organizar uma manifestação de desagravo, mesmo depois de serem ameaçados com punição disciplinar, se concretizando. A doença e morte do General Bento Ribeiro, em agosto de 1921, impediram que ele se tornasse o ponto de aglutinação para ulterior oposição, mas a insubordinação em 1921 foi um indicativo da crescente inquietação da oficialidade. A conturbada campanha das eleições presidenciais acabaria por conduzir à declarada rebelião de 1922. Já se vislumbrava no horizonte a Revolução de 1930 (McCann, 2020, p.90)

MMF elaborar planos de defesa. Como os franceses não concordaram, Tasso Fragoso declarou que essa era uma decisão do governo (McCann, 2020).

Esses acontecimentos representam os conflitos entre os oficiais do Exército Brasileiro e MMF na relação entre modernização militar e a preservação da soberania interna, refletindo a percepção de que a missão francesa ultrapassa seu papel de assessoria técnica e por vezes, assumia uma postura que minava as lideranças nacionais. A presença ostensiva de instrutores estrangeiros em posições de influências pode ser percebida, principalmente, por setores nacionalistas, como um risco à identidade e soberania do exército anfitrião.

Concomitantemente, os norte-americanos mantinham e expandiram seu contato com os brasileiros. Nesse sentido, “já que os franceses dominavam o sistema escolar e as armas base e de apoio ao combate, os norte-americanos começaram a se infiltrar dentro da área dos serviços” (McCann, 2020, p.94). Alguns aviadores do Exército Brasileiro estavam insatisfeitos com a MMF e começaram a solicitar participação nas escolas de aviação do Exército norte-americano. Destarte, McCann ressalta que:

Ministro da Guerra recusava os convites norte-americanos anteriores (o último em 1923) porque não desejava introduzir doutrinas que pudessem competir com a francesa, mas agora o adido militar, Major Lester Baker, notava que a influência da Missão Francesa não era mais "tão forte" e pedia instruções ao Departamento da Guerra. Este respondeu que era favorável "à admissão de oficiais de todos os países latino-americanos em nossas escolas e organizações militares". Como o Ministro da Guerra brasileiro tinha recusado os convites anteriores, um convite formal não "seria feito novamente", mas "uma solicitação recebida do governo brasileiro para o envio desses oficiais a nossas escolas e organizações, seria agradavelmente recebida" e influiria favoravelmente. Mais adiante, as instruções diziam: "Concordamos em que o contato com nossas escolas e nossos oficiais-alunos seria de grande interesse para os oficiais brasileiros e para as relações entre nossos respectivos governos" (McCann, 2020, p.94).

Diante dessa procura dos aviadores do Exército Brasileiro pelas instruções e equipamentos norte-americanos, os EUA, essencialmente, o Major Lester Baker se envolveu numa espionagem e conseguiu uma cópia do contrato secreto entre franceses e brasileiros, e descobriu que a renovação do contrato para aviadores era de dois anos e não de quatro como a missão. Assim, comunicou ao Departamento de Guerra “de que o governo brasileiro se sentia na obrigação moral de não contratar qualquer missão militar estrangeira, a não ser técnicos para fábricas de material bélico, arsenais e serviços geográficos” (McCann, 2020, p.95).

Interesses mútuos motivaram o estreitamento das relações entre brasileiros e norte-americanos. Do lado brasileiro, a busca por treinamento especializado em serviços. Por outro

lado, os oficiais norte-americanos, eram movidos pela doutrina de defesa da América e pelas oportunidades econômicas associadas ao fornecimento de armamento e equipamentos. Nesse panorama, faz-se importante destacar que apesar de haver declarações nos relatórios oficiais, publicamente os militares brasileiros demonstraram satisfação com a qualidade da instrução militar francesa.

A “Revolução de 1930”¹³ descartou a possibilidade da instauração de ideias reformistas e a elevação das críticas à coordenação da missão francesa. Os tenentes, engajados na batalha contra o Exército francês desde 1924, desejavam terminar o contrato da Missão, enquanto os oficiais do Estado-Maior aspiravam diminuir sua função; sua sobrevivência foi possibilitada pelas circunstâncias excepcionais de 1931. A Missão Naval dos Estados Unidos, que estava confiante na renovação do seu contrato em novembro de 1930, mergulhou repentinamente em ruína quando o governo Hoover se negou a reconhecer a agressividade das forças revolucionárias. Isso proporcionou aos adversários dos franceses a chance de solicitar a saída de todos os conselheiros estrangeiros (McCann, 2020).

A resistência às missões francesas, encabeçada pelos tenentes desde 1924, espelha as tensões ideológicas e práticas que caracterizavam o Exército Brasileiro, com os grupos mais jovens e reformistas questionando a influência europeia e procurando opções que assegurassem maior independência nacional.

A princípio, o governo Vargas chegou à conclusão de que a manutenção da Missão Militar seria o custo necessário para manter a competitividade do café brasileiro no mercado francês. No entanto, o acordo para 1931 diminuiu a Missão de aproximadamente 70 homens para seis e eliminou a divisão de aviação, tranquilizando assim os críticos. Após vários meses de empenho, o novo comandante da Missão, General Huntzinger, aprimorou suas relações com os brasileiros (McCann, 2020).¹⁴

¹³ De acordo com Norberto Bobbio *f.* (1998), uma revolução é caracterizada como um processo que provoca mudanças profundas nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica. Ademais, trata-se de um movimento que conta com uma grande mobilização popular e, muitas vezes, um longo período de conflito violento. De forma distinta, um golpe de Estado é um ato mais limitado, geralmente realizado por um pequeno grupo de pessoas na elite política ou militar, que visa substituir a liderança política sem necessariamente alterar a estrutura política ou socioeconômica de maneira relevante. Desse modo, a denominação da Revolução de 1930, no Brasil, tem sido amplamente discutida na comunidade historiográfica. Classificar esse acontecimento como uma “revolução” seria impreciso, já que não ocorreu uma mudança estrutural significativa nas esferas socioeconômicas ou políticas. Ao invés disso, focou-se na troca de elites políticas, liderada principalmente por uma aliança de segmentos da oposição. O movimento não teve grande envolvimento popular, foi relativamente curto e apresentou um nível de violência reduzido, atributos mais compatíveis com um golpe de Estado. Logo, a expressão “golpe” espelha de forma mais apropriada a essência do acontecimento de 1930, sugerindo que se tratou de uma alteração repentina e restrita no poder político, sem atingir os requisitos estruturais e participativos de uma revolução.

¹⁴ Em julho de 1932, a tensão resultante da revolução e suas consequências conduziu a uma rebelião de larga escala em São Paulo, com oficiais treinados por alemães e franceses em ambos os lados. A Força Pública,

Conforme Araújo (2009) o movimento desencadeado pelo golpe de 1930 influenciou a política militar brasileira, levando modificações para a relação entre os militares brasileiros e a política estrangeira. Para Vargas era essencial manter o suporte das Forças Armadas e atender ao chamado do alto escalão do Exército. O intercâmbio de armas e equipamentos militares com os Estados Unidos já estava em andamento naquele instante, ligado aos interesses de suas grandes corporações, de modo que a decisão foi tomada. A própria embaixada proporciona oportunidade para os agentes nacionais.

A Missão Militar Francesa iniciada em 1919, foi fundamental para a modernização do Exército Brasileiro, trazendo modelos organizacionais e doutrinários baseados nas experiências da Primeira Guerra Mundial. A década de 1920 foi marcada pela influência francesa, apesar das crescentes tensões internas e revoltas tenentistas¹⁵ que representavam uma oposição significativa tanto ao modelo político vigente quanto à orientação militar imposta pela Missão Francesa. Os tenentes, muitos dos quais defendiam reformas sociais, políticas e militares, viam a influência francesa como um obstáculo à autonomia nacional e à modernização sob um modelo mais adaptado à realidade brasileira.

A respeito das motivações das revoltas tenentistas, McCann pontua que:

Outro fator que contribuiu para o descontentamento dos tenentes foi a missão militar francesa. O número de oficiais que se opôs à importação de instrutores estrangeiros foi suficiente para criar um clima de tensão associado à presença da missão. Apesar disso, [...], os oficiais franceses ministraram o curso de Estado-Maior e fundaram a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Os oficiais de baixa patente que passaram por mãos francesas na EsAO consideravam-se mais bem treinados que os oficiais superiores, e duas vezes mais no caso dos que haviam sido instruídos pela Missão Indígena. Essa convicção era prejudicial à disciplina e contribuía para o sentimento de superioridade dos tenentes (McCann, 2007, p.338).

naturalmente tinha sítio treinada pelos franceses, enquanto que os comandantes constitucionalistas, General Bertoldo Klinger e Coronel Euclides de Figueiredo haviam estagiado na Alemanha e introduzido métodos alemães no Exército. Sua derrota para as forças comandadas pelo General Pedro de Góis Monteiro, aluno brilhante da Missão Francesa, não pode ser atribuída à força ou fraqueza de cada uma das influências. Mas a revolução paulista revelou as deficiências de combate do Exército. [...]. Durante a luta, o governo Vargas adquiriu 137 aeronaves militares e comerciais da "United Aircraft" e da "Waco", na maior compra de material bélico efetuada desde os dois encouraçados, em 1910; a aquisição significava a rejeição do material francês. Em abril de 1933, o governo enviou uma delegação de seis aviadores aos Estados Unidos para que recebessem o indispensável treinamento técnico, a fim de utilizar e conservar adequadamente os aviões. Estavam ansiosos para conhecer a organização de terra norte-americana, o funcionamento dos esquadrões e grupos, além de ver o mais moderno equipamento aéreo militar (McCann, 2020, p. 96-97).

¹⁵ De acordo com McCann (2007) a frustração e insatisfação das fileiras subalternas com a ordem política caracterizaram os últimos anos do Império e perturbaram a República nascente até 1904. Em 1921, emergiu-se uma questão militar, o episódio das "cartas falsas", no qual o candidato à presidência Artur Bernardes supostamente insultar o marechal Hermes da Fonseca, ex-ministro da Guerra, ex-presidente e em 1921 presidente do Clube Militar, transformou os oficiais, a maioria, porém, aceitou as explicações dadas por Bernardes e apenas um punhado de tenentes e capitães continuou a insistir que ele havia insultado a honra das Forças Armadas.

Essas tensões culminaram em críticas abertas à missão, especialmente em relação ao seu custo, à imposição de métodos estrangeiros e à percepção de que o modelo francês era inadequado às necessidades específicas do Brasil. Apesar disso, a influência francesa permaneceu até 1940, contribuindo com manuais e instruções militares nas escolas, dando corpo às atividades de preparo e profissionalização e aprimorando as estruturas organizacionais de técnicas, equipamentos e capacidades.

Destarte, com a chegada da doutrina norte-americana que se iniciou pelos serviços técnicos aos poucos foi substituído o pensamento francês até sua consolidação durante e ao final da Segunda Guerra Mundial. A década de 1930 representa um certo declínio da influência francesa em paralelo aos diálogos, ainda que tímidos, com os EUA. De acordo com McCann (2020):

Em muitos aspectos, a influência norte-americana, antes da Segunda Guerra Mundial, pode ser comparada à alemã, porque era de natureza técnica, tinha um enfoque mais individual do que organizacional e deixava aos brasileiros a aplicação das habilidades e conhecimentos adquiridos. Deve-se notar ainda que, antes da guerra, o Exército norte americano não estava tão ativamente empenhado na exportação de conhecimentos militares quanto o Exército francês. Além de criar exércitos em suas colônias africanas e asiáticas, os franceses possuíam missões militares na Polônia e na Tchecoslováquia. Para o Exército norte-americano, o caso brasileiro era único (McCann, 2020, p.102).

Embora houvesse essas conversações, “não conduziu, antes de 1939, a um programa em larga escala de tentativas de influenciar os brasileiros” (McCann, 2020, p.102-103). A partir de 1939, a influência norte-americana no Exército Brasileiro se intensificou, em meio a mudanças globais e conflitos por influência geopolítica. Desde o começo da Segunda Guerra Mundial, a posição estratégica do Brasil para os Estados Unidos no Atlântico Sul tornou-se vital para as operações marítimas e aéreas.

Esta relação foi caracterizada pela troca de interesses: ao passo que o Brasil buscava modernizar suas forças armadas e assegurar suporte logístico, os Estados Unidos tinham como objetivo estabelecer o Brasil como um aliado no hemisfério ocidental e contrapor a influência europeia, principalmente alemã e francesa, que havia dominado o panorama militar brasileiro nas décadas passadas.

Os americanos tomaram diversas ações para ampliar sua presença no Exército Brasileiro, oferecendo formação especializada, equipamentos avançados e suporte técnico. Oficiais do Brasil foram designados para estudar em instituições militares dos Estados Unidos, adquirindo competência técnica em campos como aviação, artilharia costeira e logística.

Ademais, os Estados Unidos tiveram um papel direto no desenvolvimento de infraestrutura militar no Brasil, que incluiu a construção de bases e a formação de oficiais para o manuseio de dispositivos modernos, como aviões e sistemas de artilharia (McCann, 2020). Nesse panorama:

Em 1938 e 1940, a diplomacia brasileira procurou obter benefícios máximos para o Brasil. É difícil imaginar Vargas fazendo uma aliança de seu país com Adolf Hitler. Numa mensagem a Roosevelt, de janeiro de 1937, Vargas vinculou "os interesses vitais" do Brasil à segurança dos Estados Unidos e sugeriu a discussão de uma cooperação militar e naval, incluindo a construção de uma base naval. Vargas se dirigiu à Alemanha para comprar armamento depois que os Estados Unidos deixaram de responder adequadamente e cederem à pressão argentina, não vendendo destroieres ao Brasil. É significativo que, depois que Washington se comprometeu a apoiar o Brasil, em setembro de 1940 (Volta Redonda etc.), Vargas seguiu o exemplo, aprovando secretamente a construção de uma base aérea no Nordeste do Brasil, em janeiro de 1941 (McCann, 2020).

A participação brasileira no conflito, em 1942, ao lado dos Aliados, reforçou ainda mais essa aliança. A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)¹⁶ na ofensiva italiana, armada e treinada pelos Estados Unidos, evidenciou a dependência do Brasil do apoio logístico e técnico dos Estados Unidos. Portanto, o período iniciado em 1939 representou uma mudança irreversível na relação entre Brasil e EUA, elevando o Exército Brasileiro a um novo nível de modernização e expandindo a influência dos Estados Unidos na América Latina.

Assim, durante os primeiros anos da República, os fatores externos tiveram um papel fundamental na modernização e reestruturação do Exército Brasileiro. Influenciados pelos padrões europeus, particularmente os alemães e franceses, os militares procuraram estabelecer práticas, doutrinas e uniformes que espelhasse o progresso das potências atuais. Essa incorporação de conceitos tinha como objetivo não só aumentar a capacidade militar do país, mas também estabelecer uma identidade militar republicana, distanciando-se da herança imperial.

¹⁶ Denominação atribuída à divisão de infantaria formada em 9 de agosto de 1943 e enviada para a Itália em 1944 sob a liderança do general-de-divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, com o objetivo de combater as nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A sigla FEB passou a designar os exércitos brasileiros terrestres, marítimos e aéreos que participaram da Segunda Guerra Mundial. Conforme os Aliados venciam as forças alemãs e italianas na Europa, a resistência ao regime estabelecido em 10 de novembro de 1937 aumentava no Brasil. Ficou mais evidente a contradição de uma nação que batalhava pela democracia no exterior, mas que não a aplica internamente. A volta dos brasileiros que lutaram na Itália acelerou o declínio de Vargas, abrindo caminho para a implementação de um período de redemocratização. No entanto, a participação brasileira na guerra teve um papel crucial em relação às forças armadas, que elaboraram uma estratégia militar e política baseada na ideia de integração do Brasil no mundo cristão ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos. A fundação e o papel da Escola Superior de Guerra estão profundamente ligados a esta nova estratégia. ABREU, Alzira Alves de. Força Expedicionária Brasileira (FEB). Atlas Histórico do Brasil FGV CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7792>. Acesso em: 27/12/ 2024.

No entanto, a implementação de modelos externos também provocou tensões, destacando os obstáculos de ajustar conceitos estrangeiros às circunstâncias e demandas locais. Portanto, essas influências não apenas modelaram o Exército, mas também espelham um período de mudança política e cultural no Brasil, onde a procura pela modernidade se misturava às complexidades de estabelecer a recém-criada República.

2.2. UMA INSTITUIÇÃO ESTRUTURADA HIERARQUICAMENTE: O ESPÍRITO MILITAR¹⁷ BRASILEIRO

A Primeira República acarretou mudanças que se deram de forma externa à organização militar, ou seja, na sociedade, mas também internamente. De acordo com Pinheiro *et al.* (2006), as Forças Armadas seriam um exemplo de organizações que possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Nesse sentido, Pinheiro destaca que:

Isto vale particularmente para as organizações militares, que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de instituições totais. Estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Quando plenamente desenvolvidas, chegam a requerer de seus membros uma radical transformação de personalidade, como pode ser observado em antinomias do tipo “homem velho” versus “homem novo”, “militar” versus “paisano” (Pinheiro *et al.*, 2006, p.197).

Esse trecho reflete como as organizações militares se enquadram no conceito de instituições totais, conforme Erving Goffman (1987)¹⁸ sendo espaços que englobam todos os aspectos da vida de seus participantes. As instituições militares criam um ambiente no qual a identidade de seus integrantes é moldada, resultando em uma diferenciação entre os papéis internos (“militar”) e externos (“paisano”) e promovendo transformações na personalidade, que pode ser percebido no uso dos uniformes que representam visualmente a transição do “homem velho” para o “homem novo”, sinalizando a adesão do indivíduo aos valores, hierarquias e

¹⁷ Segundo Celso Castro, o “espírito militar” compreende “o conjunto de características que conformam a personalidade do indivíduo ao meio militar”. Assim, os atributos correspondentes a esse aspecto são: “entusiasmo profissional, lealdade, discrição, disciplina, apresentação e camaradagem” (2004, p.58).

¹⁸ Erving Goffman (1987) define a “instituição total” como um espaço onde os indivíduos vivem e trabalham em condições que os separam da sociedade mais ampla, permanecendo em um ambiente controlado e administrado de maneira rígida. Essas instituições, como quartéis, prisões ou hospitais psiquiátricos, isolam seus membros do mundo exterior e exercem controle significativo sobre todos os aspectos de suas vidas, desde a rotina diária até as interações sociais.

cultura militar. Em harmonia com Celso Castro (2004), sobre a coesão ou homogeneidade interna, aponta que:

Para Berger e Luckmann, a socialização militar fornece um dos principais exemplos sociológicos da “alternação”, uma forma particularmente intensa de socialização secundária na qual o indivíduo “muda de mundos” e em que há uma “intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo”. Para Dornsbuch, as academias militares constituem-se no “exemplo extremo” de uma “instituição assimiladora” (assimilating institution): “Ela isola os cadetes do mundo de fora, ajuda-os a se identificar com um novo papel, e, assim, muda sua autoconcepção.” Vidich e Stein veem o processo de tornar-se um soldado como uma “dissolução “da identidade civil anterior e a aquisição de uma nova identidade militar. Num sentido próximo, Mills afirma que a “iniciação severa” nas academias militares (Castro, 2004, p. 38).

Nesse sentido, observa-se que a socialização militar é um processo transformador caracterizado pela ruptura com a identidade civil anterior e a internalização de uma nova identidade militar. Este processo vai além de uma simples alteração de papéis, representando uma completa mudança de identidade, na qual o "homem civil" cede lugar ao "homem militar". Esta mudança, apesar de frequentemente dura, corrobora para estabelecer o espírito de equipe e a unidade requerida para o funcionamento hierárquico e disciplinar das forças armadas.

Para exemplificar, Castro (2004) apresenta uma comparação entre o ensino na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e o ensino civil, que perpassam essa noção de “aqui dentro” e “lá fora”:

A entonação da voz, clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal - tônus musculares, relação peso X altura equilibrada; uma noção rígida de higiene corporal - usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio (Castro, 2004, p.52).

Esses elementos físicos, comportamentais e simbólicos atuam como marcadores de distinção que consolidam uma fronteira entre militares e paisanos. Cada aspecto mencionado - desde a postura corporal até o uso de uniformes impecáveis e a linguagem pessoal - tem um papel na formação de uma identidade coletiva. Essas práticas estabelecem uma divisão física e simbólica que intensifica a unidade interna do grupo e a distinção externa. A severidade na aplicação dessas regras e a regular punição para desvios demonstram como a hierarquia e a disciplina são componentes estruturais que orientam a identidade e a conduta dentro da instituição.

Em conjunto com esses aspectos, apresentam-se os que morais reforçam e ampliam as fronteiras, “o senso de honestidade e ‘retidão’ de caráter, a preocupação com causas ‘nobres e

elevadas' - Pátria, Brasil, o 'espírito de renúncia', desapego a bens materiais, respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia" (Castro, 2004, p.52-53), são exemplos das singularidades e coletividade que demonstram o "espírito de corpo". São os fundamentos que demarcam as experiências que norteiam a identidade militar: "da preeminência da coletividade sobre os indivíduos" (Castro, 2004, p.53).

Nesse contexto, Pierre Bourdieu (1989) apresenta a noção de *habitus* que conecta o mundo objetivo das estruturas sociais e o mundo subjetivo das experiências individuais. O *habitus* é simultaneamente um resultado das práticas sociais e uma orientação para essas práticas, atuando como um conjunto de esquemas que direcionam percepções, pensamentos e ações cotidianas. Esses esquemas são formados ao longo da vida, por meio de vivências em contextos sociais particulares, e espelham tanto as circunstâncias externas que influenciam as pessoas quanto às formas como suas ações reforçam ou modificam tais condições.¹⁹

No contexto militar, a ideia de *habitus* ajuda a explicar como a socialização e o ambiente institucional moldam práticas e comportamentos específicos, criando uma identidade coletiva e padrões de conduta que são reproduzidos. O "*habitus* militar" incorpora os valores, regras e códigos militares, afetando as ações de forma inconsciente, criando uma ligação direta entre a pessoa e o sistema social, possibilitando a manutenção das práticas e princípios da instituição. Portanto, o *habitus* não só controla as atividades diárias, mas também forma a visão que os militares possuem de si mesmos e de seu papel na sociedade, destacando a relevância da socialização para a preservação das estruturas hierárquicas e simbólicas.

Em concordância com Piero de Camargo Leirner (1997), no dia a dia, há uma distinção entre "nós, militares" e "eles, civis", comumente empregada em um contexto restrito ao grupo militar. Esta diferenciação se manifesta sempre que é preciso estabelecer um parâmetro que separe os dois universos: o próprio, com o qual existe identificação, e o outro, visto em oposição. Assim, estabelece-se uma identidade fundamentada na oposição entre esses dois universos.

¹⁹ *Habitus* é um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social. Assim o conceito consegue apreender o princípio de parte das disposições práticas normalmente vistas de maneira difusa. Não obstante, Bourdieu faz a ressalva de que o ajustamento imediato entre *habitus* e campo é apenas uma forma possível de ajustamento, embora seja a mais frequente. Podem-se vislumbrar formas de ajustamento ou desajustamento entre estruturas objetivas e subjetivas. *Habitus* não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo. É possível vê-lo, pois, como um sistema de disposição que predispõe à reflexão e a uma certa consciência das práticas, se é à medida que um feixe de condições históricas permitir (Setton, 2002, p.64-65).

Isso foi o que Leirner (1997) definiu como uma *identidade contrastiva*. Entretanto, essas diferenças não se limitam a serem simples marcas de distinção derivadas do uso particular da linguagem no cotidiano. Pelo contrário, estão fundamentadas em um sistema organizacional que, por sua natureza, estabelece de forma rigorosa as fronteiras de pertencimento à comunidade militar. Essas fronteiras "formam" quem lidera e quem segue, sempre de acordo com a hierarquia, ao mesmo tempo que marginalizam aqueles que não pertencem a esse grupo. Portanto, a hierarquia militar, formada pelas interações progressivas entre os integrantes da instituição, determina tanto a admissão no exército quanto as relações particulares que o definem (Leirner, 1997).

Nesse contexto, as ações no Exército, realizadas por indivíduos posicionados em diferentes níveis de acordo com divisões claras, como as patentes, são orientadas pela hierarquia como um princípio coletivo que organiza a conduta individual. Esse alinhamento entre as ações individuais e as normas coletivas assegura a viabilidade da ideia de coletividade na corporação (Leirner, 1997). Ademais, o prestígio da farda não só intensifica a distinção entre o militar e o civil, mas também atua como um instrumento de integração na totalidade da instituição. Ele representa a unidade, o espírito de equipe e a submissão à hierarquia, elementos essenciais para a operação de uma instituição militar.

Conforme Diana Crane (2006), os uniformes sublinham sua importância na construção da identidade e na estruturação de hierarquias em instituições. Os uniformes servem para indicar pertença e posição em grupos, como no exército, na polícia e em outras profissões. Assim, os uniformes masculinos desempenham um papel prático, mas também atuam como um meio de controle e disciplina, espelhando as regras sociais e a autoridade. Os uniformes atuam como uma manifestação de status e um instrumento de aderência social, auxiliando na organização e na unidade em sistemas hierárquicos.

A construção da identidade militar, segundo Castro (2004), necessita ir além de uma descrição puramente morfológica ou funcional da instituição militar. Castro destaca que, embora a estrutura tangível da instituição, como os muros, sentinelas, uniformes, regulamentos, forneçam um ponto de partida claro, a essência da identidade militar não reside apenas nesses elementos visíveis, mas nos mecanismos simbólicos e nas formas de articulação de sentido que os sustentam.

Nessa perspectiva, a identidade militar pode ser entendida como dinâmica e relacional, em vez de um conjunto estático de traços. A construção da identidade militar ocorre por meio de práticas, discursos e interações que reforçam o pertencimento ao grupo, a hierarquia e a disciplina. Portanto, o pesquisador é desafiado a investigar não apenas "o que compõe" a

identidade militar, mas “como ela é construída, mantida e transformada” dentro e fora da corporação.

O Exército é uma entidade hierarquizada, com uma estrutura organizacional fundamentada em graus de autoridade e responsabilidade. Esta estrutura hierárquica é usada para preservar a disciplina, a ordem e o bom funcionamento da instituição. A estrutura hierárquica do Exército estabelece claramente as responsabilidades e funções de cada integrante, desde os soldados até os oficiais de alta patente, assegurando que as decisões sejam tomadas de maneira estruturada de cima para baixo, enquanto as informações e as necessidades operacionais podem ser transmitidas de baixo para cima.

Os principais elementos que compõem a hierarquia militar são a noção de disciplina que assegura que todos os membros obedeçam às ordens superiores, tornando-se um elemento essencial para o funcionamento de uma organização que lida com situações de alto risco, a exemplo das operações de defesa. A autoridade presente em cada nível hierárquico contribui para especificidades nas tomadas de decisões, de modo a serem claras e responsáveis para que cada membro saiba exatamente suas funções e objetivos.

Outrossim, o espírito de corpo é reforçado pela hierarquia, na medida em que cria um senso de pertencimento e respeito mútuo dentro dos diferentes níveis da organização. Nesse sentido, Castro (2004), relaciona o espírito de corpo à ideia de coesão e pertencimento entre os militares, fundamentado em valores como lealdade, disciplina, hierarquia e coletividade, sendo um componente crucial para a operação e legitimidade das forças armadas, já que fomenta a colaboração dos membros em prol de um objetivo comum e consolida a identidade institucional. A respeito disso, Castro (2004) pontua que:

A hierarquia militar — ou melhor, a hierarquia do corpo de oficiais — apresenta uma característica fundamental: ela fraciona um grupo de pares. Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais. Todos são oficiais e comungam o mesmo espírito militar. Os cadetes sabem que, ao concluírem o curso da Academia, passarão a ter a mesma condição social que seus superiores, e que a distância entre as posições hierárquicas ocupadas por uns e outros será, basicamente, uma questão de “quantidade” de tempo: os generais de 1985 foram os cadetes de 1945-55; os cadetes de 1985 serão os generais da década de 2020. Nesse sentido, podemos chamar a hierarquia do corpo de oficiais de “hierarquia quantitativa”, pois pressupõe a possibilidade de ascensão para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições (Castro, 2004, p.26).

Essa citação descreve a hierarquia militar, especialmente no corpo de oficiais, como uma estrutura singular, marcada por uma característica fundamental: a ideia de uma “hierarquia

quantitativa”. Essa concepção ressalta que todos os oficiais possuem o mesmo espírito militar e iniciam sua jornada a partir de um estado inicial de igualdade formal, como cadetes. Nesse cenário, a hierarquia é menos uma segmentação qualitativa e mais um espelho do tempo e da vivência acumulada.

Esse de ser um elemento essencial, Leirner aborda que “a hierarquia como princípio não é tão visível quando se trata de seus desdobramentos no interior da corporação” (Leirner, 1997, p.52). A hierarquia funciona como um princípio estruturante que permeia todos os aspectos da vida na instituição militar, exercendo influência tanto nas ações individuais quanto na organização da corporação como um todo. Ela é tanto uma norma, estabelecida por lei, como uma prática internalizada, divide as tarefas, as responsabilidades e status, assegura uma clara estrutura de comando e obediência, define como o poder é distribuído.²⁰

Ora, em alguma coisa este *esprit de corps* deve estar ancorado, além dos “conspiratórios” interesses políticos, que tradicionalmente se imputavam a esses homens, como móvel de sua ação. No geral, as regras eram as mesmas e valiam para todos. De um jeito ou de outro, deveria prevalecer na corporação uma crença na maneira como o seu sistema era estruturado, com base nas relações de comando-obediência que estão de acordo com a hierarquia e a disciplina e, penso, como resultado institucional de se pertencer a um grupo baseado na hierarquia e na disciplina, a crença absoluta no valor da corporação, por ser ela leal a algo superior a ela própria, a nação. Daí seria possível derivar não só um sentido simbólico capaz de ordenar sua percepção sobre a corporação de que são membros, como também normas de conduta que com ela sejam compatíveis ou, melhor dizendo, “uma unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta conforme” (Gramsci, 1950:1.378). Romper de vez com os vínculos estamentais que uniam a corporação ao sistema social seria uma questão de tempo (Leirner, 1997, p.68).

Essa epígrafe corrobora com as ideias apresentadas que a construção do espírito de grupo nas instituições militares, sustentando que não se fundamenta apenas em interesses políticos atribuídos aos militares, mas também na convicção coletiva do valor da organização. Esta convicção é formada através da hierarquia e da disciplina, pilares estruturais que direcionam as interações de comando-obediência, influenciando tanto a visão dos membros da empresa quanto suas regras de comportamento.

²⁰ De acordo com Leirner, a hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser “lido” através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado de abordagem da identidade militar. [...]. Por isso, parece-nos possível conferir à hierarquia o estatuto de “fato social total”, tomando como referência a definição de Mauss de um fenômeno que põe “em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e suas instituições” (Mauss, 1974:179). Nesse caso, obviamente, estamos falando da “sociedade” militar imersa em outra maior, a sociedade brasileira. Nem por isso, contudo, o Exército deixa de estabelecer suas fronteiras e, a partir disso, elaborar um registro do que pertence somente a ele, mapeando, enfim, através da hierarquia, a “totalidade” do modo como as relações sociais do grupo são percebidas e, portanto, também realizadas. É desse modo que a hierarquia pode constituir a chave que permite entender a identidade militar (1997, p.72-73).

Durante o período de 1908 a 1914, o Exército Brasileiro sofreu uma transformação institucional notável, caracterizada pela implementação do serviço militar obrigatório, o estabelecimento de unidades como as Brigadas Estratégicas e o envio de oficiais para realizar estágios na Alemanha. Este cenário resultou na emergência de um coletivo conhecido como "jovens turcos", que teve um papel fundamental na construção de um pensamento militar de natureza nacional. A fundação do jornal *A Defesa Nacional* foi um momento significativo, sendo uma das primeiras manifestações estruturadas desse pensamento (Leirner, 1997).

Diante disso, Leirner (1997), salienta que no editorial nº 1 de *A Defesa Nacional*, eram evidenciados que o Exército possuía uma função além do militarismo, mais do que um instrumento de defesa externa, assumia o papel na transformação política e de estabilização social, especialmente em uma nação que estava dando os primeiros passos. Além disso, exaltava-se a função educativa e organizadora da instituição militar que era vista como essencial para a formação cívica e moral dos cidadãos, inculcando valores como dever e sacrifício pela pátria. Em complemento, o Exército era visto como o formador da nacionalidade, importante para a construção da identidade nacional.

A reestruturação do Exército Brasileiro promovida pela Missão Militar Francesa em 1919 representou um marco importante na consolidação de uma organização hierárquica. Esse processo implicou em alterações na estrutura e no papel político da instituição em um movimento de centralização e coesão (Leirner, 1997). A reestruturação da cadeia de comando do Exército ocorreu “a partir de uma real organização de um estado-maior, que centralizasse o comando e não mais permitisse vínculos entre setores da hierarquia e elites regionais - até então, base das relações era de tipo aristocrático que manifestavam na Força” (Leirner, 1997, p.70).

Similarmente, em 1920 com a introdução do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e do Regulamento para Instrução de Serviços Gerais (RISG) reforçou o controle interno, centralizando as decisões e reduzindo a autonomia de escalões inferiores, como o caso dos protagonistas do movimento tenentistas. A carreira militar foi contemplada com o ensino militar, que passou a ser essencial para alcançar posições de comando, com critérios mais objetivos, como promoções baseadas em mérito e tempo de serviço. Assim, constitui-se “o Exército que conhecemos, em termos da sua organização hierárquica” (Leirner, 1997, p. 70).

A ordem de classificação introduz, assim, a ideia de que o sistema hierárquico, embora piramidal, levando-se em conta apenas as patentes, é linear em períodos iguais de precedência na cadeia de comando, variando de 1 para 1 — pessoa a pessoa — na ordem classificatória e não havendo chance

de “empate”. Portanto, a hierarquia passa por vários níveis de estruturação da organização social militar: a) como princípio geral, que se aplica a todos os membros das Forças Armadas; b) nas patentes, em 16 estratos diversos (de soldado a general-de-exército, em tempo de paz), que se dispõem de forma piramidal em relação à quantidade de membros das Forças; c) nos círculos hierárquicos; d) na distinção entre liderança e comando; e) de pessoa a pessoa, no grau de antiguidade. Todos esses níveis encontram-se imbricados — não há como pensar um sem os outros —, pois fazem parte da hierarquia como um princípio único e segmentador. Além disso, se, por um lado, ele é ancorado numa ordem temporal coletiva e equivalente para todos pelo tempo de serviço, por outro, suporta um princípio de desigualdade dado numa ordem atemporal, calcada numa escala cumulativa de valores em que alguns possuem mais mérito que outros. Desse modo, se o tempo de serviço se encontra numa extremidade, representando um princípio geral, o mérito aparece na outra, representando, no limite, a segmentação (Leirner, 1997, p.87).

A análise de Leirner (1997) acerca da hierarquia militar proporciona uma visão detalhada e estrutural dessa organização, que vai além de uma mera classificação de patentes. A estrutura hierárquica, apesar de piramidal em relação às patentes, é linear em sua implementação, particularmente na sequência de classificação individual. Isso elimina a possibilidade de “empate” na ordem de classificação, o que intensifica a exatidão e a clareza na sequência de comando.

Os diversos níveis ressaltados - das patentes aos círculos hierárquicos e da liderança ao comando - evidenciam como a hierarquia militar atua ao mesmo tempo como um princípio de unificação e divisão. Esta segmentação é apoiada por dois eixos fundamentais, o tempo de serviço que é um critério objetivo e coletivo, aplicado de maneira equitativa a todos os integrantes e o mérito que é um critério atemporal e cumulativo que gera desigualdade ao diferenciar as pessoas com base em valores como desempenho, habilidade e reconhecimento.

A interação entre esses eixos evidencia a dinâmica inerente à hierarquia militar, na qual a precedência não é meramente temporal, mas também qualitativa, fundamentada em valores e desempenho. Portanto, a estrutura hierárquica militar não só organiza a estrutura, como também controla as relações sociais internas, fomentando um equilíbrio entre uniformidade e diferenciação.

“Medalhas, condecorações, cursos concluídos, diplomas, elogios e repreensões - elementos que, à primeira vista podem não parecer simples “adornos” do mundo militar, sem maiores implicações - têm uma estreita relação com a organização da estrutura hierárquica” (Leirner, 1997, p.83). Esses “adornos” desempenham uma função de destaque na construção da identidade militar coletiva. Ao portarem medalhas e insígnias, os militares não apenas

demonstram sua posição na hierarquia, mas também afirmam sua conexão com a história e os valores da instituição.

Esses elementos tornam-se símbolos tangíveis do compromisso com a pátria, reforçando a ideia de que a identidade militar é moldada não apenas por normas e regulamentos, mas também por um conjunto de símbolos compartilhados. As condecorações e medalhas reforçam narrativas nacionais, da noção de defesa da pátria e da construção da imagem do Exército como guardião da nação.

Essas noções convergem na ideia de que o Exército Brasileiro desempenha um papel na formação de um patriotismo e que reforça o nacionalismo em uma instituição onde os valores nacionais são preservados e defendidos. Em concordância com Celso Castro (2002), “as cerimônias e símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças. Nesse processo, o próprio Exército inventa-se enquanto instituição” (p.7)²¹.

Conforme Castro (2002), ao tentar expressar sua identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, recorre-se à invenção de cerimônias e símbolos que evocam uma continuidade com o passado. Dessa forma:

A integridade institucional do Exército foi, portanto, durante todo esse período, uma questão em aberto; solucioná-la tornou-se o objetivo principal de diferentes atores individuais e coletivos. Uma característica importante, porém, pouco estudada desse processo é que a definição da identidade do Exército também envolveu a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos. Mais do que a “reorganização” de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que vigorou, com poucas modificações, por mais de meio século (Castro, 2002, p.9).

Esse trecho sustenta a complexidade do processo de construção da identidade institucional do Exército Brasileiro, enfatizando que não se tratou de reorganizar uma instituição fragmentada, mas de “inventá-la” como um ator nacional com uma missão na formação da nação. Essa “invenção” envolveu as questões internas e externas, além da criação

²¹ Celso Castro (2002) se inspira na noção de “invenção das tradições”, de Eric Hobsbawm. Entretanto, não se opõe às tradições “inventadas” a outras vistas como “tradicionais” ou “genuínas”. Nesse sentido, faz o uso da ideia de “invenção” buscando enfatizar o caráter de permanente invenção da cultura humana. Assim, apresenta três importantes tradições do Exército: a criação do culto ao patrono do Exército - Caxias e Osório; a Intentona Comunista e as revoltas “tenentistas” - 1922, 1924, Coluna Prestes.

de novos elementos simbólicos que unificasse a corporação em torno de uma narrativa comum, legitimando sua autoridade e papel no cenário nacional. A exemplo:

Quem assiste a uma cerimônia de formatura dos novos oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), dificilmente deixa de sentir-se imerso na atmosfera de tradição que cerca o evento. Vários elementos sugerem a herança de um passado imemorial: o espadim, cópia em miniatura da espada de Caxias, patrono do Exército; a entrada de cadetes no pátio principal trazendo bandeiras e estandartes; a aparição dos formandos vestindo uniformes históricos. No entanto, todos esses elementos são bem mais recentes do que pretendem parecer e, além disso, foram conscientemente inventados (Castro, 2002, p.7).

Nesta citação, Celso Castro ressalta a construção dos símbolos e rituais que envolvem a cerimônia de colação de grau na Academia Militar das Agulhas Negras. Apesar de transmitirem uma impressão de tradição e continuidade histórica, elementos como o espadim de Caxias, as vestimentas históricas e os estandartes foram propositalmente criados para fortalecer a identidade institucional do Exército brasileiro. Esta criação simbólica não é casual, ela procura vincular o presente da empresa a um passado idealizado, validando sua posição como herdeira de uma suposta tradição milenar. Portanto, o ritual não só festeja a formação de novos oficiais, como também reforça a narrativa nacionalista e patriótica que considera o Exército como um elemento fundamental na formação da Nação brasileira.

Na década de 1930, houve a criação de “novas tradições” para o Exército com a reforma da Escola Militar do Realengo, idealizada e iniciada por José Pessoa²². Essa reforma se inicia após a “Revolução de 1930” que almeja preservar a “ordem republicana”, “salvar a Nação e manter a integridade da Pátria” (Castro, 2002, p.26). Dessa forma, a associação do Exército aos conceitos abstratos de nação e pátria serviu como um mecanismo de unificação institucional e legitimação simbólica, fomentando a concepção de uma entidade acima das disputas políticas e ideológicas (Castro, 2002).

Em relatório, o Ministério da Guerra pontuou que o espírito militar e a conduta civil e militar eram aferidos segundo as manifestações habituais da atividade do oficial, subordinação e respeito aos superiores, exigências no tratamento de seus subordinados; pontualidade,

²² Nascido na Paraíba, José Pessoa vinha de uma importante família de políticos. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, presidente da Paraíba de 1928 a 1930, cujo assassinato desencadeou a Revolução de 1930. José Pessoa tomou parte ativa no cerco e ocupação do palácio Guanabara no dia 24 de outubro, quando, após várias vitórias dos revoltosos, os comandantes militares da capital forçaram a renúncia do presidente Washington Luís. Vitoriosa a Revolução, José Pessoa foi nomeado, em novembro do mesmo ano, comandante da Escola Militar do Realengo. Ele procurou, desde o início de seu comando, vincular a reforma que pretendia realizar na Escola ao contexto pós-revolucionário (Castro, 2002, p.26).

discrição e reserva, espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento de seus deveres, amor ao serviço e dedicação à profissão; espírito de camaradagem e cavalheirismo, aspecto marcial e correção nos uniformes, além de observância exata das convenções sociais (BRASIL, 1938).

Ao se estabelecer como a "ossatura da nação", o Exército desempenhou um papel no plano de "reeducação" e "renovação" da sociedade, reforçando a narrativa de sua importância para a formação de um Brasil moderno e unificado. A Escola Militar emergiu como o núcleo do "novo Exército", formando as próximas gerações de oficiais como catalisadores dessa mudança e fortalecendo a conexão entre o Exército e o conceito de uma nação unificada e renovada (Castro, 2002).

Por conseguinte, a reforma idealizada por José Pessoa visava moldar não apenas as habilidades técnicas dos futuros oficiais, mas também o espírito e a identidade dos cadetes, realçando o sentido de pertencimento a uma tradição que refletisse os valores nacionais. Ao dar ênfase ao aspecto simbólico, Pessoa procurou estabelecer um conjunto de elementos que ultrapassem a rotina militar diária, estabelecendo o Exército como protetor dos princípios nacionais (Castro, 2002).

Estes emblemas, tais como uniformes, cerimônias e insígnias, não só uniram os cadetes em torno de uma memória e identidade compartilhada, mas também fortaleceram a conexão entre o Exército e o imaginário nacional, substanciando sua função como força moral e cultural na construção da identidade brasileira, como Castro (2002) descreve na seguinte passagem:

Em primeiro lugar, os uniformes dos cadetes foram mudados. José Pessoa os considerava simbolicamente inexpressivos e pouco distintos dos uniformes dos soldados. Foi então solicitado o auxílio do artista José Wasth Rodrigues, autor de um Álbum dos uniformes do Exército, para criar o novo plano de uniformes. Adotaram-se elementos retirados dos uniformes militares do Império, principalmente da campanha de 1852 contra Rosas: barretina, cordões com palmatórias e borlas, charlateiras de palma e palmatória escarlate e emblema simbólico para a cobertura. A cor predominante passava a ser a turquesa. O elemento simbolicamente mais importante era o espadim. O novo plano de uniformes foi aprovado em abril de 1931. Segundo José Pessoa, não se tratava de uma simples combinação de peças, mas de um verdadeiro plano que visava objetivos bem determinados, entre os quais “restabelecer-se, embora respeitando as linhas gerais dos uniformes contemporâneos, os liames históricos do Cadete da Escola Militar”. O estandarte e o brasão de armas do Corpo de Cadetes foram outros símbolos criados durante a reforma de José Pessoa. Igualmente desenhado por Wasth Rodrigues, o brasão trazia um escudo com uma torre de ouro, que simbolizava a Escola, tendo, ao fundo, o perfil estilizado do pico das Agulhas Negras (Castro, 2002, p.29).

A seleção de componentes para os uniformes, como a barretina, os cordões e a cor turquesa, provenientes da campanha contra Rosas, evidencia um esforço consciente para conectar os cadetes a uma tradição militar heroica e nacionalista. Como símbolo principal, o espadim ressalta a continuidade histórica e a pertença a uma linhagem que data da época do Império. Ademais, o brasão que representa o pico das Agulhas Negras e a torre dourada representa tanto o cenário de formação quanto a solidez da instituição. Essas mudanças demonstram que os uniformes eram mais do que vestimenta funcional; eram ferramentas para fortalecer a identidade, os valores e o papel do Exército na construção da nação brasileira.

“Não basta que os indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum. É preciso também comemorar - lembrar em conjunto” (Castro, 2002, p.60). Assim, através da repetição constante e em grupo, essas práticas ultrapassam a dimensão simbólica e se transformam em mecanismos tangíveis de socialização, reforçando as convicções compartilhadas e o sentimento de pertença entre seus integrantes. Esses ritos não só ligam os participantes ao passado histórico e às tradições militares, como também renovam constantemente as conexões sociais e emocionais que os unem em prol de um propósito compartilhado (Castro, 2002).

Segundo Bourdieu (1989)²³, os símbolos contribuem para a formação e manutenção da coesão social, mais do que meros elementos representativos, são instrumentos de integração, dado que permitem que os membros de um grupo compartilhem uma compreensão comum do mundo social em que estão inseridos. Sob esse olhar:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando a comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1989, p.10-11).

²³ O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (Bourdieu, 1989, p.14).

Neste enquadramento, as ideologias, ao contrário dos mitos, são mais estratégicas, servindo aos interesses de grupos dominantes que as apresentam como ideais universais e compartilhados por todos. Assim, a ideologia auxilia na integração da classe dominante, assegurando a coesão interna entre seus integrantes e, simultaneamente, gerando uma ilusão de unidade e harmonia na sociedade em geral. Isso é crucial para a validação da ordem vigente. Ao retratar as hierarquias e diferenças como inatas ou inevitáveis, a ideologia contribui para a desmobilização das classes subjugadas, impedindo-as de questionar ou desafiar a estrutura social.

À vista disso, conforme Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos, como os elementos da indumentária e os símbolos do ambiente militar têm uma força estruturante, pois são propositalmente organizados para espelhar e consolidar as estruturas sociais da organização. Esses sistemas funcionam como instrumentos que influenciam a percepção e o comportamento das pessoas, incentivando a assimilação de valores, regras e hierarquias que apoiam a estrutura institucional.

Os símbolos, no contexto militar, não só simbolizam valores como disciplina, ordem e hierarquia, mas também atuam como ferramentas de socialização e integração em grupo. A linguagem peculiar da instituição militar é crucial neste processo, uma vez que estrutura o pensamento, uniformiza a comunicação e consolida os princípios fundamentais do grupo. Esta linguagem e os símbolos relacionados servem como intermediários do saber e da prática, assegurando que os integrantes da instituição entendam e repliquem as regras e metas do sistema. Dessa forma, fortalece-se o poder simbólico como um elemento de destaque para a coesão e eficácia organizacional.

O uso de uniformes militares é um exemplo do poder simbólico mencionado por Pierre Bourdieu. Quando o indivíduo veste a farda, ele não só adquire uma identidade visual distinta, mas também é identificado como um representante de uma instituição que possui autoridade, disciplina e legitimidade. Este poder simbólico dá ao militar uma relevância distinta na sociedade, evidenciando-o como integrante de um grupo hierarquicamente organizado que apresenta para a preservação da ordem social.

Ademais, a farda carrega consigo prestígio, uma vez que evoca valores como patriotismo, sacrifício e dedicação à nação, historicamente ligados às Forças Armadas. Esta vestimenta também atua como uma "arma social", exigindo respeito e, frequentemente, submissão da sociedade civil, enquanto intensifica a unidade interna e a identidade coletiva do grupo militar. Portanto, a farda vai além de um simples item de vestuário: é um emblema estrutural que expressa visualmente o poder e a autoridade de quem a veste.

3. ENTRE COSTURAS E BATALHAS: O FARDAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1908-1939)

3.1. O CÁQUI E AS ALTERAÇÕES ENTRE 1908 E 1913

Em 1908, a política de reorganização do exército estava em voga no cenário militar. O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, enquanto ministro de estado da guerra, em seu relatório do mesmo ano, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a época Afonso Augusto Moreira Pena, aponta que com esse intuito foram formulados dois projetos, um sobre o serviço militar obrigatório e o outro sobre a organização e administração das forças de terra que foram amplamente discutidos no Congresso Nacional e na imprensa, que se concretizaram na lei n.1860, de 4 de janeiro (BRASIL, 1909).

O patriotismo, a honra e o dever cívico eram marcas do exército. Segundo o ministro da guerra, a execução desta lei, especialmente na parte relativa ao alistamento e ao sorteio militar, decretado pelo regulamento de 8 de maio, foi recebida com simpatia e a aplausos pelo povo. Os jovens estudantes fluídos aos quartéis do exército para receber a instrução militar, indispensável do dever cívico de defender a integridade da pátria e a manutenção das instituições nacionais pediram espontaneamente a farda de soldados brasileiros (BRASIL, 1909).

O discurso institucional contido no relatório apresenta essas legislações como fruto do consenso entre Estado e sociedade, em uma retórica que exalta o patriotismo, o civismo e a unidade nacional, na qual observa-se a tentativa de legitimação de políticas públicas perante o poder executivo e a opinião pública. A menção à “simpatia e aplausos do povo” indicam essa tentativa de validação em relação a aprovação das massas diante do serviço militar obrigatório. Contudo, à luz de outros registros, nota-se que houveram resistências locais, práticas de evasão e tensões entre civis e militares (McCann, 2007).

O uniforme era visto como elemento unificador do exército. O Marechal Hermes da Fonseca, menciona em seu relatório que o exército se fez uma instituição nacional por excelência, se nivelando sob a bandeira e sob o uniforme, sem distinção de classes nem de raças, todos os cidadãos responsabilizados de manter a grandeza da nação (BRASIL, 1909).

O papel do uniforme evidencia a simbologia da disciplina, padronização e identidade, extrapolando a função utilitária e assumindo um lugar de centralidade na construção do *ethos* militar republicano, projetado como um instrumento de igualdade e coesão entre os cidadãos convocados. Além disso, o idealismo presente na concepção de que o uniforme nivela sem

distinção de classe e raças, contrasta com a realidade social brasileira, marcada por desigualdades, racismo estrutural e exclusão socioeconômica. Embora o serviço militar contribua para a consolidação da nacionalização, percebe-se uma distinção nos quadros de comando restritos às elites, enquanto as bases da tropa eram compostas majoritariamente por jovens pobres e negros.

Em 26 de novembro de 1908, sob o decreto n. 7.201 (BRASIL, 1909)., estabeleceram-se alterações no plano de uniformes para o exército. Especificamente, as vestimentas destinadas aos generais do Estado-Maior sofreram alterações no 2º uniforme, enquanto o 1º permaneceu inalterado, conforme estabelecido em 5 de julho de 1894 com as modificações introduzidas em 20 de setembro de 1903.

O 2º uniforme caracterizava-se pelo uso quepe com copa, cinta de veludo azul ferrete bordado a ouro e as armas da República em prata. O dólmã²⁴, em pano azul ferrete, apresentava gola de veludo na mesma tonalidade, bordada a ouro e avivada em pano garance, além de alamares²⁵ de retrós preto, os canhões bordados e dragonas mantiveram-se conforme o 1º uniforme. A calça era de pano garance com galão dourado, enquanto o fiador²⁶ e a espada correspondiam aos do 1º uniforme. O talim²⁷ foi adotado conforme o modelo do então 2º uniforme. Completava a vestimenta as luvas brancas de pelica e camurça, além de botinas com solteiras ou botas de esporas em metal dourado (BRASIL, 1909).

Os uniformes subsequentes apresentavam variações em relação aos materiais e cores. O 3º uniforme, destinado ao general do Estado-Maior, se diferenciava pelo quepe com copa em pano garance e cinta de veludo azul-ferrete bordada a retrós preto. A túnica e a calça eram em pano azul-ferrete e garance, com os distintivos do posto em metal branco. O 4º uniforme utilizava brim branco em todas as peças, com bordados em retrós branco e armas da República em metal branco. Já o 5º e o 6º uniformes passavam a incorporar o cáqui, em flanela e brim, com diminuição dos bordados e uso de botinas de couro amarelo. Em geral, os acessórios e a estrutura do 3º uniforme eram mantidos (BRASIL, 1909).

Determinados elementos do fardamento destinado aos generais do Estado-Maior estavam sujeitos a especificações detalhadas. O quepe, por exemplo, mantinha a forma do

²⁴ Uma espécie de jaqueta militar ornamentada e decorada com tranças.

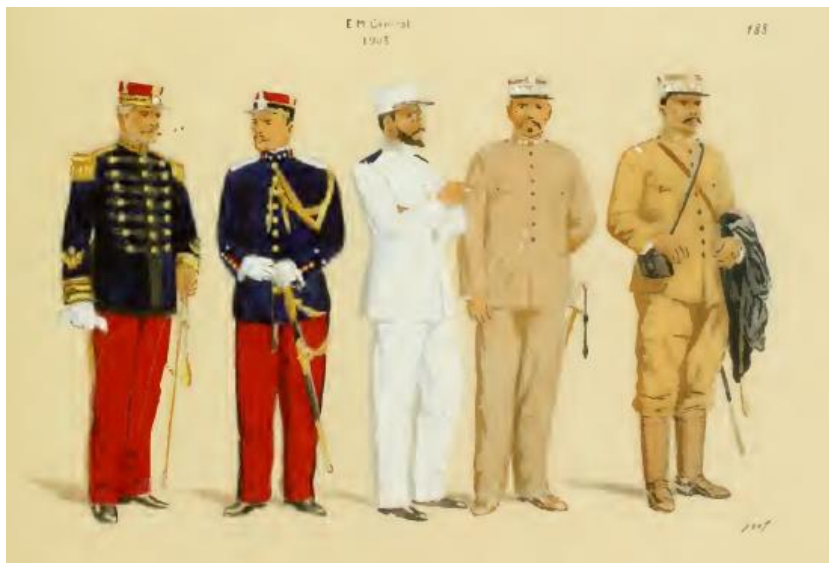
²⁵ Espécie de cordão de enfeite para o vestuário

²⁶ Também conhecido como fiel ou talim de espada, é utilizado com uniforme como um acessório que garante a segurança na utilização ao formar um elo entre a espada e o usuário.

²⁷ É uma tira de couro ou tecido, com metais, que servem como acessório de segurança e adorno para a espada ou sabre.

modelo vigente, diferenciando-se pelo uso de sutaches²⁸ dourados nos 2º e 3º uniformes, enquanto nos 4º, 5º e 6º os sutaches eram brancos. Suas dimensões eram de dez centímetros de altura na parte frontal e treze centímetros na parte posterior (BRASIL, 1909).

Figura 1 - Uniformes dos Generais do Estado Maior (1908)



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A ilustração apresenta versões dos uniformes usados pelos oficiais-generais do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Dispostos da esquerda para a direita, encontram-se as seguintes representações: marechal em uniforme de revista; general de brigada no 2º uniforme regulamentar; general de divisão em traje branco; general de brigada em farda de flanela cáqui; e, por último, general de divisão em uniforme de campanha de brim cáqui (Barroso, 1922).

A cinta dos quepes tinha largura de 0,06 m, com o emblema localizado no centro da pala, e a bordadura interrompida para dar maior destaque ao símbolo. Nos quepes referentes ao 5º e ao 6º uniformes, eliminou-se o fiel dourado, preservando somente a jugular de couro preto envernizado. A pala tinha formato plano, com largura máxima de 0,07 m, bordos laterais paralelos e curvatura frontal ajustável de acordo com as necessidades de uso (BRASIL, 1909).

O dólmã do 3º uniforme se diferenciava por ter uma costura horizontal na altura dos botões traseiros, com um corte vertical central que formava abas, de acordo com o padrão estabelecido pela Secretaria da Guerra. Sua gola de veludo azul-ferrete, bordada a ouro, era contornada por um vivo de pano garance. As mangas, lisas e sem distintivos de posto, acomodavam os canhões previstos para o 1º uniforme. As túnica do 3º uniforme tinham gola

²⁸ É uma tarjeta de identificação militar, usada sobre o peito da farda, contendo o “nome de guerra” do militar.

em pano garance, com trapézios para a fixação dos distintivos do posto, além de platinas formadas por cordões de prata trançados, de acordo com o padrão da época (BRASIL, 1909).

Os canhões das mangas eram revestidos com veludo azul-ferrete, ao passo que a carcela, em pano garance, era adornada com pequenos botões dourados. As túnicas feitas de flanela e brim cáqui preservaram o modelo vigente, com distintivos de posto em metal branco sobre as platinas. No entanto, a versão em brim branco exibiu botões dourados. O capote seguiu o modelo padrão, enquanto o poncho, utilizado por oficiais superiores e subalternos, possuía gola de veludo azul-ferrete e distintivos em metal branco, com botões exibindo as armas da República, com o material variando de acordo com o tecido do uniforme (BRASIL, 1909).

Nas observações, estabelecia-se que os oficiais gerais deveriam se apresentar com o 2º uniforme sempre que as tropas estivessem trajando o 1º ou o 2º uniforme. O uso do 4º uniforme, com todas as suas peças, incluindo o quepe, seria autorizado quando em ocasiões de passeio ou em atos civis. Além disso, o uso da calça e do colete de brim branco também seria permitido com esse uniforme, sendo o colete sem gola e abotoado com cinco pequenos botões dourados (BRASIL, 1909).

Em relação aos uniformes dos quadros das armas e dos serviços auxiliares, o decreto n. 7.201, descreve que o 1º uniforme seria composto por quepe com tope, dólmã com dragonas, calça garance com galão, talim, espada com bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pelica ou camurça, botinas pretas ou botas pretas com esporas ou esporins²⁹ de metal branco. O 2º uniforme, em contrapartida, seria constituído de quepe sem tope, calça garance com listras e todas as demais peças idênticas às do 1º uniforme (BRASIL, 1909).

O 3º uniforme incluía um gorro de pala, uma túnica de pano, uma calça garance listrada, um fiador de couro preto, luvas brancas de pelica ou fio de Escócia, polainas brancas e outras peças dos uniformes anteriores. O 4º uniforme consistia em brim branco no gorro, túnica e calça, complementado por borzeguins de lona branca, preservando os acessórios do 3º uniforme. Por sua vez, os 5º e 6º uniformes apresentavam a cor cáqui, sendo confeccionados em flanela e brim, respectivamente, acompanhados de botinas e polainas de couro amarelo, mantendo a estrutura geral do 3º uniforme (BRASIL, 1909).

As especificações dessa parte da indumentária do Exército indicavam que a dólmã e túnica de pano, do modelo em uso, deveriam ser justas ao corpo e apresentariam as seguintes cores: azul ultramar para artilharia; preto para a engenharia; mescla para a cavalaria; azul

²⁹ São peças de metal (semelhante a pequenas esporas) usadas na parte de trás dos calçados formais, como botas ou sapatos sociais, por membros das forças armadas em ocasiões especiais.

ferrete para a infantaria; oliva escuro para os intendentes; preto para os médicos, farmacêuticos, dentistas, auditores e veterinários (BRASIL, 1909).

Nas mangas, o vivo que circunda o punho seria branco para a cavalaria, azul turquesa para a engenharia, garance para a infantaria, carmezim para a artilharia, cor de vinho para os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, verde para os auditores e garance para os intendentes. O mesmo vivo, quando não for garance, deveria separar na gola o trapézio da parte garance e também contornar a carcela, que seria garance para todos (BRASIL, 1909).

O dólmã apresentaria, na parte posterior, uma costura horizontal, na altura dos dois botões, acompanhada de um corte vertical correspondente ao meio dessa costura, formando abas. Já na túnica, seriam substituídas as platinas de pano pelas usadas com o 3º uniforme (BRASIL, 1909).

As platinas, em túnicas de brim branco inspiradas no uniforme cáqui, porém com botões dourados, seguiam o formato do 3º uniforme. Eram revestidas com pano nas cores correspondentes a cada arma ou quadro, sobre os quais se aplicavam um pequeno botão dourado, os sutaches dourados indicativos do posto e o distintivo da arma ou quadro em metal branco. Nas túnicas de flanela e brim cáqui, os distintivos de posto eram representados apenas por listras de sutaches brancos sobre as platinas, em quantidade equivalente aos galões, dispostas em ângulo, de acordo com o modelo vigente (BRASIL, 1909).

As calças seriam fabricadas em pano cor garance para todos os oficiais, com galão dourado para o 1º uniforme e duas listras de cor do dólmã ou túnica para o 2º e 3º uniforme. Os oficiais dos corpos montados poderiam utilizar calça ou calção de montar, mas sem botões aparentes. O quepe teria copa garance e a cinta da cor da túnica. Na frente do quepe, sobre a cinta, estaria o distintivo da arma ou quadro e a meio da copa o disco esmaltado com as cores nacionais (BRASIL, 1909).

O gorro de pala apresentava um formato semelhante ao usado pelas praças dos corpos montados. Possuía dois pequenos botões dourados fixando a jugular de couro branco envernizado, sem fiel dourado. Ao longo da parte superior da cinta, eram dispostas tantas sutaches dourados quantos fossem os galões do posto. Na parte frontal, alinhado ao centro, situava-se o distintivo da arma ou quadro (BRASIL, 1909).

As botinas eram inteiriças, de couro preto ou de verniz para o 1º, 2º e 3º uniformes, e de couro amarelo para o 5º e 6º, enquanto, no 4º uniforme, utilizavam-se borzeguins de lona branca. As botas, modelo Chantilly, eram feitas de couro da Rússia ou canguru, podendo ser de verniz no 1º uniforme, e, nos 5º e 6º, eram substituídas por perneiras de couro amarelo (BRASIL, 1909).

A espada seguiria o modelo em vigor, contudo com apenas uma braçadeira, posicionada no lado interno, além de uma alça retangular destinada a suspender a espada no gancho do talim, permitindo que fosse carregada ao longo da perna quando o oficial estivesse a pé. As salteiras e esporins seriam de metal branco, de superfície lisa e com espigão recurvado para cima, sendo usadas pelos oficiais montados tanto quando a pé em todos os uniformes. O talim seria adotado sem a segunda guia (BRASIL, 1909).

O tope de penas apresentava coloração específica para cada corpo: azul para a engenharia; preto para a artilharia; branco para a cavalaria; encarnado para a infantaria; encarnado e branco para os intendententes; preto e branco para os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários; e verde e branco para os auditores (BRASIL, 1909).

O poncho e capote eram confeccionados em pano azul ferrete. O poncho apresentava capuz e gola deitada, com abertura frontal fechada por botões encobertos, sem exceder a curva da perna. O capote seguia o modelo utilizado pelos generais, diferenciando-se pela gola construída da mesma fazenda do restante da peça e pelos botões de massa preta, os quais apresentavam, em relevo, o distintivo da respectiva arma ou quadro (BRASIL, 1909).

Tanto o capote quanto o poncho apresentariam o distintivo do posto na gola e passadeiras de metal branco lavrado, em número correspondente aos galões do posto respectivo. As dragonas e fiador de cordão de ouro seguiam o modelo vigente. Todos os oficiais usariam os distintivos na cinta do quepe e no gorro, ao meio da pala, de sua arma ou quadro, de metal branco e com as dimensões do modelo então em uso (BRASIL, 1909).

Figura 2 - Corpos Arregimentados em 1908



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem exhibe quatro uniformes de gala distintos, diferenciados pelas cores das patentes e pelos símbolos característicos de cada arma. Da esquerda para a direita, pode-se observar um alferes de infantaria, um major de cavalaria, um capitão de artilharia e um tenente do corpo de engenharia. A distinção entre os uniformes, mesmo que sutil em sua estrutura, evidencia a relevância dada à identidade visual de cada arma dentro da organização militar, fortalecendo a hierarquia e a especialização técnica no âmbito simbólico da farda cerimonial (Barroso, 1922).

A distribuição dos distintivos era a seguinte: para a engenharia, um castelo; para a artilharia montada, a cavalo e de montanha, uma bomba em chamas; para a artilharia de posição, dois canhões cruzados; para as baterias de obuseiros, uma bomba em chamas superposta a dois canhões cruzados; para a cavalaria, duas lanças cruzadas; para o trem, duas espadas cruzadas com as pontas para cima e os copos voltados para cima; para a infantaria, duas carabinas cruzadas; para as metralhadoras, uma bomba em chamas superposta a duas carabinas cruzadas; para os médicos, um caduceu; para os farmacêuticos, uma ânfora com uma serpente; para os dentistas, uma fresa; para os intendentes, duas penas cruzadas; para os veterinários, duas folhas de salva ligadas pelo pecíolo; e, para os auditores, uma balança com uma espada (BRASIL, 1909).

Os oficiais do quadro suplementar das armas e os do quadro especial utilizaram os uniformes correspondentes à arma a que estivessem vinculados, diferenciando-se pelo distintivo presente na gola: no lugar do número ou emblema da arma, esses oficiais ostentavam uma esfera armilar, em metal branco para os primeiros e em metal amarelo para o 2º (BRASIL, 1909).

Os botões dos uniformes manteriam a forma e o tamanho dos em uso, sendo fabricados em metal dourado para os uniformes de pano e de brim branco, e em massa preta para aqueles confeccionados em flanela e brim cáqui. Além disso, os botões apresentariam, em relevo, o distintivo da arma ou quadro correspondente (BRASIL, 1909).

As diretrizes estabeleciam que o 1º e o 4º seriam de uso obrigatório no Distrito Federal, enquanto sua adoção nos Estados permaneceria facultativa. Para as guarnições de fronteira e outras localizadas no interior, o Ministro da Guerra poderia determinar o uso generalizado dos 5º e 6º uniformes, tornando, dessa forma, facultativos não apenas o 1º e o 4º, mas também o 2º e o 3º. Além disso, o uso do 1º uniforme, salvo determinação especial em contrário, ficaria restrito a cerimônias militares nos dias 1º de janeiro, 24 de fevereiro, 7 de setembro e 15 de novembro; assim como a atos civis realizados no período noturno que, em virtude de sua solenidade, exigissem sua utilização (BRASIL, 1909).

Já o 2º uniforme seria destinado às guardas de honra, a cerimônias fúnebres de oficiais-generais ou de autoridades que tivessem direito a honras equivalentes, a apresentações coletivas, ao serviço nos demais dias de festividades nacionais e nos atos civis que demandam seu uso (BRASIL, 1909).

O 3º uniforme seria destinado para apresentações individuais, cerimônias fúnebres que não se enquadrarem nas categorias anteriormente mencionadas, serviço externo isolado e passeio. O 4º uniforme, de uso obrigatório apenas na Capital Federal, seria empregado para passeio, serviço externo isolado e dentro dos quartéis e repartições. Para os exercícios, formaturas comuns e serviço interno nos quartéis e repartições militares, o 5º e o 6º uniformes seriam considerados os padrões normais, salvo determinação em contrário (BRASIL, 1909).

Em campanha, apenas o 5º e o 6º uniformes seriam permitidos, com a substituição do gorro de pala pelo chapéu de feltro cáqui, que teria o distintivo de metal branco da arma ou quadro prendendo a aba esquerda conforme o modelo disponível na Secretaria da Guerra. Os oficiais fardados deveriam portar sempre a espada e, em apresentações e cerimônias, manter as luvas do uniforme calçadas em ambas as mãos (BRASIL, 1909).

Figura 3 - Quatro Armas em 1908



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem apresenta uma sequência de oficiais usando uniformes regulamentares, destacando as variações determinadas de acordo com a arma e a numeração ordinal dos trajes. Da esquerda para a direita, nota-se um capitão de infantaria usando o 2º uniforme; um capitão de cavalaria com o 3º uniforme; um tenente de artilharia no 4º uniforme; um tenente de infantaria no 5º uniforme; e, por último, um oficial do corpo de engenharia no 6º uniforme. A organização demonstra a complexidade do sistema de uniformização do Exército Brasileiro,

que integrava função, graduação e ocasião de uso por meio de códigos visuais claramente definidos (Barroso, 1922).

Os oficiais dos corpos montados, ao usarem o 1º e 2º uniformes, deveriam manter sempre as botas, mas poderiam substituir as esporas por esporins quando não estivessem montados. Durante cerimônias civis, era permitido o uso de botinas inteiriças de verniz ou pelica, acompanhadas de salteiras. Ademais, todos os oficiais tinham a opção de utilizar a pelerine³⁰ com capuz de cor azul ferrete, que apresentava os mesmos distintivos empregados no capote e no poncho (BRASIL, 1909).

Figura 4 - Cavalaria, engenharia e artilharia em 1908



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A ilustração mostra diferentes membros das tropas regulares do Exército Brasileiro, exibindo uma diversidade de uniformes associados tanto ao cerimonial quanto ao uso em campanha. Da esquerda para a direita, um soldado de cavalaria em traje de gala; um forriol de engenharia também em uniforme de gala; um soldado de artilharia de campanha em vestimenta de gala; outro soldado de artilharia de campanha em uniforme de brim cáqui; e, por último, um soldado de cavalaria no mesmo padrão de uniforme cáqui (Barroso, 1922).

Os oficiais reformados usariam o uniforme da arma ou quadro a que pertenciam, exceto aqueles que fossem ou viessem a ser reformados por má conduta, pois estes não poderiam usar uniforme. Quanto aos oficiais honorários, somente os que fossem responsáveis por serviços de guerra poderiam usar uniforme atualmente adotado (BRASIL, 1909).

³⁰ É uma capa curta e sem mangas, usada sobre os ombros e faz parte de certos uniformes militares, tanto históricos quanto cerimoniais.

Os uniformes das praças de *pret* eram de túnica de pano com charlateiras, calça garance com listra, quepe de copa garance com cinta de cor e pompom da cor determinada para os oficiais, no 1º uniforme. O 2º uniforme era o mesmo, mas sem o pompom. O 3º uniforme com as mesmas peças do 2º e gorro de pala e túnica sem charlateiras. O 4º uniforme em gorro de pala com capa de flanela cáqui, túnica de flanela cáqui e calça da mesma fazenda e as demais peças do 3º uniforme. O 5º uniforme seria igual ao 4º, mas de brim cáqui. Por fim, o 6º uniforme seria composto por gorro, blusa e calça de brim de algodão mescla, (BRASIL, 1909).

As especificações determinavam que os panos usados para os uniformes das praças seriam da mesma cor que os dos oficiais, mas com qualidade inferior. As túnicas de pano teriam a cor e os vivos correspondentes à arma e, sobre a platina de pano, seria colocada uma passadeira da mesma fazenda da túnica, como nos dólmãs de infantaria em uso, para prender a charlateiras. As túnicas de flanela e de brim cáqui fechadas com botões encobertos. As calças de pano teriam uma listra da cor da túnica, enquanto as calças de flanela e de brim seriam simples, sem listras nem vivos (BRASIL, 1909).

O quepe seria de copa garance e cinta da cor da túnica para todas as armas, além de dispositivos para atarraxar o pompom. O capote e poncho em pano azul ferrete. O gorro de pala era igual ao usado pelas praças dos corpos montados. As luvas de todas as praças seriam brancas de algodão no 1º e 2º uniformes, ao passo que todas as praças montadas usariam luvas em todos os uniformes. As praças a pé usariam sempre polainas nas formaturas, na cor branca no 1º, 2º e 3º uniformes e de couro amarelo com mola nos uniformes 4º e 5º, sempre por cima da calça em todos os uniformes (BRASIL, 1909).

No tocante aos distintivos, os de arma e corpo seriam os mesmos prescritos para os oficiais. Já as divisões dos inferiores e praças graduadas seriam as do modelo da época para o 1º, 2º e 3º uniformes, e, para os outros uniformes, seriam de sutache preto com intervalo de 0,005 m sobre fundo cáqui. As divisas dos terceiros sargentos correspondentes aos antigos furriéis (BRASIL, 1909).

Os sargentos amanuenses teriam no braço esquerdo, abaixo das respectivas divisas, uma pena de metal amarelo. Esse mesmo distintivo seria usado também na gola da túnica e no quepe ou gorro pelos sargentos amanuenses dos quartéis gerais e das repartições militares. Os músicos manteriam os botões da túnica de pano conforme modelo vigente e usariam no 1º e 2º uniformes, as charlateiras com fio prateado. Os sargentos de saúde e os cabos enfermeiros usariam um caduceu de metal amarelo no antebraço; os corneteiros e clarins, uma corneta de volta; e os artífices, um pequeno “A” (BRASIL, 1909).

Para todas as praças, as botinas seriam de bezerro preto e semelhantes às dos oficiais. As praças montadas, quando a cavalo, usariam perneiras de atacado de couro preto e as esporas seriam de metal amarelo (BRASIL, 1909).

As observações indicavam que o uso dos uniformes seguiria o regulamento estabelecido para os oficiais, sendo que os 4º e 5º uniformes seriam sempre usados pelas praças de pret no serviço diário, externo ou interno, exercícios e formaturas, exceto nos casos previstos. Em campanha, apenas esses dois uniformes seriam usados, substituindo-se então o gorro de pala pelo chapéu de feltro cáqui. Não seria permitido, sob qualquer pretexto, combinar peças de diferentes uniformes estabelecidos para formar novos conjuntos. O 6º uniforme seria distribuído apenas aos soldados e às praças graduadas, com seu uso sendo regulado conforme o estabelecido. Era permitido às praças de *pret*, quando a passeio, o uso de uniformes confeccionados com o pano fino dos uniformes dos oficiais (BRASIL, 1909).

Os aspirantes a oficiais e sargentos-ajudantes usariam os 3º, 5º e 6º uniforme de fazenda e feitos de forma semelhante aos dos oficiais, com uma estrela de metal branco nos antebraços. Acima dos canhões, os aspirantes usariam o distintivo em uso no antebraço esquerdo, enquanto os sargentos-ajudantes usariam o mesmo distintivo. No 1º e 2º uniformes, as túnicas seriam adaptadas com charlateiras douradas finas, semelhantes às dragonas dos oficiais, mas sem franja. O fiador seria o mesmo do 3º uniforme, e o tope, para o 1º uniforme, seria igual aos dos oficiais. Era permitido aos aspirantes, em passeio, o uso do uniforme de brim branco (BRASIL, 1909).

Os alunos praças de *pret*, das Escolas Militares, que não forem aspirantes, usariam o 3º, 5º e 6º uniformes semelhantes aos estabelecidos para os oficiais da arma de engenharia, tendo no meio de cada braço uma estrela de metal branco. No Colégio Militar continuaria em vigor o plano atual, substituindo-se, porém, o dólmã por uma túnica com platinas de pano avivadas de garance e com grega prateada e sendo de metal branco os castelos da gola. No quepe, o emblema atual seria substituído por um castelo de metal branco. A partir da publicação do decreto, as alterações estariam em vigor, com o prazo de tolerância até 31 de março, para a implementação completa das modificações³¹ (BRASIL, 1909).

³¹ Todas as informações referentes aos uniformes até esse trecho foram retiradas do decreto n. 7.201, de 26 de novembro de 1908.

Figura 5 - Alunos Escola Militar em 1908



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem mostra uma composição de cinco figuras militares, todas vestindo o uniforme de gala, o que destaca a padronização cerimonial implementada em diferentes setores e patentes do Exército Brasileiro. Entretanto, pode-se verificar pequenos detalhes que nos sapatos, calças, casacos, chapéus que marcam as diferenças hierárquicas das patentes e funções. Da esquerda para a direita, pode-se identificar: um capitão médico, um tenente do serviço de intendência, um tambor do Colégio Militar, um alferes estudante da Escola Militar e um sargento de infantaria, todos vestidos com o mesmo tipo de farda (Barroso, 1922).

As informações contidas no decreto n. 7. 201, de 26 de novembro de 1908, aborda detalhadamente as modificações que se fariam nos uniformes do exército brasileiro diante do processo de modernização do exército brasileiro. A padronização de modelos, cores e acessórios conforme a especialidade de armas, patentes e funções expressa a tentativa de racionalizar e homogeneizar visualmente a instituição, reforçando a hierarquia e a distinção entre oficiais e praças.

A adoção do uniforme cáqui, mais prático e similar aos modelos europeus de campanha, particularmente os empregados na Alemanha e na França, simbolizava uma ruptura com a estética herdada do século XIX, caracterizada por uniformes coloridos e ornamentados, característicos de uma tradição militar imperial. A paleta renovada e o corte simplificado estavam em sintonia com a modernização tática e o ideal de eficiência que as elites militares vinculavam ao avanço técnico e organizacional das forças armadas da época.

Em termos simbólicos, o decreto também desempenhava o papel de republicanizar visualmente o exército. Ao remover elementos decorativos ligados à era imperial e incluir

emblemas republicanos nos bonés dos oficiais, o regulamento equipava as forças militares com os sinais da nova ordem política. Isso fortalecia a identidade republicana do exército, em um período em que as forças armadas tentaram redefinir sua função como guardiãs da ordem nacional e da integridade territorial, guiadas pelos princípios positivistas e nacionalistas.

É importante ressaltar que a regulamentação dos uniformes ocorria simultaneamente a outras reformas estruturais, como a introdução do serviço militar obrigatório, Lei n. 1.860 de 1908, e a fundação de escolas de treinamento militar profissional, formando um plano coerente de reestruturação institucional. Assim, o plano de uniformes funcionava como um mecanismo estético e disciplinar de um sistema mais abrangente, focado na militarização da cidadania e na nacionalização das forças armadas.

Por meio do decreto de n. 7.494, de 5 de agosto de 1909 (BRASIL, 1910), o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, então Nilo Peçanha, determinou a implementação de alterações no plano de uniformes em vigor. De acordo com as novas diretrizes, os oficiais e as classes anexas passariam a utilizar 5º uniforme, confeccionado em flanela cáqui com botões dourados e platinas brancas, ao se apresentarem em passeio e deveria ser usado em conformidade com a arma e o serviço de cada oficial, respeitando as peças previamente estipuladas no plano de uniformes. Durante as campanhas, o 5º uniforme deveria ser mantido, embora com algumas variações: os botões deveriam ser de massa preta e as passadeiras de cáqui de flanela, com as divisas em sutache branca.

Além disso, o uso da espada foi tornado facultativo nos uniformes 3º, 4º e 5º, salvo em ocasiões oficiais. Os oficiais que serviam nos quartéis-generais, por sua vez, deveriam utilizar o 6º uniforme, confeccionado em brim cáqui, acompanhado pelos distintivos correspondentes aos seus cargos. A modificação também suprimiu o emblema anteriormente colocado acima dos galões dos oficiais das classes anexas. Quanto aos generais e ministros do Supremo Tribunal Militar, estes deveriam usar, nos uniformes 3º, 4º e 5º e no uniforme de tolerância, um globo armilar de metal branco (BRASIL, 1910).

Em relação aos oficiais e classes anexas montados, a normativa prescrevia que, quando isoladamente, inclusive em serviço, usassem luvas marrons de fio da Escócia. Para os oficiais que tivessem concluído o curso de Estado-Maior, exceto os generais, a disposição do § 2º do art. 187 do regulamento dos institutos militares de ensino, aprovados pelo decreto n.5.698, de 2 de outubro de 1905, dispunha que usariam na manga da farda, ao lado direito, acima dos galões, a 0,05m uma esfera armilar de metal branco, tendo 0,025 m de diâmetro (BRASIL, 1910).

A promulgação do decreto n. 7.494, de 5 de agosto de 1909, dá continuidade ao movimento de reestruturação do fardamento do exército brasileiro. As alterações introduzidas no plano de uniformes não devem ser lidas apenas como meras adaptações técnicas ou administrativas, pois tratam-se, na realidade, de instrumentos de afirmação institucional. A criação do 5º uniforme, de flanela cáqui, destinado a ser utilizado em passeios e campanhas, exemplifica a tendência de alinhamento do exército aos padrões modernos de camuflagem, mobilidade e praticidade.

Simultaneamente, ações como a permissão para o uso da espada, a não ser em ocasiões oficiais, evidenciam a queda de um modelo de militarismo simbólico que foi herdado do Império, onde os oficiais eram reconhecidos pelo seu porte e vestimenta cerimonial. Portanto, o decreto elimina a função decorativa do uniforme para enfatizar sua função prática e identitária.

Vale ressaltar o cuidado com os detalhes distintivos, como a implementação de globos armilares e esferas de metal para generais, ministros do Supremo Tribunal Militar e oficiais do Estado-Maior. Estes emblemas desempenham duas funções: por um lado, identificam posições de destaque na hierarquia militar; por outro, reforçam o conceito de habilidade técnica e intelectual ligada à educação superior, especialmente no Estado-Maior, recentemente fortalecido pelas reformas educacionais promovidas pelo Ministério da Guerra. A inclusão de emblemas visuais que simbolizam o conhecimento militar demonstra o prestígio que se almeja atribuir a oficiais formados por instituições como a Escola Militar.

Outra modificação foi lançada no decreto n. 7.947, de 14 de abril de 1910. A mudança determinava que os oficiais passariam a utilizar luvas na cor marrom como parte dos 5º e 6º uniformes, revogando as disposições anteriores sobre esse item. Nesse caso, a escolha da cor marrom para as luvas pode ter sido motivada por fatores práticos, como adequação ao ambiente operacional e durabilidade, especialmente considerando o uso dos 5º e 6º uniformes, que estavam associados a funções de serviço e atividades em campanha (BRASIL, 1911).

Outrossim, as polainas de couro, utilizadas por oficiais e praças, deveriam adotar a tonalidade marrom escuro e uma altura padrão de 0,35m de altura e o fechamento dessas peças seria realizado por meio de correias fixadas por fivelas, sendo quatro laterais e uma posterior, conforme o modelo disponível no Departamento de Administração, descrito no decreto n. 8.234, de 22 de setembro de 1910. A resolução do couro marrom escuro e do sistema de fixação de fivelas sugere uma ênfase na resistência e na durabilidade do material, características importantes para as atividades operacionais dos militares (BRASIL, 1911).

Os tecidos usados para a confecção dos fardamentos das tropas do Exército, da Marinha, da Força Policial e do Corpo de Bombeiro seriam obrigatoriamente manufaturados no Brasil, segundo o decreto n. 8.269 de 29 de setembro de 1910, que visava ampliar as políticas de incentivo à indústria nacional promovidas pelo governo republicano. Essa medida refletia o interesse estatal em fomentar a economia interna, reduzir a dependência de importações e fortalecer o parque fabril brasileiro (BRASIL, 1911).

Este decreto justificava a determinação com base na necessidade de estimular a produção nacional, ampliando as oportunidades de trabalho e remuneração, bem como na constatação de que o Congresso Nacional, em repetidas disposições de lei, revelava a preocupação em favorecer o consumo de mercadorias fabricadas no país, promovendo a emancipação econômica. Além disso, o relatório destacava que a indústria nacional de tecidos e artefatos de couro já havia alcançado um estágio avançado de desenvolvimento no país.

Essa política de viés nacionalista, orientava para a substituição de importações e o fornecimento do parque fabril interno. Assim, havia um vínculo entre a economia e a cultura militar, conduzindo o uniforme a um símbolo da independência industrial e da soberania nacional. O uniforme se tornaria parte integrante de um projeto de industrialização embrionária.

O 1º artigo da norma determinava que os uniformes fornecidos pela nação seriam confeccionados de tecidos nacionais, adquiridos por meio de concorrência pública junto às fábricas e ao comércio local. O 2º artigo expandia essa exigência para outros itens fundamentais ao equipamento militar, incluindo vestimentas complementares, cobertores, calçados, selas, arreios e correames, garantindo que toda a produção relacionada às necessidades das tropas e suas montarias fossem provenientes da indústria nacional. No 3º artigo revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1911).

A roupa militar, nesse contexto, passa a operar como elemento de mediação entre o Estado e a indústria, entre o cidadão-soldado e a economia nacional, entre a identidade cívico-militar e o mercado emergente da produção interna. Desse modo, os três artigos do decreto atuam como mecanismos legais para fortalecer o Exército como uma força moderna e alinhada aos interesses do avanço nacional, mesmo que dentro das restrições estruturais e econômicas.

No intuito de padronizar a indumentária militar foram aprovados dois planos de uniformes, um plano do uniforme facultativo para os sócios das sociedades de tiro incorporadas

à Confederação do Tiro Brasileiro³², aprovado por decreto n. 7.468 (BRASIL, 1910), 22 de julho de 1909, e um plano de para os empregados da Secretaria de Estado da Guerra³³ e da Diretoria de Contabilidade da Guerra³⁴, aprovado pelo decreto n. 7.875 (BRASIL, 1911), de 23 de fevereiro de 1910.

A aprovação da regulamentação do uniforme opcional para os sócios das sociedades de tiro ligadas à Confederação de Tiros foi realizada pelo presidente Nilo Peçanha e pelo ministro da Guerra, general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. Essa medida faz parte de um conjunto de ações destinadas a fomentar o civismo, a instrução militar e a criação simbólica de uma identidade nacional centrada no cidadão armado e patriota.

O plano anexo ao decreto determinava um uniforme verde-diplomata, cujo chapéu, baseado no modelo do uniforme cáqui do Exército, tinha a aba esquerda levantada e uma ornamentação composta por carabinas de metal branco, topo esmaltado nas cores nacionais e penacho de penas negras, acentuando seu aspecto simbólico e marcial (BRASIL, 1910).

A túnica, feita de um tecido fino verde-diplomata, ajustava-se ao corpo e possuía uma gola alta e rígida. Seguiu o padrão militar da época, exibindo ponteiras e canhões em veludo verde-claro, além de botões dourados decorados com carabinas cruzadas e estrelas. As platinas seguiam o padrão do Exército, revestidas de veludo verde, com os oficiais se destacando por sutaches dourados que indicavam sua graduação (BRASIL, 1910).

As calças apresentavam a mesma cor do conjunto, com vivo lateral, ao passo que os acessórios consistiam em cinto de couro preto envernizado para os sócios e talim de cadarço para os oficiais. Isso aproximava visualmente o uniforme das sociedades de tiro da indumentária militar convencional (BRASIL, 1910).

O plano de uniformes para os funcionários graduados da Secretaria de Estado da Guerra e da Diretoria de Contabilidade da Guerra, promulgado pelo Presidente Nilo Peçanha e pelo Ministro da Guerra, general José Benjamim Bormann, evidencia o esforço do Estado em

³² A CBTE teve origem com a criação da CONFEDERAÇÃO DO TIRO BRASILEIRO (CTB), por intermédio do Decreto Legislativo nº 1.503, de 5 de setembro de 1906, com a sede na cidade do Rio Grande do Sul, permanecendo ligada ao Estado-Maior do Exército Brasileiro e tendo como Primeiro Presidente o Deputado Sr. Elysio de Araújo (1906 a 1923). Fonte: <https://www.cbte.org.br/cbte-118-anos-de-historias-e-conquistas/>

³³ A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra foi instalada no Brasil por decreto de 22 de abril de 1821, promulgado pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas em decorrência da Revolução Liberal iniciada na cidade do Porto, e confirmado por ato de 2 de maio de 1822. Fonte: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/340-secretaria-de-estado-dos-negocios-da-guerra>

³⁴ Criada pelo Decreto Imperial nº 778, de 15 de abril de 1851, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 2.677, de 27 de outubro de 1860, a Contadoria Geral da Guerra, instalada na cidade do Rio de Janeiro, é a organização militar precursora da Diretoria de Contabilidade. Fonte: <https://www.sef.eb.mil.br/index.php/om-diretamente-subordinadas/diretoria-de-contabilidade>

promover a padronização visual não apenas entre os corpos combatentes, mas também entre os setores administrativos ligados ao Ministério da Guerra.

O 1º uniforme era formado por casaco, calça de tecido azul ferrete, colete branco e chapéu de abas largas. A casaca, feita de tecido azul ferrete, deveria ser usada aberta, semelhante às vestimentas civis daquele período. As suas mangas tinham um acabamento liso e continham três botões dourados. As marcas de posto deveriam ser colocadas nas mangas, perto do punho, em quantidade equivalente à posição do funcionário, com galão de fita dourada (BRASIL, 1911).

A calça tinha um corte reto e um galão duplo de cordões dourados na costura lateral externa. O conjunto era complementado pelo chapéu armado de pelo de seda preta, destinado às solenidades, com abas elevadas, tope nacional de seda e presilha dourada, além de acabamento em canutilhos dourados. Completava o uniforme as dragonas, as luvas de pelica branca e os sapatos ou botinas de verniz, que garantiam a uniformidade e o caráter cerimonial da apresentação desses quadros administrativos (BRASIL, 1911).

O 2º uniforme era composto por túnica, calça e gorro em tecido azul ferrete. A túnica, de corte justo ao corpo, tinha um formato parecido com o utilizado pelos oficiais militares, sendo fechada por sete botões de metal dourado. A gola, feita de veludo azul ferrete, era lisa, sem ponteiras, com apenas dois distintivos de metal dourado nas pontas e as mangas eram decoradas com carcela do mesmo veludo. O gorro de pala, também na cor azul ferrete, tinha uma cinta com sutaches dourados que indicavam o posto, e um distintivo metálico prateado na parte frontal. Além disso, possuía uma pala rígida revestida com sola preta envernizada e uma correia jugular de couro branco (BRASIL, 1911).

A platina³⁵ era de metal branco, similar à dos oficiais militares, coberta com tecido azul ferrete e continha no centro o distintivo oficial dourado, conforme estipulado na regulamentação. A espada deveria ser reta de uma só braçadeira, igual à adotada pelos oficiais do exército, um talim com *chatelaine* de metal branco, um fiador de couro preto, esporas de metal branco, luvas brancas e botinas inteiriças pretas (BRASIL, 1911).

O 3º uniforme era formado por túnica, calça e gorro com capa, confeccionada em flanela cáqui. A túnica, de fechamento frontal total, possuía sete botões dourados e bolsos sobrepostos com portinholas abotoadas no peito. As platinas eram de metal e revestidas com tecido azul ferrete, com botão e sutaches dourados, na proporção adequada à posição do funcionário, além de um distintivo de metal prateado semelhante ao que era usado no gorro (BRASIL, 1911).

³⁵ Um acessório usado nos ombros.

A calça tinha um corte simples e retilíneo, enquanto o gorro de armação tinha uma cinta de tecido azul ferrete, com sutaches dourados correspondentes ao cargo, além de um distintivo de metal prateado ao centro. O conjunto incluía uma espada reta de uma única mão, um talim com *chatelaine* de metal branco, um fiador de couro preto, luvas marrons de fio da Escócia e esporins de metal branco. A previsão de calçado incluía botinas ou borzeguins amarelos (BRASIL, 1911).

O 4º uniforme era de túnica e calça confeccionadas em brim branco, além de gorro de armação com capa do mesmo tecido. A túnica, baseada no modelo então em uso entre os oficiais militares, possuía sete botões dourados na parte frontal. Em ambos os lados do peito, existiam bolsos sobrepostos, com portinholas do mesmo tecido branco, abotoados por botões dourados menores parecidos com os usados na abotoadura da peça (BRASIL, 1911).

As platinas seguiam o modelo dos uniformes anteriores: fabricadas em metal, revestidas com tecido azul ferrete e com um pequeno botão e sutaches dourados dispostos em ângulo, numerados de acordo com a graduação do funcionário. O vértice dos gorros era direcionado para o botão superior. Entre os gorros e o botão, havia um distintivo de metal prateado (BRASIL, 1911).

A calça tinha um corte reto e sem detalhes. O gorro de armação tinha uma cinta de tecido azul ferrete, decorada na parte superior com sutaches dourados relacionados ao cargo. Na parte frontal e centralizada em relação à pala, o distintivo metálico prateado, conforme mencionado no 2º uniforme. A pala, envernizada de preto, era acoplada a uma correia jugular de couro branco envernizado, que estava atada à cinta do gorro por dois botões dourados. A espada, luvas, esporins e calçados eram semelhantes aos dos uniformes anteriores, mas na cor branca (BRASIL, 1911).

O 5º uniforme era confeccionado em brim de algodão cáqui. A túnica, inspirada no traje dos oficiais militares, estava fechada na parte da frente, com sete botões de massa preta. Em ambos os lados do peito, existiam bolsos sobrepostos com portinholas feitas do mesmo brim cáqui (BRASIL, 1911).

As platinas, também em brim na cor cáqui, se originavam na costura da manga, perto do ombro, e eram fixadas perto da gola através de um botão parecido com o das portinholas. Os distintivos de posto eram colocados sobre essas platinas, representados por sutaches de algodão branco, dispostos em um ângulo com a abertura voltada para fora e o vértice direcionado para a gola. Além disso, na gola da túnica seria colocado um emblema metálico prateado, conforme mencionado no 2º uniforme (BRASIL, 1911).

A calça, feita do mesmo jeans cáqui, tinha um corte reto e simples, enfatizando a funcionalidade do conjunto. O gorro de armação possuía uma cinta em tecido azul ferrete, com sutaches de metal dourado na parte superior, na proporção adequada ao posto. Localizado no centro da parte frontal da cinta, sob a pala, estava o distintivo de metal prateado, o mesmo que foi usado no 2º uniforme. A pala era reta, preta envernizada, com uma correia jugular de couro branco envernizado, acoplada à cinta por dois botões dourados (BRASIL, 1911).

A espada reta de um só punho de padrão militar, o talim com *chatelaine* de metal branco, o fiador de couro preto, as luvas de fio de Escócia na cor marrom, os esporins de metal branco e as botas ou borzeguins na cor amarela. O fechamento do capote, em pano azul ferrete, era feito por meio de botões de massa preta convexos. Na gola do capote, deveriam ser aplicados os mesmos distintivos descritos para a túnica, os quais eram fixados sobre passadeiras metálicas, em número correspondente ao posto do servidor (BRASIL, 1911).

No que se refere aos distintivos funcionais, a norma determinava a diferenciação simbólica entre os quadros administrativos. Os uniformes dos funcionários da Secretaria de Estado da Guerra eram adornados com um símbolo composto por três folhas de carvalho, medindo 0,030m de comprimento por 0,010m, pela base. Já os uniformes dos funcionários da Diretoria de Contabilidade da Guerra continham duas folhas de carvalhos com as mesmas dimensões. Esse elemento distintivo também se fazia presente nos botões utilizados nos trajes regulamentares (BRASIL, 1911).

Quanto ao uso e à destinação dos uniformes, a normativa prescrevia as seguintes orientações. O 1º uniforme teria uso facultativo. O 2º uniforme deveria ser usado em apresentações. O 2º, 3º e 4º uniformes destinavam-se ao serviço interno e externo das repartições. O 5º uniforme era reservado exclusivamente ao serviço interno, sendo expressamente proibido seu uso em passeios ou em contextos externos à rotina administrativa (BRASIL, 1911).

Seguindo a linha dos uniformes militares e paramilitares como instrumentos de produção de identidade, disciplina e pertencimento institucional, os decretos n. 7.468 e n.7875, revelam as facetas distintas e complementares desse projeto de militarização dos espaços público e civil.

O plano de uniforme facultativo para os sócios das sociedades de tiro, incorporadas à Confederação do Tiro Brasileiro, deve ser compreendida à luz do movimento republicano de formação do cidadão-soldado, que visava transformar a prática do tiro esportivo em uma atividade cívica e patriótica, associada à defesa da pátria e ao preparo militar da população civil. Importante ressaltar o uso das cores azul, verde e amarelo, entre outros elementos dos

trajes militares regulares para remeter a uma construção visual do patriotismo e da preparação da defesa da nação.

O uniforme, mais do que um traje, simbolizava a pertença a um ideal republicano-militar, onde o cidadão, mesmo não sendo militar, era convocado simbolicamente a participar do esforço de defesa e edificação da nação. Com suas unidades espalhadas pelo país, a Confederação do Tiro se transformava em um meio de mobilização social e ideológica, e o uniforme, nesse contexto, se transformava em um recurso didático para a cidadania militarizada.

Por outro lado, o plano de uniformes aprovado para os funcionários da Secretaria de Estado da Guerra e da Diretoria de Contabilidade da Guerra demonstra o esforço do governo republicano em incorporar os valores e a estética militar ao âmbito burocrático do Estado. Apesar de parte dos funcionários serem civis, esses colaboradores eram considerados membros institucionais das Forças Armadas, por isso, seus uniformes seguiam os padrões e códigos visuais dos oficiais do Exército.

Além disso, a multiplicidade de fardamentos, com sua variedade de detalhes, distintivos e cores, que variavam de acordo com a ocasião e função, demonstrava como a burocracia militar passou a ser concebida como uma estrutura de autoridade e prestígio. Entretanto, mesmo a diferenciação entre os uniformes, a normatização evidencia o movimento de homogeneização institucional, reforçando a coesão simbólica entre os diversos ramos da corporação. Através do uniforme, pretendia-se não só disciplinar o corpo dos empregados, mas também solidificar a imagem de um Estado moderno, profissional e hierarquizado, no qual até mesmo os funcionários civis ostentavam os sinais visuais da autoridade militar.

Ambos os decretos expressam, embora com ênfases diferentes, um mesmo projeto político-cultural de militarização da sociedade e da administração sob a liderança do exército. Em relação aos associados das sociedades de tiro, isso representa a projeção do militarismo no cidadão comum, convertendo atividades civis, como o tiro esportivo, em cerimônias de civismo e vigilância ideológica. No que diz respeito aos empregados da administração militar, o uniforme funciona como um instrumento de legitimação do *ethos* militar dentro do aparato estatal, incorporando valores como hierarquia, disciplina e autoridade na cultura da administração.

Nesse caso os uniformes não apenas refletem uma estrutura organizacional, mas também produzem identidades políticas. Portanto, percebe-se que esse era um projeto que transcendia a estética, podendo ser lido como uma tentativa política de estabelecer uma

hegemonia simbólica, na qual o uniforme atua como um intermediário entre o Estado, seus agentes e a sociedade, redefinindo os conceitos de pertença e autoridade no Brasil republicano.

Em 29 de setembro de 1910, sob o decreto n.8.254, estabeleceu-se modificações no 2º uniforme dos oficiais graduados da Secretaria de Estado da Guerra e da Diretoria de Contabilidade da Guerra. A medida aprovada pelo Presidente da República incorporava ajustes na túnica, na calça e no gorro desses oficiais, conforme as especificações elaboradas pelo Ministério da Guerra e assinadas pelo general de divisão José Bernardino Bormann, então titular da pasta (BRASIL, 1911).

A túnica adotada seguia o modelo dos oficiais do Estado-Maior, ajustada ao corpo e confeccionada em pano azul-ferrete. Seu fechamento era feito por sete botões convexos de metal dourados, medindo 0,020m de diâmetro, com relevo de folhas de carvalho unidas pelo pé em campo granitado e fosco, um detalhe que evidencia a simbologia militar e a distinção do uniforme (BRASIL, 1911).

A gola, de 0,04m a 0,06m de altura, era de pano garance e possuía um vivo azul ferrete na parte superior, terminando em trapézio da mesma cor com sete centímetros de largura e acompanhando toda a gola. As mangas seguiam o padrão liso e reto, com carcela de pano garance formando punho, sendo adornadas por três botões menores, de 0,013m de diâmetro, idênticos aos da parte frontal da túnica. Acima da carcela, um vivo de pano garance de 0,002m de largura contorna a manga, paralelamente à extremidade inferior. Os galões indicativos do posto são aplicados abaixo desse vivo, confeccionados em galão dourado de 0,010m de largura (BRASIL, 1911).

As platinas são de metal branco, idênticas às já adotadas, avivadas em pano cor garance. A calça, também feita em pano garance, apresentava um corte liso e reto, acompanhada por duas listras de pano azul ferrete ao longo de toda a altura da peça. O gorro manteve o modelo vigente, diferenciando-se pela copa de pano de garance. Os distintivos seriam colocados nas platinas e na gola, sendo estes prateados e aqueles dourados (BRASIL, 1911).

Em 27 de outubro de 1910, sob o decreto n. 8.326 (BRASIL, 1911), houveram modificações intrinsecamente no que se refere à disposição do emblema destinado aos picadores. Em conformidade com essa alteração, determinou-se que o distintivo de metal branco, previamente estabelecido, passasse a ser colocado na gola e no boné, e não mais nas mangas, acima dos galões. Dessa forma, a norma estendeu aos picadores do Exército as disposições já previstas no decreto n. 7.494, de 5 de agosto de 1909, que suprimiu a colocação do emblema dos oficiais desse quadro acima das insígnias indicativas de posto.

No que concerne ao distintivo dos oficiais pertencentes ao quadro de dentistas do Corpo de Saúde, o decreto n. 8.337, de 4 de novembro de 1910, ordenou que passasse a ser constituído por um caduceu confeccionado em metal branco, inserido dentro de um círculo com diâmetro de 0,02m. Já os distintivos utilizados pelos oficiais combatentes das diversas armas, o decreto n. 8.393, de 14 de novembro de 1910, definiu que esses oficiais passariam a usar, como distintivo, o laço denominado “húngaro”, posicionado acima dos galões nos punhos do 1º, 2º e 3º uniformes, e sobre as platinas do 4º, 5º e 6º uniformes (BRASIL, 1911).

Adicionalmente, sob esse decreto, determinou-se a supressão do emblema da arma e de quaisquer outros distintivos que anteriormente figuravam nas platinas. As especificações detalhadas dessa alteração foram estabelecidas com base no modelo oficial arquivado no Departamento da Administração (BRASIL, 1911).

Aos alunos do Colégio Militar também foram introduzidas modificações, pelo decreto n. 8.521, de 18 de janeiro de 1911, como o uso de uma pelerine confeccionada em tecido azul ferrete, com comprimento estendendo-se até a extremidade do dedo médio, considerando o braço em posição pendente. A gola virada, desprovida de ponteiras, deveria ostentar um castelo como distintivo. O fechamento da peça seria realizado por meio de quatro botões aparentes, confeccionados em massa preta, com o emblema do castelo e medindo 0,020m de diâmetro. Outrossim, o decreto determinou mudanças no gorro, que manteve o formato adotado pelos oficiais do Exército, mas passou a apresentar um vivo de tecido branco contornando a faixa externa que circunda a copa (BRASIL, 1911).

Os uniformes dos aspirantes a oficial foram instituídos no decreto n. 8.533, de 25 de janeiro de 1911, no qual informava que a indumentária dessa categoria deveria ser idêntica aos dos oficiais subalternos das respectivas armas ou corporações em que estivessem incorporados, com uma distinção fundamental: a substituição do laço húngaro por uma estrela prateada. Essa insígnia, de dois centímetros de diâmetro, deveria ser fixada nas platinas, enquanto uma versão reduzida, com meio centímetro, seria aplicada nos punhos, a uma distância de seis centímetros acima do galão correspondente ao de segundo-tenente (BRASIL, 1912).

Em 28 de junho de 1911, o decreto n. 8.801 revogou a obrigatoriedade do uso das passadeiras no 1º e 2º uniformes dos oficiais do Estado-Maior general, que havia sido estabelecido no plano anteriormente aprovado pelo decreto n. 1.729-A, de 11 de junho de 1894 (BRASIL, 1912).

Figura 6 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1910 a 1911



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na aquarela, da esquerda para a direita, vê-se, um capitão de infantaria em uniforme de cerimônia; um tenente da mesma arma no 1º uniforme regulamentar; outro tenente de infantaria em traje correspondente ao 4º uniforme; um soldado de infantaria com farda de brim cáqui e equipamento completo de campanha; e, por último, um estudante do Colégio Militar usando o chamado pequeno uniforme (Barroso, 1922).

O decreto n. 9.409, de 6 de março de 1912 (BRASIL, 1912), estabeleceu novas alterações no plano de uniformes do Exército relativamente a algumas de suas peças. Nesse sentido, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Hermes da Fonseca, juntamente com o Ministro da Guerra, Antonio Adolpho da F. Menna Barreto, resolveram que no plano de uniformes para o Exército, aprovado por decreto n 1.729-A, de 11 de junho de 1894, e modificado pelos de n. 1.834, 1.903 e 4.966, respectivamente 4 de outubro, 3 de novembro de 1894 e 16 de setembro de 1903, sofreram alterações.

Primeiramente, destaca-se a substituição das perneiras de couro preto por botas de bezerro para as praças dos corpos montados, além da supressão das perneiras amarelas para os oficiais montados. Ademais, foram adotados os uniformes brancos para as praças dos corpos da primeira à sétima regiões de inspeção permanente, incluindo peças como túnica, calça, capa e respectiva armação. Por fim, foram adotadas as luvas marrons para as praças dos corpos montados, que seriam usadas como o uniforme cáqui (BRASIL, 1912).

Aos oficiais de artilharia e engenharia foram permitidos a adoção, de forma facultativa, de um novo uniforme em ocasiões em que as praças utilizassem o de algodão mescla, ficando

alterado o plano de uniformes, segundo o decreto n. 9.595, de 29 de maio de 1912. Dessa forma, o novo uniforme deveria ser composto de gorro que fosse idêntico ao modelo já existente, mas com capa de algodão mescla azul e sutaches dourados substituídos por outros de algodão iguais aos da platina da túnica (BRASIL, 1912).

A túnica, por sua vez, mantém o modelo adotado para o uniforme de brim cáqui, porém confeccionada em algodão mescla azul. As platinas seguem o mesmo tecido e apresentam o distintivo do posto, composto por tantas listras de sutaches branco quanto forem os galões do oficial, dispostas em ângulo com abertura voltada para o lado da costura. As calças também são de algodão mescla azul, enquanto as demais peças do uniforme seguem o modelo do 6º uniforme (BRASIL, 1912).

O decreto n. 9.624, de 13 de junho de 1912, estabeleceu novas alterações no plano de uniformes do Exército, determinando que fossem empregadas luvas marrons escuras em todos os atos formais para o 3º uniforme dos oficiais do Estado-Maior General, bem como dos quadros das armas e serviços auxiliares. Adicionalmente, tanto o dólmã quanto a túnica dos intendentess passariam a ser de cor preta. A guia de metal branco prateado, a *chatelaine*, seria abolida e substituída por uma de couro envernizada. Por outro lado, o documento revogou a determinação do decreto n. 9.409, de 6 de março de 1912, que havia suprimido as perneiras amarelas para os oficiais montados, restabelecendo assim seu uso. As perneiras de couro preta para as praças dos corpos montados ficam restabelecidas, sendo suprimidas as botas de bezerro (BRASIL, 1913).

Nos 4º, 5º e 6º uniformes, os chefes e outros oficiais dos Estados-Maiores do Presidente da República e do Ministro da Guerra, assim como os oficiais do serviço de Estado-Maior junto às grandes unidades e inspeções permanentes, além dos assistentes e ajudantes de ordem, deveriam utilizar alamares de cordão de seda na cor cáqui, com agulhetas douradas seguindo o modelo já adotado, disposto da esquerda para a direita, conforme o decreto n. 9.847, de 1º de novembro de 1912 (BRASIL, 1913).

Similarmente, em 13 de novembro de 1912, no decreto n. 9.867, foi concebido um distintivo para os alunos da Escola de Artilharia e Engenharia, determinando a adoção de um castelo de metal branco na gola do dólmã ou túnica, alterando assim o plano de uniformes do Exército nessa parte específica (BRASIL, 1913).

O 1º e 2º uniformes dos alunos da Escola Militar, foram modificados sob o decreto n.10.390, de 13 de agosto de 1913. A nova especificação determinava que esses alunos utilizaram na túnica dragonas de pano fino azul turquesa, com palmatória circunda por uma

meia-lua de metal dourado, contendo no centro um castelo de metal branco de 25 mm (BRASIL, 1913).

A meia-lua seria contornada por uma roca dourada de 5mm, seguida por outra roca dourada de 12 mm da qual pendia uma franja de seda encarnada de 80 mm, guarnecida em toda a volta por uma roca dourada de 3 mm. No quepe, seria adaptado um tope de penas viradas para cima, com oliva de metal prateado, sendo as penas divididas igualmente entre as cores azul e encarnada (BRASIL, 1913).

Outrossim, o decreto n. 10.400, de 15 de agosto de 1913, modificou o fardamento dos alunos dos colégios militares, com o objetivo de harmonizá-los com os do Exército quando em 1º e 2º uniformes. De acordo com as novas diretrizes, os alunos, ao vestirem o 1º, utilizaram penacho de lã e charlateira, conforme o modelo estabelecido. O 2º seria idêntico ao 1º, diferenciando-se apenas pela ausência do penacho. O gorro de pala seria adaptado com um dispositivo para a fixação do penacho, e todos os alunos deveriam utilizar luvas e polainas brancas durante as formações (BRASIL, 1913).

O decreto n. 10.527, de 29 de outubro de 1913, alterou o plano de uniformes facultativo para os oficiais do Exército, bem como o uniforme em uso pelos alunos dos colégios militares e pelas praças do Exército. Assinado pelo Presidente Hermes da Fonseca e pelo Ministro da Guerra, general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, o decreto determina que o plano de uniforme facultativo para os oficiais, aprovado em 1906, seria modificado conforme a indicação anexada (BRASIL, 1913).

No que se refere aos alunos dos colégios, institui-se que, ao usarem o 1º uniforme, os oficiais portaram penacho de nas e dragonas, enquanto os demais alunos utilizaram penacho de lã e charlateira, seguindo o modelo vigente. O 2º uniforme seria idêntico ao 1º, mas sem o penacho, e o gorro de pala contaria com um dispositivo para sua adaptação. Além disso, todos os alunos deveriam utilizar luvas e polainas brancas durante as formações. Para as praças a pé de artilharia, o decreto determinava a substituição do poncho pelo capote, igual ao já utilizado pela infantaria (BRASIL, 1913).

Figura 7 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1913



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na imagem, observa-se um tenente do corpo de engenharia vestido com uniforme interno de brim; um tenente do serviço de intendência usando o pequeno uniforme; um aluno da Escola Militar em 1º uniforme; um aluno do Colégio Militar também em 1º uniforme; e, por último, um general de brigada com grande fardamento de cerimônia.

A indicação aprovada pelo decreto n, 10.527, de 29 de outubro de 1913, detalha as especificações do uniforme para os oficiais do Exército. O chapéu armado, modelo claqué, era feito de pelo de seda preta e possuía debrum de fita chamalote de seda preta com 0,04m de largura. Em cada ponta havia uma guarnição de galão dourado com canutilho de ouro. No lado esquerdo, uma presilha de *polytache* dourado, de 0,005m de largura, que era posicionada a partir do meio da aba, levemente inclinada para trás, acompanhada de uma roseta de fita de seda com as cores nacionais, tendo ao centro um botão de 0,011m correspondente à arma, classe ou quadro do oficial. Os generais continuam usando o chapéu do 1º uniforme (BRASIL, 1913).

A casaca era de pano azul ferrete, com modelagem comum e frente do mesmo tecido. Contando com duas fileiras de três botões dourados de 0,020m, que trazem o emblema da arma, classe ou quadro do oficial, além de dois botões idênticos na parte posterior. As mangas são lisas e terminam em canhões do mesmo pano. A costura externa da manga receberia uma guarnição que acompanha a linha até o punho, onde contorna toda a manga. Essa guarnição era composta por um friso de fio de ouro 0,005m, uma fita de lantejoulas fixada por um filete de ouro e uma moldura de canutilho de ouro fosco com forma ondulada (BRASIL, 1913).

Os galões, de *polytache* dourado com 0,006m de largura, seriam aplicados paralelamente à cercadura, sendo o mais próximo posicionado a 0,005m da moldura. Os generais mantinham os canhões do 1º uniforme. O conjunto ainda incluía gravata branca de laço, colete de pano azul ferrete ou seda branca, sem gola, fechado por três botões dourados de 0,011m com o emblema correspondente. A calça era de pano azul ferrete, com uma listra de cadarço de seda preta de 0,012m de largura. Completava-se o uniforme com sapatos pretos de verniz (BRASIL, 1913).

Entre os anos de 1908 e 1913, os fardamentos do Exército Brasileiro passaram por uma série de modificações significativas, refletindo os anseios de modernização da época. Essa busca por inovações e melhoria não eram únicas do território brasileiro, as nações europeias foram abrindo caminho para a modernidade. A cor cáqui se estabeleceu como a cor em vários exércitos, incluindo o exército brasileiro. O seu tom neutro e terroso permitia que os soldados se misturassem à atmosfera lamacenta das frentes de combate.

A alteração da cor e outros elementos do fardamento fazem parte do projeto de republicanização simbólica do Exército. A remoção de elementos decorativos ligados ao Império e a inclusão de símbolos nacionais visavam fortalecer a identidade do Exército como força armada da República e protetora da ordem institucional. Desse modo, o uniforme passa de simples vestuário a um instrumento pedagógico que transmite autoridade, civismo, hierarquia e pertencimento à nação republicana.

Além disso, os planos de uniformes estavam articulados ao processo de racionalização da produção e de incentivo à indústria nacional. A imposição de que os tecidos e insumos fossem produzidos no Brasil, o fardamento começa a funcionar também como um símbolo de uma emergente autonomia industrial e de um nacionalismo econômico em formação. O uniforme atua como intermediário entre os interesses do Estado republicano e o fortalecimento da indústria nacional, transformando-se em um símbolo de soberania produtiva.

A análise dos uniformes do Exército Brasileiro não confirma que os trajes militares alemães tenham influenciado diretamente a indumentária das forças armadas nacionais. As semelhanças pontuais observadas ocasionalmente são mais resultado das tendências globais de funcionalidade e simplificação das roupas de campanha do que de uma adoção intencional do modelo germânico.

Assim, a influência alemã se fez sentir principalmente no âmbito ideológico e doutrinário, além de algumas relações econômicas voltadas à compra de armamentos e equipamentos. No entanto, isso não resultou em uma incorporação visual ou simbólica direta no uniforme militar brasileiro.

Por fim, é importante destacar que, apesar do discurso oficial enfatizar a igualdade dos cidadãos sob a farda, as disparidades sociais e raciais continuavam presentes na estrutura militar. A concepção do uniforme como um meio de nivelamento simbólico entrava em conflito com a realidade de um Exército estruturado em hierarquia, racialmente desigual e socialmente dividido. Enquanto os jovens pobres e negros eram chamados para integrar a base da tropa, as elites seguiam ocupando os postos de comando. Essa situação marca a preservação das estruturas excludentes da sociedade brasileira.

3.2. OS UNIFORMES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

A Grande Guerra provocou alterações na cultura material e simbólica das Forças Armadas, como a troca dos vistosos uniformes azuis, vermelhos e brancos, por roupas de tom cáqui e acinzentado. Por volta de 1910, a maioria dos exércitos adotava cores neutras para proteger seus soldados do peso cada vez maior do poder de fogo disponível nos exércitos europeus. Assim, através do uniforme tentava-se neutralizar o poder exercido sobre o campo de batalha por armas como a metralhadora Maxim, o canhão de 75mm da França ou um Mauser equipado com mira óptica (North, 2011).

A troca de uniformes brilhantes e chamativos por tons marrons e verde, a forma como os distintivos de patentes se tornaram sutis em vez de extravagantes e como os equipamentos de proteção foram adaptados às exigências da guerra moderna mostram o quanto se tornou importante negar informações sobre seu exército ao inimigo. Em 1908, diante da experiência na Guerra dos Bôeres (1899-1902), os britânicos introduziram o cáqui aos seus uniformes, os búlgaros seguiram o exemplo e usaram o marrom, enquanto os alemães adotaram o cinza-campo em 1910 (North, 2011).

A França tentou um tecido marrom esverdeado em 1911, mas não recebeu aprovação oficial, então entrou em combate, em 1914, com as cores azul e vermelho. Essa escolha era defendida pelos conservadores que acreditavam que a camuflagem era covardia e que a tática francesa girava em torno de deixar o inimigo ver e ser intimidado por ataques de baioneta, as cores vibrantes serviam a um propósito. Esse experimento se mostrou custoso (North, 2011).

Assim, no começo da guerra, diversos exércitos ainda desfilavam com cores vivas, como o azul tradicional dos franceses, com o vermelho das pantalonas ou o branco elegante dos austro-húngaros. A utilização intensiva de metralhadoras, artilharia pesada e vigilância aérea rapidamente evidenciou que a visibilidade elevada era fatal. A manutenção da vida nas

trincheiras demandava camuflagem, discrição e adaptação ao ambiente, características incompatíveis com os uniformes de inspiração napoleônica ou russa (North, 2011).

Cada exército tinha seu regulamento de vestimenta e códigos detalhados para cada função, contudo, nem sempre eram respeitados em campo. Havia modificações feitas de forma individual, sem a sanção de um oficial, observado em fotografias e cartas de soldados. O abastecimento representava um problema para os departamentos de guerra, e era frequente que soldados fossem enviados para o *front* com uniformes desatualizados ou individuais enviados de suas casas. Sem reposições, alguns exércitos usavam material capturado dos inimigos. Diante desse contexto, observava-se uma variedade de cortes, cores e mistura de itens nos campos de batalha (North, 2011).

Os capacetes e quepes também foram usados pelos exércitos nessa época, todavia, poderiam ser pintados com tinta *matte* ou cobertos com capa de tecido para não atrair tanta atenção. Outra modificação acentuada pelas condições na frente de batalha foi em relação às insígnias. Os oficiais achavam prudente disfarçar ao máximo suas patentes para evitar serem alvos, chegando a usar uniformes de outras patentes com o mínimo de insígnias. Os calçados foram impermeabilizados e tiveram os revestimentos coloridos reduzidos a tiras de tecidos. Assim, entre 1914 e 1918, houveram modificações na forma como os militares estavam se vestindo (North, 2011).

Dias antes de eclodir a Grande Guerra, foi alterado o plano de uniformes do Exército, especificamente em relação aos quepes e gorros, pelo decreto n. 10.989 de 15 de julho de 1914, assinado pelo então Presidente da República Hermes da Fonseca e pelo Ministro da Guerra, General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.

De acordo com o texto, a modificação incidia sobre a forma da pala dos quepes e gorros dos oficiais do Estado-maior General, dos oficiais pertencentes aos quadros das armas e dos serviços auxiliares, bem como os utilizados pelos alunos das escolas e colégios militares e pelas praças do Exército, determinando que passassem a adotar uma pala curva, modelada em formato semelhante ao de uma telha, sendo guarnecida por um friso ao longo do seu contorno e debruada com pelica preta (BRASIL, 1915).

Figura 8 - Uniformes do Exército Brasileiro de 1914



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na ilustração, observa-se um aluno capitão do Colégio Militar em uniforme de gala; um músico de infantaria no mesmo traje cerimonial; um soldado de cavalaria em pequeno uniforme com capote; um soldado de infantaria também em pequeno uniforme; e, finalmente, um aluno da Escola Militar em fardamento cáqui (Barroso, 1922).

O aviso n. 675, datado de 4 de setembro de 1914 expedido pelo Ministério da Guerra e assinado pelo General Vespasiano, comunicou uma alteração pontual na tabela de fardamento destinada às praças das unidades do Exército Brasileiro. A partir de 1º de janeiro de 1915, entraria em vigor a redução da quantidade anual de pares de calçados distribuídos às praças, passando de seis para quatro pares por ano. Tal medida revogava parcialmente o conteúdo do aviso n.46, de 8 de setembro de 1909, o qual havia estabelecido a distribuição anterior (BRASIL, 1915),

Essa mudança era um reflexo de ajustes orçamentários e logísticos em meio a conjuntura da época. Atendendo ao momento de crise financeira do país, o Departamento de Administração, buscou reduzir as despesas de fardamento por praça que era de 195\$979 réis a 155\$781 réis. Destarte, não seria prejudicado o uniforme pela substituição de várias peças de vestuário, conforme as tabelas de ajuste de contas (BRASIL, 1915).

A previsão orçamentária para as despesas com fardamento, calçado, colchões e roupa de cama para o ano de 1915 foi estimada em 3.183:318\$683 réis. Os fornecimentos efetivamente realizados aos corpos e estabelecimentos militares durante o ano anterior ultrapassaram consideravelmente essa cifra, atingindo o montante de 7.472:607\$691. No que tange à gestão orçamentária e controle contábil, foram processadas e escrituradas 1.034 contas,

que totalizaram 2.314:097\$740 réis. Tais volumes de registros evidenciam a complexidade administrativa envolvida na manutenção logística das forças armadas e as diferenças entre as estimativas e os gastos efetivos (BRASIL, 1915).

A repartição de costuras, por sua vez, foi responsável pelo corte e manufatura do fardamento e da roupa de cama destinados ao uso do efetivo militar. Observa-se que, de modo geral, os preços das peças de fardamento sofreram redução em decorrência de aquisições regulares e bem negociadas. No entanto, o brim cáqui, insumo essencial na confecção dos novos uniformes padronizados, apresentou um aumento expressivo em seu valor de aquisição, com elevação estimada em 40%, o que refletiu diretamente nas despesas e nos reajustes logísticos enfrentados pelo Ministério da Guerra (BRASIL, 1915).

A conjuntura de instabilidade orçamentária, agravada pela crise internacional fruto dos reflexos da Grande Guerra, exigiu ajustes nos gastos públicos da economia brasileira. Nesse contexto, o Ministério da Guerra implementou uma política de redução de custos que teve um impacto direto no vestuário militar, diminuindo o valor por praça de 195\$979 para 155\$781 réis. A alegação de que essa redução não afetaria a qualidade do uniforme contraria, em certa medida, os relatos posteriores da tropa da FEB, que indicam a rusticidade e inadequação de algumas peças.

A análise entre a previsão orçamentária e os gastos efetivamente realizados evidencia um descompasso frequente entre planejamento e execução, característica da administração pública da Primeira República, que ainda estava em processo de modernização burocrática. As mais de mil contas processadas e os registros contábeis minuciosos evidenciam a complexidade do sistema logístico e financeiro necessário para sustentar as forças armadas. Simultaneamente, indicam as dificuldades de controle dos gastos.

A atuação do departamento de costura, encarregado da fabricação dos uniformes, também merece destaque. Havia um esforço para internalizar parte da produção militar, provavelmente com o objetivo de economizar ou gerenciar de forma mais eficaz a cadeia de suprimentos. No entanto, o aumento de 40% no valor do brim cáqui, material fundamental para os uniformes padronizados, destaca as limitações desse controle. Essa alta pode ser entendida como a falta de insumos importados e as variações de preços no mercado global, impactado pelo conflito na Europa.

O aviso ministerial de 17 de fevereiro de 1914, n.16 sinalizava uma mudança administrativa na gestão dos serviços de costura destinados ao exército. Dirigido ao Chefe do Departamento de Administração, o documento responde a uma consulta sobre a constituição do então Conselho de Compras, em virtude da recente transferência da supervisão do serviço

de costuras, anteriormente sob responsabilidade do diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, para o próprio Departamento de Administração (BRASIL, 1915).

Em resposta, o Ministro da Guerra, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, esclareceu que, com a mudança de competência, não havia mais justificativa para a manutenção do referido conselho, cuja função era estabelecida pelo regulamento aprovado pelo decreto n. 3.193, de 12 de janeiro de 1899, já revogado à época. Esse conselho tinha como atribuição promover aquisições relativas ao fardamento, equipamento e arreios. Diante disso, o ministro determinou que todo o serviço de aquisições fosse conduzido exclusivamente pela Comissão de Compras, que, conforme o regulamento ainda vigente, detinha a competência para realizar a aquisição dos materiais destinados às forças armadas (BRASIL, 1915).

Em meio ao fervor da guerra europeia, foi promulgado em 30 de setembro de 1914, pelo decreto n.11.116 outras alterações no plano de uniformes. Dentre as mudanças estabelecidas, destaca-se a extensão do uso de luvas de cor marrom ao 3º uniforme das praças dos corpos montados, conforme previsto no decreto n. 9.409, de março de 1912. Além disso, foi revogada a terceira alteração referida naquele mesmo decreto, a qual havia instituído o uso de uniforme branco para as praças das unidades situadas nas 1ª e 7ª regiões de inspeção permanente (BRASIL, 1915).

Outra mudança incluía a substituição da jugular de couro branco presente nos gorros de pala das praças, que passaram a ser confeccionadas em couro de cor natural, promovendo maior uniformidade com os demais itens do fardamento. Também se determinou a substituição dos capotes e ponchos em tecido azul ferrete por capotes confeccionados em tecido cáqui, tanto para as praças dos corpos a pé quanto para as montadas, conforme os modelos então existentes no Departamento da Administração (BRASIL, 1915).

Por fim, o decreto suprimia algumas peças do vestuário militar, assim foram suprimidas a blusa de baeta azul destinada às praças dos corpos situados nos estados do Sul, sendo substituída por uniforme completo de algodão mescla para uso em serviços internos e de faxina, de acordo com o 6º uniforme das praças da capital dos estados do Norte, de Goiás e do Mato Grosso. Ademais, foi também extinto o uniforme de flanela cáqui, embora este continue a ser distribuído para os estados do Sul e para Minas Gerais (BRASIL, 1915).

Figura 9 - Uniformes de Campanha em 1914



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem retrata os uniformes de campanha usados por diversas graduações e cargos no Exército Brasileiro. Da esquerda para a direita, há um soldado de cavalaria, um porta-bandeira de infantaria e um cabo da mesma arma. As diferenças percebidas nos uniformes refletem tanto a particularidade das funções desempenhadas quanto a tentativa de padronização no âmbito da atuação em campo, demonstrando a conexão entre funcionalidade, distinção hierárquica e identidade visual no contexto militar (Barroso, 1922).

Ainda em 30 de setembro de 1914, foi emitido pelo Ministério da Guerra o aviso n. 765 A (BRASIL, 1915), que completava e operacionalizava as determinações do decreto n. 11.165. Endereçado ao Chefe do Departamento da Guerra, o aviso especificava que os talins brancos ainda existentes nos depósitos das intendências, utilizados pelas praças dos corpos montados, deveriam ser aproveitados mediante pintura em cor cáqui, desde que estivessem acompanhados de chapas com distintivos, em consonância com a mudança para correame em “cor natural” instituída pelo referido decreto.

O documento determinava também que, no caso do equipamento de infantaria, cinturões e seus acessórios seriam concedidos exclusivamente às praças dos batalhões de artilharia de posições aquartelados em fortalezas, reforçando critérios de distribuição racional e funcional. Além disso, as polainas de brim branco e de couro marrom, bem como os capotes de pano cáqui, passariam a ser considerados carga das unidades, ou seja, itens sob responsabilidade direta do coletivo militar, com durações específicas conforme a região: dois anos para as praças dos Estados do Sul e de Minas Gerais e três anos para as das guarnições da capital federal, Estados do norte, Goiás e Mato Grosso (BRASIL, 1915).

Com o intuito de garantir a uniformidade visual das tropas durante as marchas em ordem de campanha, determinava-se a substituição da cor vermelha dos cobertores pelo cáqui, passando estes também à condição de carga da unidade, equiparando-se funcionalmente à roupa de cama. Os ponchos, capotes e cobertores existentes só seriam substituídos quando atingissem o tempo regulamentar de uso, devendo os excedentes das intendências da capital serem redistribuídos às unidades das guarnições estaduais (BRASIL, 1915).

Outrossim, o documento ampliava o uso do fardamento de algodão mescla, anteriormente reservado ao serviço de faxina, para as atividades de serviço interno e exercícios, aumentando a durabilidade para seis meses. A camisola seria substituída pela antiga blusa, e o gorro pelo capote do mesmo tecido, com prazo de uso fixado em quatro meses (BRASIL, 1915).

O fardamento de brim cáqui, inicialmente com duração prevista de seis meses, teria sua duração reduzida para quatro meses na capital federal, nos estados do norte, Goiás e Mato Grosso. Nesses mesmos territórios, o fardamento de flanela cáqui foi suprimido, mantendo-se apenas nas regiões sul e em Minas Gerais, onde o brim cáqui conservaria a duração original de seis meses (BRASIL, 1915).

Outro ponto relevante foi a extensão do tempo de uso dos uniformes de pano e respectivos gorros de pala, bem como das botas de couro de fabricação russa utilizadas pelos sargentos-ajudantes montados, que passaram a ter durabilidade de dois anos, em vez de um. Além disso, determinou-se o acréscimo de uma unidade de gorro de pala, destinada ao uso com a capa correspondente, com duração de um ano (BRASIL, 1915).

No que tange à administração e controle de estoque de fardamento, o aviso reafirma que os uniformes não constituem suplemento de vantagem para as praças, conforme já declarado no aviso n.870, de 8 de junho de 1908. Desse modo, ficava vedada a emissão de títulos de dívida referentes a peças vencidas e não recebidas, da mesma forma que a distribuição de peças em duplicata para compensação de tais débitos. Os ajustes de contas relativos ao fardamento foram restabelecidos e deveriam seguir modelos padronizados pelo Departamento de Administração, devendo ser remetidos juntamente com o mapa de conta corrente na segunda quinzena de janeiro de cada ano para conferência e controle institucional (BRASIL, 1915)

No caso de expulsão de praças do serviço ativo, o aviso determinava que essas deveriam abonados um conjunto básico de fardamento de brim, composto por calça e paletó, além de um chapéu de palha ou de feltro, sendo, nesse momento, arrecadado os itens pertencentes ao uniforme de pano, incluindo gorro, túnica e capote (BRASIL, 1915)

O aviso ministerial de 30 de outubro de 1914, n.143, comunicou a aprovação formal das novas tabelas de fardamento e dos modelos de ajuste de contas relacionados, ambos elaborados pelo Departamento de Administração. Destinado ao chefe desse departamento, o documento validava as propostas encaminhadas por meio do ofício n.2.336, datado de 7 do mesmo mês (BRASIL, 1915)

A guerra europeia impediu que o Brasil recebesse uma encomenda de baterias de artilharia e fuzis-metralhadoras, da qual já haviam sido pagas algumas prestações. Assim, o Ministro da Guerra e General de Divisão José Caetano de Faria advertiu que para a defesa nacional não bastava que se dispusessem de pessoal suficiente, mas era preciso também o material correspondente em armamento, munição, fardamento, viaturas, etc. Dessa forma, expressou a necessidade fabricar-se no país as produções para se formar um estoque de guerra (BRASIL, 1915).

Não obstante, o ministro destacou que as dotações orçamentárias destinadas aos setores de materiais de uso militar, especialmente o fardamento, revelavam-se insuficientes, a ponto de não atenderem sequer às demandas ordinárias. Apesar desse quadro, os esforços da Intendência da Guerra e do Serviço de Administração resultaram em redução do custo anual de fardamento por praça, que passou de 195\$979 réis em 1914 para 155\$781 réis em anos subsequentes, demonstrando a racionalização dos gastos por meio de medidas administrativas de contenção (BRASIL, 1915).

Diversas modificações foram introduzidas nos uniformes militares com o objetivo de reduzir despesas e os custos logísticos. Entre as medidas adotadas, suprimiu-se o dólmã do uniforme dos oficiais, uniformizando-se o uso do *bonnet* modelo americano para oficiais e praças no 4º, 5º e 6º uniforme. Também foi suprimida a banda distinta dos generais, sendo-lhe determinado o uso do mesmo quepe tanto no 2º quanto no 3º uniforme, sendo este último ainda simplificado pela substituição do bordado da calça por uma fita de seda. Os generais, que anteriormente dispunham de quatro quepes com bordados distintos, passaram a utilizar apenas dois modelos, cada qual com um bordado específico. (BRASIL, 1915).

Adoção do *bonnet* americano, além de representar um elemento de economia e estética elegante, foi justificada por sua adequação ao serviço de campanha, superando, nesse aspecto, o tradicional gorro de pala. Embora os regulamentos prescrevessem o uso do chapéu em situações de campanha, a prática revelava outra realidade: em operações como as de Canudos e do Contestado, a tropa frequentemente marchava com os itens disponíveis, o que, na maioria das vezes, excluía o chapéu (BRASIL, 1915).

Outra alteração foi a mudança da cor do capote, corrigindo-se, assim, a incongruência de empregar o uniforme cáqui, de baixa visibilidade a longa distância, em conjunto com um capote de cor azul ferrete, cuja tonalidade anulava a vantagem de camuflagem proporcionada pelo primeiro (BRASIL, 1915).

Suprimiu-se, no começo do ano, o uso do uniforme mescla, noutro reservado às atividades de faxina, e determinou-se o abono de um fardamento adicional de brim cáqui. A justificativa para tal medida repousava na compreensão de que as tarefas de faxina deveriam ser realizadas com peças de uniformes já desgastadas e, portanto, inaproveitáveis para os serviços que eram destinados. Através de instruções normativas, o serviço de fardamento foi regulamentado, consolidando-se a doutrina de que o uniforme não integrava os vencimentos do soldado, sendo propriedade do Estado, devendo ser utilizado exclusivamente em seu serviço (BRASIL, 1915).

Tal concepção, alinhada com a prática adotada nos exércitos estrangeiros, visava disciplinar a gestão de fardamentos em unidades militares, permitindo aos capitães organizarem coleções de uniformes de reserva, que pudessem ser prontamente mobilizadas em caso de necessidade. Esta política de racionalização seria mais eficaz com a adoção de um tecido único, ou ao menos de cor padronizada, para todos os uniformes, o que facilitaria a produção, o controle logístico e a substituição das peças (BRASIL, 1915).

Essa diretriz encontrava eco na máxima do marechal francês Morand, segundo a qual a organização dos exércitos deveria priorizar os uniformes de campanha, aos quais se acrescentariam, posteriormente, os ornamentos e enfeites demandados pelo gosto, ora refinado, ora questionável, da moda urbana (BRASIL, 1915).

O fardamento era destinado de maneira adequada, conforme estabelecido pelas disposições vigentes à época, sendo que diversas peças, ao invés de descartadas, eram reaproveitadas nas oficinas de alfaiataria militar. Tal prática resultava em sensível economia para a administração do exército, evidenciando o esforço em racionalizar os recursos disponíveis e prolongar a vida útil dos materiais por meio de processos de reutilização e remanufatura (BRASIL, 1915).

A produção realizada pela oficina de alfaiataria no ano de 1915 destacou-se como uma das mais econômicas do período. Por meio do aproveitamento de sobras de tecidos provenientes do corte e da reutilização de peças recolhidas, foi possível alcançar uma economia de 17:166\$068 réis. Ademais, do crédito de 350:000\$000 réis destinados à manufatura de fardamento, permaneceu um saldo de 14:830\$048 réis. Tal economia deveu-se, em grande

parte, à redução natural da produção, decorrente da escassez de matéria-prima disponível (BRASIL, 1915).

A reutilização de peças de fardamento e o aproveitamento de sobras de tecidos evidenciam uma prática de racionalização de recursos em meio a limitações orçamentárias e logísticas. Essa situação evidencia a realidade da nação diante das dificuldades financeiras. Todavia, a manutenção da aparência militar precisava ser mantida, como elemento simbólico importante na construção da autoridade e da hierarquia. Adapta-se, assim, às condições da economia e da disponibilidade de insumos.

De acordo com o aviso n.116, datado de 22 de janeiro de 1915 estava aprovado o uso continuado, pelas praças de todas as regiões militares, com exceção da 9ª Região de Inspeção Permanente, do fardamento de tecido mescla e dos respectivos gorros confeccionados com a mesma fazenda, enquanto houvesse disponibilidade desses itens em depósito. Essa decisão visava a contenção de gastos e o aproveitamento máximo dos materiais disponíveis, evidenciando um esforço da administração militar em manter a funcionalidade da tropa sem incorrer em novas despesas antes da exaustão do estoque anterior (BRASIL, 1915).

Foi autorizada a concessão de apenas uma nova armação de gorro com pala no ano de 1915, com datas específicas de entrega, 31 de dezembro para a maioria das praças e 30 de abril para aquelas localizadas na 9ª Região. As exceções foram feitas apenas para novos alistados, conforme a Tabela de Fardamento nº 1, demonstrando o grau de controle burocrático que regulamenta a distribuição de uniformes conforme a situação de cada soldado (BRASIL, 1915).

O mesmo aviso apresentava ainda uma orientação quanto à destinação de vestuário aos militares excluídos do serviço ativo, estabelecendo um “vestuário caritativo” composto por peças básicas como camisa, ceroula, meias, sapatos, paletó e calças brim, além de chapéu de palha ou feltro. Cada item vinha acompanhado de uma estimativa de duração, de seis meses a um ano. Essa medida também visava aproveitar o estoque excedente do departamento militar, sobretudo de chapéus, calças e paletós que haviam sido acumulados em anos anteriores (BRASIL, 1915)

Em 25 de janeiro de 1915, o aviso n.134, levou a uma ressalva do processo de reformulação do vestuário militar instituído pelo decreto n.11.445, de 20 de janeiro do mesmo ano. Nele, o então responsável pelo ministério, José Caetano de Faria, declarou que a substituição do dólmã pela túnica de pano, determinada para o 1º e 2º uniformes, não se aplicava aos generais do Exército (BRASIL, 1916).

Tal disposição aponta para um elemento recorrente na cultura material das forças armadas brasileiras, a distinção estética e simbólica entre diversos postos e graduações. Embora

o dólma estivesse sendo abolido em favor da túnica, os generais permaneciam autorizados a utilizá-lo, preservando um traço de distinção visual e hierárquica. No plano estético, a manutenção do dólma para os oficiais-generais pode ser interpretada como uma tentativa de preservar a aura aristocrática e cerimonial que esse posto ainda carregava (BRASIL, 1916).

O aviso n.25, expedido pelo Ministério da Guerra em 19 de fevereiro de 1915, trata de aspectos logísticos e administrativos da distribuição e controle do fardamento militar, especificamente no que tange à transição entre a antiga e a nova tabela de fardamento. O documento responde a uma consulta do comandante do 19º Batalhão de Artilharia, refletindo preocupações práticas relativas à posse, à carga e à durabilidade das peças de vestuário distribuídas às praças (BRASIL, 1916).

Duas dúvidas principais nortearam a consulta, a primeira se os comandantes deveriam considerar como “carga” das unidades as peças vencidas até 31 de dezembro de 1914, e a segunda se as peças ainda em uso, mas atribuídas sob a vigência da tabela anterior, passariam a obedecer aos novos prazos de duração estabelecidos pela nova regulamentação. A preocupação com a “carga” das peças, ou seja, com sua responsabilização material, refletia a tentativa de racionalização burocrática e de controle patrimonial dentro das unidades e da administração cotidiana do Exército (BRASIL, 1916).

A resposta ministerial distinguiu que, as peças distribuídas até o final de 1914 seriam consideradas propriedade individual das praças e, portanto, não deveriam ser incluídas como carga das unidades, apenas as distribuídas a partir de 1915 passariam a integrar esse controle logístico. Com relação à duração, o aviso estabelece que as peças entregues antes da nova tabela deveriam seguir os prazos antigos de validade, salvo aqueles fornecidos por conta da dívida de 1914, as quais se adaptam às novas regras (BRASIL, 1916).

Outra decisão que revela nuances sobre a cultura institucional e administração da aparência militar no contexto da modernização do Exército durante a Primeira República, foi o uso facultativo do uniforme mescla azul aos oficiais das armas de infantaria e cavalaria, discutido no aviso n.343, de 3 de março de 1915 (BRASIL, 1916), que havia sido regulamentado originalmente pelo decreto n.9.595, de 29 de maio de 1912.

A mescla azul foi introduzida como parte do processo de simplificação e uniformização dos trajes militares, seguindo tendências internacionais da época que buscavam adaptar os exércitos às exigências do combate moderno, marcado pelo uso de armamentos mais letais e pela necessidade de maior mobilidade e camuflagem. O decreto de 1912 já autorizava o uso da mescla azul, mas sua aplicação estava restrita a determinados corpos e funções. Ao ampliar

essa autorização aos oficiais da infantaria e cavalaria, o aviso de 1915 contribui para uma gradual horizontalização estética e funcional do fardamento (BRASIL, 1916).

A adoção, ainda que parcial, da mescla azul também deve ser entendida no contexto do esforço por racionalizar os gastos públicos com fardamento, reduzir as distinções excessivas entre postos e armas, e fomentar uma imagem de modernidade organizacional. A aproximação com os tons discretos utilizados por exércitos contemporâneos marca mais um passo no projeto de construção de uma nova identidade visual e institucional do Exército Brasileiro (BRASIL, 1916).

O aviso n. 417, datado de 16 de março de 1915 (BRASIL, 1916), responde a uma consulta administrativa sobre a padronização do fardamento dos primeiros-sargentos no contexto da reorganização do Exército prevista para aquele ano.

Sr. Chefe do Departamento da Administração - Constando das observações, dos quadros, dos efetivos das armas, organizados de acordo com a remodelação do Exército para 1915, que os 1º sargentos usaram armamento, calça, túnica e quepe de modelo igual ao de sargento ajudante e usando este os uniformes de fazenda e feitiço iguais aos dos oficiais, conforme estabelece o plano aprovado pelo decreto n 7.201, de 30 de novembro de 1908, e presumindo se das ditas peças tratar-se do 1º e 2º uniformes pela citação do quepe, que só é neles usados, consultas, em ofício n.412 de 8 do corrente, se as peças de fardamento referidas nos citados quadros são de pano fino como as de oficiais ou de pano regular como as das praças, e se todos os 1º sargentos terão direito aos mesmos, e, no caso negativo, quais os contemplados (BRASIL, Ministério da Guerra, 1916, p. 42-43).

Diante disso, foi declarado em solução que o fardamento dos primeiros sargentos deveria ser do mesmo pano das praças, tratando a observação dos quadros apenas do modelo daquele fardamento, que deveria ser usado por todos os primeiros sargentos previstos nos quadros contemporâneos em vigor, não se devendo fornecer armamento aos amanuenses.

Os primeiros sargentos ganham o direito de usar uniformes com o mesmo corte e modelo dos oficiais, mas não com o mesmo tecido, o que impede uma completa mimetização visual e reforça a manutenção simbólica da distância hierárquica. Ao mesmo tempo, a decisão confere à graduação de primeiro-sargento certo grau de prestígio visual, sinalizando um reconhecimento institucional da sua função intermediária entre a oficialidade e a tropa comum.

Outro ponto de destaque é a menção explícita à exclusão dos amanuenses militares, que eram servidores administrativos, do direito ao armamento, demonstrando uma diferenciação funcional, apesar de poderem usar fardas, os amanuenses não eram combatentes e, portanto, não deveriam carregar armas. Essa distinção reforça a ideia de que o uniforme não apenas vestia, mas também classificava, distinguia e regulava os corpos.

O aviso n.472, de 25 de março de 1915 foi uma resposta oficial às dúvidas levantadas por comandantes de unidades de cavalaria sobre a aplicação prática das mudanças introduzidas pelo decreto n.11.445, de 20 de janeiro do mesmo ano, que havia substituído o dólmã pela túnica no 1º e 2º uniformes. As questões versam sobre o uso do quepe com penacho e a substituição das perneiras e esporas por botas com esporins (BRASIL, 1916).

Sr. Chefe do Departamento de Guerra - Tendo o comandante do 4º esquadrão do 10º regimento de cavalaria consultado ao da 3ª brigada da dita arma, se, em virtude do decreto 11.445, de 20 de janeiro último, que modificou o plano de uniformes no exército, no 1º e 2º uniformes, deve o oficial continuar a usar o quepe com penacho no 1º uniforme ou se passará a usar o gorro nestes uniformes, e se o oficial montado deixará de usar esporas nas perneiras nos 5º e 6º uniformes ou se montará de botas e esporins, deixando, por conseguinte, de usar perneiras e esporas (BRASIL, Ministério da Guerra, 1916, p. 45).

Declarado em solução a tais consultas que o citado decreto substituindo o dólmã pela túnica nos 1º e 2º uniformes. Não sendo nada dito sobre o quepe, este continuaria a fazer parte desses uniformes, quanto a salteira ou esporim, não deveria ser usada nos uniformes em que o oficial estivesse de botina, nos quais usaria espora quando tivesse que montar, além disso, esta peça de uniforme ficou reservada para a bota e, por isso, só poderia ser usada nos 1º, 2º e 3º uniforme, únicos em que o oficial poderia usar esse calçado.

Assim, observa-se que o quepe permanecia como elemento distintivo da oficialidade e as botas também como um marcador da função operacional, dado que, havia uma distinção entre uniformes de serviço, de gala ou de campanha.

Em relação ao fardamento para as praças da força permanente da fábrica de pólvora da estrela e da companhia de praças da escola militar, que não foram consignadas nos quadros do decreto n.11.499, de 23 de fevereiro findo, ficou estabelecido de acordo com o aviso n.465, de 26 de março de 1915 que tais forças pertenciam a companhia de infantaria de estabelecimentos militares, cuja sede estava localizada na Escola Militar. Esse aviso evidencia a integração de todos os segmentos do Exército, incluindo os fora do campo de combate. Vestir-se com o uniforme regulamentado significava pertencer oficialmente ao corpo institucional, mesmo que lotado em funções de apoio ou ensino (BRASIL, 1916).

Em 23 de abril de 1915, pelo aviso n.89, em solução ao ofício n.591, de 31 de março findo, ficou estabelecido que o 3º uniforme das praças deveria ser usado em serviço somente nos funerais e formaturas especiais para os quais ele foi marcado, usando em todos os outros serviços o uniforme cáqui. Não se forneceriam mais as peças constitutivas desse uniforme, isto

é, túnica e calça, sendo ele formado com as peças iguais existentes em arrecadação para o 1º uniforme e ficando a duração dessas reduzidas a dois anos (BRASIL, 1916).

O gorro fornecido para o 3º uniforme seria substituído por uma capa de pano garance, a qual se adaptaria a armação que à época se distribuía com duração de dois anos. O Ministro da Guerra também autorizou a distribuição, para o uso dos primeiros sargentos dos corpos a pé, das espadas com bainha de couro até que se esgotasse o estoque existente. Aos primeiros sargentos não se deveria distribuir o equipamento destinado às outras praças (BRASIL, 1916).

Os esclarecimentos sobre a 2ª e 3ª parte do aviso n.89, foi estabelecido no aviso n.100, de 4 de maio de 1915, no qual a calça e túnica do 3º uniforme passariam a ser de responsabilidade da unidade e seriam utilizadas nesse, bem como no 1º e 2º uniformes. A capa na cor garança constitui-se igualmente carga da unidade, com duração prevista de dois anos, devendo adaptar-se à mesma armação distribuída, cuja durabilidade era de um ano (BRASIL, 1916).

A substituição do gorro com pala somente se tornaria efetiva após a distribuição de todo o estoque remanescente dessa peça de fardamento existente naquele departamento e nos depósitos das respectivas intendências. A distribuição da capa garança deveria ocorrer quando o gorro com pala tivesse completado seu tempo regulamentar de uso, e não fosse substituído por outra peça, em razão da extinção do referido estoque.

O fardamento dos primeiros sargentos músicos foi tema para o aviso de 1º de junho de 1915:

Sr. Chefe do Departamento da Guerra, o capitão do 7º Regimento de Infantaria, Augusto Cândido Caldas, considerando que está devidamente esclarecida a situação dos primeiros sargentos músicos - os quais gozam de regalias idênticas às dos demais primeiros sargentos - e, igualmente, que estes utilizam fardamento e armamento semelhantes aos dos sargentos-ajudantes, consulta se aqueles também têm direito ao uso de fardamento e armamento idênticos (BRASIL, Ministério da Guerra, 1915, p. 69).

Em solução, o Ministro da Guerra declarou que não havia dúvidas sobre os direitos dos primeiros sargentos músicos ao uso de fardamento e armamento, devendo ser iguais aos dos demais dos primeiros sargentos.

Outro questionamento, surgiu por parte do 2º tenente intendente do 8º Regimento de Infantaria, João Maria do Amaral, no aviso n.915 de 11 de junho de 1915. A consulta era se poderia ser estendido aos oficiais intendentess que servem nos regimentos de infantaria o uso do uniforme de algodão mescla, a exemplo dos demais oficiais intendentess que servem nos corpos montados e qual a gratificação devida a um 2º tenente intendente servindo em regimento

de infantaria, tendo em vista a alteração ocorrida no artigo 1º das instruções para distribuição no quadro de intendentes, às quais se refere a portaria de 5 de janeiro de 1900, publicada no Boletim do Exército n. 254, de 25 de janeiro de 1913 (BRASIL, 1916).

Em resposta, o chefe do Departamento de Guerra declarou que não havia impedimento quanto ao uso do uniforme de algodão mescla azul pelos oficiais intendentes que servem nos regimentos de infantaria. Sobre a gratificação do posto devida ao 2º tenente intendente, nas condições apresentadas, por ser a função do oficial intendente equivalente à do 2º tenente capitão no serviço arregimentado ou similar. Assim, a padronização eram preocupações presentes nos avisos, além da questão da valorização e prestígio das funções em uma lógica meritocrática (BRASIL, 1916).

Em 1º de julho de 1915, pelo aviso n.149, foi enviada ao Senhor Chefe do Departamento de Administração, a resposta ao ofício enviado pelo capitão-ajudante do 7º Regimento de Infantaria ao Comando da 7ª Região Militar, datado de 19 de abril último, sobre o procedimento adequado para os pedidos de fardamento, sendo declarado que tais pedidos deveriam ser apresentados nos períodos previamente estabelecidos (BRASIL, 1916).

Uma vez devidamente autorizados, deveriam ser encaminhados às intendências das unidades militares. Caso os objetos ou artigos solicitados não estejam disponíveis no momento, as intendências deveriam reservá-los para atendimento oportuno. Sendo este procedimento tradicionalmente adotado nos corpos do Exército, não haveria razão justificável para alterar esse método, segundo José Caetano de Faria (BRASIL, 1916).

Esse aviso evidencia aspectos do funcionamento da logística e da administração militar sobre a solicitação de uniformes e as práticas já consolidadas, vinculadas à estrutura das intendências, revelando a burocratização progressiva e os trâmites por canais preestabelecidos reafirmando o modelo de uma gestão centralizada e hierarquizada.

Além disso, permite uma leitura sobre a relação entre centro e periferia no sistema militar. A confirmação da autoridade central a respeito de um procedimento relativamente cotidiano ilustra o grau de centralização do poder decisório no aparato estatal, ainda que o Exército estivesse territorialmente espalhado pelas diversas regiões do país, mantendo o controle sobre os comandos regionais.

O comandante do 3º Regimento de Infantaria, por meio do ofício n.1.531, datado de 22 de setembro do corrente ano e encaminhado ao comando da 6ª Brigada, relatou que as unidades não dispunham de aparelhamento adequado para a conveniente desinfecção das peças do fardamento que compõem o 3º uniforme, e ressaltou que essas peças foram ajustadas às custas dos próprios soldados, por meio da oficina de alfaiataria do referido regimento. Por essa razão

solicitou providências no sentido de que tais peças acompanhem seus usuários quando estes forem transferidos para fora da unidade (BRASIL, 1916).

Em parecer, no aviso n.1.450, de 15 de outubro de 1915, o Ministro José Caetano Faria, declarou que o militar transferido deveria levar consigo todas as peças de fardamento que poderia fazer uso em sua nova unidade, mesmo que estas tenham sofrido modificações. Desse modo, as referidas peças deveriam ser baixadas da carga da unidade de origem e incorporadas à carga da unidade de destino (BRASIL, 1916).

Este documento demonstra a carência estrutural nas unidades, que, segundo o próprio comandante do 3º Regimento de Infantaria, não dispunham de aparato adequado para a higienização do fardamento. Esse fato ganha relevância quando colocado à luz do contexto histórico, no qual tratava-se de um período de modernização que incluía esforços para reformas sanitárias, impulsionadas pelas experiências da Campanha de Canudos e da Revolta da Vacina.

Figura 10 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1915



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na aquarela, observa-se um oficial de infantaria em fardamento de parada, um oficial da mesma arma em uniforme de campanha usado durante a Guerra do Contestado, um corneteiro também em uniforme de campanha e, por último, um sargento de obuseiros em pequeno uniforme (Barroso, 1922).

O fato de as adaptações e consertos do uniforme recair financeiramente sobre os próprios soldados desvela a precariedade material das tropas e a lógica de gestão que delegava aos indivíduos a resolução de questões estruturais, além de se buscar evitar desperdícios e

otimizar os poucos recursos disponíveis, em um esforço de racionalizar e economizar para a prestação de contas.

O comandante do 2º Regimento de Infantaria observou que alguns oficiais do dito corpo usavam a guia do talim com a cor amarela, quando em uniforme flanela ou brim cáqui, reservando a cor preta para o 1º, 2º e 3º uniforme, ao passo que a quase totalidade dos demais oficiais traziam em todos os uniformes a de cor preta. Quando chamados atenção dos primeiros, por parecer que não estavam uniformizados de acordo com o decreto n.964, de 13 de julho de 1912, ponderaram-lhe esses oficiais que o aludido decreto se referia unicamente a guia de couro envernizado, sem particularizar a cor, pelo que entendiam poder usar a cor amarela, em perfeita harmonia com as perneiras e botinas no uniforme cáqui (BRASIL, 1916).

Diante dessa consulta sobre como se deveria interpretar esse decreto, à vista das dúvidas suscitadas, o Chefe do Departamento de Guerra, declarou no aviso de 30 de novembro de 1915, n.1.643, que mandaria publicar em boletim do Exército que a guia do talim deveria ser sempre na cor preta para todos os uniformes, exceto o 1º dos generais para o qual havia um talim especial (BRASIL, 1916).

Em 17 de dezembro de 1915, pelo aviso n.1.712, foi declarado, para a respectiva publicação em boletim do Exército, que de 1 de janeiro em diante a duração do uniforme mescla para os sargentos seria de seis meses, distribuindo-se também aos sargentos-ajudantes, com exceção dos amanuenses. Outrossim, foi aprovado a proposta relativa à distribuição adiantadamente ao sargento-ajudante de uniforme algodão mescla, não lhe abonando na época de distribuição de seguir as peças dadas por adiantamento (BRASIL, 1916).

Este aviso refletia a preocupação com o controle orçamentário e à racionalização dos recursos logísticos, em limitar a duração do uniforme mescla a um ciclo de seis meses e de ampliar a sua distribuição para sargentos-ajudantes. A distribuição antecipada sem abono posterior das peças entregues indicava uma tentativa de evitar acúmulos ou duplicidade no fornecimento, demonstrando um esforço crescente de controle administrativo e logístico por parte da intendência militar.

Essa questão também pode ser vista no aviso n.2, de 29 de dezembro de 1915 (BRASIL, 1916), o qual oferece elementos para a compreensão da administração material que envolve a arrecadação de peças de fardamento pertencentes a um soldado:

Senhor Chefe do Departamento da Administração, em solução ao ofício n.587, de 15 de outubro último, do comandante do 56º Batalhão de Caçadores ao da 6ª Brigada de Infantaria, por vós submetido à minha consideração, e ao qual acompanhou a parte do capitão da 2ª companhia relativamente ao fato de

terem sido arrecadadas ao soldado da mesma companhia, José Francisco dos Santos, excluído com baixa do serviço por conclusão de tempo, peças de fardamento a este distribuídas que não completaram o tempo de duração, estando, entretanto, em mal estado, declaro-vos, para os fins convenientes, que a tabela de fardamento em vigor em nenhum de seus artigos manda recolher as peças de que trata a mencionada parte, não obstante, para acautelar os interesses da Fazenda Nacional, não se devem abonar peças de fardamento novo a praças prestes a concluir o tempo de serviço e que não possam, por isso, usá-las ao menos por metade do tempo de sua duração (BRASIL, Ministério da Guerra, 1915, p. 128).

A recusa em abonar peças novas a praças com tempo de serviço próximo do término, ainda que sem respaldo direto na tabela de fardamento vigente, ilustra a força do princípio da economicidade na administração. A preocupação expressa com a proteção dos “interesses da Fazenda Nacional” inscreve-se em um projeto de racionalização dos gastos públicos.

No decreto n.11.899, de 19 de janeiro de 1916 o Presidente da República Wenceslau Braz Pereira de Gomes, resolveu mandar que, no plano de uniformes em vigor para o exército, deveriam se observar as seguintes alterações: o gorro de pala seria substituído pelo *bonnet* modelo americano, com capa de flanela cáqui, ou de brim cáqui ou branco, de acordo com a figura junta; a copa do *bonnet*, de feitio circular seria armada por meio de um arame de aço e teria seu diâmetro de 23 a 25 centímetros em cada um dos lados, correspondendo aos botões da jugular, esta seria dotada com dois ventiladores da mesma cor da fazenda (BRASIL, 1916).

Outrossim, a cinta e seria formada por uma fita de lã cáqui, semelhante ao gorgorão³⁶, com os fios salientes, no sentido vertical, e de coloração mais escura que a copa, que se assentaria sobre a armação. A pala, curta e curva, seria de couro amarelo lustroso, conforme as dimensões do *bonnet* e a jugular seria confeccionada em couro amarelo (BRASIL, 1916).

O emblema da República, era fixado à frente do *bonnet* dos oficiais. Para os soldados, substitui-se o brasão nacional pelo distintivo da respectiva arma. Ainda no campo dos detalhes, os botões da jugular deveriam também ser em metal bronzeado e portar, em relevo, as armas da República, completando o conjunto de símbolos visuais que asseguravam o *ethos* militar. Essas simbologias demonstram a identidade visual clara entre os diferentes postos e funções dentro das fileiras (BRASIL, 1916).

Os generais, por sua vez, continuariam a utilizar o novo *bonnet* nos uniformes cáqui branco, com a diferenciação da cinta preta bordada a ouro, representando os postos, um recurso que, mesmo em meio a reformas simplificadoras, conservava elementos de distinção hierárquica. O quepe tradicional do 2º uniforme pararia a ser usado como parte do 3º uniforme,

³⁶ Tecido encorpado de seda, com relevos formando finos cordões

reforçando a lógica de reutilização e racionalização de peças já existentes no enxoval militar (BRASIL, 1916).

Figura 11 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1916



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na imagem, nota-se, um general de divisão em uniforme de brim; um general de brigada em farda de flanela; um capitão ajudante de infantaria e um tenente de cavalaria em capotes; além de um tambor de infantaria e um soldado de cavalaria, ambos em uniformes de brim cáqui (Barroso, 1922).

Uma das mudanças mais expressivas foi a padronização dos capotes, em que os oficiais passariam a utilizar capotes confeccionados com o mesmo tecido e feitiço dos usados pelas praças, embora mantendo os distintivos que indicavam suas patentes. O prazo para a substituição de capotes e ponchos então vigentes foi fixado em um ano, período durante o qual o uso do gorro de pala ainda seria autorizado. Fora do serviço, os oficiais poderiam vestir a *pelerine* ou o *macfarlan* na cor azul ferrete, revelando a permanência de alguma flexibilidade na indumentária fora do ambiente militar formal (BRASIL, 1916).

A banda distintiva do uniforme dos generais foi abolida, o bordado ornamental da calça do 3º uniforme foi substituído por um galão de seda estampado com folhas de carvalho, com cinco centímetros de largura (BRASIL, 1916).

Segundo o Ministro da Guerra, José Caetano de Faria, durante muitos anos, o fardamento fez parte dos vencimentos do soldado; quando este não o recebia em tempo hábil, era indenizado em dinheiro ou recebia em espécie os fardamentos atrasados. Essa era uma noção também aceita nos exércitos europeus. Nestes, porém, e com o exemplo dado pela

Alemanha, o fardamento passou a ser considerado propriedade do Estado, que o distribuiu aos soldados exclusivamente para a realização do serviço (BRASIL, 1917).

A reforma de 1915 reintroduziu no Exército Brasileiro o princípio segundo o qual o fardamento militar deveria ser compreendido como propriedade do Estado, e não como parte dos vencimentos do soldado. Essa medida não apenas se mostrou mais compatível com a lógica do serviço militar obrigatório, instituído em 1908, mas ainda em consolidação, como também resultou em ganhos operacionais e administrativos (BRASIL, 1917).

A partir dessa mudança, os comandantes de companhia passaram a ter maior controle sobre o uso e o reaproveitamento dos uniformes, podendo designar peças deterioradas a funções de menor exigência, o que permitiu, inclusive, a supressão do uniforme específico para as chamadas “faxinas” (BRASIL, 1917).

Além de contribuir para a racionalização de recursos, a nova regulamentação buscava coibir práticas indevidas como a venda de uniformes por parte das praças a civis, fato que por vezes favorecia o cometimento de delitos mediante o uso indevido da farda. Nesse contexto, o comandante de companhia era instado a adotar uma postura de economia e vigilância material, organizando guarnições internas de uniformes em diferentes estados de conservação, sendo uma delas inteiramente nova, destinada à mobilização (BRASIL, 1917).

A adoção de uma cor única para todos os uniformes militares foi considerada, à época, uma solução racional e funcional, capaz de promover a unificação entre os trajes de uso urbano e de campanha, mantendo-se apenas os ornamentos indispensáveis à estética militar. Tal medida visava não apenas à padronização visual, mas, sobretudo, à otimização do uso do fardamento, permitindo que uma mesma peça fosse utilizada de forma gradativa, desde as formaturas de gala até os serviços internos do quartel (BRASIL, 1917).

Tal racionalização levou a redução de estoques de uniformes de tecido mais nobre, que permaneciam inutilizados nos quartéis durante as mobilizações, em virtude de sua inadequação às atividades de campanha, sobretudo por conta de suas cores. Assim, a Diretoria de Administração do Ministério da Guerra já havia apresentado um projeto com a tal finalidade, encontrando-se em estudo a sua implementação de modo a não acarretar prejuízos aos oficiais (BRASIL, 1917).

A Diretoria de Administração tinha a função de auxiliar o alto comando do exército e estudar os meios de dotar a tropa com o que era indispensável e aproveitando da melhor forma os recursos que lhes eram disponíveis. A utilização estratégica de matéria-prima dos armazéns da Intendência da Guerra era vista como apreciável para a economia dos recursos destinados ao saldo da verba para o fardamento, começando a organizar os chamados “estoques de guerra”.

As reservas de fardamento, organizadas com os recursos do próprio orçamento, consistiram em coleções de uniformes manufaturados, agrupados segundo os tipos e guardados em depósitos com a classificação por ano, de modo que a renovação se fazia pela a distribuição inicial das peças mais antigas para as tropas, seguida pela introdução de novos itens de reposição, assegurando, assim, a rotação dos materiais (BRASIL, 1917).

De acordo com o Ministério da Guerra, as economias assim realizadas eram produtivas, pois seriam conseguidas obedecendo-se a uma norma administrativa traçada com antecedência para todo o ano, feita dentro da dotação orçamentária e, portanto, servindo para aquele ano, iria refletir sobre o orçamento do ano seguinte, pela passagem dos estoques de um ano para o outro e o exército teria sempre uma reserva de fardamento, não somente para um caso de mobilização, como também para a atender a deficiência de verbas (BRASIL, 1917).

Esta prática demonstra uma racionalização administrativa fundamentada no planejamento orçamentário antecipado, sinalizando não somente uma tentativa de diminuir o desperdício, mas também a implementação de uma política de reaproveitamento e administração eficaz dos ativos militares. A economia resultante deste sistema, apesar de limitada a um ano fiscal, previa impactos positivos nos orçamentos seguintes, já que os estoques restantes poderiam ser utilizados nos anos seguintes. Esta política tinha como objetivo garantir a preservação de um estoque permanente de fardamento, projetado tanto para situações emergenciais, como a mobilização militar, quanto para amenizar insuficiências temporárias de fundos.

Em 19 de fevereiro de 1916, por meio do aviso n.63 (BRASIL, 1917), reafirmou-se e ampliou-se a diretriz estabelecida anteriormente pelo aviso n.1.450, de 15 de outubro de 1915, no que se refere à movimentação de material militar entre unidades. Na ocasião, o comandante da 5ª Região Militar, consultou se, além das peças do 3º uniforme, já autorizadas a acompanhar as praças quando transferidas de um corpo a outro, também o capote, o cobertor e as polainas brancas e marrons poderiam ser incluídos nessa normativa, ainda que fossem classificados como peças de equipamento e não de fardamento. A resposta ministerial foi afirmativa, estendendo os efeitos do aviso anterior a tais artigos. Assim, observa-se a política de redução de desperdício e encargos orçamentários desnecessários, além da flexibilização da distinção de categorias como “fardamento” e “equipamento” de acordo com a administração.

Em relação às peças de fardamento vencidas em 31 de dezembro e as disponibilidades nos depósitos de arrecadação das mesmas, o aviso n.17, datado de 9 de março de 1916 (BRASIL, 1917), responde a uma série de consultas formuladas pelo comandante da 4ª

Companhia de Infantaria da Escola Militar a respeito da interpretação da 3ª observação da tabela de fardamento.

Os questionamentos eram da ordem de como se deveria proceder em relação às peças vencidas em 31 de dezembro e que, por falta de existência em arrecadação, não sejam distribuídas nessa data; se deveria esperar nova época de vencimentos ou fazer a distribuição e como seriam consideradas tais peças no ajuste de contas do ano em que foi feita a distribuição. Além disso, se não existisse arrecadação das peças nas épocas de distribuição e posteriormente fosse efetuado o pagamento das mesmas, tendo decorrido mais da metade do tempo de duração, como se deveria considerar a época dessa distribuição, a data do pagamento ou a data do vencimento (BRASIL, 1917).

O Ministério, por meio do então responsável José Caetano de Faria, esclareceu que não existindo em arrecadação peças vencidas em 31 de dezembro, era para ser feita a distribuição respectiva delas assim que viessem a existir, inserindo as observações necessárias na casa competente no ajuste de contas. O vencimento das peças distribuídas depois de decorrida mais da metade do tempo de duração só se efetuariam na nova data de distribuição posterior em que ela deveria ter sido vencida. Nesse sentido, observa-se além da busca pela uniformização e a logística dos fardamentos, a questão do controle de estoque, gestão de provisões e distribuição dentro da corporação (BRASIL, 1917).

O aviso n.68, de 11 de abril de 1916 (BRASIL, 1917), determinava a modificação do tecido dos colégios militares, por conta da dificuldade de fornecimento e a elevação do preço dos panos usados nessas instituições de ensino. Desse modo, substituiu-se o pano castanho e garance (com que eram confeccionadas as calças e túnicas usadas pelos alunos) por flanela cáqui, sem alterar o modo de fabricação, modelo ou acessórios dessas peças. Ainda neste aviso, foi também estabelecido a substituição do gorro usado em serviços externos pelo *bonnet* adotado para o exército. Essas substituições seriam feitas à proporção que se esgotasse o estoque existente e não deveria haver acréscimo algum de despesas para os alunos contribuintes, que continuariam a usar as peças de uniformes que possuíam, até que houvesse necessidade de substituí-las.

Em consonância com a conjuntura econômica que impunha restrições à administração pública, o aviso n.501, de 15 de abril de 1916 (BRASIL, 1917), instituiu diretrizes voltadas à racionalização da distribuição e conservação dos uniformes do exército, correspondentes não somente às exigências imediatas da tropa como também na formação de estoques destinados aos reservistas, em caso de mobilização em situação de emergência. Dentre as determinações,

previa-se que cada corpo deveria possuir, mesmo em tempo de paz, ao menos parte das peças de fardamento para os reservistas para ampliação dos efetivos em caso de guerra.

O referido aviso estabelecia a divisão do fardamento em três categorias, sendo o uniforme, calçado e roupas, constituindo uniforme, as peças de uso externo e roupas as de uso interno. Os uniformes passaram a ser propriedade da Fazenda Nacional, sob a responsabilidade das unidades militares, enquanto calçados e roupas, ao final de sua vigência, tornavam-se propriedade individual das praças. A substituição de peças ficava condicionada ao completo cumprimento do prazo de validade estipulado em tabela oficial, vedando-se a distribuição antecipada, independente da data de recebimento anterior. Além disso, as intendências deveriam efetuar o pagamento pontual às unidades pelas peças vencidas (BRASIL, 1917).

A normativa também apresentava o conceito de “uniforme de economia”, estabelecido através da reutilização de peças que, mesmo ultrapassando seu prazo de validade, ainda possuíam condições de serem utilizadas no serviço interno ou em limpezas, nesse caso, um fiscal do corpo marcariam um novo tempo para validade do fardamento. Essas peças deveriam ser registradas separadamente e usadas primeiro, em vez de serem distribuídas peças novas, incentivando uma cultura de controle e redução de despesas dentro das administrações da empresa. O procedimento também envolvia a devolução dos uniformes para praças excluídas, que poderiam manter apenas um conjunto de calça cáqui sem insígnias, caso não tivessem uniforme civil (BRASIL, 1917).

As peças devolvidas deveriam ser higienizadas e desinfetadas, sendo embaladas adequadamente para preservação, com o objetivo de facilitar sua futura redistribuição. Esse procedimento envolvia lavagem com escova e sabão, passagem do ferro, exposição demorada ao sol e até uso de naftalina para preservar contra insetos. O armazenamento obedeceria a normas estritas de organização e identificação, com verificações regulares conduzidas pelos fiscais e líderes das unidades, que avaliavam a condição dos uniformes e recomendavam a eliminação de itens inúteis. Este controle era evidente nos registros de desempenho dos oficiais, destacando a administração eficaz dos recursos públicos (BRASIL, 1917).

Uma vez por ano, em época anterior à incorporação dos recrutas, o fiscal do corpo juntamente com o comandante da companhia, faria uma revista as peças cujo suplemento de duração estivesse vencido, separando as que julgava inservíveis, para serem descarregadas das companhias, tais peças constituiriam economia particular dessas unidades, que as poderiam ser empregadas no alojamento, as armas, etc. Após esse exame e classificação das peças, o comandante do corpo salientava em boletim, que constasse dos assentamentos dos capitães, a

maneira por que cuidaram dos uniformes de suas praças, salientando aqueles que, sem prejuízo do serviço ou da boa aparência da tropa, para ser ter mais economia (BRASIL, 1917).

O comunicado também estipulava que os uniformes civis dos recrutas, no momento da admissão, deveriam ser guardados sob a guarda das empresas com uma etiqueta indicativa do seu proprietário, assim, todas as peças relacionadas seriam organizadas em um caderno para tornar mais fácil a busca, com um controle estrito de identificação e devolução após o período de serviço. Além disso, a vida útil de várias peças de uniforme foi prolongada, ficando elevada a três anos a duração as peças que eram de dois anos (BRASIL, 1917).

Também ficaria suspenso o fornecimento das peças de dois anos às praças do asilo de inválidos da pátria e às seções de enfermeiros; a distribuição de itens vistos como dispensáveis, como a pelerine, foi interrompida; e o uso de uniformes específicos para limpeza foi abolido, permitindo-se o uso de peças já desgastadas para essa finalidade. Por fim, os corpos receberam permissão para estabelecer oficinas de costura e sapataria, cuja manutenção seria financiada com as economias internas das unidades e, sendo que no futuro, poderia ser abonado um auxílio mensal ou trimensal, assim que o orçamento permitisse (BRASIL, 1917).

A administração do exército representava um reflexo do contexto nacional. Diante disso, a gestão do fardamento militar demonstra a escassez de recursos e a tentativa de diminuição dos gastos públicos. Ao classificar o fardamento em categorias (uniforme, calçado e roupas) e ao introduzir o termo “uniforme de economia”, a indumentária militar se insere no planejamento logístico e administrativo. A adoção institucional de uniformes como bens da Fazenda Nacional, aliada à proibição de substituição antes do término da validade oficial, contribui para a redução de custos para a disciplina material, impondo critérios impessoais para acesso e renovação do vestuário.

Trata-se de um mecanismo de controle social que vinculava a administração do corpo do soldado à lógica financeira do Estado. O cuidado com os uniformes e a gestão dos recursos passam a ser mais do que deveres administrativos e se tornam virtudes militares ao se incorporar esse zelo com o material como critério para os registros de desempenho nos boletins de regimentos.

Além disso, a criação de oficinas internas de costura e sapataria, que eram mantidas com recursos das economias próprias das unidades, reforça a autossuficiência das fabricações como um modelo de gestão. Observa-se que havia um esforço para que os fardamentos fossem produzidos de forma independentes no seio do exército.

O Aviso no 537, de 26 de abril de 1916 (BRASIL, 1917), apresenta uma série de orientações detalhadas sobre a uniformização dos uniformes militares, concentrando-se nos

componentes usados pelos soldados e sargentos auxiliares. Com base na consulta feita pelo capitão ajudante João Manoel de Souza Castro, do 1º Regimento de Infantaria, foram propostas mudanças no capote, no *bonnet* e nos distintivos das armas, em conformidade com os princípios de economia e consistência visual entre as diversas categorias de uniformes, como observa-se no seguinte trecho:

Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra - O capitão ajudante do 1º regimento de infantaria João Manoel de Souza Castro consulta se seria conveniente: 1º, usarem as praças no capote atual as divisas de pano preto, como se faz no fardamento cáqui; 2º, ser ao bonnet atual também adaptada a capa mescla; 3º, ser o distintivo da arma bronzado e determinadas suas dimensões e bem assim lisos os botões que prendem a jugular para as praças por ser mais econômico; 4º, ser para o 3º uniforme das praças, inclusive os sargentos ajudantes, adaptada ao bonnet mais uma capa, que poderá ser de cor igual à da túnica, conforme a arma; 5º, usar os sargentos ajudantes no bonnet o emblema da República, como os oficiais (BRASIL, Ministério da Guerra, 1917, p. 30-31).

Em resposta à consulta, o Ministério da Guerra optou inicialmente por permitir o uso de divisas de pano preto no capuz de tecido cáqui, semelhante ao que era adotado para o uniforme padrão dessa cor. Optou-se por não adaptar o uso de capa mescla ao *bonnet*, possivelmente por motivos práticos e econômicos, mantendo a estrutura do novo modelo sem alterações. Também ficou estabelecido que os distintivos de arma usados pelas praças deveriam ser bronzados, ao invés de dourados ou prateados, e os botões das jugulares, por ser essa a alternativa mais econômica. Os padrões estabelecidos anteriormente pelo Decreto no 7.201, de 26 de novembro de 1908, que, por sua vez, retomava disposições do Decreto no 1.729-A, de 11 de junho de 1894, evidenciam a continuidade de uma tradição normativa e estética em relação aos acessórios do uniforme (BRASIL, 1917).

Outro aspecto foi estender o uso do quepe (*bonnet*) do 2º uniforme para o 3º uniforme dos soldados e sargentos auxiliares, uniformizando visualmente a apresentação dos militares em variados cenários de serviço. No entanto, persistiu a distinção simbólica entre oficiais e praças ao declarar-se que o emblema da República, de acordo com o Decreto no 11.899, de 19 de janeiro de 1916, era de uso restrito dos oficiais. Por outro lado, os sargentos ajudantes também deveriam usar o emblema de sua arma no *bonnet*, assim como as demais praças de pret. Essa normatização, ao tempo que demonstra a diferenciação hierárquica por meio dos símbolos da República e da arma, reforça a busca pela coerência estética, economia dos materiais e operacionalização nos corpos militares (BRASIL, 1917).

As distinções específicas na política de fornecimento de fardamento aos servidores subalternos vinculados às repartições administrativas do ministério, aparecem no aviso n.89, de 20 de maio de 1916. Em resposta ao ofício número 180, de 5 de maio daquele ano, estabeleceu-se que apenas os contínuos, serventes e outros empregados subalternos teriam direito à gratuidade do uniforme cáqui, sendo os demais uniformes passíveis de desconto em folha, dentro do mesmo ano financeiro (BRASIL, 1917).

Esta ação, apesar de parecer técnica e administrativa, evidencia uma distinção entre os militares e os funcionários civis de nível inferior na estrutura do Ministério da Guerra. Ao limitar a distribuição gratuita apenas ao uniforme funcional mais básico, o cáqui, comumente associado ao trabalho diário e manual, revelava-se tanto um critério econômico quanto uma hierarquia que orientava a vestimenta dentro da administração militar (BRASIL, 1917).

O aviso n. 133, datado de 18 de agosto de 1916, trata da extensão da utilização do capote do novo modelo, estabelecido pelo decreto no 11.899, de 19 de janeiro de 1916, para os sargentos ajudantes. Em resposta ao questionamento feito pelo intendente da guerra, o comunicado esclarece que, de acordo com a lei em vigor, esses graduados possuem o direito de usar uniformes feitos com a mesma fazenda e do mesmo estilo dos usados pelos oficiais. Portanto, o capote se torna parte integrante do uniforme dos sargentos auxiliares, com a única alteração sendo a remoção dos vivos na cor garance, um detalhe decorativo que aparece nos uniformes dos oficiais (BRASIL, 1917).

No tocante ao fornecimento de matéria-prima aos oficiais efetivos do exército, destinada a confecção de uniformes, peças de armamento e outros artigos, o aviso n.934, de 12 de setembro de 1916, apresenta as instruções que ficaram aprovadas, sendo que durante o corrente ano ou a princípio, vigoraram somente em relação aos capotes (BRASIL, 1917).

De acordo com o documento, os oficiais tinham a possibilidade de comprar diretamente da Intendência da Guerra os materiais necessários para a produção de seus próprios bens, através de uma compensação financeira. Essa compensação poderia ser feita de três maneiras diferentes: à vista, por desconto integral, ou através de prestações mensais. O pagamento deveria ser realizado no mesmo exercício financeiro, com um máximo de seis prestações de 10\$000 cada, cujo desconto começaria no mês subsequente à compra (BRASIL, 1917).

O regulamento, além de estabelecer normas para a compra de matéria-prima e produtos produzidos pela Intendência da Guerra, estabelecia que os chefes de departamentos, bases militares e comandantes de unidades tinham permissão para fazer o desconto direto dos débitos contraídos pelos oficiais junto à intendência, desde que houvesse uma comunicação prévia do órgão encarregado. Os requerimentos, devidamente assinados pelos superiores hierárquicos,

deveriam ser enviados diretamente ao intendente da guerra. Este, após avaliação, decidiria se os materiais solicitados seriam entregues ou não, dependendo do cumprimento dos critérios definidos (BRASIL, 1917).

Cada pedido deveria definir com precisão os materiais ou itens requeridos, além do método de compensação, se à vista, com desconto total ou em parcelas. Se os pedidos não atendessem às diretrizes previamente definidas, seriam devolvidos aos interessados para as correções necessárias. Após a aprovação da compra, o oficial encarregado deveria enviar um recibo à intendência, especificando o montante devido e o número de prestações, ou ainda a opção de efetuar o pagamento total (BRASIL, 1917).

Em relação aos oficiais que serviam em corpos ou instalações militares fora da capital, o regulamento estipulava que, além do pagamento devido pela compra da matéria-prima, eles também deveriam suportar os custos extras relacionados ao transporte dos itens e à transferência dos valores pagos, através de vale postal ou outro método similar. A Intendência da Guerra faria as entregas diretamente ao oficial, quando este estivesse em serviço na capital, ou encaminharia ao intendente local encarregado, no caso de unidades localizadas no interior (BRASIL, 1917).

Após a aprovação do pedido, a Intendência da Guerra tinha a responsabilidade de informar formalmente aos comandantes ou líderes diretos dos oficiais envolvidos os montantes totais das dívidas contraídas, além de detalhar as prestações mensais acordadas para pagamento. O propósito deste procedimento era assegurar a transparência e o controle dos débitos dentro da estrutura administrativa (BRASIL, 1917).

Ademais, era responsabilidade dos chefes de departamentos, bases militares e comandantes de forças, no prazo de três dias após o recebimento das parcelas mensais de indenização, enviar os montantes à Intendência da Guerra. Essa transferência deveria vir acompanhada de uma lista nominal dos oficiais devedores, detalhando os valores descontados, facilitando assim a correta contabilização e gestão financeira da instituição militar (BRASIL, 1917).

Depois de pagar integralmente a indenização relativa à matéria-prima ou aos itens fornecidos, a Intendência da Guerra expedia o recibo de quitação correspondente, que era entregue diretamente ao oficial ou enviado através da autoridade apropriada. Desde esse ponto, os descontos mensais aos quais o militar estava sujeito cessavam imediatamente (BRASIL, 1917).

O intendente da guerra designava uma das divisões da repartição para assegurar a organização e o controle das operações administrativas, além de prestar os esclarecimentos

necessários e manter a contabilidade correspondente. A essa divisão cabia também a responsabilidade pela elaboração da tabela de preços dos materiais e artigos confeccionados, que seriam previamente aprovados pelo Ministério da Guerra e publicada oficialmente em boletins do Exército. Além disso, os processos eram registrados em um livro especial, devidamente numerado e assinado pelo intendente da Guerra. Este documento registrava os pedidos recebidos, as condições de compra, além do histórico dos pagamentos realizados por cada funcionário (BRASIL, 1917).

A aquisição de materiais para a confecção de uniformes poderia ser realizada na Intendência da Guerra, contudo, nota-se que os custos militares poderiam recair sobre cada indivíduo. A guerra acarretava limitações orçamentárias às finanças nacionais. A opção de pagamento parcelado indicava uma maior flexibilidade do Estado em relação às exigências dos oficiais e demonstrava que o fardamento ainda era parcialmente uma responsabilidade privada. O que contraria a noção de um exército completamente estatizado.

A distribuição dos materiais indica uma desigualdade no acesso entre oficiais que servem na capital e os de zonas interioranas. Os oficiais distantes dos centros administrativos arcavam com despesas adicionais de transporte e remessa, evidenciando um desajuste estrutural e logístico nas condições de serviço do exército. Esse aspecto indica as limitações práticas na aplicação de políticas uniformizadoras e expõe as vulnerabilidades de um aparato militar que ainda dependia de uma infraestrutura civil nacional precária e de uma cadeia logística insuficiente.

Desse modo, a ênfase na prestação de contas, nos prazos curtos para repasse de valores e na centralização da contabilidade em livros específicos corrobora com a análise da transparência e do controle fiscal como fundamentos importantes das forças armadas. Além disso, esse controle minucioso do fornecimento de materiais evidencia a função estratégica da Intendência na manutenção dos fardamentos diante do cenário econômico.

No contexto da normatização da gestão de uniformes do exército brasileiro, o aviso n.164, de 31 de outubro de 1916 (BRASIL, 1917), responde a uma consulta formulada pelo capitão intendente Adolpho Luiz de Carvalho sobre a correta escrituração das peças de fardamento, com base nas instruções aprovadas pelo aviso n.501, de 15 de abril do mesmo ano, conforme a citação:

Sr. Diretor da Administração do Guerra - O capitão intendente Adolpho Luiz de Carvalho, em vista do a. 5 das instruções, aprovadas por aviso n. 501, de 15 de abril findo, segundo o qual, todo o fardamento vencido pelas praças será pago em dia pela intendência do corpo às suas unidades, e dos n. 2 e 13,

estabelecendo que o mesmo fardamento é carga destas, consulta se, além do calçado e roupa, devem também as peças de uso externo, que constituem uniformes, figurar na relação anual do ajuste de contas de fardamento adotada por aviso n. 862, de 30 de outubro de 1914, à exceção das já referidas na 25ª observação da tabela n. 1 e das consignadas na tabela n. 4, ora em vigor, e no caso afirmativo, se não seria conveniente que as peças economizadas na forma do n. 8 das citadas instruções figurassem na casa - na arrecadação da companhia - já existente na recapitulação daquela relação, especificando-se aí as peças novas e as usadas, o que demonstraria a economia feita durante o ano pelo respectivo capitão (BRASIL, Ministério da Guerra, 1917, p.86).

A resposta oficial foi afirmativa: além das vestimentas e calçados, as peças do uniforme externo também deveriam ser incluídas na escrituração anual, desde que não estivessem classificadas na tabela n.4 ou fossem vistas como equipamentos de acordo com a 25ª observação da tabela n.2. Adicionalmente, definiu-se que os denominados uniformes de economia, peças reutilizadas ou prolongadas em uso, deveriam ser discriminados na conta corrente da empresa, durante a revisão anual da relação. Esta diferenciação entre peças novas e usadas não só fomentava a transparência na administração do uniforme, mas também valorizava a economia realizada pelas empresas, possibilitando avaliar a eficácia dos comandantes na gestão do material sob sua responsabilidade (BRASIL, 1917).

Em 1917, o Ministro da Guerra, ainda José Caetano Farias, apresentou em seu relatório que as dificuldades financeiras fizeram reduzir o efetivo do exército a cerca de 18.000 praças, comprometendo a organização de várias unidades. No entanto, as demandas da conjuntura internacional, especialmente com a Primeira Guerra Mundial, resultaram no crescimento gradual deste exército: inicialmente de 25 mil homens, e posteriormente para cerca de 52 mil homens. Este valor passou a simbolizar o contingente de paz estipulado pelo Estado-Maior, possibilitando uma possível mobilização em situações de conflito (BRASIL, 1918).

O aumento do contingente do exército acarretou desafios logísticos e financeiros, demandando a expansão da infraestrutura militar: aquisição de quartéis, equipamentos, fardamentos, mobiliário e uma variedade de materiais. Também foi necessário a realocação das forças armadas, assegurando pelo menos um destacamento militar em cada Estado da União para permitir a incorporação dos chamados. Assim, estabeleceram-se definitivamente quatro divisões e três brigadas autônomas de cavalaria. Uma quinta divisão foi formada, porém não completamente unificada, devido aos desafios de manter tropas posicionadas em certas áreas do país (BRASIL, 1918).

Os recursos destinados ao Exército não se limitam ao pessoal ativo, mas também incluem a preparação do país para a defesa, o que inclui os custos com a formação de reservistas e candidatos à reserva. Além disso, a maior parte desses gastos ocorre internamente,

impulsionando a economia do país. A produção nacional de alimentos, forragem, tecidos, couros, animais de tração, calçados, veículos, equipamentos metálicos e até uma parte considerável da munição era predominante, mesmo que uma parcela da matéria-prima seja importada (BRASIL, 1918).

Normalmente, os gastos militares eram medidos pela média per capita. Antes do início da Primeira Guerra Mundial, a Suíça, muitas vezes mencionada como modelo de austeridade, desembolsava 12 francos por pessoa. Utilizando esse critério para o Brasil, com seus 25 milhões de habitantes, o orçamento militar seria de 210 mil contos, um montante bastante significativo. Portanto, a alegação de que o exército brasileiro seria um fardo excessivo para o orçamento público era infundada (BRASIL, 1918).

A Primeira Guerra Mundial destacou a importância de cada país possuir forças militares robustas para assegurar sua soberania e integridade territorial. O conflito evidenciou que as economias realizadas em detrimento da defesa nacional eram reembolsadas a um custo elevado em situações de perigo. Na mensagem ministerial daquele ano, foram apresentados dados que mostravam um crescimento superior a cem mil contos nas despesas do Ministério da Guerra, em relação ao quadriênio anterior. A proclamação do estado de guerra obrigou ao aumento do efetivo, à construção de novos quartéis, à compra de equipamentos e uniformes, ao reforço dos arsenais e indústrias, bem como à execução de obras de fortificação e à aquisição de matéria-prima, somando aproximadamente trinta mil contos em créditos extraordinários (BRASIL, 1918).

Nesse cenário, fortaleceu-se a convicção de que a melhor estratégia para o aprimoramento do exército brasileiro era o envio de oficiais qualificados para o exterior, com o objetivo de estudar as forças militares europeias e monitorar operações bélicas. Essa abordagem possibilitaria uma análise crítica das experiências internacionais, fundamentada no entendimento das circunstâncias nacionais. No entanto, era visto como benéfico o ingresso de oficiais estrangeiros de alto nível para ensinar em instituições como a Escola Militar e a Escola de Estado-Maior, particularmente em campos especializados, como estratégia, serviço de estado-maior e jogo de guerra (BRASIL, 1918).

Em relação ao serviço administrativo, a entrega do uniforme da tropa era feita de maneira regular, assegurando, geralmente, um bom aspecto de apresentação dos soldados. No entanto, ainda não se encontrou um modelo de calçado militar que cumprisse completamente os requisitos de higiene, conforto e durabilidade. Para os oficiais, foi adotado um modelo de equipamento que permitia portar espada, revólver, cantil, binóculo e bolsas, com peso reduzido e sem comprometer a mobilidade (BRASIL, 1918).

Reiteradamente, verifica-se os limites orçamentários diante da Primeira Guerra Mundial. A redução do efetivo militar para apenas 18 mil praças, em decorrência de cortes orçamentários, contrasta com a subsequente expansão do exército para aproximadamente 52 mil homens, em resposta às pressões dos desdobramentos internacionais.

Embora esse crescimento fosse necessário para assegurar a soberania nacional e cumprir compromissos diplomáticos, acarretou desafio logístico para a administração militar, como a ampliação da rede de quartéis, a descentralização de destacamentos e o fornecimento de materiais, fardamentos e armamentos.

Outrossim, percebe-se que a valorização do intercâmbio técnico com potências estrangeiras, como a proposta de enviar oficiais brasileiros ao exterior e receber instrutores militares europeus, cresceu sob a perspectiva da guerra. No entanto, esse movimento também revela uma tensão entre a dependência do conhecimento militar europeu e a necessidade de criar uma doutrina militar nacional adaptada à realidade do continente brasileiro.

Em 23 de fevereiro de 1917, foi publicada uma circular que buscava evitar explorações disfarçadas de agiotagem em negócios envolvendo a compra de fardas, assim, só seriam aceitas novas consignações ou renovações das atuais em casas comerciais de uniformes militares notoriamente conhecidas como exercitando o ramo de negócio, ou aquelas que, mesmo não sendo conhecidas em tal especialidade, provassem com uma escritura devidamente legal, o exercício do ramo de comércio (BRASIL, 1918).

Empresas privadas eram contratadas para fornecer fardamentos para os militares. Entretanto, poderiam haver casos de práticas abusivas e de exploração. Assim, essa circular visava coibir essas situações ao estipular que somente empresas notoriamente reconhecidas no setor ou legalmente constituídas como fornecedoras de uniformes militares poderiam manter ou renovar contratos com a administração militar.

Em 31 de maio de 1917, sob o aviso n.461, ficou estabelecido que os uniformes de brim cáqui dos oficiais do exército deveriam ser feitos de acordo com o modelo da diretoria da administração, permitindo-se o uso do modelo atual até 1 de julho de 1918 (BRASIL, 1918).

Esse aviso evidencia a transição dos uniformes do Exército Brasileiro para o modelo brim cáqui, que esteve diretamente relacionada às mudanças táticas e tecnológicas que começaram foram acentuadas pela Primeira Guerra Mundial. A utilização de cores vibrantes, como azul, vermelho e branco, habituais nos exércitos europeus e anteriormente adotadas pelo Brasil, fazia com que os soldados se tornassem alvos visíveis no campo de batalha moderno, caracterizado por armas de maior alcance e letalidade. Por sua tonalidade neutra, o cáqui

atendia à demanda por camuflagem e à concepção de um uniforme funcional, mais adequado para o combate e para o desgaste do trabalho diário.

Figura 12 - Uniformes de Campanha em 1917



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem mostra os uniformes de campanha usados pelos membros da arma de infantaria, evidenciando as diferenças de acordo com a graduação. Há a representação de um tenente, um sargento e um soldado, sendo o soldado retratado tanto de frente quanto de costas (Barroso, 1922).

Em 31 de julho de 1917, o aviso n.623, determinou que diante da dificuldade de se obter couro em condições que permitisse a uniformidade na cor amarela das perneiras destinadas às tropas, ficaria adotada, para os oficiais e praças, a perneira na cor preta, bem como o uso do borzeguim ou da botina inteira ou não, também na cor preta, com exceção do uniforme branco, com prazo de seis meses para as mudanças determinadas (BRASIL, 1918).

A dificuldade em conseguir couro adequado para assegurar a uniformidade da cor amarela nas perneiras levou a administração militar a adotar o preto como opção. Essa alteração não era somente estética, visto que, espelhava uma demanda diante de um contexto de falta de matérias-primas e reestruturação das cadeias de abastecimento.

Ademais, o estabelecimento do prazo de seis meses para a adaptação demonstra um empenho em padronizar e preocupação com a uniformidade visual da tropa, mas também um entendimento de que a transição deveria ser gradual para prevenir desperdícios e sobrecarga financeira, tanto para o Estado quanto para os militares. Assim, observa-se em vários avisos e decretos.

Figura 13 - Uniformes de Parada em 1917



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

A imagem ilustra uniformes de parada, destacando a distinção por arma e graduação. São apresentados, um soldado do 43º Batalhão de Caçadores de São Paulo, em traje de parada; um clarim de cavalaria em 1º uniforme; um tenente de infantaria; e um soldado da mesma arma, ambos usando o mesmo modelo de uniforme (Barroso, 1922).

Nesse mesmo ano, ficou autorizado, em 20 de agosto no aviso n.685, a adoção do capuz nos capotes dos oficiais, que já eram adotados para as praças de pret, ficando o uso sujeito às restrições aconselhadas conforme a natureza do serviço que cada um fosse obrigado a exercer. Ainda sobre os capotes de pano, que era considerado peça parte do equipamento militar, em 21 de agosto, o aviso n. 688, declarou que de acordo as disposições estabelecidas no boletim do Exército n.385, de 31 de outubro de 1914, sua duração seria fixada em dois anos. Contudo, o prazo foi estendido para três anos para as unidades localizadas fora da capital, conforme o aviso n. 501, de 15 de abril de 1916 (BRASIL, 1918).

Dessa forma, o documento destaca que, devido ao uso frequente dessa peça no inverno, o prazo de dois anos deveria ser mantido para as tropas situadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 1918).

Por meio do aviso n.44, estabeleceu-se, em 12 de setembro de 1917, o período de uso do uniforme de brim cáqui destinado aos contínuos, serventes e outros funcionários subalternos das repartições militares. A medida estava relacionada ao aviso n.89, de 20 de maio de 1916, que previa a concessão gratuita apenas do uniforme cáqui, enquanto os demais deveriam ser pagos com desconto no mesmo exercício financeiro. Em resposta a uma pergunta do segundo-

tenente intendente de 5ª classe José Nery de Oliveira Araújo, o Ministério determinou que a vida útil desse uniforme específico seria de um ano (BRASIL, 1918).

Figura 14 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1918



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Nesta ilustração verifica-se um soldado de cavalaria e um cabo de metralhadoras em uniforme de campanha; um oficial em comissão na Europa com uniforme permitido no estrangeiro durante a Guerra Europeia e um capitão de engenheiros com fardamento de flanela cáqui (Barroso, 1922).

Em 31 de outubro de 1917, por meio do aviso n.62, o Ministério da Guerra respondeu a uma solicitação do comandante da 7ª Região Militar, em decorrência da indagação do 1º tenente Luiz Carlos de Moraes, do 5º Corpo de Trem. O militar questionava se a permissão para usar botas como opção ainda era válida após a troca das perneiras amarelas pelas pretas. O comunicado explicou que, com a adoção oficial das perneiras pretas, o uso de botas ou perneiras nessa mesma cor era opcional, seguindo o mesmo procedimento adotado anteriormente para os equipamentos amarelos. No entanto, ficou decidido que essa concessão não se aplicava ao 1º e ao 2º uniformes, nos quais o uso da bota continuava sendo obrigatório (BRASIL, 1918).

O aviso n.1.029, de 31 de dezembro de 1917, estabeleceu que, durante o estado de guerra, os 1º e 2º uniformes dos oficiais deveriam ser substituídos pelos 3º e 4º modelos, de acordo com uma regulamentação específica. No entanto, o uso de luvas brancas e do fiador dourado no primeiro desses trajes deveria ser mantido. Também foi determinado que as praças deveriam usar o 3º uniforme em circunstâncias em que antes se exigia o 1º, e que os oficiais,

ao atuarem de forma isolada, poderiam usar esses uniformes em cerimônias que exigissem traje de gala (BRASIL, 1918).

A análise do fardamento durante a Primeira Guerra Mundial demonstra que as mudanças realizadas foram além da simples adaptação técnica, elas refletiram um processo de modernização da administração, racionalização da economia e construção da instituição militar. A adoção da cor cáqui, em vez dos tons vibrantes, assumiu uma função prática de camuflagem frente à letalidade das novas armas, além da padronização e eficiência.

As imagens, juntamente com os decretos demonstram uma influência do modelo francês, especialmente em trajes de gala e cerimônias. A exemplo, na combinação da calça garance com o casaco azul-marinho, componentes característicos do estilo francês de vestuário militar. De acordo com North (2011), a maioria da infantaria francesa usava calças vermelhas brilhantes que foram introduzidas em 1829 e começaram a ser modificadas em 1887, de modo que durante a Grande Guerra ainda existiam uniforme com casacos azul-marinho e calça vermelha.

A incorporação do uniforme cáqui nos trajes de campanha do Exército brasileiro, eram focados na funcionalidade e na adaptação ao ambiente de combate. Além disso, refletiam as alterações de modernização dos exércitos europeus, como a Alemanha que adotou o cinza-campo, a Grã-Bretanha que adotou o cáqui e a França que em julho de 1914 adotou o azul-horizonte³⁷ para uniforme de campanha (North, 2011).

De modo geral, observa-se que os uniformes do Exército brasileiro diferiam dos franceses no início da Primeira Guerra Mundial. Enquanto a infantaria francesa entrou no conflito trajando peças azuis-escuros, como capotes e túnicas, calças vermelhas vibrantes e quepes nessas cores, o uniforme brasileiro já adotava o cáqui como cor principal. O uso de capotes verde-musgo pelas tropas brasileiras acentuava essa distinção cromática, uma paleta de cores voltada para a neutralidade e camuflagem terrestre que contrastava com o tradicionalismo francês, que inicialmente resistiu à adoção de cores mais discretas, pois temia que essa mudança pudesse ser interpretada como um sinal de fraqueza ou intimidação (North, 2011).

A diferença visual entre as duas forças continuou sendo notável, mesmo depois das reformas francesas em 1915, que trouxeram o azul-horizonte. Enquanto a França padronizou sua infantaria metropolitana com sobretudos e túnicas nessa cor azulada, o exército brasileiro preservou sua identidade em tons de cáqui e verde.

³⁷ Uma cor azul-clara projetada para camuflar os soldados contra o céu e o horizonte em distâncias maiores.

Os regulamentos ministeriais indicaram que a administração funcionava como controle logístico e financeiro do Exército, estabelecendo regras quanto à aquisição, uso, reaproveitamento e armazenamento dos uniformes. Essa lógica material estava relacionada ao esforço do Estado brasileiro para lidar com restrições financeiras e materiais, que foram agravadas pelo conflito. A introdução do termo “uniforme de economia” e a expansão das práticas de reaproveitamento e remanufatura demonstram um esforço para estabelecer um sistema de abastecimento que pudesse diminuir desperdícios e criar reservas estratégicas.

A padronização do fardamento se estabeleceu como uma ferramenta de disciplina social e hierarquização visual. Ao categorizar os soldados por durabilidade, função e destino, o Estado não só estruturava os recursos militares, mas também moldava os corpos dos soldados, controlando sua aparência, seu comportamento e até sua relação com o tempo de serviço. A diferenciação de tecidos, cortes e insígnias entre oficiais, sargentos e praças demonstra os limites que mantinham a hierarquia, mesmo em um período de aparente uniformização.

3.3. OS UNIFORMES NA MISSÃO MILITAR FRANCESA: DÉCADA DE 1920

Em 1920, o relatório do Ministério da Guerra aponta que, o diretor da Administração da Guerra, o general de brigada Américo de Andrade Almada, desenvolveu suas funções no esforço de satisfazer as necessidades do exército, utilizando as verbas postas à sua disposição, de acordo com as disposições em vigor. Em relação ao fardamento, todo o pessoal continuaria a ser servido dentro da pontualidade possível, embora a confecção não estivesse correndo com presteza, pela deficiência da matéria prima principal, o brim cáqui, em fins do primeiro semestre (BRASIL, 1921).

Na Intendência da Guerra o coronel Francisco Mendes de Moraes, manteve-se no exercício do cargo, assegurando o fornecimento dos artigos necessários aos corpos foram fornecidos com a máxima regularidade, sem ter havido demora e confusão, e o preparo do fardamento, que era indispensável à tropa, se efetuou de modo satisfatório. O brim cáqui inglês continuou a ser empregado na manufatura dos uniformes, tornando-se necessária a obtenção em fábricas nacionais de um tipo fixo desse tecido, tanto como medida econômica quanto pela sua fácil aquisição (BRASIL, 1921).

Além disso, o relatório da Intendência da Guerra ressalta o crescimento considerável das atividades na seção de corte, em decorrência das demandas da oficina de alfaiataria, encarregada da produção dos fardamentos para oficiais, sargentos-ajudantes, amanuenses e titulados. Os custos com fardamentos fabricados atingiram o montante de 2.880:104\$699 réis,

dos quais 2.302:102\$319 réis foram alocados exclusivamente para o fardamento das praças (BRASIL, 1921).

Pelo aviso n.51, de 11 de agosto de 1920, assinado por Calógeras, então Ministro da Guerra, ampliou-se a autorização previamente concedida no boletim do exército, n.46, de 15 de setembro de 1916, permitindo aos oficiais efetivos do exército adquirirem, na Intendência, a matéria prima destinada à manufatura dos respectivos fardamentos e demais artigos necessários ao seu uso em serviço. Dessa forma, abrangia-se os oficiais da 3ª Região Militar, que poderiam fazer idênticas aquisições no arsenal de guerra do Estado, conforme o intendente da guerra propõe em ofício de n.686, de 28 do mês findo, dirigindo-se ao diretor da administração da guerra, a fim de melhor regulamentar tais fornecimentos (BRASIL, 1921).

Após a Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro buscou manter uma administração regular de suas demandas. Observa-se um esforço para equilibrar as questões orçamentárias e o abastecimento dos uniformes. Mesmo diante da escassez de matérias-primas, como o brim cáqui, há um empenho em confeccionar os fardamentos e distribuir para as tropas.

Apesar dos desafios enfrentados, nota-se o aumento das atividades de corte e alfaiataria, referentes à produção desses uniformes, que influenciam nos custos e nos recursos. Assim, aos poucos consolida-se um quadro de fornecimento e também de controle sobre a confecção dos fardamentos, seguindo a logística da administração e a realidade do Estado.

Em 25 de agosto de 1920, pelo decreto n.14.327, o Presidente da República, Epitácio Pessoa, aprovou alterações no plano de uniformes do exército, sendo assinado pelo Dr. João Pandiá Calógeras. No que se refere aos oficiais gerais, as modificações no plano suprimiram o 1º uniforme previsto anteriormente. No 2º uniforme, a calça de pano garance com galão bordado a ouro pelo do mesmo pano com listra azul ferrete e florões estampados, usada no atual 3º uniforme. Após essas mudanças, o 2º uniforme passaria a substituir, para todos os efeitos, o 1º e 2º uniformes vigentes até o momento (BRASIL, 1921).

As alterações previstas para os oficiais de todos os postos dos quadros das armas e dos serviços, e aspirantes a oficial, foi a substituição da calça de pano garance com galão dourado, do 1º uniforme, por uma calça do mesmo tecido, porém com listra na cor da túnica, já usada no 3º uniforme. O 1º uniforme, após essa modificação, passaria a ser utilizado exclusivamente em formaturas e serviços de guarnição. Nos demais casos, o 2º uniforme substituiria, para todos os efeitos, o 1º uniforme. A polaina de brim branco foi eliminada e, durante as formaturas, substituída pela perneira de couro preto (BRASIL, 1921).

Figura 15 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1920



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na aquarela, nota-se o general em 1º uniforme, que anteriormente era o 2º uniforme; o tenente de caçadores em uniforme de formatura; o major de cavalaria divisionária em grande gala; o capitão de infantaria em farda de cerimonia e por fim, o general de brigada com fardamento de flanela cáqui.

Ademais, decidiu-se que distintivos representativos das armas e serviços seriam colocados no quepe e nas platinas do 3º uniforme. Para o quadro de armas: infantaria (dois fuzis cruzados); cavalaria (duas lanças cruzadas); artilharia (uma bomba em chamas); engenharia (um castelo). Para o quadro dos serviços: médicos (um caduceu); veterinários (duas folhas de sálvia unidas pelos pecíolos); farmacêuticos (uma ânfora com serpente entrelaçada); dentistas (um caduceu dentro de um aro); intendentos (duas penas cruzadas); auditores (uma balança com espada como fiel); picadores (um estribo atravessado por um chicote). Todos os distintivos seriam confeccionados em metal branco, com altura máxima de quatro centímetros (BRASIL, 1921).

Os oficiais das armas e os aspirantes a oficial deveriam usar, nas golas das túnicas, o distintivo da especialidade de sua arma, juntamente com o número da unidade a que pertenciam. Para os serviços, deveria ser utilizado o distintivo correspondente. Entre as especialidades e serviços, havia distintivos notáveis para: caçadores (uma trompa de caça); Companhias de Metralhadoras (dois fuzis cruzados sob uma bomba em chamas); Companhias de Estabelecimentos (dois fuzis cruzados sob a letra “E”); Corpo de Trem (duas espadas cruzadas); Grupo de Obuses (dois canhões cruzados sob uma bomba em chamas); Grupo de

Artilharia a Cavalo (duas espadas cruzadas atravessando o corpo de uma bomba em chamas); (BRASIL, 1921).

Grupo de Artilharia de Montanha (dois fuzis cruzados atravessando o corpo de uma bomba em chamas); Grupo de Artilharia de Costa e a Bateria Isolada de Costa (dois canhões cruzados); Batalhão Ferroviário e a Companhia Ferroviária usavam o mesmo símbolo (uma roda de estrada de ferro com asas partindo do eixo); Companhia de Aviação (um aeroplano em projeção horizontal como distintivo); Companhia de Aerostação (um balão esférico); Quadro Suplementar (uma esfera armilar em metal branco); Quadro Especial (a mesma insígnia, porém em metal dourado); e Quadro F (em metal bronzado) (BRASIL, 1921).

A fabricação desses distintivos seguia um padrão de metal branco, exceto para as baterias isoladas de costa, companhias ferroviárias e quadro especial, que eram feitas em metal dourado, e para o quadro F, que era em metal bronzado. Exceto para os corpos de trem e artilharia de costa, onde eram colocados na parte superior, os números das unidades eram soldados aos distintivos na parte inferior. O conjunto, distintivo e número, não poderia ultrapassar três centímetros de altura, sendo que o número utilizado correspondia ao corpo de tropa ou à unidade administrativa (BRASIL, 1921).

Para os oficiais dos regimentos de infantaria, cavalaria independente, artilharia montada e batalhões de engenharia, as golas das túnicas exibiam apenas os números da unidade, em metal branco, com altura máxima de três centímetros. Os oficiais do regimento de cavalaria divisionária usavam, nas golas, os números da unidade em um aro circular de metal branco com três centímetros de diâmetro e dois milímetros de largura (BRASIL, 1921).

Em relação aos oficiais dos quadros de serviços do Exército, estabeleceu-se que nas golas das túnicas, seriam utilizados apenas os emblemas da função desempenhada, eliminando-se a referência numérica das unidades às quais estivessem provisoriamente associados. Estabeleceu-se também que os oficiais do serviço de ordens das brigadas de infantaria e cavalaria, bem como seus comandantes, usariam um polígono estrelado de oito pontas, com o número da brigada no centro, feito em metal branco e com altura máxima de três centímetros, assegurando a uniformidade visual estipulada pelo regulamento (BRASIL, 1921).

O 2º uniforme, fora de formatura, foi substituído pelo uniforme de brim branco, mediante autorização, mantendo-se o uso de fiador, talim e espada conforme a hierarquia. O chapéu armado foi substituído pelo *bonnet* americano, e a casaca passou a apresentar passadeiras bordadas e galões dourados nos punhos, com distinções específicas para oficiais combatentes e generais. Ademais, os oficiais dos estados-maiores, adidos militares e membros

do estado-maior presidencial deveriam usar alamares dourados como sinal distintivo de função, reforçando visualmente as posições de comando e assessoramento (BRASIL, 1921).

Ao uso da espada, o regulamento permitia uma certa flexibilidade: durante apresentações individuais ou em ocasiões de serviço rotineiro no quartel, o oficial tinha a opção de substituí-la pelo cinto talabarte. No entanto, em eventos formais, como acompanhamentos de autoridades, recepções oficiais, apresentações coletivas, audiências com o Presidente da República, formaturas com tropa armada, além de serviços de campanha e de escala, a espada continuava sendo obrigatória, mantendo seu caráter simbólico e cerimonial no contexto militar (BRASIL, 1921).

O oficial era obrigado a portar a espada, tanto no 1º quanto no 2º uniforme. Se fosse preciso deixar o quepe em um vestiário, a espada também deveria ser deixada, enfatizando a inseparabilidade entre os dois itens. Em eventos como recepções, bailes ou outras solenidades noturnas em ambientes internos, era exigido que o oficial estivesse presente usando calça com botinas ou borzequins, sendo proibido o uso de calção com botas ou perneiras (BRASIL, 1921).

Durante o serviço, estabelecia-se a obrigatoriedade do uso de botas com esporas ou esporins para oficiais montados, exceto nas situações previamente mencionadas. Para os oficiais não montados, as perneiras eram usadas apenas em ocasiões de formatura ou guarda, sendo substituídas por calças com botinas ou borzequins em outros contextos. É importante ressaltar que a categoria de oficial montado não se restringia ao ato imediato de estar a cavalo, mas incluía aqueles cuja função exigia essa condição, mesmo que não a estivessem exercendo naquele momento (BRASIL, 1921).

Nos uniformes 3º, 5º e 6º, os oficiais montados deveriam usar calção com perneiras e esporas, ou botas com esporas ou esporins. Para os oficiais a pé, também se previa o uso de perneiras ou botas sem esporas nessas condições. No entanto, em relação ao 3º uniforme, essa regra se aplicava apenas às formaturas e ao serviço de guarda (BRASIL, 1921).

Ao 6º uniforme, permitia-se apenas a utilização do calção de brim cáqui com perneiras ou botas. Autorizava-se o uso da túnica de brim cáqui com calça ou calção de flanela cáqui em ambientes internos, como quartéis, repartições militares e acampamentos. Contudo, era expressamente proibida a circulação em espaços públicos nessas condições, tanto em passeio quanto em serviço. Enfatizava-se que, independentemente do tipo de uniforme, o oficial poderia montar a cavalo, contanto que utilizasse calção com perneiras ou botas (BRASIL, 1921).

Durante os passeios, os oficiais podiam usar bengala ou chibata, contanto que tivessem um aspecto simples, sem enfeites excessivos. Os bolsos inferiores da túnica de flanela cáqui também deveriam ter pestanas, assim como os bolsos superiores (BRASIL, 1921).

Em relação às praças dos corpos de tropa e dos serviços, as regras de uniformização também passaram por mudanças. Em todos os uniformes de pano, a polaina de brim branco foi trocada pela perneira de couro preto. O 1º uniforme tornou-se exclusivo para formaturas ou serviços de guarnição. Nas ocasiões em que o traje de gala fosse necessário, o 2º uniforme poderia ser utilizado como substituto (BRASIL, 1921).

Quanto aos bonés americanos e quepes, as praças começaram a usar os emblemas de suas respectivas armas ou serviços, os quais já eram destinados aos oficiais. Os emblemas dessas especialidades deveriam ser usados por soldados de infantaria, cavalaria, artilharia montada e engenharia (BRASIL, 1921).

Nas golas das túnicas, determinava-se que fosse empregado o número da unidade à qual o militar pertencia ou o distintivo do serviço correspondente. Para a cavalaria divisionária, o número deveria ser gravado em um aro metálico, assim como era feito com os oficiais desse corpo (BRASIL, 1921).

As praças associadas aos estados-maiores da Escola Militar, colégios militares, Escola de Estado-Maior e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais deveriam vestir o uniforme da cavalaria, porém com modificações: nas golas das túnicas, deveriam exibir um castelo coroado por uma estrela; nos bonés, uma esfera armilar; e, nos quepes, uma esfera armilar coroada por uma estrela, todos feitos em metal branco (BRASIL, 1921).

Figura 16 - Uniformes do Exército Brasileiro em 1921



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na imagem, veem-se o aluno do 3º ano da Escola Militar, de cavalaria, em grande uniforme; o aluno do 2º ano da mesma escola, de infantaria, com mesmo traje; o aluno do 3º ano da mesma escola, de infantaria, em uniforme cáqui; o sargento aviador em farda de passeio verde e aluno do Colégio Militar, em uniforme cáqui, com pelerine azul-marinho.

Para os alunos da Escola Militar, no dia da formatura, o 1º uniforme era composto por uma túnica de tecido com dragonas azuis e cachos vermelhos, calção de brim branco, capacete padronizado de acordo com o modelo arquivado na instituição, além de perneiras de couro preto, borzeguins, luvas brancas e cinto-talabarte também branco. Já aos alunos do esquadrão de cavalaria, as distinções estavam presentes no capacete com penacho e nas luvas de canhão branco alto e rígido (BRASIL, 1921).

A composição dos uniformes do exército também foi detalhada de acordo com as modificações introduzidas. Dessa forma, a composição dos uniformes foi estabelecida conforme as distinções entre diferentes modalidades de uso (BRASIL, 1921).

Nos uniformes dos oficiais gerais, o 1º uniforme era um dólmã de tecido azul ferrete, decorado com gola e punhos bordados em dourado, além de alamares de retrós preto. O conjunto era completado por dragonas, cinto bordado em ouro, calça ou calção de pano garance decorados com listras azul ferrete e florões estampados, além do quepe com copa garance. Também incluía espada com bainha de metal dourado, fiador dourado, talim de guias douradas, luvas brancas, botinas, borzeguins ou botas com esporins, formando um traje de forte caráter cerimonial (BRASIL, 1921).

O 2º uniforme não exibia alterações em comparação ao 1º, preservando completamente a mesma composição. O 3º uniforme apresentava uma simplificação em relação aos anteriores. O dólmã bordado foi trocado por uma túnica de tecido azul-ferrete, com gola garance sem bordados, complementada por platinas de cordão de prata trançado. O cinto, agora de couro castanho, assim como o fiador e as guias do talim, ao passo que a espada era carregada em bainha de couro. As luvas brancas foram substituídas por luvas castanhas, e o calçado poderia abranger botinas ou borzeguins, complementados por perneiras ou botas com esporas (BRASIL, 1921).

O 4º uniforme consistia em uma túnica e calça de brim branco, platinas revestidas de veludo azul ferrete, *bonnet* americano com capa também em brim branco e cinta bordada em ouro, além de botinas ou borzeguins brancos, luvas brancas, talim, espada e fiador equivalentes ao 3º uniforme. Quando combinado com o talim, a espada e o fiador do 1º uniforme, eram chamados de 2º uniforme bis (BRASIL, 1921).

O 5º uniforme, por outro lado, era composto por uma túnica e calça, ou calção, de flanela cáqui, apresentando as mesmas platinas do 4º uniforme, *bonnet* americano com capa de flanela cáqui e cinta bordada em ouro. O cinto, o talabarte e a guia em couro castanho, a espada e o fiador do 3º uniforme, bem como luvas castanhas, botinas ou borzeguins, perneiras e esporas, ou botas equipadas com esporas ou esporins, completavam o conjunto (BRASIL, 1921).

O 6º uniforme, que consistia em uma túnica e calça de brim cáqui, mantinha a cor predominante. O *bonnet* americano tinha uma capa de brim cáqui e uma cinta castanha. O conjunto também incluía cinto-talabarte e guia de couro castanho, espada e fiador do 3º uniforme, luvas castanhas, botinas ou borzeguins, perneiras e esporas, ou botas com esporas. Por último, havia um uniforme opcional, conhecido como uniforme de tolerância, composto por uma sobrecasaca de pano azul ferrete. Nesse caso, o antigo quepe era substituído pelo *bonnet* americano, que foi adotado no 4º uniforme (BRASIL, 1921).

Nos uniformes de todos os postos dos quadros das armas, dos serviços e aspirantes a oficial, o 1º uniforme era composto por uma túnica de tecido, dragonas, calça ou calção de tecido garance com listras na cor da túnica, quepe com penacho, botinas ou borzeguins, além de perneiras, destinadas aos oficiais a pé durante as formaturas. Era obrigatório para os oficiais montados o uso de botas com esporas ou esporins. O conjunto era finalizado com talim acompanhado de guia de couro castanho, espada, fiador dourado e luvas brancas (BRASIL, 1921).

O 2º uniforme mantinha a mesma composição, exceto pelo penacho do quepe, que foi suprimido. O 3º uniforme preservava a túnica de tecido, adicionando platinas de metal branco, combinadas com a calça ou calção do 1º uniforme. O quepe continuava, assim como as botinas ou borzeguins, perneiras e esporas, ou botas com esporas ou esporins. Também se empregava talim com guia de couro marrom, espada, fiador também de couro marrom e luvas marrons (BRASIL, 1921).

O 4º uniforme consistia em uma túnica e calça de brim branco, platinas revestidas com tecido, *bonnet* americano com capa de brim branco, além de botinas ou borzeguins brancos. A composição incluía talim com guia de couro castanho, espada, fiador de couro castanho e luvas brancas. Quando acompanhado do fiador do 1º uniforme, o 2º uniforme bis (BRASIL, 1921).

O 5º uniforme consistia em uma túnica e calça, ou calção, de flanela cáqui, platinas correspondentes ao 4º uniforme, *bonnet* americano com capa de flanela cáqui, cinto-talabarte de couro castanho, guia de couro castanho, espada, fiador também de couro castanho, botinas

ou borzeguins, perneiras, esporas, ou botas com esporas ou esporins, e luvas castanhas (BRASIL, 1921).

O 6º uniforme consistia em uma túnica e calção de brim cáqui, complementados por um *bonnet* americano com capa de brim cáqui, mantendo o restante igual ao 5º uniforme. Por fim, os oficiais pilotos e aviadores mantiveram seus uniformes específicos, projetados especialmente para suas funções (BRASIL, 1921).

Para os oficiais de todas as classes, o uniforme de tolerância era composto por casaca de pano azul ferrete, calça do mesmo tecido, colete igualmente em azul ferrete ou em tecido branco, camisa branca com peito endurecido, colarinho branco, podendo ser direito ou de pontas dobradas, gravata branca em laço deitado, *bonnet* americano de copa azul ferrete, luvas de pelica branca e sapatos de verniz preto. Como peças de abrigos, o capote de pano cáqui esverdeado, sendo ainda admitida, fora do serviço, a pelerine confeccionada em pano azul ferrete (BRASIL, 1921).

Ao serviço de campanha, os oficiais poderiam utilizar o 6º uniforme, confeccionado em flanela cáqui, sendo dispensado a obrigatoriedade dos machos nos bolsos e na cintura da túnica. Essa condição se estendia ao serviço ordinário nas guarnições onde a tropa estivesse dotada de uniforme de flanela cáqui para tais atividades. Nessas condições o cinto-talabarte de couro seria substituído pelo equipamento *Mill's* (BRASIL, 1921).

Os oficiais da reserva da 1ª linha e do Exército de 2ª linha deveriam usar os uniformes de acordo com as determinações estipuladas neste regulamento, levando em consideração, entretanto, as particularidades que os distinguiam dos oficiais da ativa da 1ª linha. Dentre essas distinções, o cinto-talabarte de couro castanho, utilizado exclusivamente pelos oficiais da ativa da 1ª linha (BRASIL, 1921).

Para as praças dos corpos de tropa e dos serviços, o 1º uniforme incluía uma túnica de tecido, charlateira, calça de tecido garance com listra da mesma cor da túnica, quepe com pompom, borzeguins, perneiras de couro preto, luvas brancas e esporas para as praças montadas. O 2º uniforme preservava as mesmas peças do 1º, distinguindo-se apenas pela falta do pompom no quepe (BRASIL, 1921).

O 3º uniforme seguia o padrão do 1º, porém sem pompom e charlateira, além da troca das luvas brancas por luvas castanhas. O 4º uniforme, destinado exclusivamente aos sargentos e de uso opcional fora do serviço, era composto por uma túnica e calça de brim branco, boné americano com capa de brim branco, botinas ou borzeguins brancos e luvas brancas (BRASIL, 1921).

O 5º uniforme consistia em uma túnica e calça de flanela cáqui, *bonnet* americano com capa de brim branco, botinas ou borzequins pretos, perneiras de couro preto, luvas castanhas e esporas para praças montadas. Por último, o 6º uniforme consistia em uma túnica e calça, ou calção, de brim cáqui, *bonnet* americano com capa de brim cáqui, borzequins pretos, perneiras de couro preto, luvas castanhas e esporas para praças montadas (BRASIL, 1921).

Todos os sargentos usariam túnicas no modelo das dos oficiais, como já ocorria com os primeiros-sargentos. Nos sargentos-ajudantes, no 1º uniforme, o pompom do quepe seria substituído pelo penacho dos oficiais. Todos os sargentos receberiam o 5º uniforme, mesmo em guarnições onde este não fosse fornecido às demais praças (BRASIL, 1921).

Os amanuenses do quadro deveriam usar uniformes da infantaria, complementados pelo distintivo de suas funções, ao passo que as praças asiladas apenas receberiam o 6º uniforme, que seria com calça em vez de calção. Por outro lado, os alunos da escola de aviação militar, assim como aviadores e pilotos de praças de *pret*, tinham uniformes especificamente regulamentados para suas funções (BRASIL, 1921).

No que concerne aos alunos da Escola Militar, o 1º uniforme era composto por uma túnica de pano com dragonas azuis e cachos vermelhos, calção de brim branco, capacete, borzequins, perneiras de couro preto, luvas brancas e cinto-talabarte de couro branco, sendo utilizado apenas nas formaturas (BRASIL, 1921).

O 2º uniforme preservava a túnica de pano com dragonas azuis e cachos vermelhos, porém a calça era garance com duas listras na cor da túnica. Isso era complementado por quepe, borzequins, perneiras, luvas brancas e esporas para os alunos montados. O 3º uniforme consistia em uma túnica de pano, platinas de metal branco e luvas castanhas, preservando os outros componentes do 2º uniforme (BRASIL, 1921).

O 4º uniforme, opcional, consistia em uma túnica e calça de brim branco, platinas revestidas com pano azul ferrete, *bonnet* americano com capa de brim branco, botinas ou borzequins brancos e luvas brancas. O 5º uniforme era formado por túnica e calça, ou calção, de flanela cáqui, platinas cobertas de pano azul ferrete, *bonnet* americano com capa de flanela cáqui, borzequins, perneiras, esporas para os montados e luvas castanhas. O 6º uniforme era composto por uma túnica e calça, ou calção, de brim cáqui, *bonnet* americano com capa de brim cáqui, borzequins, perneiras, esporas para os montados e luvas castanhas (BRASIL, 1921).

Em atos de vida social, os alunos podiam usar dragonas, talim, espada e fiador dos oficiais subalternos no 2º uniforme. Em serviços isolados ou atividades sociais, o 3º uniforme poderia ser complementado com talim, espada e fiador dos oficiais, recurso que também se

estendia aos 4º e 5ºs uniformes. Os alunos usavam o capote de pano igual ao dos oficiais como peça de abrigo e, opcionalmente, podiam usar a pelerine de pano azul ferrete fora do serviço (BRASIL, 1921).

Os alunos dos Colégios Militares tinham o 1º uniforme composto por uma túnica de pano com charlateira, calça de pano garance com listras na cor da túnica, botinas, perneiras de brim branco, quepe com tope e luvas brancas, sendo destinado apenas para ocasiões de formatura. Quando montados, os alunos usavam perneiras de couro preto e esporas em vez de perneiras de brim branco (BRASIL, 1921).

Figura 17 - Uniformes de parada 1921



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na ilustração, observa-se soldado de metralhadoras, anseçada de caçadores, clarim do esquadrão do trem e aluno do Colégio Militar, todos em trajes de grande gala.

O 2º uniforme preservava a túnica de pano com charlateira, a calça do 1º uniforme, quepe, botinas e luvas brancas. O 3º uniforme consistia em uma túnica de pano, calça de pano garance do 1º uniforme, quepe, botinas pretas com ou sem perneiras de couro preto e luvas castanhas (BRASIL, 1921).

O 4º uniforme, opcional, consistia em uma túnica e calça de brim branco, platinas do mesmo material, boné americano com capa de brim branco, botinas ou borzeguins brancos e luvas brancas. O 5º uniforme era composto por uma blusa de brim cáqui, calça de pano garance com listra da cor da túnica, quepe e botinas, com ou sem perneiras pretas. O 6º uniforme

consistia em blusa e calça de brim cáqui, gorro de brim cáqui e botinas com ou sem perneiras pretas, sendo esse utilizado apenas em serviço interno e em exercícios (BRASIL, 1921).

No que diz respeito aos alunos oficiais, o 4º uniforme era utilizado da mesma maneira que pelos outros alunos, com a diferença de que as platinas exibiam os distintivos do posto escolar, compostos por barretas de metal bronzeado, sem laço húngaro. Em eventos sociais, era permitido o uso da dragona especial de aluno do Colégio Militar, talim, espada e fiador do 1º uniforme dos oficiais subalternos no 2º uniforme (BRASIL, 1921).

Para serviço isolado, o 3º uniforme poderia ser acrescido do talim, espada e fiador equivalentes aos oficiais subalternos. As peças de abrigo continuavam as mesmas de hoje, assegurando consistência e adequação às condições meteorológicas e de trabalho. Em geral, todas as peças dos uniformes dos oficiais e praças previstas neste plano seguiam os modelos e cores vigentes na época, exceto pelas modificações e mudanças especificamente mencionadas na composição dos uniformes (BRASIL, 1921).

O plano de uniformes para os professores das instituições militares de ensino foi aprovado pelo Decreto n.14.584, de 30 de dezembro de 1920. O Presidente da República, Epitácio Pessoa, promulgou o documento, que foi assinado pelo Ministro de Estado da Guerra, Dr. João Pandiá Calógeras, o decreto oficializou a padronização da vestimenta desses profissionais, de acordo com as funções atribuídas pelo artigo 48, n. 1, da Constituição em vigor (BRASIL, 1921).

Esse regulamento estabelecia que o 1º uniforme dos professores consistisse em uma sobrecasaca de pano azul ferrete, acompanhada de calça feita no mesmo material, dragonas e boné americano com capa também em pano azul-ferrete. Além de, um colete de pano azul-marinho, camisa branca, colarinho branco e gravata de seda preta, luvas de pelica branca, talim, espadim, fiador dourado, botinas ou borzeguins pretos (BRASIL, 1921).

O 2º uniforme era idêntico ao 1º, preservando sua estrutura e composição. O 3º uniforme também seguia o padrão do 1º, porém se diferenciava pela falta de dragonas, além do uso de luvas e fiador na cor castanha (BRASIL, 1921).

O 4º uniforme era composto por túnica e calça de brim branco, platinas revestidas de pano, boné americano com capa também de brim branco, talim, espadim, fiador, luvas brancas e botinas ou borzeguins de lona branca. É importante ressaltar que, quando combinado com fiador dourado, esse traje era chamado de “2º uniforme bis” (BRASIL, 1921).

O 5º uniforme, por sua vez, era composto por túnica e calça de flanela cáqui, platinas cobertas com pano, boné americano com capa de flanela cáqui, talim, espadim, fiador, luvas castanhas e botinas ou borzeguins de couro preto (BRASIL, 1921).

As especificações do uniforme estabeleciam que a sobrecasaca deveria ser feita de pano azul-ferrete, de traspasse, com gola deitada do mesmo material e abertura frontal até o 3º botão superior. O fechamento era realizado por duas fileiras de três botões grandes dourados, complementados por seis botões pequenos dourados nas pestanas dos bolsos e na parte traseira das abas, sendo três em cada pestana. As mangas tinham canhões de onze centímetros de altura, também em pano azul-ferrete, com três pequenos botões dourados na costura posterior de cada um (BRASIL, 1921).

As passadeiras da sobrecasaca, também na cor azul ferrete, teriam doze centímetros de comprimento por cinco de largura, com guarnição bordada a ouro de um centímetro, contendo uma estrela de cinco pontas bordada ao centro. Os canhões das mangas eram circundados por galões dourados de *polytache* com largura de oito milímetros, variando de acordo com o posto e sem o laço húngaro. Oito centímetros acima do último galão, ainda se via uma estrela dourada de cinco pontas. Com o braço estendido ao longo do corpo, a sobrecasaca deve ter um comprimento que chegue até a ponta do dedo médio. Os botões tinham o mesmo formato dos oficiais do Exército, com fundo granitado e sem emblemas (BRASIL, 1921).

As calças também eram feitas de tecido azul-ferrete, com corte reto, chegando até o início do salto da botina e sem adornos. Também estavam previstos modelos em brim branco e flanela cáqui, ambos preservando o mesmo formato da versão em pano azul ferrete. As dragonas eram equivalentes às usadas pelos oficiais das armas, ao passo que o colete, confeccionado em pano azul ferrete, era feito sem gola, apresentando apenas uma fileira com cinco botões dourados pequenos (BRASIL, 1921).

O *bonnet* americano tinha o mesmo formato do usado pelos oficiais das armas, diferenciando-se no 1º uniforme pelo uso de pala em verniz preto, capa de pano azul ferrete, cinta de gorgorão de seda preta, emblema dourado com as armas da República e jugular de galão dourado (BRASIL, 1921).

Nos uniformes 4º e 5º, o padrão continuava o mesmo dos oficiais das armas. As túnicas também seguiam o padrão desses oficiais, feitas de flanela cáqui ou brim branco, com botões parecidos com os da sobrecasaca e uma estrela de cinco pontas em metal dourado em cada lado da gola. As platinas, do mesmo formato das usadas pelo Exército, eram revestidas com tecido azul-turquesa, sem laço húngaro, exibindo no centro uma estrela de cinco pontas bordada em ouro (BRASIL, 1921).

Os complementos exigiam camisa branca de peito liso endurecido, colarinho branco alto, podendo ser direito ou de pontas viradas, além de gravata de seda preta em laço com duas voltas e duas pontas (BRASIL, 1921).

No 1º e no 3º uniformes, o talim consistia em um cinto de cadarço de seda preta com três centímetros de largura, dividido em sete faixas horizontais, sendo que três delas eram bordadas a ouro. O forro era de veludo preto, e o fechamento era feito por um fecho de metal dourado gravado, exceto pela chapa circular, que permanecia lisa e brilhante, exibindo no centro uma estrela dourada de cinco pontas (BRASIL, 1921).

Esse fecho repousava sobre uma pala de veludo preto e apresentava um passador de metal dourado em formato elíptico. A guia de seda preta com mosquetão dourado era recebida por um gancho dourado, preso a uma pequena pala de veludo preto. Esse talim era utilizado sobre a sobrecasaca abotoada. Nos uniformes 4º e 5º, empregava-se o mesmo padrão utilizado pelos oficiais das armas (BRASIL, 1921).

O espadim era reto ou levemente curvado, sem copos e com cruzeta de metal branco. A bainha era feita de couro preto e possuía braçadeira, bocal e ponteira em metal branco, exibindo na cruzeta as armas da República. Os fiadores, luvas, botinas e borzeguins seguiam o padrão adotado pelos oficiais das armas, preservando a uniformidade dos acessórios (BRASIL, 1921).

A peça de abrigo era uma pelerine de tecido azul-ferrete, com gola deitada e fechamento frontal por meio de carcela com botões invisíveis. O capuz era de uso opcional, e pequenos triângulos de sutache dourado, em número equivalente ao posto do militar, podiam ser vistos nas extremidades da gola. Sobre esses triângulos, colocava-se uma pequena estrela dourada de cinco pontas (BRASIL, 1921).

O uso do espadim pelos professores era controlado da mesma maneira que para os oficiais das armas, exceto pelo fato de não usarem o cinto-talabarte. No serviço interno das instituições de ensino, era permitido que os professores substituíssem, no 5º uniforme, a túnica de flanela por uma de brim cáqui, com formato parecido ao dos oficiais das armas (BRASIL, 1921).

O laço húngaro das platinas deveria ser trocado por uma estrela de cinco pontas em metal dourado, ao passo que os botões eram de massa preta, com fundo granitado e sem nenhum emblema. Entretanto, era estritamente proibido deixar o estabelecimento usando esse uniforme (BRASIL, 1921).

Os professores que fossem oficiais reformados do Exército poderiam usar todos os uniformes a que tinham direito pelo plano geral de uniformes, portando as insígnias correspondentes ao posto de sua reforma. No entanto, as insígnias privativas de docente só poderiam ser utilizadas juntamente com os uniformes especificamente designados para essa função. Se esses professores aposentados fossem disponibilizados para alguma autoridade

militar em funções diferentes do magistério, não lhes era permitido utilizar os uniformes ou as insígnias exclusivas de docente (BRASIL, 1921).

Os professores que fossem oficiais efetivos do Exército deveriam usar os uniformes da arma ou do serviço ao qual pertenciam. Estabelecia-se que, três meses após a aprovação do plano de uniformes, nenhum professor poderia desempenhar suas atividades em roupas civis (BRASIL, 1921).

Esse detalhamento das novas vestimentas para oficiais, praças, alunos e professores da instituição militar evidencia o esforço em alinhar a indumentária do Exército Brasileiro aos padrões americanos e europeus, essencialmente o francês. A influência da Missão Militar Francesa, contratada em 1919 para ajudar na modernização, percebe-se na busca por uma maior diferenciação entre os uniformes de serviço, de gala e de campanha, além da incorporação de novos elementos e insígnias.

A demanda por uma nova regulamentação de uniformes também estava inserida em um cenário de aumento do nacionalismo e da procura por uma identidade militar mais unificada. A fim de fortalecer o espírito de corpo e o profissionalismo da tropa, foram adotados distintivos específicos para cada arma, serviço e especialidade, feitos de metal e com desenhos detalhados. A troca de alguns componentes indica uma atenção voltada à praticidade e à funcionalidade, ensinamentos assimilados nos campos de batalha europeus.

No entanto, como o próprio Ministro da Guerra reconhece no relatório, a implementação dessas mudanças não foi isenta de dificuldades. A referência à dificuldade em adquirir matérias-primas, como o brim cáqui, e a necessidade de procurar a produção em fábricas nacionais, evidencia os obstáculos econômicos enfrentados pelo Brasil naquele período, que ainda era altamente dependente da importação de produtos manufaturados.

O relatório da Intendência da Guerra destaca o alto custo dos novos fardamentos, totalizando 2.880:104\$699 réis, sendo a maior parte destinada às praças. Isso ilustra o impacto orçamentário que essa modernização teve nos cofres públicos.

O regulamento também permite observar as hierarquias rígidas e a estratificação social que existiam no Exército da época. As diferenças nos uniformes de oficiais gerais, oficiais de diferentes postos, aspirantes e praças eram detalhadas, variando desde a qualidade dos tecidos e bordados até a obrigatoriedade do uso da espada em certas ocasiões.

As alterações nos uniformes em 1920 não podem ser consideradas apenas uma questão estética, pois fazem parte de um projeto mais abrangente de nação e de um exército que buscava se estabelecer como uma instituição moderna e profissional. Em sua essência, o novo guarda-roupa militar representava a concretização de um ideal de Exército: mais estruturado,

hierarquizado e alinhado com as potências militares do período, mesmo diante das dificuldades enfrentadas por uma nação em desenvolvimento.

Entre 1921 e 1922, o serviço de fardamento operou de maneira regular, atendendo de forma pontual a todos os funcionários, de acordo com as provisões orçamentárias em vigor. Em relação ao fornecimento de equipamentos ao Exército, o governo procurava alternativas para eliminar os problemas gerados pela dualidade existente na época (BRASIL, 1922).

Nesse cenário, o Estabelecimento Central de Fardamento, Equipamento e Arreamento, ao integrar as divisões e depósitos que faziam parte da extinta Intendência da Guerra, executou suas funções com notável eficiência. As oficinas de alfaiataria produziram 284.746 peças, ao passo que a oficina de correiros confeccionou 16.222 peças de equipamento e 13.092 peças de arreamento (BRASIL, 1922).

No que diz respeito à matéria-prima, foram introduzidos vários artigos avaliados em 4.862:599\$000. Além de fabricar uniformes para praças, empregados civis e outras confecções, a oficina de alfaiates produziu, na seção de corte destinada a oficiais, 8.674 uniformes, somando um total de 290000\$000. A oficina de correiros produziu 34.020 peças variadas e atendeu a 9.698 unidades, demonstrando a habilidade produtiva e a organização eficaz do estabelecimento central (BRASIL, 1922).

A Seção de Embalagem enviou 3.836 caixotes, 268 volumes amarrados, 29 encapados, 199 fardos, 36 engradados, uma mala e 31 volumes diversos. Esses itens incluíam fardamento, equipamento, roupa de cama, utensílios e móveis, e foram destinados aos corpos de tropa e estabelecimentos militares. Ademais, foram enviados 492 caixotes com fardamento para oficiais e praças, além de 33 caixões com fardamento e arreamento para os tiros de guerra e instituições de ensino, demonstrando a organização e a extensão logística do serviço de suprimento do Exército (BRASIL, 1922).

O Serviço de Administração enviou 2.962 volumes, além de outros 2.662 que passaram pela região, originários desta capital e destinados aos corpos de tropa e instituições militares. Ao longo do ano, foram realizadas duas licitações para a compra de materiais de escritório, calçados e peças de fardamento manufaturado, evidenciando a consistência e a seriedade administrativa na gestão dos recursos e no fornecimento de material ao Exército (BRASIL, 1922).

O decreto de n. 14.854, de 1º de junho de 1921, aprovou o plano de uniformes para os oficiais intendentess de guerra e para os oficiais de administração de intendência. Apesar de os uniformes, em sua maioria, seguirem o plano geral estabelecido para os oficiais das armas, o

documento determina várias alterações específicas para distinguir simbolicamente esses corpos técnicos.

As mudanças incidiam sobre os distintivos, cores e ornamentos, como a adoção da túnica azul-ferrete com bordados prateados, a substituição dos laços húngaros por insígnias funcionais, a definição de galões e platinas específicos e o uso de botões com símbolos específicos (a folha de acanto para os intendentess e a estrela em aro circular para os oficiais de administração). Essas diferenças destacavam a natureza especializada das funções logísticas e administrativas na estrutura militar, evidenciando visualmente sua relevância e independência em relação às armas de combate.

A especificação anexa ao decreto descreve os elementos materiais que definem a pertença a cada quadro, evidenciando a importância da cultura material dos uniformes para o Exército. O penacho bicolor, os bordados prateados ou em linha branca, dependendo do tipo de uniforme, a distinção entre metal branco e metal amarelo, além da padronização dos botões e platinas, demonstram um compromisso consistente com a coerência estética, hierarquia visual e precisão simbólica, uma linguagem material capaz de comunicar funções, competências e graus dentro do corpo militar (BRASIL, 1922).

Figura 18 – Uniformes do Exército Brasileiro em 1921-1922



Fonte: Barroso; Rodrigues, 1922

Na aquarela, verifica-se aluno do Colégio Militar do Ceará, em uniforme de passeio; oficial de infantaria com pelerine e chapéu de campanha; soldado do 26º Batalhão de Caçadores do Pará, com farda de campanha e Soldado de tanques, da Companhia de Carros de Assalto também com uniforme de campanha.

Em 11 de janeiro de 1922, o decreto n.15.267 trouxe modificações ao plano de uniformes dos alunos dos colégios militares. As alterações, aprovadas pelo presidente Epitácio Pessoa, foram propostas pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras. Elas incluíram a troca da antiga túnica marrom por uma nova peça de flanela azul, de acordo com o modelo em vigor na época, reforçando a semelhança visual entre os estudantes e a iconografia militar oficial. O quepe tradicional foi trocado pelo boné de estilo americano, com copa garance e cinta azul, além da introdução do calote branco para formaturas deu um ar cerimonial a exibição dos estudantes em ocasiões solenes (BRASIL, 1922).

Outra alteração foi em relação ao *bonnet* americano usado pelas praças pret, apontado no decreto n. 15.501, de 31 de maio de 1922. A alteração envolveu a troca da fita marrom pela cinta feita com o mesmo tecido utilizado na produção dos capotes, além da substituição da pala de couro por uma pala de oleado. Essa solução proporcionou maior uniformidade material e praticidade ao equipamento (BRASIL, 1922).

Apesar dos esforços em manter a aparência militar, havia situações que fugiam à normativa da instituição. A exemplo, citado no aviso de março de 1921, que respondia à comunicação enviada pelo comandante do 2º Regimento de Infantaria, por meio do ofício n. 2.210, na qual informava que 40 praças se encontravam impossibilitadas de cumprir o serviço de guarnição por estarem descalças (BRASIL, 1922).

Diante do exposto e considerando o que determinava o art. 26 da revisão da consolidação sobre fardamento, o ministro João Pandiá Calógeras decidiu que não seria admissível que praças com tempo de serviço inferior à metade da duração prevista das praças de uniforme deixassem de concorrer ao serviço ou fossem excluídas dele em condições precárias, como descalços ou maltrapilhas (BRASIL, 1922).

Para sanar a situação, o ministro autorizou os corpos de tropa a realizarem pedidos suplementares destinados às praças nessas circunstâncias, determinando que o calçado fosse retirado do terço indicado no § 6º do art. 22 da consolidação citada. Contudo, o ministro recomendou, o uso parcimonioso dessa concessão, limitando-a aos casos de absoluta necessidade (BRASIL, 1922).

Essa situação revela as dificuldades materiais enfrentadas pela instituição militar no início da década de 1920. A condição de 40 soldados descalços, incapazes de realizar o serviço de guarnição, evidencia não só deficiências no fornecimento e reposição de uniformes, mas também a relação entre disciplina, imagem militar e as reais condições de vida e trabalho nos quartéis.

A resposta administrativa emergencial de Calógeras, permitir pedidos adicionais e empregar recursos previstos na própria consolidação de fardamento, reflete uma solução prática, embora restrita por recomendações de cautela, o que evidencia a constante falta de recursos e a rigidez normativa que caracterizava o sistema de intendência.

O plano de uniformes do Exército estabelecido em razão do decreto n. 16.235, de 11 de maio de 1923, passou por mudanças importantes, assinado pelo General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra e o Presidente Artur da Silva Bernardes.

De acordo como o relatório do Ministério da Guerra, as diretrizes definidas pela portaria de 28 de fevereiro do ano anterior, no que diz respeito à distribuição de fardamento, também alteraram vários aspectos da revisão anterior que consolidava as disposições sobre o assunto. As ordens complementares e as medidas administrativas foram utilizadas para minimizar os transtornos decorrentes dessas mudanças, buscando proteger os interesses institucionais e garantir a organização adequada do serviço (BRASIL, 1924).

Entre as primeiras modificações, determinou-se que os generais dos Serviços de Saúde e de Intendência, adotassem, nos 3º, 4º e 5º uniformes, platinas de metal branco, além de se redefinir o posicionamento de estrelas e bordados nos punhos dos uniformes de gala e de tolerância. Instituiu-se um novo uniforme de gala destinado à tropa da Capital Federal, Petrópolis e Niterói, com prescrições específicas para generais, oficiais e praças das armas montadas e das armas a pé, inclusive com distinção quanto ao tipo e à cor dos penachos, cinturões, guias e charlateira (BRASIL, 1924).

Outra mudança foi a adoção do boné americano, em substituição ao quepe, para o 3º uniforme dos oficiais e aspirantes, com especificações distintas para generais, oficiais das armas e cavalarianos. Assim, estabeleceu-se regras para o uso do boné americano: com capa de flanela branca para o 1º, 2º e 4º uniformes e com capa cáqui para o 5º uniforme. Ademais, passou a ser obrigatório o uso de polainas de flanela branca sob a calça nos 1º e 3º uniformes, e foram adicionadas pestanas nos bolsos inferiores das túnicas de brim branco. Também foi determinada a cor azul-ferrete para o pano que cobria as platinas de infantaria nos 4º e 5º uniformes, estendendo essa padronização a oficiais da reserva de 1ª linha e do Exército de 2ª linha (BRASIL, 1924).

O decreto definiu o uso de alamares dourados para os oficiais dos Estados-Maiores no 4º uniforme e apresentou a composição detalhada de todos os uniformes para oficiais generais, oficiais das armas e serviços e aspirantes. Cada uniforme, do 1º ao 6º, recebeu uma descrição detalhada de túnicas, calças, cores, tipos de tecido, dragonas, platinas, bonés americanos, cintos-talabarte, guias, espadas, esporas, luvas e botinas. Também foi abolido o uniforme de

tolerância anterior, introduzindo um novo modelo que se aplica tanto a generais quanto a oficiais das armas e serviços, destinado a eventos sociais e representações oficiais (BRASIL, 1924).

Nas disposições gerais, autorizou-se o uso do capote de pano cáqui ou oliva fora do serviço, estabeleceu-se o gorro sem pala para uso interno e regulamentou-se a utilização dos distintivos de posto no 2º uniforme, além da abertura posterior obrigatória nas túnicas. Foi estabelecido que o bordado característico dos generais de brigada seria padronizado para todos os generais, preservando, entretanto, os distintivos dos generais de divisão que estavam em exercício na época. Novas normas foram estabelecidas para a cinta de veludo do boné americano, distinguindo subalternos, capitães e oficiais superiores (BRASIL, 1924).

Por fim, tornou-se obrigatório o uso do uniforme de gala, boné americano com capa branca, polainas brancas e cintos-talabartes padronizados na Capital Federal, Petrópolis e Niterói. Também estabeleceu prazos para a substituição gradual das peças e determinou o uso permanente dos alamares, que são distintivos dos Estados-Maiores, tanto em serviço quanto em passeio.

Estabeleceu-se o uso obrigatório da espada em casos de acompanhamento ou representação de autoridades, exceto quando se trata do uniforme de tolerância. As disposições anteriores não modificadas pelo decreto n. 14.327 de 1920 continuaram em vigor, estabelecendo um marco significativo na evolução das normas dos uniformes militares brasileiros (BRASIL, 1924).

A importância atribuída pelo Exército Brasileiro à padronização visual, à disciplina e à formação identitária se fazia presentes nos futuros quadros da instituição. O decreto n. 16.555, de 13 de agosto de 1924, aprovou mudanças específicas no plano de uniformes, evidenciando à estética militar e os símbolos que formavam o *ethos* desde a juventude (BRASIL, 1925).

Os alunos dos colégios militares e da Escola Militar utilizariam capacete branco com crina azul-turquesa e do canhão de couro branco para os estudantes do esquadrão de cavalaria do Colégio Militar do Rio de Janeiro, componentes que não só modernizavam o traje militar, como também enfatizavam a diferenciação visual entre armas, tradições e funções na hierarquia escolar. A eliminação das polainas brancas e a adoção do borzeguim de couro amarelo também refletiam uma busca por mais uniformidade e funcionalidade, em consonância com a modernização dos materiais (BRASIL, 1925)

O mesmo processo de regulação foi apresentado no aviso de 20 de junho de 1924, enviado ao comandante da Escola Militar. Nesse documento, o ministro Setembrino de Carvalho explicou que a túnica azul-ferrete poderia ser usada como parte do “uniforme de

parada”, permitindo que os alunos a utilizassem em passeios caso a adquirissem por conta própria (BRASIL, 1925).

O conteúdo do aviso enfatizava dois pontos da política de uniformes: em 1º lugar, a presença de um plano normativo que categorizava cada peça de acordo com sua função cerimonial, disciplinar ou cotidiana; em segundo lugar, a importância simbólica do uniforme no processo de formação, uma vez que até peças utilizadas fora do ambiente estritamente escolar preservavam um propósito pedagógico e comportamental, distinção pública (BRASIL, 1925).

De acordo com a Diretoria de Intendência de Guerra, o Estabelecimento de Fornecimento de Fardamento e Equipamento assegurou aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos militares o fornecimento de fardamento, equipamento, arreamento, forragem, alojamento e acampamento, conforme os recursos orçamentados e dos efetivos fixados, limitando-se aos programas organizados na chefia entre 1925 e 1926 (BRASIL, 1926).

Ao longo do ano, os provimentos eventuais aumentaram, pois, os corpos frequentemente engajados em operações de guerra ampliaram seus efetivos, demandando, dessa forma, uma maior capacidade de resposta da estrutura logística (BRASIL, 1926).

A oficina de alfaiates movimentou a quantia de 12.168:507\$864 réis com o fardamento da chamada “carga de praças”. Para cobrir os custos relacionados ao operariado e à administração, foi apresentada uma receita de 1.408:170\$890 réis, gerada pela cobrança regulamentar de 15% sobre as confecções, o que resultou em um saldo de 473:110\$670 réis. O fardamento da “carga de oficiais”, ocorreu um movimento adicional de 726:335\$770 réis. A oficina confeccionou 1.518 peças variadas de vestuário para os funcionários do Ministério da Guerra, das quais 230 foram destinadas à indenização e 1.288 foram fornecidas de forma gratuita (BRASIL, 1926).

Assim, a produção e o fornecimento de uniformes dentro da lógica de aumento dos efetivos e operações de guerra, ampliava os custos e exigia ajustes orçamentários e intensificava o trabalho das oficinas, responsáveis por um volume elevado de gastos e movimentações financeiras. Havia uma necessidade de manter as tropas minimamente equipadas e isso acarretava uma complexidade administrativa do abastecimento, que dependia de regulamentação e cobranças adicionais.

A respeito da presença francesa nas instituições militares por meio da Missão Militar Francesa, infere-se que houve uma influência doutrinária e cultural. Embora os uniformes brasileiros não tenham reproduzido de forma integral os modelos franceses, nota-se aproximações e referências que dialogam com a tradição militar francesa. A exemplo, os

uniformes cerimoniais, particularmente o casaco azul-marinho combinado com a calça garance, cuja escolha cromática remete aos uniformes de gala e parada do Exército francês.

Desse modo, no campo dos uniformes, observa-se que a influência francesa se apresentou de forma indireta e seletiva. Não existem indícios de uma transposição direta dos padrões estéticos franceses para o fardamento brasileiro, o que indica que o uniforme continuou subordinado a aspectos de funcionalidade, economia e adequação ao clima e à geografia do país.

A manutenção de tecidos, cortes e soluções já testadas no contexto nacional evidencia que o fardamento foi concebido principalmente como um meio de padronização interna e disciplina, em vez de um símbolo de conformidade automática com uma potência estrangeira.

3.4. OS UNIFORMES NA ERA VARGAS: DÉCADA DE 1930

Em 3 de outubro de 1930 foi deflagrado um levante armado que contou com a liderança política de Getúlio Vargas e a condução militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, tendo como principais objetivos a destituição do presidente Washington Luís e a impedimento da posse de Júlio Prestes, vencedor das eleições presidenciais realizadas em 1º de março daquele ano. Após a vitória do movimento em 24 de outubro, Vargas tomou posse como chefe do governo provisório no dia 3 de novembro de 1930 (Abreu, 2023).

Figura 19 - Góis Monteiro e o Estado-Maior do Exército Revolucionário do Rio Grande do Sul



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), CPDOC, 1930

Figura 20 - Soldados durante a Revolução de 1930



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), CPDOC, 1930

Ainda durante o Governo Provisório, foi publicado o decreto n. 20.754, de 4 de dezembro de 1931, que aprovava o plano de uniformes para uso exclusivo dos oficiais e praças do Exército ativo, determinando que seus elementos como modelos, cores, insígnias e peças acessórias seriam privilégio exclusivo da instituição (BRASIL, 1931).

Nesse quadro estabeleceu-se que indivíduos, instituições civis ou corporações militares não poderiam usar ou adotar uniformes semelhantes aos modelos definidos, sendo necessário que o Ministério da Guerra aprovasse quaisquer uniformes de outras coletividades, com exceção da Marinha. Além de determinar que as infrações seriam julgadas pela Justiça Federal, o decreto também atribuiu às autoridades militares a tarefa de advertir e intimar contraventores, prevendo punições que incluíam prisão simples e multas (BRASIL, 1931).

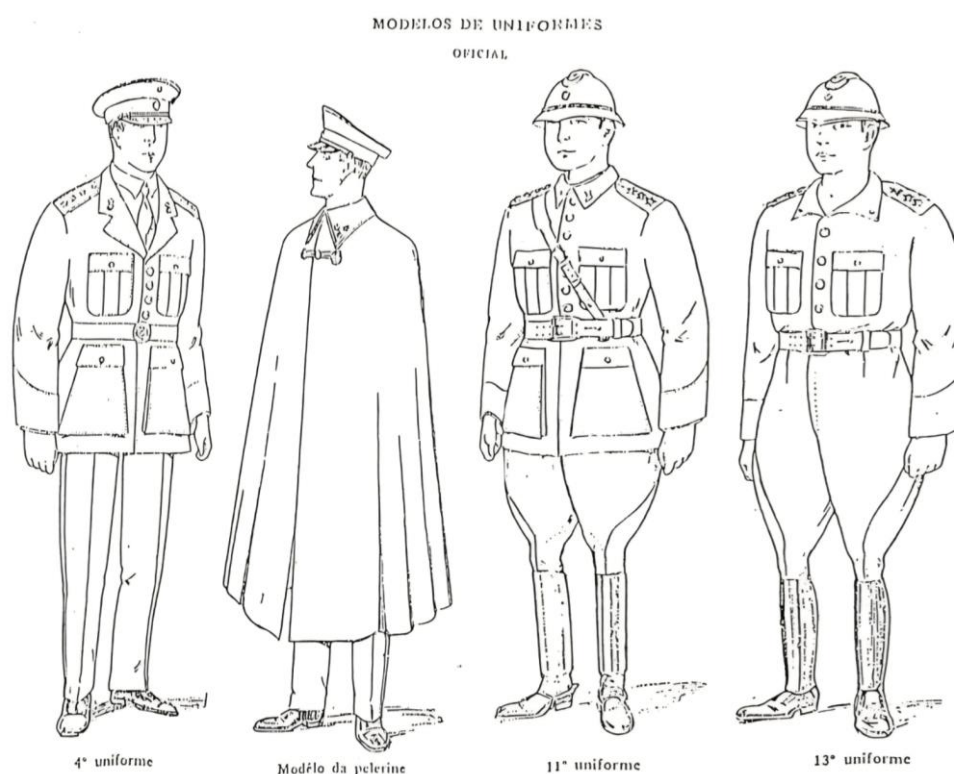
Definiu-se como infratores as pessoas identificadas usando roupas semelhantes às do Exército, além dos chefes dos departamentos a que esses indivíduos pertenciam e dos fabricantes ou comerciantes de produtos que imitavam os elementos do plano de uniformes. Ademais, estabelecia-se que, por um período de dez anos, nenhuma mudança significativa poderia ser feita ao plano, exceto modificações menores que não exigiam a substituição de peças principais (BRASIL, 1931).

Essas informações demonstram o movimento de centralização e controle institucional característico da Era Vargas, em que se reforça por meio do uniforme os ideais de autoridade, identidade nacional e disciplina militar. Ao proibir a semelhança com outras corporações e aplicar punições rigorosas a indivíduos, vendedores e instituições, o Estado procura fortalecer o monopólio simbólico e material da farda, assegurando seu papel na distinção hierárquica e coesão interna.

O plano de uniformes aprovado pelo decreto n. 20.754, estabeleceu o conjunto de peças destinadas ao uso exclusivo dos oficiais e praças do Exército ativo, organizando-as em categorias e definindo suas características técnicas, materiais e insígnias (BRASIL, 1931).

O regulamento estabeleceu dois uniformes principais da 2ª categoria para os oficiais gerais, superiores e subalternos: um de gabardine cinza e outro de brim branco. Ambos eram formados por boné, túnica, calças ou calções, camisas, gravatas, meias, cintos, ombreiras, luvas, alamares e pelerines, com uma descrição detalhada das cores, bordados, medidas, vivos, reforços e distinções hierárquicas de cada item. Por exemplo, o boné tinha copa de gabardine cinza escuro, cinta de veludo cinza claro e pala de fibra preta, com variações nos cocares e bordados de acordo com a patente (BRASIL, 1931).

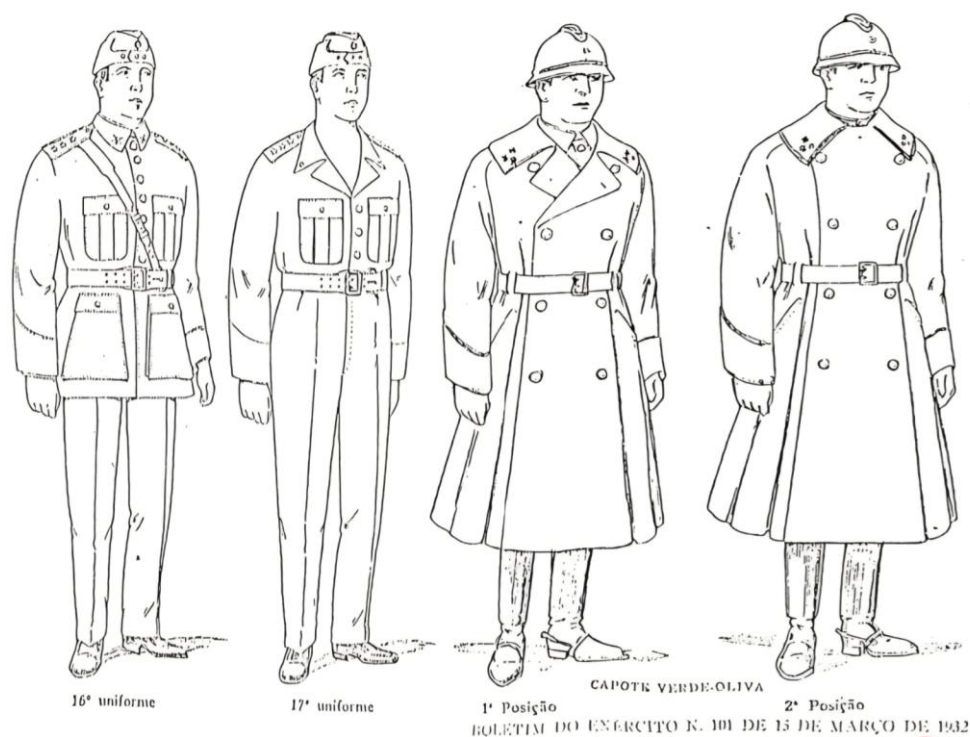
Figura 21 – Croqui uniformes dos oficiais em 1932 - 4º uniforme, modelo de pelerine, 11º e 13º uniforme



Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

A túnica de gabardine cinza escuro apresentava gola aberta, quatro bolsos, botões dourados e punhos altos, complementada por calças cinza claro com listas laterais. A versão branca, feita de brim, mantinha o mesmo formato. Incluía-se calções do tipo francês, camisas de tecido cinza ou branco, gravatas de seda e ombreiras distintas para generais, oficiais de armas e oficiais dos serviços. A pelerine impermeável finalizava o traje, com gola de veludo, fechos de cordão e forro interno de seda, variando de acordo com a arma e a hierarquia (BRASIL, 1931).

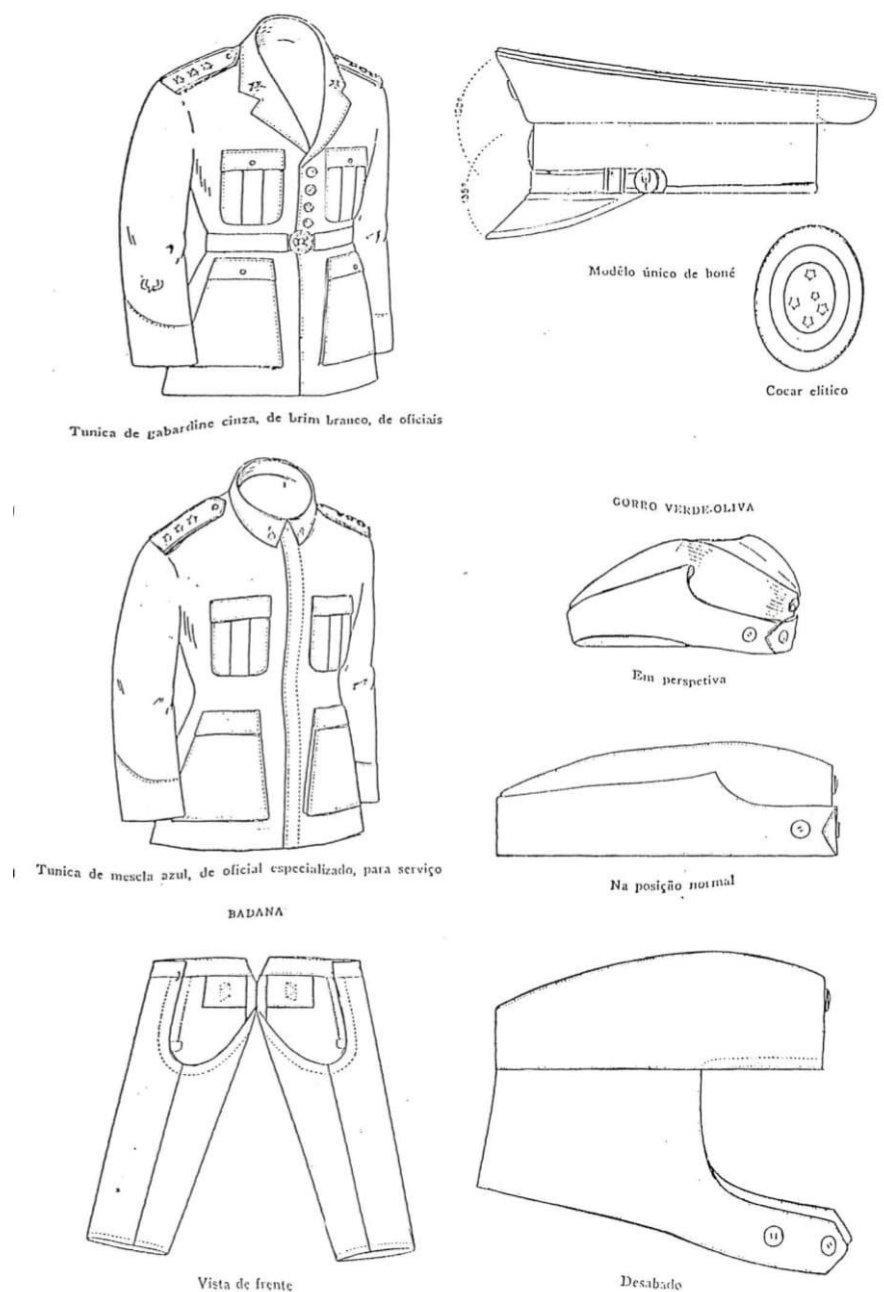
Figura 22 – Croqui uniforme dos oficiais em 1932 - 16º e 17º uniforme e capote verde-oliva



Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

A 3ª categoria determinava que os uniformes para serviço e instrução fossem de lã ou brim verde-oliva e englobava capacetes de aço ou cortiça, gorros estilo americano, túnicas de gola dupla e camisas de instrução com bolsos superiores e botões enferrujados. Esse conjunto incluía calças lisas, calções reforçados, colarinhos simples, ombreiras de pano, luvas castanhas e capotes impermeáveis, demonstrando uma lógica de praticidade e adaptação ao uso diário. As peças exibiam tonalidades mais escuras no colarinho e nos punhos (BRASIL, 1931).

Figura 23 - Croqui túnica, boné e gorro em 1932



BOLETIM DO EXÉRCITO N. 101 DE 15 DE MARÇO DE 1932

Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

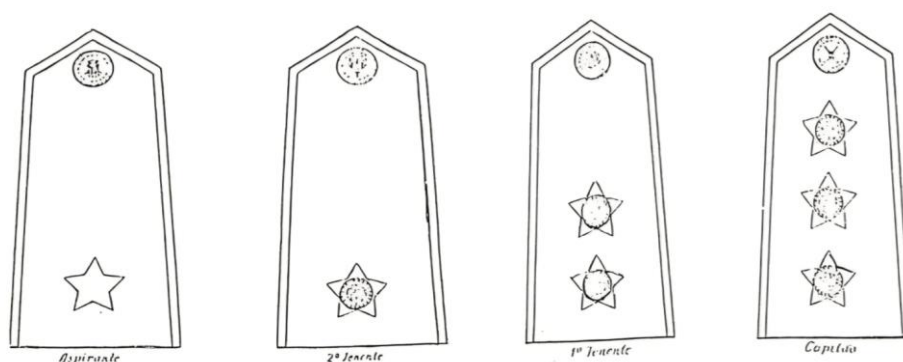
No croqui acima observa-se uma túnica de gabardine cinza e brim branco para os oficiais; uma túnica de mescla azul de oficial especializado para serviço; uma badana vista de frente; um modelo único de boné e cocar elítico; além de um gorro verde-oliva, em perspectiva, na posição normal e desabado.

A 4ª categoria incluía uniformes especiais para especialistas e aviadores, feitos de brim ou lã mescla azul. Os especialistas usavam gorro sem pala, calça, túnica e borzeguins parecidos com os da 3ª categoria, porém sem vivos ou botões visíveis. Os aviadores dispunham de equipamentos específicos para o voo, como combinações de brim ou lã com quatro bolsos, capotes de couro castanho, camisas de lã branca e capacetes adequados (BRASIL, 1931).

Além do uniforme de instrução física, que consiste em uma camisa sem mangas, calças ou calções brancos, cinto castanho e sapatos tipo *sport*, o plano também definiu itens comuns às 2ª e 3ª categorias, como sapatos, borzeguins, botas, esporas, cintos talabartes, porta-espadas e espadas. Havia combinações específicas de peças para diversas situações, criando uniformes numerados (3º ao 9º), que variavam entre composições para cerimônias, serviço, gala simples ou instrução (BRASIL, 1931).

A respeito das insígnias de posto, os oficiais-generais, as usavam bordadas em linha de seda cinza-claro sobre tecido cinza-escuro, sendo aplicados na gola dos uniformes de 2ª categoria. Quando pertencentes aos Serviços de Intendência e Saúde, usavam também distintivos específicos de seus serviços. Esses distintivos eram bordados em linha cinza-claro nos ângulos superiores da lapela dos uniformes de 2ª categoria e, em metal oxidado, nas ombreiras dos uniformes de 3ª categoria. Já na pelerine e no capote, ficavam na parte frontal da gola, em ambos os lados (BRASIL, 1931).

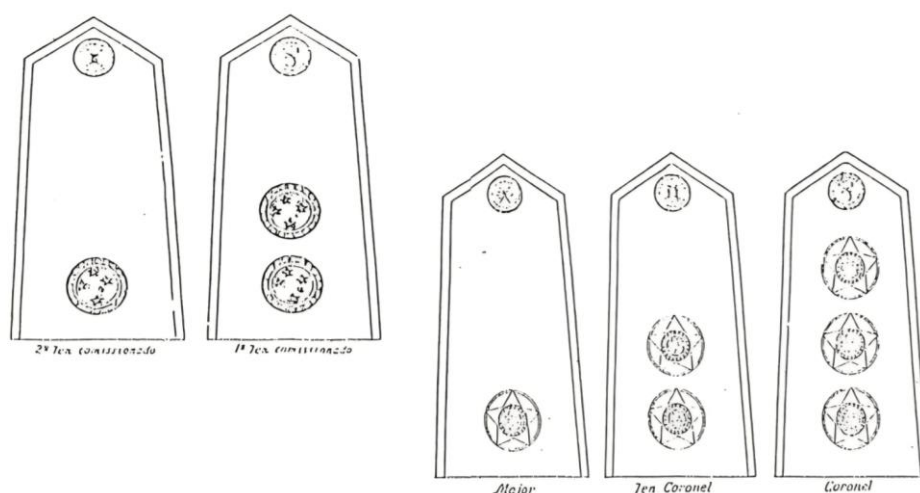
Figura 24 – Croqui insígnias em 1932 - Aspirante, 2º e 1º Tenente e Capitão



Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

Os postos subalternos e intermediários exibiam o uso de estrelas e coroas estreladas. Enquanto os tenentes comissionados e efetivos as usavam com variações em número e disposição de acordo com o grau hierárquico e o aspirante a oficial usava uma estrela simples de cinco pontas. Os capitães usavam três estrelas dispostas longitudinalmente, os maiores e tenentes-coronéis incorporavam o campo dourado circular como um elemento distintivo. Os coronéis preservavam essa lógica, com três estrelas sobre um campo dourado (BRASIL, 1931).

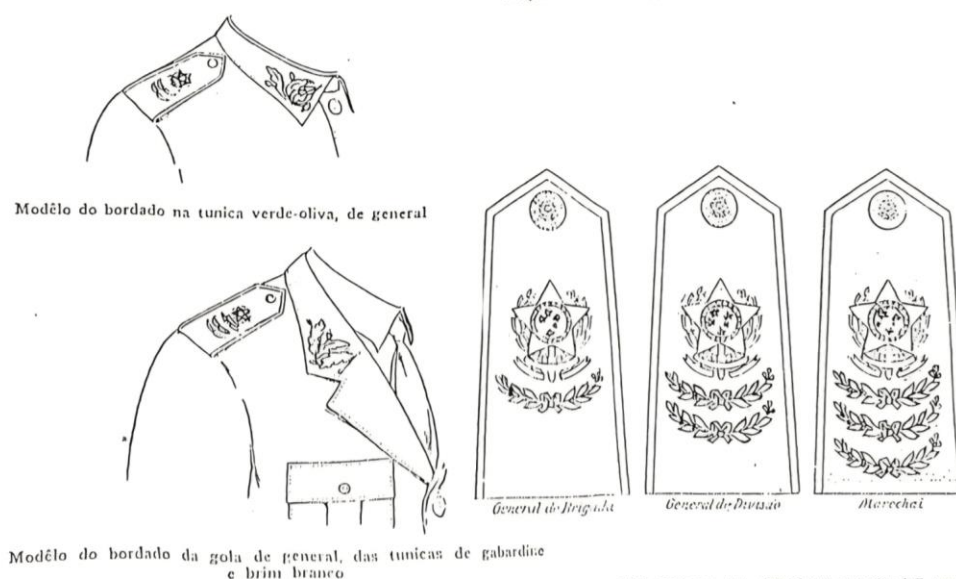
Figura 25 – Croqui insígnias em 1932 - 2º e 1º Tenentes Comissionados, Major, Tenente Coronel e Coronel



Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

Para os oficiais-generais, as insígnias incluíram o emblema da República e ramos de café e fumo, componentes ligados à identidade nacional e ao poder do Estado. O emblema central, ladeado por um conjunto de ramos, era usado pelo general de brigada, sendo progressivamente ampliado para o general de divisão e para o marechal, de acordo com a adição de novos jogos desses elementos. O tipo de material utilizado variava de acordo com a classe do uniforme, sendo fio de ouro para os de 1ª e 2ª classes e retrós dourado para os de 3ª e 4ª classes e para o capote.

Figura 26 – Croqui insígnias em 1932 - General de Brigada, General de Divisão e Marechal

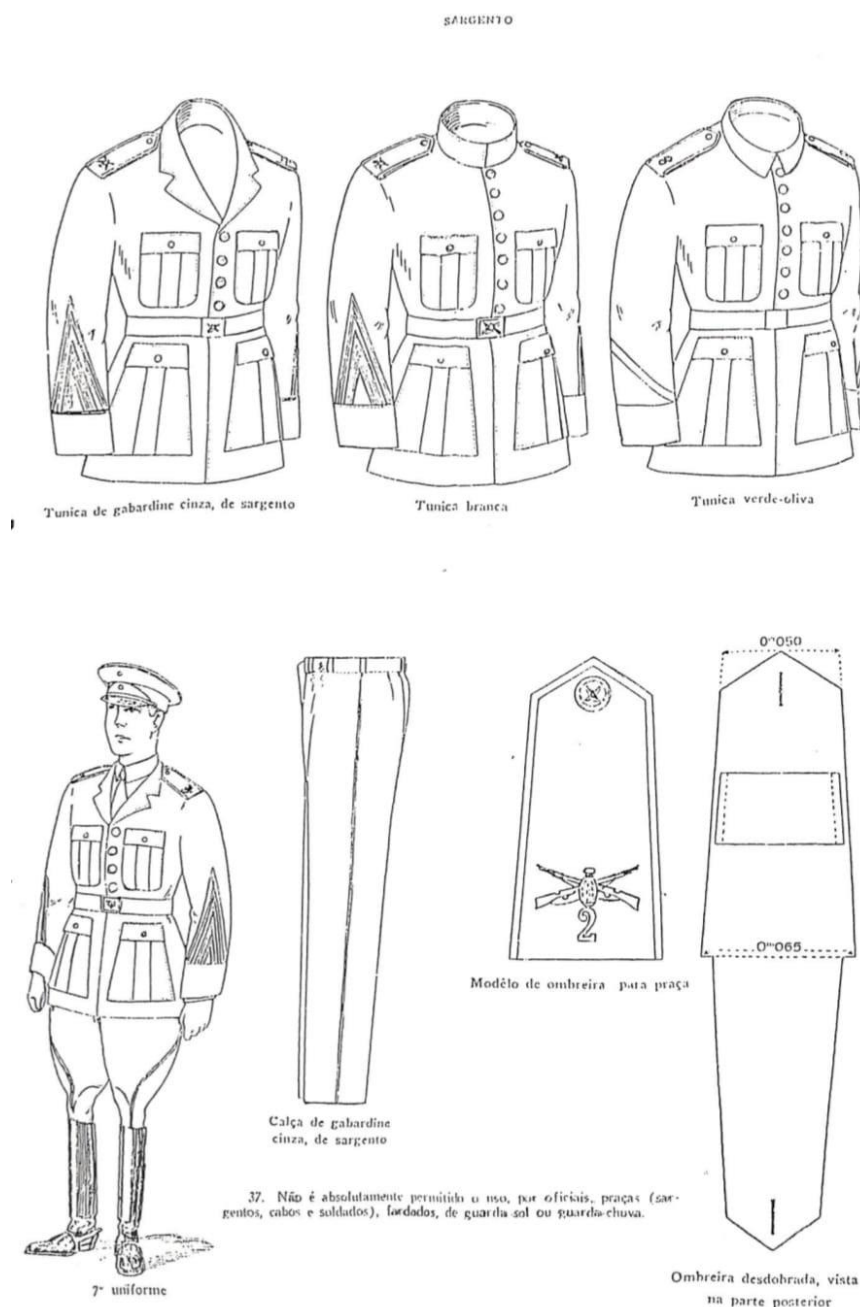


BOLETIM DO EXÉRCITO N. 101 DE 15 DE MARÇO DE 1932

Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

Na segunda parte, o regulamento estabelecia a organização do fardamento das praças, com destaque para os sargentos. Na 2ª categoria, incluíam-se o uniforme de gabardine cinza e o de brim branco, cuja peças seguiam, em grande medida, o modelo dos oficiais, com distinções cromáticas e funcionais. Boné, túnica, calça ou calção, camisa, gravata, ombreiras, calçados, cinto, luvas e insígnias de graduação são descritos minuciosamente quanto a tecido, cor, dimensões e formas de uso (BRASIL, 1931).

Figura 27 – Croqui uniforme do Sargento em 1932



BOLETIM DO EXÉRCITO N. 101 DE 15 DE MARÇO DE 1932

Fonte: Boletim do Exército N.101, 1932

No croqui acima nota-se o 7º uniforme, destinado a classe dos sargentos, sendo apresentados as túnica de gabardine cinza, branca e verde-oliva; a calça de gabardine cinza; o modelo de ombreira para a praça e ela desdobrada, vista da parte posterior. Além disso, consta a observação de que não era permitido o uso de guarda-sol ou guarda-chuva por oficiais e praças (sargentos, cabos e soldados) fardados.

A 3ª categoria abrange os uniformes de lã e brim verde-oliva, destinados principalmente ao serviço e à instrução. Túnica, capote, camisa de instrução, calça ou calção, ombreiras, luvas e cinto de couro são algumas das peças que priorizam a funcionalidade, preservando, no entanto, elementos simbólicos, como as insígnias de graduação. A utilização de capacetes, gorros sem pala e badanas de montaria torna esses uniformes mais semelhantes às demandas do serviço de campanha, reforçando a diferença entre apresentação e funcionalidade (BRASIL, 1931).

Os itens compartilhados pelas 2ª e 3ª categorias, como esporas, capote, espadim, porta-espada, cinto talabarte e fiador, evidenciam a continuidade estética entre os diversos tipos de uniforme e a conexão simbólica com os oficiais, particularmente no que diz respeito aos sargentos-ajudantes e primeiros sargentos. Ademais, o regulamento estabelece que o uniforme de educação física era praticamente idêntico ao dos oficiais, com pequenas variações como o uso da cor branca em camisas, calças e calções, além do sapato tipo *sport* (BRASIL, 1931).

Na terceira parte do decreto, apresenta-se a organização dos distintivos dos corpos de tropa e dos diversos serviços, o que constitui um sistema visual estruturado, em que símbolos, formas geométricas, dimensões e materiais são normalizados para expressar de forma direta e clara a arma, a função, o vínculo institucional e o lugar hierárquico de cada militar. Trata-se de um código iconográfico militar, em que cada distintivo encapsula valores históricos, tradições corporativas e funções técnicas específicas, unindo-se de maneira inseparável ao conjunto do uniforme (BRASIL, 1931).

Os distintivos da Infantaria remetem diretamente ao armamento característico da arma e à função de combate terrestre. Desse modo, o Regimento de Infantaria era representado por dois fuzis cruzados, com uma granada de mão no cruzamento, o Batalhão de Caçadores era uma trompa de caça, o Batalhão de Infantaria Montada apresentava um fuzil e uma espada cruzados, ambos ligados por uma granada de mão e a Companhia de Estabelecimentos com dois fuzis cruzados com um capacete no cruzamento (BRASIL, 1931).

Na Cavalaria, os símbolos enfatizavam a tradição montada e o movimento, que eram duas lanças cruzadas com bandeirolas e um laço de fita no cruzamento. A Artilharia, por sua vez, eram duas bombas em chamas. A Engenharia era um castelo, enquanto a Aviação eram duas asas abertas, apoiadas na lâmina do sabre das armas da República. Outrossim, é importante ressaltar que haviam pequenas alterações de acordo com o batalhão e regimento de cada área e que haviam especificações detalhadas quanto às dimensões dos distintivos (BRASIL, 1931).

Em 22 de setembro de 1932, foi promulgado o decreto n. 21.856 para resolver questões práticas observadas no plano de uniformes em vigor na época, particularmente no que diz respeito à identificação hierárquica. A norma admitia que as insígnias dos postos de major e tenente-coronel tinham causado confusões visuais com as de 2º e 4º tenentes em comissão, o que era considerado prejudicial à disciplina militar. Nesse contexto, o governo provisório decidiu intervir antes do prazo estabelecido para revisões, considerando que a persistência dessas ambiguidades prejudicava o funcionamento regular da hierarquia no Exército.

Assim, alterou-se as insígnias de major e tenente-coronel, mantendo a base das insígnias de capitão, porém adicionando, respectivamente, uma e duas estrelas sobre campos circulares douradas, a fim de assegurar uma maior distinção visual entre os postos. Ademais, a medida estabeleceu normas para o uso de uniformes pelos oficiais da reserva de primeira linha em serviço ativo, determinando que esses oficiais deveriam usar os mesmos uniformes dos oficiais da ativa, com as adaptações previstas nos modelos da Intendência da Guerra.

Em 1934, de acordo com a Intendência da Guerra, o plano de uniformes sofreu mais uma revisão, de ordem superior, de modo a se corrigirem alguns inconvenientes apontados pela experiência. Foram estabelecidos os planos uniformes para os escreventes do Ministério da Guerra, funcionários da Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra, 208 Tenentes convocados, de gala para o Batalhão de Guardas, efetuando-se ainda uma revisão dos uniformes dos cadetes da Escola Militar (BRASIL, 1935).

Em relação aos custos capitais com o fardamento, geridos pelo Centro de Fardamento, Equipamento, Arreamento e Material de Acampamento, revelou-se uma oscilação entre os anos de 1926 e 1934. Embora o custo por praça tenha sido de 430\$038 réis em 1926, houve uma deflação em 1929, reduzindo-o para 348\$307 réis. Contudo, em 1934, o valor voltou ao nível de 424\$839 réis. Conforme as informações fornecidas, esse aumento final era atribuído ao contexto econômico-financeiro da época, caracterizado pelo aumento dos custos dos insumos básicos, valorização da mão de obra e mudanças na carga tributária relacionada à produção industrial (BRASIL, 1935).

A composição do enxoval do uniforme verde-oliva evidencia uma hierarquização dos custos, com o vestuário em si representando a maior parte da despesa total, no valor de 164\$889. O calçado ficou em segundo lugar, com um valor total de 72\$991, seguido pela roupa de cama, que representou 50\$834 do montante (BRASIL, 1935).

A roupa branca teve um custo intermediário de 42\$562, enquanto os itens de agasalho, analisados isoladamente, mostraram um impacto considerável, especialmente o capote, que foi avaliado em 75\$733. Esse valor ultrapassou até mesmo categorias completas, como a roupa branca e a roupa de cama. Por outro lado, o colete de agasalho custou 17\$830, aumentando o total gasto com proteção térmica para 93\$563 (BRASIL, 1935).

A confecção e distribuição dos fardamentos, foram adotadas medidas voltadas à racionalização, destacando-se a suspensão da confecção de calções verde-oliva, ao mesmo tempo em que se manteve a distribuição desses calções em conjunto com perneiras de couro. Foram sustadas também a requisição e distribuição de perneiras de lona, capotes de algodão impermeável, calças bombachas verde-oliva, canos de botas e badana de montaria (BRASIL, 1935).

Simultaneamente, estabeleceu-se a criação de um depósito de material de intendência em cada Circunscrição Militar, bem como de uma oficina circunscricional de alfaiates e boneleiros, a fim de se obter maior controle, manutenção e economia na administração do fardamento. Outras deliberações visavam ajustar a utilização do uniforme às funções exercidas pelas praças e às demandas orçamentárias. A exemplo, foi a determinação de que o fornecimento do jaquetão, em lugar da túnica de sete botões, era limitado aos serventes que atuavam como contínuos, de acordo com uma tabela específica (BRASIL, 1935).

Também foi permitido, em caráter facultativo e experimental, o uso da capa “Ideal” em exercícios e trabalhos de campanha, desde que confeccionada na cor verde-oliva. Em relação ao Batalhão de Guardas, optou-se por não fornecer o uniforme de parada aos soldados da denominada “companhia de empregados”, devido às suas responsabilidades administrativas e ao alto custo dessa vestimenta (BRASIL, 1935).

Por fim, foram reafirmadas as disposições do decreto n. 20.754, de 4 de novembro de 1931, que determinam o recolhimento do fardamento das praças que forem dispensadas como medida de economia, a guarda das vestes civis para devolução no desligamento e a responsabilização dos comandantes pela observância dessas normas (BRASIL, 1935).

Em 8 de abril de 1935, o decreto n. 118 foi promulgado, pelo Presidente Getúlio Vargas e o Ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral do artigo 2º do decreto n. 20.75. Esta medida era justificada pelo fato de

o Corpo de Cadetes da Escola Militar constituir a única força do Exército ativo que ainda utilizava, em serviço e na instituição, o uniforme de brim cáqui, circunstância que contrariava as disposições relativas à padronização cromática. Ademais, foi reafirmado o princípio estabelecido pelo decreto n. 20.438, de 24 de setembro de 1931, que determina que o cadete deveria se fardar de maneira inconfundível (BRASIL, 1936).

Desse modo, ficou decretado que os uniformes de serviço e instrução do Corpo de Cadetes da Escola Militar seriam confeccionados com o brim verde-oliva do vigente plano de uniformes do Exército ativo. Os uniformes teriam as seguintes características: túnica de gola dupla, baixa e fechada, com quatro bolsos frontais, uma fileira de sete botões grandes na parte da frente, todos de massa preta com o brasão da escola, além de botões menores nos bolsos e nos ombros, os punhos eram altos, de canhão duplo, e as ombreiras trapezoidais, pespontadas e fixadas por passadeiras, em um vivo de brim azul-turquesa (BRASIL, 1936).

A calça era ampla e reta, com detalhes laterais na mesma cor azul-turquesa do calção francês. A camisa de instrução apresentava gola virada, bolsos superiores semelhantes aos da túnica, fileira frontal de botões e ombreiras com tonalidade um pouco mais escura que o tecido principal (BRASIL, 1936).

As coberturas incluíam o *bonnet* sem pala, feito do mesmo material da farda, porém em uma tonalidade mais escura, adornado com dois botões de metal oxidado e com vivo azul-turquesa, além do capacete de cortiça ou de couro moído e comprimido, coberto por palha trançada pintada de verde-oliva, mantendo o modelo vigente na época. Os distintivos eram representados pelo brasão escolar em metal oxidado, fixado na gola da túnica, no *bonnet* e no capacete, com dimensões específicas para cada item (BRASIL, 1936).

As insígnias, que eram apostas nas mangas da túnica, indicavam o ano de matrícula do cadete por meio de divisas em sutache azul-turquesa. Essas divisas eram dispostas em ângulo e acompanhadas por uma estrela em metal branco. Por fim, o decreto revogava todas as disposições contrárias (BRASIL, 1936).

Esse decreto reforça a ideia de padronização em todas as esferas do quadro institucional. Diante de uma divergência, como a permanência do uso do brim cáqui por um segmento militar, o Estado recorreu novamente ao instrumento do decreto para assegurar a aplicação efetiva do plano de uniforme de 1931. Assim como em outras normativas, a legislação surge como um mecanismo corretivo, destinado a eliminar exceções que comprometiam a uniformidade da instituição e a coerência visual.

No que concerne às medalhas, com a extinção do Departamento Central, a partir de 1º de outubro de 1935, a responsabilidade pela revisão dos processos relacionados a elas e as

passadeiras militares passou a ser do Estado-Maior do Exército. Isso estava de acordo com o § 2º do art. 6º do decreto n. 4.238, de 15 de novembro de 1901, com as modificações introduzidas pelo decreto n. 24.214, de 30 de junho de 1934. As despesas relacionadas à compra e distribuição de medalhas e passadeiras, assim como aos atos associados, foram transferidas para a 1ª Divisão do departamento responsável (BRASIL, 1936).

Além disso, em retificação ao aviso anterior, foi declarado que, conforme o art. 9º do decreto n. 24.514, de 30 de julho de 1934, as medalhas, fitas e passadeiras seriam fornecidas sem custo pelo governo e seriam de uso obrigatório nas formaturas e primeiros uniformes. Estabeleceu-se que oficiais e praças agraciados até 31 de dezembro de 1933 teriam direito às passadeiras correspondentes, desde que em serviço ativo e mediante requerimento; que aos militares condecorados no ano de 1934 as passadeiras seriam remetidas pelo Departamento Central, já prevista a verba necessária; e que tal concessão não se estendia a reservistas e reformados (BRASIL, 1936).

A disputa presidencial de 1937 foi decisiva para a consolidação do Estado Novo, uma vez que o caráter popular da candidatura de José Américo de Almeida começou a ser retratado pelo governo e por setores militares como ruptura da ordem constitucional. A noção de que o país estava se dirigindo para uma crise semelhante às revoluções europeias foi propagada, justificando a interrupção do processo eleitoral e a adoção de uma solução autoritária (D'Araújo, 1999).

As poucas oposições políticas foram sendo progressivamente neutralizadas, como exemplificado pela renúncia de Flores da Cunha, que simbolizou o esgotamento do modelo político da Primeira República. Com o respaldo de líderes civis, governadores influentes, segmentos da opinião pública mobilizados por grupos como os integralistas e alinhados ao cenário internacional caracterizado pelo crescimento do autoritarismo, o golpe de 1937 instaurou o Estado Novo, solidificando uma ditadura sob a centralidade das Forças Armadas (D'Araújo, 1999).

No limiar da ditadura do Estado Novo, o uso facultativo do 1º uniforme foi regulamentado pelo decreto n. 1.488, de 11 de março de 1937, com exceções para oficiais que exerciam funções de comando, direção ou representação institucional. Os oficiais-generais, diretores de serviços, chefes do Estado-Maior em diversas instâncias, comandantes de escolas e corpos da 1ª Região Militar, oficiais em serviço nos gabinetes da Presidência da República e do Ministério da Guerra, adidos militares e ajudantes de ordens continuaram obrigados a usar esse uniforme. O decreto proibiu a participação de oficiais em eventos de gala com uniformes

diferentes do 1º uniforme ou do uniforme de tolerância, revogando, por fim, quaisquer disposições contrárias (BRASIL, 1938).

O decreto n. 1.719, de 17 de junho de 1937, trouxe uma modificação específica ao plano de uniformes estabelecido pelo decreto n. 22.817, de 12 de junho de 1933, ao determinar que, no uniforme das praças, a calça de brim verde-oliva deveria ser substituída pelo calção em serviço externo ou durante o passeio. A medida revogava implicitamente as disposições anteriores que fossem contrárias a essa determinação, entrando em vigor imediatamente após sua publicação (BRASIL, 1938).

O 1º uniforme-bis para uso exclusivo dos oficiais do Exército foi aprovado pelo decreto n. 2.568, de 16 de abril de 1938, que estabeleceu seu modelo e uma descrição detalhada. O uso desse uniforme passou a ser obrigatório para as autoridades e oficiais estabelecidos no decreto n. 1.488, de 11 de março de 1933, revogando-se as disposições contrárias (BRASIL, 1938).

O uniforme-bis preservou o boné e os principais itens do 1º uniforme, distinguindo-se pela túnica branca de brim lona, pela gola dupla e pelos punhos com botões dourados. Também se destacou o trapézio da gola, feito de veludo azul-ferrete, com diferentes bordados e insígnias de acordo com o posto, oficiais-generais, superiores ou subalternos. O uniforme, destinado a solenidades e eventos sociais semelhantes ao uso da casaca civil, permitia o uso opcional da espada em ocasiões sociais e a aplicação regular de medalhas e condecorações, de acordo com as diretrizes do 1º uniforme (BRASIL, 1938).

No tocante às instruções para a distribuição dos fardamentos, a portaria de 1 de agosto de 1938, definiu que o fardamento do Exército compreendia calçado, roupa e uniforme. Sendo calçado entendido como borzeguins pretos, borzeguins de campanha, canos de bota pretos, coturnos e perneiras pretas; as roupas eram as brancas (camisa, camiseta, cueca, lenço, meias e toalhas de rosto), de agasalho (colete e ceroula de lã) e de cama (cobertor, colcha, fronha e lençol); por fim o uniforme que abrangia botões de massa preta, calças, calções, camisa de instrução, camisa mescla, capote, capacetes, correias para esporas, cinto de couro, distintivos, divisas, esporas, fecho de metal oxidado, gorros, sunga e túnica (BRASIL, 1938).

Figura 28 – Militares durante curso da Escola do Estado Maior do Exército



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), CPDOC, 1939

Nesse cenário, ficou estabelecido que esse fardamento era propriedade da Fazenda Nacional, que iria incorporar a carga das unidades militares encarregadas de sua distribuição ao pessoal conforme as demandas do serviço. Assim, os itens como borzeguins, coturnos, sungas, roupa branca, roupa de agasalho e gorros sem pala deveriam ser removidos gradualmente da carga das unidades conforme fossem sendo distribuídos (BRASIL, 1938).

As subunidades devem solicitar o fornecimento de fardamento às praças por meio de um pedido formal assinado pelo subtenente, aprovado pelo comandante e pago pelo almoxarifado após verificação do fiscal administrativo e autorização explícita do comandante da unidade. Todas as peças devem ser identificadas pelo número da praça usuária (BRASIL, 1938).

O tempo de duração previsto nas tabelas anexas representava apenas o mínimo esperado, sendo necessário que as unidades se esforcem para estender a vida útil das peças. O fardamento que chegasse ao fim de sua vida útil e se tornasse inadequado para manter a boa aparência do traje militar em serviço externo deveria ser descarregado por meio de uma lista nominal, identificado com a letra “F” e anotado no “Caderno de Economias de Fardamento”. Então, esse fardamento deveria ser utilizado preferencialmente em atividades internas, como faxina, limpeza, cozinha, rancho e oficinas (BRASIL, 1938).

A gestão do “Caderno de Economias de Fardamento” foi concedida exclusivamente ao comandante da subunidade, que tinha total responsabilidade pelo uso das peças nele registradas. A escrituração deveria ser iniciada em 1º de janeiro e finalizada em 31 de

dezembro, com a transferência do saldo remanescente para o exercício seguinte (BRASIL, 1938).

Para aumentar a durabilidade do fardamento, as unidades foram autorizadas a instalar pequenas oficinas de alfaiataria e sapataria, além de contratar oficinas civis localizadas dentro dos quartéis. Os custos correspondentes seriam cobertos pelo montante previsto em um artigo específico. Assim, as subunidades deveriam requisitar e entregar aos recrutas definitivamente incorporados, na data da incorporação, os itens previstos no calendário de solicitações. Além disso, deveriam fornecer o mais rápido possível os uniformes de faxina e de serviço interno, utilizando as economias de fardamento (BRASIL, 1938).

O prazo de validade das peças passou a ser contado a partir da data de distribuição, sendo proibida nova concessão antes do fim do período determinado, salvo exceções previstas em regulamento, com desconto dos afastamentos superiores a quinze dias por motivo de hospitalização. Outrossim, ficou decidido que, no momento da exclusão da praça, todas as peças de fardamento deveriam ser devolvidas à subunidade, exceto os borzeguins pretos, a roupa branca e a de agasalho. As peças devolvidas, após higienização e reparo, seriam registradas no “Caderno de Economias de Fardamento” (BRASIL, 1938).

O traje civil apresentado pelos recrutas e reservistas convocados para incorporação em tempo de paz deveria ser recolhido, higienizado e armazenado no depósito da subunidade, com a devida identificação e registro em documento específico, para que seja devolvido no momento da exclusão. Já as peças de fardamento usadas por praças afetadas por doenças contagiosas deveriam ser incineradas, após comunicação formal do comandante ao fiscal administrativo. Em seguida, as peças poderiam ser redistribuídas, desde que a praça não fosse excluída (BRASIL, 1938).

Ao final de cada ano letivo, os comandantes das subunidades devem revisar peças específicas de fardamento e roupa de cama, enviando ao fiscal administrativo uma lista daquelas consideradas inservíveis antes do término do período regulamentar. Uma comissão específica avaliaria essas peças, podendo removê-las da carga sem ônus se restasse até um quarto do tempo de duração. Se o tempo remanescente fosse superior, poderia haver substituição com desconto ao responsável. Nos casos em que se comprovasse ausência de falta de zelo, toda descarga deveria ser comunicada ao órgão provedor (BRASIL, 1938).

Cada unidade deveria ter um valor anual destinado à conservação do fardamento, ao remonte de calçado e à substituição da roupa de cama, determinado pelo Ministro da Guerra. Esse valor não poderia ser inferior a 5% do custo anual do fardamento de cada praça. As solicitações de fardamento aos órgãos provedores foram limitadas a casos excepcionais, como

excesso de efetivo, reposições devido a deserção, transferência ou substituição de peças abonadas para desconto, e somente quando o acréscimo regulamentar se mostrasse inadequado (BRASIL, 1938).

Sobre a restrição da quantidade de distribuições mensais da mesma peça, além da exigência de um registro formal dos pedidos e das distribuições no ajuste de contas, foi proibida a concessão de novas peças às praças que ainda não tivessem cumprido metade do período de duração do fardamento recebido, sendo necessário suprir eventuais carências com o estoque de economias da subunidade. O suprimento deveria ser regular e equiparado ao tratamento dado ao efetivo para praças retidas por tempo indeterminado e para aquelas em situação de adição ou agregação (BRASIL, 1938).

A praça considerada incapaz para o serviço, enquanto estivesse no quartel, teria direito apenas a borzeguins pretos e roupa branca, sendo o uniforme fornecido, quando necessário, por meio das economias de fardamento. Nos casos de inclusão ou exclusão por transferência, as guias deveriam registrar as peças de fardamento acompanhadas, bem como suas datas de distribuição, utilizando-se desse documento para as mudanças de carga e descarga (BRASIL, 1938).

Os desertores reintegrados, praças condenadas ou em processo de condenação e militares excluídos teriam direito ao fardamento previsto na tabela. Os reservistas incorporados durante o período de paz receberam o fardamento estipulado nas instruções de convocação. Também se previu o desconto e a punição disciplinar nos casos de extravio ou inutilização injustificada de peças, proporcional ao tempo restante de sua duração, exceto quando ocorrerem em serviço ou instrução. Nesses casos, seria responsabilidade da subunidade organizar a substituição imediata das peças, com um novo cálculo de duração (BRASIL, 1938).

A escrituração do fardamento seguiria os modelos oficiais anexados e a entrega de fardamento aos estudantes das Escolas e Colégios Militares obedeceria às tabelas estabelecidas em seus regulamentos específicos. Além disso, o fardamento de asilados e do pessoal auxiliar como marujas, motoristas, contínuos, ascensoristas e serventes, seria o estipulado nas tabelas anexas (BRASIL, 1938).

Essas instruções para a distribuição do fardamento do Exército, demonstra a logística patrimonial e econômica que era submetida ao controle de contabilidade dos gastos públicos, como evidenciado em outros relatórios. Entretanto, observa-se aqui a criação e uso do “Caderno de Economias de Fardamento”, além da identificação individual das peças e da limitação das redistribuições, com o esforço para estender ao máximo a durabilidade do material, minimizando desperdícios e restringindo solicitações.

Simultaneamente, ao atribuir aos comandantes de subunidades a responsabilidade pela conservação, uso e eventual descarte das peças, o regulamento estabeleceu uma cadeia de responsabilidades que ligava diretamente a aparência, o cuidado com o material e a conduta das praças à disciplina diária do quartel. A distinção entre fardamento para serviço externo e peças para atividades internas, a estipulação de penalidades e descontos em casos de extravio ou uso inadequado, além do controle sobre o traje civil dos recrutas, evidenciam a função do uniforme como ferramenta para organizar corpos, tempos e espaços.

Observa-se que o fardamento militar ao longo da década de 1930 inseriu-se no contexto de ruptura política e da crise de 1929. A chegada de Getúlio Vargas ao poder sinalizou o fim do arranjo político da Primeira República e deu início a uma era de centralização das decisões, fortalecimento do Executivo e reestruturação do papel das Forças Armadas como fundamentos da ordem estatal.

A crise econômica de 1929 impactou o modelo agroexportador brasileiro e exigiu que o Estado racionalizasse despesas, reestruturasse suas estruturas e fortalecesse os mecanismos de controle. Essa situação foi refletida nas políticas de fardamento examinadas, especialmente no que diz respeito à padronização das cores, à durabilidade das peças, à otimização da distribuição e à implementação de ferramentas contábeis e administrativas, como o “Caderno de Economias de Fardamento”. Nesse contexto, o uniforme passou por uma lógica de contenção orçamentária, sem deixar de lado a preservação visual da autoridade do Estado.

A crescente normatização do uso, da posse e da circulação dos uniformes, com sanções para desvios, extravios ou usos inadequados, demonstrava a insistência do governo em corrigir essas situações. A organização de distintivos, insígnias e categorias de uniforme revela a visão hierarquizada do corpo militar, na qual cada posto, função e especialização deve ser prontamente identificável. Essa codificação visual fortalece a rotina disciplinar e a assimilação da hierarquia, conectando aparência, comportamento e autoridade. Em uma época caracterizada pela intensificação da militarização da política e pela afirmação de um regime autoritário, o uniforme atua como uma linguagem silenciosa de poder, ordem e submissão.

4. AGORA A COBRA VAI FUMAR: OS UNIFORMES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

4.1. A SEGUNDA PELE DA FEB E A INFLUÊNCIA DOS EUA

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi resultado de um complexo entrelaçamento de fatores geopolíticos, econômicos e diplomáticos que marcaram a inserção do país no contexto da guerra total. A ruptura definitiva com o Eixo ocorreu após os ataques de submarinos alemães à navegação comercial brasileira em 1942, um evento que gerou intensa mobilização popular e consolidou a aliança com os Aliados. Nesse contexto, estabeleceu-se a colaboração militar com os Estados Unidos, resultando na formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), uma unidade composta por cerca de 25 mil soldados enviados para a campanha na Itália entre 1944 e 1945.

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas do Brasil enfrentavam um período caracterizado pela defasagem estrutural e tecnológica, o que tornava urgente a necessidade de modernização se o país desejasse ter qualquer tipo de participação efetiva no conflito iminente. O exército enfrentava uma situação de desintegração tanto doutrinária quanto material, marcado pela presença de armamentos de diferentes origens e pela adoção da doutrina militar francesa.

Essa doutrina foi introduzida no Brasil em 1921, por meio de uma missão oficial contratada com o objetivo de profissionalizar e disciplinar as forças armadas. Contudo, ao ser confrontada com as exigências do campo de batalha europeu durante a campanha da Itália, essa formação mostrou-se limitada, evidenciando fragilidades na assimilação da doutrina moderna por parte dos oficiais brasileiros (Maximiano; Bonalume, 2011).

Em 10 de agosto de 1942, sob o decreto n.10.205, foi aprovado o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE). Os uniformes oficialmente aprovados para uso em combate pela FEB ainda mantinham o modelo do 5º padrão, concebido originalmente em 1934. A versão designada como 5º B, destinada exclusivamente à campanha, consistia em túnica e culote feitos de brim verde-oliva, complementados por botas e perneiras de couro preto, além do capacete de fibra na mesma tonalidade. O equipamento *Mills*, um fardo de estrutura aberta em brim grosso inspirado em modelos ingleses, também na cor verde-oliva, completava o conjunto (Zary; Araújo, 2016).

Figura 29 - Tropas do Exército durante treinamento



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), CPDOC, 1942

Como parte do processo de ajuste logístico às novas necessidades operacionais da FEB, o Serviço de Intendência elaborou dois documentos essenciais, o Plano de Uniformes, publicado em março de 1944, e o Caderno de Encargos de Material de Intendência, divulgado em outubro do mesmo ano. Ambos seguiam os padrões do exército dos Estados Unidos, estabelecendo diretrizes técnicas e industriais para a fabricação de uniformes e equipamentos para as tropas. Contudo, essa normatização enfrentou sérios desencontros temporais (Zary; Araújo, 2016).

A primeira leva da FEB já havia chegado à Itália em julho de 1944, antes de algumas dessas diretrizes serem oficialmente divulgadas no Brasil, comprometendo a eficácia do planejamento logístico e dificultando o fornecimento adequado de uniformes. Essa defasagem teve um efeito negativo na uniformização da tropa e, consequentemente, na sua habilidade de operar em território estrangeiro (Zary; Araújo, 2016).

Em 20 de março de 1944, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto n.15.100, do Plano de Uniformes para a Força Expedicionária Brasileira, assinado pelo então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que definiu as bases normativas para a uniformização da tropa em contexto de guerra fora do país. O Art. 1º demonstra a intenção de adaptar os uniformes militares às particularidades geográficas e climáticas, determinando modificações nas peças de

fardamento. Além disso, em parágrafo único, afirma que nenhuma outra peça de fardamento, fora das condições do plano, poderia ser levada pelos oficiais e praças (BRASIL, 1944).

O Art. 2º previa a possibilidade de novas modificações. As alterações introduzidas para satisfazer as necessidades iniciais, não impedia que fossem realizadas outras no decurso das operações militares, visando atender imposições do meio físico e social em que estivesse a tropa. Simultaneamente, o pessoal auxiliar necessário, como enfermeiros e outros, ficariam sujeitos às normas reguladoras dos uniformes militares, de acordo com o Art. 3º (BRASIL, 1944).

Figura 30 - Soldados da FEB



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), CPDOC, 1945

Os uniformes dos oficiais e das praças foram confeccionados de acordo com os modelos existentes na Subdiretoria de Material de Intendência do Exército. Os uniformes dos oficiais possuíam variações de tecido, funções e graus de formalidade em uma série de modelos padronizados. O uniforme 5º tipo C era confeccionado em gabardine verde-oliva claro, possuía cobertura com um gorro sem pala do mesmo tecido da túnica, sem distintivos, exibindo apenas as insígnias do posto bordadas. A túnica seguia o padrão estabelecido no antigo RUPE, com ombreiras costuradas nas mangas. Era acompanhada por uma calça de acordo com o mesmo

regulamento, além de uma camisa de tricolina verde-oliva com colarinho fixo e gravata do mesmo tecido e cor da camisa, com laço vertical (BRASIL, 1944).

Ainda em relação ao uniforme 5º tipo C, existiam dois cintos, um externo, revestido de couro com fecho metálico oxidado e símbolos variados de acordo com a patente, com as armas da República para Generais e Cruzeiros do Sul para os outros oficiais, e outro interno, de lona verde-oliva com fivela oxidada tipo único. As luvas seguiam o modelo da RUPE. Abrigos extras, como capote de brim impermeabilizado, capa de tecido com borracha e jaquetão de lã, eram empregados para proteção contra as intempéries. Por fim, o calçado era de borzequins tipo especial e um sapato de couro preto que era facultativo (BRASIL, 1944).

O uniforme 5º tipo A, era de brim verde oliva claro e mantinha o padrão RUPE, com cobertura de gorro sem pala, tipo americano, do mesmo tecido da túnica, que por sua vez, tinha as ombreiras costuradas às mangas e insígnias bordadas. As calças também eram de brim verde-oliva escuro. Enquanto as luvas, abrigos, cintos e calçados eram as mesmas peças do uniforme anterior (BRASIL, 1944).

O 5º tipo B-1, destinado ao uso em campanhas, incluía componentes característicos do padrão americano, como o capacete de aço e fibra, o capacete de brim impermeabilizado e o gorro do tipo americano. A blusa e a calça estavam de acordo com o modelo apresentado no Boletim do Exército n. 26, de 26 de junho de 1943, sendo a calça desprovida de abas. A proteção climática abrangia borzequins especiais, botas do tipo "Natal", coturnos americanos (*combat boots*), galochas e perneiras de lona impermeável (BRASIL, 1944).

Em seguida, o 5º tipo B-2, de lã verde-oliva, seguia o padrão anterior, porém com luvas de lã e sem o capacete de brim impermeabilizado. Por último, os uniformes 6º e 7º estavam descritos no mesmo boletim e preservavam a cor verde-oliva, exceto pela camiseta, indicando uma adaptação gradual aos padrões de funcionalidade e camuflagem requeridos em operações de guerra (BRASIL, 1944).

Os uniformes para as praças, que incluíam subtenentes, sargentos, cabos e soldados, também foram classificados de acordo com diversos modelos, ajustando-se às funções, patentes e demandas operacionais. O 5º tipo A feito de brim verde-oliva, foi estabelecido com distinções de acordo com a graduação. Para subtenentes e sargentos, utilizava-se o modelo estabelecido no RUPE, substituindo o culote por calças e, no caso dos subtenentes, o talabarte por cinto de gabardine verde-oliva, enquanto bonés e botas foram removidos do conjunto. Para cabos e soldados, manteve-se o padrão estabelecido no Boletim do Exército n. 26, sendo o boné retirado como item obrigatório. O capote, igual ao usado pelos oficiais, e o blusão de lã verde-oliva do tipo motociclista foram regulamentados como peças de abrigo, de acordo com o mesmo

boletim. Já o calçado era o mesmo prescrito aos oficiais e seu uso era obrigatório (BRASIL, 1944).

O 5º tipo B-1, também de brim verde-oliva, foi padronizado para todas as patentes das praças com base no modelo utilizado pelos oficiais, englobando os mesmos abrigos e calçados citados anteriormente. O 5º tipo B-2 era feito de lã verde-oliva e preservava as características do tipo B-1, reforçando a uniformidade interna das roupas, apesar da alteração no material (BRASIL, 1944).

Figura 31 - Uniforme do capitão, cabo e capelão da FEB



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

A imagem retrata três militares do Exército Brasileiro na década de 1940, com seus uniformes que divergem quanto as patentes e funções. À esquerda, um capitão do 4º Regimento de Infantaria de São Paulo, em 1943, que usa um uniforme não identificado pela legenda da imagem, mas que assemelha ao uniforme tipo B-1. À direita, um cabo da FEB retratado com o uniforme de saída tipo A, em 1944, no Rio de Janeiro. Ao centro, um capelão oficial da FEB com uniforme tipo C, também no Rio de Janeiro em 1944 (Maximiano; Bonalume, 2011).

Os uniformes 6º e 7º também aderiram ao padrão definido para os oficiais, demonstrando uma tentativa de uniformização visual e funcional entre os diferentes postos da

FEB. Por último, foi estabelecido um uniforme específico para motociclistas, fundamentado no modelo divulgado no Boletim do Exército n. 26. Isso demonstra a consideração pelas particularidades operacionais e logísticas de certos grupos da tropa brasileira (BRASIL, 1944).

Quanto às insígnias dos postos, o regulamento da FEB determinou a continuidade do sistema estabelecido pelo RUPE., com bordado em linha cinza clara e dimensões padronizadas, a serem aplicadas de maneira uniforme em todos os uniformes militares. A disposição das insígnias mudava de acordo com a hierarquia. Para os oficiais, sua posição seguia as diretrizes previamente definidas no RUPE, para as praças, estipulava-se a aplicação nas mangas de ambos os braços, imediatamente abaixo do emblema da FEB (BRASIL, 1944).

As instruções complementares especificavam a aplicação de acordo com o tipo de peça, a exemplo, nos gorros sem pala dos oficiais, a insígnia deveria ser bordada na lateral esquerda; nas camisas de tricolina, sua colocação seguia o mesmo padrão das túnicas. Em contrapartida, os abrigos não precisavam de identificação por insígnia, ao passo que nas sungas a aplicação variava de acordo com a patente, para os oficiais, ficava à esquerda, na altura do peito, e para os demais militares, abaixo do distintivo “Brasil” no braço esquerdo (BRASIL, 1944).

No tocante aos distintivos de Armas e Serviços, eram os mesmos adotados pelo RUPE, com a única modificação sendo a cor do bordado, que passou a ser feito com linha de tom cinza claro. Também foi mantido o distintivo regulamentar anteriormente estabelecido para os oficiais que possuem o curso de Estado-Maior (BRASIL, 1944).

Em relação à colocação de distintivos de curso, diplomas, especialidades e funções técnicas, o documento seguiu a mesma lógica normativa. Para os oficiais, manteve-se à disposição tradicional do RUPE; para as praças, porém, estabeleceu-se uma diferenciação sutil, com a aplicação abaixo da insígnia de graduação, no caso de sargentos e cabos, ou abaixo do distintivo da FEB, para soldados. Além disso, o regulamento estabelecia a obrigatoriedade do uso do distintivo da FEB, conforme descrito no decreto n. 14.751, de 14 de fevereiro de 1944, a ser fixado na parte superior da manga esquerda de blusas, túnicas e abrigos (BRASIL, 1944).

Figura 32 - Uniforme do soldado e sargento da FEB



Fonte: Maximiano; Bujero, 2011

Na imagem, observa-se, ao centro, um soldado de infantaria; à esquerda, um 3º sargento, ambos com uniformes de campanha. À direita, um militar das fileiras alistadas em uniforme de inverno. Todos registrados no Rio de Janeiro em 1944. Os dois primeiros mencionados apresentam uniformes semelhantes ao tipo B-1, enquanto o da esquerda estaria usando um modelo tipo C (Maximiano; Bonalume, 2011).

As disposições gerais e transitórias estabeleceram que as roupas, como camisas de lã, camisetas, lençóis e toalhas de rosto e banho, deveriam ser preferencialmente confeccionadas em cores escuras e neutras. Outrossim, deveriam ser observados os pormenores de confecção prescritos no RUPE, quando não contrariasse o plano de uniformes (BRASIL, 1944).

O Comandante da FEB teria a liberdade de autorizar o uso de itens não especificados no regulamento, desde que fossem parte do acervo reembolsável da tropa, sendo o uso dos uniformes prescrito pelo mesmo. Em princípio, as atividades cotidianas deveriam ser executadas com camisa e gravata de tricolina verde-oliva, combinadas com qualquer calça dos uniformes padronizados (BRASIL, 1944).

As disposições transitórias garantiam a utilização de materiais já existentes nos estoques, como as peças dos 6º e 7º uniformes confeccionadas em brim mescla azul ou zuarte, que seriam empregadas até o esgotamento completo (BRASIL, 1944).

A formação da FEB esteve, a princípio, ligada a uma estratégia interna de segmentos da alta oficialidade do Exército, que enxergavam a participação do Brasil na guerra como uma chance de modernização institucional. Para esses grupos, a criação de uma força expedicionária possibilitaria ao país tanto o acesso a armamentos e tecnologias militares mais sofisticados quanto a oportunidade de obter experiência operacional em combate real, o que consolidaria a posição do Brasil no cenário internacional após a guerra. Nesse projeto, havia a expectativa de que o envolvimento ativo nas iniciativas europeias qualificaria o Brasil como um parceiro estratégico dos Estados Unidos e como um agente importante nas próximas definições geopolíticas do Hemisfério Ocidental (Maximiano; Bonalume, 2011).

Um dos marcos institucionais da solidificação da aliança entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial foi a assinatura, em 1942, de um acordo de cooperação militar, que levou à formação da Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Defense Commission, JBUSDC). Esse organismo binacional, que incluía militares brasileiros favoráveis à causa aliada, tinha como objetivo coordenar estratégias de defesa para o hemisfério e estabelecer os termos da colaboração militar e logística entre os dois países (Maximiano; Bonalume, 2011).

Durante as discussões dessa comissão, chegou-se a cogitar a criação de um corpo expedicionário de grande porte, formado por uma divisão blindada e três divisões de infantaria. No entanto, devido a restrições operacionais, políticas e logísticas, decidiu-se por uma alternativa mais modesta: a criação de uma única divisão de infantaria, acompanhada de unidades de apoio e diferentes serviços. Com essa estrutura, foi formada a Força Expedicionária Brasileira, que foi enviada à Europa entre 1944 e 1945. Cerca de 26 mil militares brasileiros foram mobilizados, predominantemente soldados de infantaria. Além disso, um grupo de aproximadamente 500 aviadores e técnicos da Força Aérea foi enviado para o 1º Esquadrão de Ligação e Observação, unidade aérea que dá suporte às operações terrestres (Maximiano; Bonalume, 2011).

Durante a preparação da Força Expedicionária Brasileira, ficou decidido que sua organização deveria ser reorganizada de acordo com os padrões do Exército dos Estados Unidos. Isso significava a implementação completa das Tabelas de Organização e Equipamento (TOE), que estabeleciam normas para a composição, hierarquia e recursos de cada unidade militar dos Estados Unidos. A reestruturação foi realizada com sucesso; no

entanto, a incorporação completa da doutrina de combate americana apresentou limitações e desproporções durante o processo de treinamento e utilização das tropas no campo de batalha (Maximiano; Bonalume, 2011).

A Força Expedicionária Brasileira foi comandada pelo general João Baptista Mascarenhas de Moraes, que, aos 61 anos, foi o mais idoso entre os comandantes divisionais das forças aliadas atuando no teatro europeu. Sua idade avançada se destacava até mesmo em relação a oficiais superiores de patentes mais altas, como comandantes de corpo de exército, grupo de exército e até do teatro de operações. Juntamente com Mascarenhas, faziam parte da estrutura de comando o general Euclides Zenóbio da Costa, atuando como comandante assistente divisional, e o general Oswaldo Cordeiro de Farias, encarregado da artilharia divisionária (Maximiano; Bonalume, 2011).

Por muito tempo, houve a noção errônea de que a Força Expedicionária Brasileira foi totalmente equipada pelo Exército dos Estados Unidos, devido ao seu posicionamento operacional sob comando aliado. Entretanto, as negociações preliminares conduzidas na Comissão Conjunta de Defesa Brasil - Estados Unidos determinaram que as tropas brasileiras deveriam ser enviadas às operações com seus próprios uniformes, equipamentos de campanha, barracas e até suas *dog tags*³⁸ (Maximiano; Bonalume, 2011).

O Exército Brasileiro se deparava com restrições estruturais que impediram a execução completa deste planejamento. Com limitada experiência em operações internacionais e uma história de mobilizações focadas em conflitos internos e de fronteira, sua estrutura de intendência não possuía a agilidade e a complexidade requeridas para a projeção de forças em um contexto global. Como consequência, os uniformes e equipamentos utilizados pela FEB apresentavam um padrão estagnado, com poucas atualizações relevantes desde as primeiras décadas do século XX. Quando finalmente começou o envio de tropas para o front europeu, ficou claro que os suprimentos disponíveis não eram adequados para as condições climáticas e geográficas da campanha na Itália (Maximiano; Bonalume, 2011).

Para minimizar esses problemas, enviou-se um grupo de oficiais responsáveis por desenvolver recomendações técnicas para a criação de novos uniformes adequados às condições de combate, principalmente durante o inverno. Embora essas recomendações tenham sido oficialmente aceitas, seu efeito prático foi restrito. A produção nacional lidava com problemas, como a seleção inadequada de tecidos e a falta de roupas mais pesadas. Durante as

³⁸ Identificação usada pelos soldados ao redor do pescoço e carregam informações importantes para identificar um soldado ferido.

operações, a gravidade da situação exigiu a intervenção logística dos aliados: os depósitos do V Exército dos Estados Unidos começaram a fornecer suprimentos adicionais para o frio à divisão brasileira, a fim de amenizar o sofrimento dos soldados nas linhas de frente, que enfrentavam as severas condições climáticas da península italiana (Maximiano; Bonalume, 2011).

Essa complexidade dos uniformes foi relatada na fala do Coronel Sérgio Gomes Pereira³⁹, na qual pontuou que “nós usávamos um uniforme completamente heterodoxo: parte seguia nosso regulamento; parte o americano. Debaixo do capacete usávamos um “gorrinho” de lã, para proteção contra o frio” (Pereira *apud* Motta, 2001, p. 286, tomo 1). Essa combinação quase híbrida de vestimenta militar destaca uma tensão subjacente entre o anseio de preservar os aspectos tradicionais da hierarquia e da cultura militar brasileira e a exigência de seguir as diretrizes operacionais e logísticas dos Estados Unidos. A utilização de um “gorrinho” de lã sob o capacete para se proteger do frio destaca o caráter adaptativo, e até improvisado, da presença brasileira nos campos de batalha europeus.

O relato do Bacharel José Souto Maior⁴⁰ respalda que ainda no Brasil haviam recebido fardamento que “era de dois tipos: uma farda mais fina e outra de lã não protegia quase nada no frio, cueca compridas, calção, meia, tudo de lã”. Além disso, destaca que “o americano nos forneceu muita coisa, equipamentos novos, galocha, jaqueta impermeável contra a neve.” (Maior *apud* Motta, 2001, p. 298, tomo 2).

Segundo Abdias de Souza⁴¹:

[...]. Aos poucos foi sendo recebido o material necessário ao aparelhamento da tropa. Recebemos fardamento americano todo novo, incluindo meias, luvas, capote – que pesava cerca de seis quilos – ceroula de lã, jaqueta para o frio e um *combat-boot*, de excelente qualidade. O fardamento e a bota recebidos no Brasil eram muito frágeis. Esse fardamento permitiu enfrentar o inverno, senão teríamos morrido congelados ou como diziam os quintascolumnas: iam morrer todos. Houve um período de instrução com munição real

³⁹ Natural da cidade do Rio de Janeiro, RJ, pertence à turma de 1942, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, onde realizou, também, o Curso de Infantaria (Reg. 45), de 1946 a 1949. Na guerra, exerceu as funções de Comandante do 2º Pelotão da 8ª Companhia do III/11º Regimento de Infantaria (Regimento Tiradentes). Entrevistado em 6 de abril de 2000 (Motta, 2001).

⁴⁰ Natural da cidade de Bom Jardim, Estado de Pernambuco. Em 1941, apresentou-se, voluntariamente, a fim de integrar a Força Expedicionária Brasileira no 14º Regimento de Infantaria de Jaboatão dos Guararapes, PE, onde frequentou com aproveitamento os cursos de cabo e de sargento. Na guerra, foi sargento Comandante de Grupo de Combate (GC) do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), tendo participado de três ataques a Monte Castelo. Recebeu as seguintes medalhas e condecorações, por sua participação na Segunda Guerra Mundial: Cruz de Combate 2ª Classe; Medalha de Campanha; e Medalha de Guerra. Entrevistado em 26 de setembro de 2000 (Motta, 2001).

⁴¹ Nasceu em Fortaleza, Ceará, em 20 de março de 1921. Participou da Força Expedicionária Brasileira como soldado da 1ª Companhia de Fuzileiros do 11º Regimento de Infantaria. Entrevistado em 22 de novembro de 2000 (Motta, 2001).

e administrada pelos americanos no começo. Depois, os brasileiros os substituíram. Diziam que a munição era de festim, mas houve alguns que se feriram nesse treinamento. Acho que havia munição real misturada com festim (Souza *apud* Motta, 2001, p.186-187, tomo 2).

Ao afirmar que o fardamento brasileiro era muito frágil e que o novo uniforme americano permitiu enfrentar o inverno, o ex-combatente evidencia como a própria sobrevivência dos soldados brasileiros passou a depender da adoção de uma cultura material estrangeira, da qual não tinham controle. O capote de seis quilos, as ceroulas de lã, as jaquetas e os *combat boots* são apresentados não só como peças de roupa, mas como tecnologias de proteção essenciais para a adaptação dos soldados brasileiros a um contexto físico totalmente diferente do que estavam habituados.

Esse depoimento corrobora a noção de que o uniforme para além de identificação também se configura como um instrumento de sobrevivência. A insuficiência do material recebido inicialmente no Brasil indica uma falta de atenção da estrutura militar nacional em entender e prever as necessidades do *front* europeu, evidenciando a discrepância entre o planejamento estratégico do Estado-Maior e as realidades enfrentadas pelas tropas.

Ademais, a descrição do treinamento com munição real, incluindo feridos e dúvidas sobre o uso de munição de festim, indica um cenário de falta de estrutura e de segurança, em que a integração entre os comandos americanos e os militares brasileiros variava entre a supervisão e a substituição. Assim, haveria uma dimensão pedagógica nesse processo, aprender a lutar e a se defender não em simulações seguras, que colocava em risco a integridade física dos soldados, mas sob a pressão imediata de um conflito real, com equipamentos inicialmente inadequados e sob comando estrangeiro.

Segundo Maximiano e Bonalume (2011), o plano final de uniformização da Força Expedicionária Brasileira foi oficialmente ratificado de forma tardia em 20 de março de 1944, com base nos novos padrões definidos pelo Conselho de Qualificação Militar do Exército. Conforme as normas aprovadas, oficiais e praças estavam estritamente proibidos de embarcar para o exterior com vestimentas ou equipamentos que não fossem previamente autorizados para uso oficial da FEB. A medida tinha como objetivo assegurar uma apresentação uniforme da tropa brasileira em relação aos outros exércitos aliados, fortalecendo a coesão visual e a identidade institucional.

Dessa forma, o regulamento previa quatro tipos de uniformes para os oficiais e três para os soldados. Os principais eram: o uniforme de gabardine para serviço, classificado como 5º Tipo C, destinado exclusivamente a oficiais e suboficiais; o uniforme de sarja verde-oliva,

conhecido como 5º Tipo A, usado apenas pelo primeiro escalão durante o embarque; o uniforme de combate de verão em sarja, denominado 5º Tipo B-1; e o uniforme de combate de inverno em lã, classificado como 5º Tipo B-2. Também havia um macacão de trabalho em sarja, utilizado em várias atividades, como manutenção de veículos ou serviços internos, além de uma peça específica destinada ao uso de motociclistas. Também foram elaborados modelos específicos para as 67 enfermeiras brasileiras destacadas para atuar na Itália, demonstrando uma atenção à adequação funcional e simbólica de cada categoria militar (Maximiano; Bonalume, 2011).

Figura 33 - Uniformes de 2º tenente, cabo e soldado da FEB



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

Na ilustração observa-se, à direita, um 2º tenente, vestido de passeio em Florença, março de 1945, uniforme tipo A; ao centro, um cabo de infantaria em campanha, São Paulo, agosto de 1945, uniforme equivalente ao tipo B-1; e à esquerda, o soldado Vicente Gratagliano do 6º Regimento de Infantaria, também com uniforme símil ao B-1 (Maximiano; Bonalume, 2011).

A padronização das cores dos uniformes era baseada na cor oficialmente denominada de verde-oliva, abreviada como VO. Embora tenha havido tentativas de uniformização, essa

meta nunca foi totalmente atingida. Apesar de oficialmente existirem apenas duas variações reconhecidas, verde-oliva claro e verde-oliva escuro, os uniformes exibiam, na prática, uma extensa variedade de tonalidades. Por exemplo, as fardas de sarja de verão variavam do verde-junco, parecido com os uniformes de verão alemães, a tons mais acinzentados, semelhantes aos dos uniformes HBT⁴² usados pelo Exército dos Estados Unidos (Maximiano; Bonalume, 2011).

As roupas de lã, projetadas para o inverno europeu, também exibiram variações notáveis, variando do verde-escuro a tons mais próximos do cinza, em uma diversidade de cores que remete ao fenômeno observado nos uniformes alemães do tipo *Feldgrau* usados durante o mesmo conflito (Maximiano; Bonalume, 2011).

Figura 34 - Uniforme de inverno da FEB



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

Na imagem, à esquerda, um soldado do 11º Regimento de Infantaria, com roupa de camuflagem para neve, em janeiro de 1945; ao centro um soldado do 1º Regimento de

⁴² O uniforme HBT, ou Herringbone Twill (Sarja Espinha de Peixe), é um tipo de tecido e um uniforme militar feito com esse tecido, caracterizado por um padrão em “espinha de peixe”. Foi amplamente utilizado pelo exército dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e serviu de inspiração para o uniforme B-1 do Exército Brasileiro.

Infantaria, em Monte Castello, fevereiro de 1945, uniforme semelhante ao tipo B-2; por fim, à direita, um chefe de pelotão de espingardas, em fevereiro de 1945, com uniforme similar ao tipo B-1 (Maximiano; Bonalume, 2011).

A questão dos uniformes tornou evidentes os desafios logísticos e simbólicos. Documentos e registros mostram que a FEB deveria trazer seu próprio fardamento, tendas, equipamentos pessoais e distintivos, em vez de ser totalmente equipada pelos norte-americanos, como se acreditava por décadas. No entanto, a produção nacional não conseguiu atender às demandas operacionais e climáticas da campanha italiana. As roupas fornecidas não eram padronizadas nem apropriadas: a escolha inadequada dos tecidos, a falta de vestuário térmico e as variações cromáticas não intencionais prejudicaram a imagem e o desempenho da tropa. A diversidade de tons de verde-oliva, supostamente padronizado, evidencia, de um lado, as restrições técnicas da indústria brasileira, e, de outro, demonstra como a identidade visual das forças armadas ainda era marcada por improvisos e ajustes.

Enquanto se buscava estabelecer uma identidade nacional única entre as tropas aliadas, essa iniciativa enfrentava as deficiências de infraestrutura e a constante necessidade de apoio material dos Estados Unidos. Isso ficou evidente quando os depósitos do V Exército americano tiveram que fornecer roupas de inverno para os brasileiros em combate. O corpo da FEB representava uma modernização incompleta, seus oficiais adotaram doutrinas estrangeiras, seus soldados usavam uniformes mistos e sua logística dependia principalmente de parcerias externas.

Durante a campanha da Itália, os uniformes mais frequentemente utilizados pela FEB pertenciam às versões de combate em sarja 5º Tipo B-1 e em lã 5º Tipo B-2. Ambos foram projetados para atender às demandas específicas do campo de batalha europeu, especialmente no que diz respeito às variações climáticas sazonais, e apresentavam diferenças de design de acordo com a patente do usuário. As camisas de combate, em sarja ou lã, não tinham bolsos externos, apenas um bolso interno na parte inferior, para guardar curativos de primeiros socorros. Dependendo da ocasião, essas camisas podiam ser usadas soltas ou por dentro das calças (Maximiano; Bonalume, 2011).

Embora as camisas fossem comuns a oficiais e soldados, as calças do uniforme de verão B-1 indicavam diferenças hierárquicas: os oficiais tinham dois bolsos de remendo na parte frontal dos quadris, enquanto os soldados usavam modelos com bolsos laterais. As calças de lã do uniforme B-2 apresentavam um padrão único, com pernas retas e dois bolsos frontais costurados, sendo usadas de forma indistinta por todas as patentes. As camisas de combate de lã para os soldados alistados eram feitas de um tecido resistente, com dragonas, e

acompanhadas por jaquetas longas e soltas, confeccionadas de um material ainda mais espesso, que chegava até a virilha. Embora essas jaquetas não tivessem bolsos no peito, possuíam bolsos laterais do tipo aquecedor de mãos, proporcionando mais proteção contra o frio (Maximiano; Bonalume, 2011).

Figura 35 - Uniformes do maqueiro, soldado e sargento da FEB



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

Na ilustração verifica-se, à esquerda, um maqueiro do 1º Batalhão de Médico, em abril de 1945; ao centro, um soldado do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Montese, abril de 1945; e, à direita, um 3º sargento, da Companhia MP, em Fornovo, abril de 1945. Os uniformes se

As camisetas de manga curta, roupas íntimas e meias também faziam parte do enxoval básico de campanha fornecido às tropas. Os oficiais usavam camisas de algodão verde-oliva (VO) e gravatas com o uniforme de lã, uma prática que, mais tarde, passou a ser adotada também por diversos soldados em ocasiões de saída ou cerimônia. O casaco de lã dos oficiais possuía uma configuração parecida com a blusa de campo alemã modelo M43, com bolsos no peito e na parte inferior, dragonas costuradas e um formato geral mais ajustado. Os botões desse

casaco eram abobadados, feitos de um material preto, e apresentavam em relevo a Cruz do Sul rodeada por 21 estrelas, simbolizando os estados da República na época. No entanto, o posicionamento das estrelas em duas linhas inclinadas não refletia a cruz celeste conforme representada na astronomia (Maximiano; Bonalume, 2011).

A semelhança visual entre os uniformes brasileiros e os alemães gerou diferentes reações entre os militares. Motivados por razões estéticas e funcionais, muitos oficiais começaram a alterar suas jaquetas de campanha, eliminando as partes inferiores e os bolsos da saia. Essa modificação resultou em versões inspiradas na *battledress blouse*⁴³ britânica de 1937 e na *Ike jacket*⁴⁴ americana, que ganhou popularidade em 1944. Essa prática não foi exclusiva dos oficiais: os soldados também começaram a personalizar suas peças, usando o tecido sobrando para adicionar bolsos peitorais e, assim, melhorar a funcionalidade do uniforme. Essas mudanças foram reconhecidas e oficialmente integradas ao plano de uniformes da FEB, aprovado pelo Quartel-General divisionário em março de 1945, durante os momentos finais da campanha (Maximiano; Bonalume, 2011).

Os membros da FEB começaram a adicionar ao seu vestuário uma ampla variedade de peças fornecidas pelos Estados Unidos. Isso ocorreu principalmente em resposta às adversidades causadas pelo clima rigoroso e às limitações do material inicialmente fornecido pelo Brasil. Entre os itens mais comuns estavam a jaqueta de campanha modelo M1941, conhecida como *Parsons jacket*, o sobretudo M1938, a parka M1942 e a jaqueta de combate de inverno com zíper frontal, geralmente acompanhada por calças com proteção frontal elevada, peças conhecidas como roupas do tipo *tanker*, originalmente feitas para tripulações de veículos blindados (Maximiano; Bonalume, 2011).

Em relação à cobertura da cabeça, os brasileiros receberam um chapéu semelhante ao modelo norte-americano de fadiga chamado *Daisy Mae*, apesar de esse item ter sido utilizado de forma bastante restrita no exterior. Também foram entregues bonés *sidecap* (boné estrangeiro), produzidos em sarja e lã. A versão em sarja foi rapidamente descartada, ao passo que a versão em lã progrediu para um modelo funcionalmente ajustado, parecido com o bustina italiano, com abas laterais dobráveis e extensões que podiam ser fixadas sob o queixo para oferecer mais proteção contra o frio (Maximiano; Bonalume, 2011).

⁴³ É uma jaqueta curta, geralmente de tecido resistente, parte do uniforme de combate usado pelas forças da Comunidade Britânica e do Império durante a Segunda Guerra Mundial. Era uma peça central do *Battledress* (BD), ou uniforme nº 5, que também incluía calças e outras peças.

⁴⁴ É um tipo de jaqueta curta, na altura da cintura, que se tornou famosa durante a Segunda Guerra Mundial e foi desenvolvida para o Exército dos EUA, nomeada em homenagem ao General Dwight D. Eisenhower. A jaqueta Ike se tornou um item icônico, influenciando diversos modelos similares em outros exércitos, e hoje é considerada um clássico no mundo da moda.

Além disso, as tropas usaram outros itens de inverno, como toucas de lã tricotadas à mão, gorros tipo *jeep cap* fornecidos pelos EUA e bonés de pilha modelo M43, amplamente usados em condições climáticas severas. Imagens daquele período também mostram motoristas brasileiros usando bonés de sarja com aba parecida com o modelo HBT M41 americano (Maximiano; Bonalume, 2011).

No que se refere ao calçado, a dotação principal consistia em botas pretas de cano baixo, com padrão igual para soldados e oficiais. Uma versão brasileira da bota norte-americana de fivela dupla também foi fabricada, com o objetivo principal de atender aos oficiais. Com a chegada do severo inverno de 1944-1945 na região dos Apeninos, foram fornecidas galochas de tecido e borracha provenientes dos estoques norte-americanos, essenciais para assegurar a resistência das tropas ao frio e à umidade. Mesmo assim, as unidades da FEB nunca receberam oficialmente o conjunto completo de calçados padronizados dos EUA (Maximiano; Bonalume, 2011).

Um item de destaque foi a adoção pelos oficiais da chamada bota Natal, inicialmente fabricada de maneira artesanal na cidade com o mesmo nome e utilizada por pilotos americanos durante sua estadia no Brasil. Apesar de não ter sido projetada para uso militar, essa bota, conhecida pelo seu conforto, durabilidade e design estiloso, foi eventualmente integrada ao uniforme da FEB. A demanda resultou na sua fabricação em larga escala em fábricas de calçados no Rio de Janeiro, com modificações formais, como a cor preta, em contraste com o couro natural das versões originais (Maximiano; Bonalume, 2011).

A análise dos uniformes e equipamentos empregados pela Força Expedicionária Brasileira na campanha italiana demonstra o nível de impacto que os Estados Unidos tiveram na configuração material e visual da tropa brasileira. Essa influência não se limitou apenas a táticas ou estratégias, ela também moldou de maneira significativa a aparência, os costumes e os códigos simbólicos que definiram a presença brasileira no teatro europeu. As tropas brasileiras foram gradualmente integradas ao padrão norte-americano de guerra, desde os uniformes fornecidos até os acessórios pessoais e calçados.

Os desafios enfrentados pelo Exército Brasileiro na criação de um fardamento apropriado para o clima europeu, particularmente em função da severidade do inverno italiano, levaram a FEB a utilizar em grande escala o material logístico dos Estados Unidos. Roupas e calçados estilo norte-americano para frio passaram a ser itens habituais no dia a dia dos soldados brasileiros. A entrega desses itens não só atendeu a uma demanda específica, mas também consolidou a percepção de uma força militar que depende do suporte técnico e logístico

de uma potência estrangeira. A padronização visual alinhava a FEB aos aliados, mas poderia enfraquecer aspectos da identidade nacional que eram expressos pela vestimenta.

No entanto, a experiência mostrou que esses padrões nem sempre atendiam às demandas ou preferências dos militares brasileiros, o que resultou em alterações espontâneas, como o abandono de certos modelos ou a adaptação de peças ao gosto pessoal e às condições do terreno.

O exemplo da bota Natal pode simbolizar a tentativa de manter as tradições nacionais. Inicialmente uma peça de produção artesanal nordestina, a bota passou a ser adotada por oficiais brasileiros após ser valorizada por pilotos norte-americanos que passaram pelo Brasil. Sua posterior industrialização no Rio de Janeiro e incorporação ao uniforme da FEB demonstra como um item de origem regional pôde se afirmar no interior de uma lógica militar marcada pela padronização estrangeira. A presença da bota Natal nas linhas de frente não apenas solucionou questões de conforto e funcionalidade, mas também reintroduziu um elemento de autonomia material em meio à forte influência estadunidense.

As insígnias e distintivos desempenham funções de identificação hierárquica, nacional e funcional no interior da tropa. Na FEB as patentes dos oficiais eram indicadas por estrelas bordadas em lã clara ou branca, utilizadas nas dragonas e nos bonés tipo *sidecap*. Para os oficiais subalternos, empregava-se uma estrela de cinco pontas para o segundo-tenente, duas para o primeiro-tenente e três para o capitão. Por sua vez, os oficiais superiores apresentavam estrelas maiores e aneladas, em combinações específicas: o major usava uma estrela anelada acompanhada de duas estrelas simples, o tenente-coronel portava duas estrelas aneladas e uma simples, e o coronel exibia três estrelas aneladas (Maximiano; Bonalume, 2011).

Os suboficiais usavam divisas voltadas para cima, seguindo padrões anteriores à guerra, que eram oficialmente aplicados nas mangas superiores e bordados com linhas azul e branca sobre fundo verde-oliva. Embora essas determinações estivessem em vigor, o uso de insígnias de patente começou a ser gradualmente abandonado em situações de combate, o que gerou descontentamento entre os oficiais mais conservadores, que apreciavam a distinção visual entre as patentes.

A insígnia nacional padrão da FEB era um escudo de sarja verde, com a palavra “BRASIL” bordada em algodão branco, em letras de padrão quadriculado. Produzida apenas no Brasil, essa insígnia era fabricada e distribuída em larga escala. Cada soldado recebia doze unidades para serem aplicadas na manga superior esquerda de diferentes peças de vestuário. Também existiam versões do emblema confeccionadas em gabardine, destinadas aos uniformes

dos oficiais, além dos modelos iniciais com sutis variações no design e acabamento, porém mantendo o padrão básico de letras bordadas à máquina (Maximiano; Bonalume, 2011).

No meio de 1944, foi adotado um novo emblema para elevar o moral da tropa, a partir da recomendação do major Vernon Walters, oficial de ligação dos Estados Unidos junto à FEB. Inspirando-se na expressão popular brasileira de que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra, foi criada uma insígnia de manga representando uma cobra fumando um cachimbo, oficialmente chamada de *Shoulder Sleeve Insignia (SSI)*⁴⁵. O emblema, criado artesanalmente na Itália, ganhou popularidade rapidamente entre os soldados da divisão, sendo adotado também por unidades não-divisionais, o que resultou em rivalidades internas. As tropas de frente defendiam que apenas os combatentes efetivos tinham o direito legítimo de usar a cobra fumando, um símbolo de valor combativo (Maximiano; Bonalume, 2011).

Figura 36 - É mais fácil uma cobra fumar...



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

⁴⁵ Insígnia de manga de ombro

A imagem apresenta uniformes de campanha tipo B-1, à direita, segundo sargento, do 6º Regimento de Infantaria, em Vada, Itália, agosto de 1944; ao centro, o soldado Francisco de Paula, do 2º Batalhão de Howitzer, em setembro de 1944, carregando parte de um obus com a frase “a cobra está fumando”, em alusão ao lema da FEB; à esquerda, soldado do 6º Regimento de Infantaria, no Vale do Serchio, em outubro de 1944. No topo, está o emblema característico da FEB, com fundo amarelo, inscrição “BRASIL” em fundo azul e a cobra fumando cachimbo, que se tornou símbolo usado para zombar do ceticismo sobre a participação do Brasil na guerra.

De acordo com o Sargento Rubens Leite de Andrade⁴⁶, “naquela época, diziam que era mais fácil uma cobra fumar do que a FEB embarcar. Por isso, a FEB, após seu primeiro combate vitorioso na Itália, adotou como símbolo em seu uniforme, a cobra fumando” (Andrade *apud* Motta, 2001, p.338, tomo 5).

Em 1945, versões industrializadas do emblema começaram a ser produzidas no Brasil, embora não se saiba ao certo se foram utilizadas no *front* antes do término do conflito. Nos meses finais do conflito, também foi criado um modelo metálico padronizado por uma fábrica situada no norte da Itália. Contudo, esse modelo não foi bem recebido pelas tropas e teve pouca adesão. Vale ressaltar que o emblema da cobra fumando não era combinado com o escudo BRASIL (Maximiano; Bonalume, 2011).

O Tenente-Coronel Túlio Campello de Souza a respeito da insígnia da cobra fumando, explicou que:

“A cobra fumando” foi uma frase que surgiu, nem sei como, ainda no Brasil, entre os soldados. E ao chegar à Itália tínhamos um distintivo muito simples, pouco visível e o pessoal se queixava. Parece-me, segundo li, que foi o próprio General Mark Clark que sugeriu que se fizesse um distintivo com a cobra fumando e que usássemos a expressão para aquela figura como shoulder badge, que significa distintivo de ombro. Mas não usávamos os distintivos em Campanha porque no outono chovia todo dia e acabávamos sujando o uniforme, aliás, sujar o uniforme é um pleonismo, até porque nem tomávamos banho. E mais tarde passamos a usar peças do uniforme americano que nos eram fornecidas, porque as nossas, fabricadas no Brasil, não eram suficientes para o frio. Eu nunca usei a “cobra fumando”, não tive oportunidade de usar na Itália, só depois (Souza *apud* Motta, 2001, p. 79, tomo 3).

⁴⁶ Nasceu no município de Campos - RJ. Em julho de 1943, apresentou-se como voluntário no III Batalhão/3º RI, sediado em Campos. Embarcou para a Itália, em novembro de 1944, onde foi transferido para o 11º RI, na função de Sargento-Auxiliar do 1º Pelotão de Fuzileiros da 1ª Companhia. Depois de cumprir várias missões, no dia 6 de março de 1945, o seu Pelotão foi designado para fazer uma patrulha visando obter informações, para o Comando do Regimento, sobre a linha em que o inimigo passou a ocupar. Sua função nessa Patrulha era a de esclarecedor, isto é, o “ponta” da Patrulha. Entrevistado em 19 de setembro de 2000 (Motta, 2001).

Ao longo da campanha, os oficiais da FEB começaram a usar o emblema do V Exército dos Estados Unidos na manga direita do uniforme. Essa prática, que inicialmente era restrita, foi posteriormente estendida aos soldados após o término das hostilidades, embora muitos já a adotassem de maneira informal. As faixas de serviço, costuradas horizontalmente nas mangas superiores ou inferiores, eram outro elemento visual presente em alguns uniformes. Elas representavam períodos de três meses de atuação no exterior. Em certos uniformes, podiam-se encontrar até três dessas faixas, embora sua utilização variava conforme critérios pouco rigorosos (Maximiano; Bonalume, 2011).

Antes mesmo do envio da Força Expedicionária Brasileira para o teatro europeu, a Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos (JBUSDC) determinou que os soldados brasileiros receberiam capacetes do modelo M1, fornecidos pelos Estados Unidos. Como resultado, foram estabelecidas normas específicas para a colocação de insígnias nos capacetes. Estabeleceu-se que distintivos de patente em tamanho reduzido, correspondendo a um quarto do tamanho padrão, deveriam ser aplicados na parte frontal do forro e da concha de aço dos capacetes. Na prática, no entanto, essas marcações foram geralmente feitas apenas após o término dos conflitos (Maximiano; Bonalume, 2011).

As insígnias foram inicialmente aplicadas com tinta branca, porém, devido à sua grande visibilidade nas linhas de frente, a cor foi mudada para azul, considerada menos notável à distância. Mesmo assim, é possível encontrar exemplares autênticos com os dois tipos de coloração, o que sugere que a aplicação das normas nem sempre foi rigorosa e consistente (Maximiano; Bonalume, 2011).

Alguns batalhões e unidades específicas foram autorizados a usar suas próprias marcas distintivas nos capacetes. Por exemplo, o 9º Batalhão de Engenharia de Combate usava um castelo azul estilizado no lado esquerdo do capacete, um símbolo tradicional da engenharia militar. Por sua vez, o Pelotão da Polícia Militar, que mais tarde foi ampliado para o nível de companhia, usava uma faixa vermelha ao redor do capacete, a bandeira do Brasil entre as letras “MP” na parte frontal e, no lado direito, um emblema delineado do V Exército dos Estados Unidos. Essas marcações eram feitas tanto nas conchas externas quanto nos forros (Maximiano; Bonalume, 2011).

Outras unidades também usaram insígnias próprias. A Companhia do Quartel-General divisional tinha a bandeira brasileira pintada na frente do capacete, e o 1º Batalhão Médico usava o símbolo da Cruz Vermelha em discos brancos, na parte frontal e na parte de trás. Além dessas exceções permitidas, não existia uma regulamentação oficial para a apresentação de outros símbolos nos capacetes da FEB. Mesmo assim, alguns soldados usaram emblemas como

o escudo BRASIL ou a figura da cobra fumando de maneira espontânea, embora a divisão nunca tenha reconhecido oficialmente essas representações (Maximiano; Bonalume, 2011).

As insígnias de patente, dispostas em um sistema visual fundamentado em estrelas bordadas e divisas tradicionais, representavam a hierarquia e a disciplina interna do Exército Brasileiro. Contudo, a guerra trouxe outras demandas. A supressão ou ocultação dessas insígnias nas linhas de frente evidencia como o campo de batalha reconfigurou os códigos visuais da hierarquia, subordinando-os à lógica da sobrevivência. Essa mudança do visível para o invisível evidencia a crescente discrepância entre o protocolo formal e a prática adaptativa da guerra moderna. Os oficiais que resistiram a essa mudança, por acreditarem na rigidez das distinções hierárquicas, revelam a permanência de uma cultura militar marcada por valores tradicionais.

A utilização do escudo BRASIL como símbolo nacional demonstra uma tentativa de padronização e consolidação da identidade nacional entre as forças armadas. Produzido em larga escala no Brasil e fornecido a todos os combatentes, o emblema servia como símbolo de identidade institucional e origem nacional. Mesmo assim, sua simbologia não despertou os sentimentos da tropa da mesma maneira que a insígnia não oficial da cobra fumando, introduzida em 1944. A incorporação dessa imagem, baseada em um provérbio popular e primeiramente empregada para expressar ceticismo quanto à participação brasileira no conflito, simbolizou um ato de reapropriação simbólica. A cobra fumando converteu o escárnio em emblema de coragem e, antes mesmo de ser oficialmente padronizada, foi prontamente adotada pelas tropas como um símbolo orgânico de identidade.

Essa adoção do emblema da cobra levou a conflitos internos, uma vez que, os soldados da linha de frente exigiam o uso exclusivo do símbolo como uma marca legítima do combatente, resistindo ao seu uso pelas unidades da retaguarda. Essa tensão destaca o significado simbólico dos emblemas militares que além de serem instrumentos de estruturação, representam expressões materiais de pertencimento, mérito e memória.

Os capacetes também refletiram as disputas simbólicas. Apesar de existir uma regulamentação para a utilização de insígnias de patente e certos distintivos funcionais como os empregados pelos batalhões de engenharia, polícia militar ou saúde, a realidade no campo de batalha revelou-se mais flexível e diversa. A utilização de tinta azul para diminuir a visibilidade das patentes e o adiamento da aplicação de insígnias nos capacetes até o término das hostilidades evidenciam que, durante o combate, o anonimato era uma tática de segurança.

Em 1942, o Exército Brasileiro empregava uma variedade de equipamentos de campo, muitos dos quais tinham designs baseados em modelos europeus da Primeira Guerra Mundial.

Apesar de alguns desses itens ainda serem considerados adequados para uso militar, decidiu-se modernizar o material para proporcionar uma maior uniformidade visual à Força Expedicionária Brasileira em comparação com os outros exércitos aliados. A decisão foi de adotar equipamentos baseados nos modelos empregados pelo Exército dos Estados Unidos, com amostras fornecidas pelos americanos e reproduzidas por indústrias brasileiras, principalmente situadas no estado de São Paulo (Maximiano; Bonalume, 2011).

De forma curiosa, em vez de adotar os modelos mais modernos disponíveis em 1943, o Exército Brasileiro fundamentou sua nova linha de equipamentos, denominada “NA”, em referência a “*North American*”, em componentes de design mais antigo, provenientes do período pré-guerra ou do início da Segunda Guerra Mundial, como a mochila norte-americana M1928 (*haversack*). Apenas verde-oliva era a classificação oficial da cor dos materiais de lona e teia, sem indicar tonalidades. Na prática, as amostras exibem uma ampla variação de cores, variando entre tons semelhantes ao *Olive Drab* n. 3 e n. 7 dos Estados Unidos, além de apresentar, em alguns casos, matizes acinzentados (Maximiano; Bonalume, 2011).

Os equipamentos brasileiros apresentavam semelhanças formais com os modelos norte-americanos, porém incluíam características distintas, como a utilização de fivelas no estilo britânico. Por exemplo, o cinto de pistola brasileiro possuía formato e dimensões parecidas com as do modelo M1936 dos EUA, porém utilizava fivelas semelhantes às do cinto de teia britânico *Pattern* 1937. Da mesma forma, os cintos de munição para fuzil eram semelhantes aos modelos americanos, mas empregavam fivelas de latão enegrecido (Maximiano; Bonalume, 2011).

Vários itens, como porta-cantis, bolsas musette e mochilas, exibiam a palavra BRASIL impressa em preto, conferindo ao equipamento uma identidade nacional. Esses itens eram reconhecidos por sua longevidade e robustez. Após a volta da FEB ao Brasil, diversos desses materiais foram incorporados novamente aos estoques do Exército, mantendo-se em uso durante a década de 1940. Contudo, atualmente são muito raros em acervos de museus ou coleções privadas, sendo vistos como alguns dos itens mais difíceis de localizar relacionados à FEB (Maximiano; Bonalume, 2011).

O equipamento NA era composto por cintos de pistola, cintos de munição para fuzil e metralhadora BAR, suspensórios, mochilas com extensão, bolsas para carne, bolsas musette, coldres e bolsas para carregadores de pistola M1911A1, coldres para revólveres calibre .45, cantis com suportes e bolsas de primeiros socorros. Kits de higiene pessoal também eram entregues em sacolas confeccionadas do mesmo material e igualmente marcadas com o nome BRASIL (Maximiano; Bonalume, 2011).

Soldados da infantaria e integrantes do corpo médico, recebiam kits completos, incluindo mochilas, cintos de munição, bolsas de primeiros socorros e cantis. Conforme suas respectivas funções, artilheiros, cavalarianos e oficiais usavam versões menores do equipamento, que incluíam cintos de pistola, bolsas de munição para carabina, coldres, suspensórios e bolsas musette (Maximiano; Bonalume, 2011).

Figura 37 - Senta a pua!



Fonte: Maximiano; Bujeiro, 2011

Na ilustração, nota-se, à esquerda, o 2º tenente piloto da 1ª Esquadra de Combate, em Pisa, fevereiro de 1945; ao centro, 1º tenente observador, da 1ª Esquadra de Ligação e Observação, em Suviana, fevereiro de 1945; e, médico do pelotão de espingardas, em março de 1945. Em cima, o emblema do 1º do Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, com a expressão “senta a pua” que significa algo como “ir com tudo”, “enfrentar com determinação”.

Ao analisar os padrões, modelos e processos de fabricação dos itens utilizados pelas tropas, percebe-se uma realidade contraditória. Enquanto havia a intenção de nacionalizar parte do material militar, conferindo-lhe uma identidade visual própria, essa iniciativa dependia

fortemente de modelos, amostras e padrões norte-americanos, que eram reproduzidos no país com adaptações mínimas.

Um exemplo desse paradoxo era o chamado equipamento NA (*North American*). Embora tenha sido um esforço para padronizar e atualizar os equipamentos brasileiros, sua base de referência não consistiu nos modelos mais recentes e tecnologicamente avançados que os Estados Unidos empregavam na época, mas sim em versões anteriores, como a mochila M1928 e outros acessórios do início do conflito. Isso indica não só uma falha técnica, mas também uma falta de visão estratégica por parte da administração militar do Brasil. A opção por modelos ultrapassados ou desatualizados pode ser vista como um reflexo de uma cultura institucional que replicava padrões externos sem uma análise crítica de sua adequação às demandas específicas da FEB.

Outra questão são as cores e acabamentos dos equipamentos. Apesar de existir diretriz para a utilização da cor verde-oliva, na prática, os materiais produzidos apresentaram uma grande variação tonal. Essa ausência de padronização evidencia os desafios internos da indústria, ao mesmo tempo que sinaliza a importância do imprevisto e da adaptabilidade na execução logística do conflito. Fivelas britânicas, cintos híbridos e variações de costura e tecido são características evidentes dessa produção nacional, embora ainda mantenha uma alta dependência de modelos estrangeiros.

A identificação dos itens com a palavra BRASIL, impressa em preto em mochilas, bolsas e cantis, apesar de simples, simbolizava um esforço para afirmar uma presença nacional no grupo. A inscrição direta do nome do país em objetos de uso cotidiano inseriu o combatente brasileiro em uma história de pertencimento que ia além da função técnica do equipamento. Apesar da padronização influenciada pelos modelos americanos, os soldados portavam um símbolo visual que os distinguia como brasileiros, uma expressão de nacionalismo material.

O General de Brigada Helio Richard⁴⁷, sobre os uniformes da FEB, pontuou que:

Saímos do Brasil sem levar uniforme apropriado, quer para o inverno, quer para o curso. Devido ao tempo de guerra, a ideia era de que deveríamos usar capacete, não nos permitindo levar o quepe. Em consequência, levamos um capacete de fibra antigo – eu não sei se os senhores conhecem ou conheceram esse capacete, que não é de guerra, mas, vamos dizer, de campanha. Nós o conservamos no fundo da mala, porque não havia como utilizá-lo, e, então,

⁴⁷ Subcomandante da Companhia de Transmissões (atualmente, Comunicações) da Força Expedicionária Brasileira, entrevistado em 25 de abril de 2000. Natural da cidade de Abaeté, Minas Gerais, pertence à turma de 1938 da Escola Militar do Realengo. Realizou o curso secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Durante a guerra, exerceu as funções de Subcomandante e Comandante da Companhia de Transmissões da Força Expedicionária Brasileira. Em 1949, formou-se em Engenharia de Comunicações, pela Escola Técnica do Exército (atual Instituto Militar de Engenharia-IME) (Motta, 2001).

inventamos um uniforme parecido com o deles, usando o chamado gorro sem pala (Richard *apud* Motta, 2001, p.171, tomo 1).

Esse depoimento evidencia a ausência de uniforme adequado para o clima frio e a proibição do uso do quepe. A “invenção” de um uniforme “parecido com o deles”, demonstra uma adaptação imposta que representa a tentativa da FEB de se integrar a um contexto bélico que não era originalmente seu, negociando até mesmo seus próprios símbolos de autoridade e tradição. Essa improvisação não deve ser interpretada apenas como uma restrição material, mas também como um indicativo da posição “periférica” do Brasil no contexto geopolítico e militar da Segunda Guerra Mundial.

O capacete “conservado no fundo da mala”, fora de uso, indica um ato de resistência simbólica, uma recusa silenciosa em deixar completamente para trás a cultura material militar brasileira, mesmo que não se adeque às demandas das operações europeias. Observa-se um conflito entre o costume militar nacional e o sistema logístico e simbólico estabelecido pela aliança com potências centrais.

As instruções sobre armamentos e uniformes foram repassadas quando chegaram à Itália, conforme Coronel Moacir Vêras⁴⁸:

Só fomos ter exercícios ligados diretamente à guerra ao chegar à Itália, porque o armamento era diferente e porque somente lá obtivemos informações sobre o inimigo, equipamento, uniforme etc. Permanecemos cerca de quarenta dias em Stafolli, onde ficava o Depósito da FEB, e lá recebemos instruções sobre armamento, minas, gases. Sobre uniformes e viaturas, aprendemos a estabelecer a diferença entre os dos inimigos e os nossos, os aliados. Considerei a preparação muito boa, principalmente esse contato com o novo armamento. Nós aqui, no Brasil, tínhamos armas ultrapassadas, algumas, ainda, da Primeira Guerra, e o nosso sistema de instrução, calcado na escola francesa, era completamente diferente (Vêras *apud* Motta, 2001, p.268, tomo 1).

O testemunho do Coronel Moacir Vêras enriquece a compreensão dos obstáculos enfrentados pela FEB, ao enfatizar que as orientações sobre armamentos e uniformes, além do contato com a realidade da guerra, só foram fornecidas após a chegada das tropas à Itália. Essa discrepância temporal e pedagógica evidencia uma diferença entre a formação realizada no Brasil, fundamentada em um modelo de ensino baseado na tradição francesa e em armamentos

⁴⁸ Natural da cidade de Fortaleza, Ceará, pertence à turma de novembro de 1944, da Escola Militar do Realengo. Na guerra, exerceu a função de Oficial de Manutenção e Auxiliar da Linha de Fogo da 2ª Bateria do III Grupo de Obuses da FEB. Apresentou-se como voluntário para a guerra ainda cadete, tendo sido designado para o Depósito de Reacompanhamento de Pessoal e, posteriormente, mandado integrar um dos Grupos da Artilharia Divisionária da 1ª DIE. Seu batismo de fogo ocorreu em Montese, em 17 de abril de 1945. Entrevistado em 4 de maio de 2000 (Motta, 2001).

ultrapassados, e as demandas práticas da guerra contemporânea, marcada pela tecnologia militar norte-americana e pelas necessidades operacionais do *front* europeu.

Véras destaca uma realidade ao declarar que somente em solo italiano foi possível aprender a diferenciar os uniformes e viaturas inimigas das aliadas. Isso indica que os soldados brasileiros foram enviados a um conflito de alta complexidade sem a preparação técnica e visual necessária para interpretar os sinais da guerra moderna. Nesse cenário, o uniforme vai além de sua função protetiva e desempenha um papel na interpretação do campo de batalha, atuando como um indicador de identidade e distinção entre amigo e inimigo. A falta dessa orientação prévia afeta tanto a eficácia da operação quanto a segurança das tropas.

A crítica implícita de Véras ao sistema de ensino militar brasileiro também evidencia um quadro de defasagem institucional, que impactava diretamente a capacitação das tropas e sua integração em uma estrutura de guerra multinacional. A presença de armamentos e equipamentos da Primeira Guerra Mundial, juntamente com a demora no acesso ao material bélico moderno, evidencia a fragilidade das condições materiais e doutrinárias.

De acordo com Abdias de Souza “houve escassez não só de materiais e munições como também de alimentos e de fardamentos”, assim tiveram “que fazer muita economia por causa disso” (Souza *apud* Motta, 2001, p. 181, tomo 2). Esse relato demonstra a precariedade estrutural e o estado de vulnerabilidade que obrigava os soldados a operarem constantemente no limite, em um estado de improviso, que marcava a resiliência dos combatentes, em meio a falta de planejamento.

“O apoio logístico prestado à tropa brasileira, no tocante ao fardamento, foi péssimo: não tínhamos um fardamento adequado para o clima que nós estávamos enfrentando” (Menezes *apud* Motta, 2001, p.226, tomo 2). Essa fala do Major José Maria da Costa Menezes⁴⁹ corrobora com o diagnóstico sobre a insuficiência estrutural das tropas da FEB. A inadequação do fardamento vai além do simples desconforto térmico, afetava a saúde, o desempenho operacional e o moral da tropa. Assim, complementa que o “fardamento era de brim. O americano, eu não sei por qual motivo, começou a nos fornecer um fardamento adequado,

⁴⁹ Natural da cidade de Recife, Pernambuco, onde sentou praça na 2ª Companhia de Guardas, em 1942. Em 1944, incorporou-se voluntariamente à Força Expedicionária Brasileira, sendo transferido para o 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio, com parada no Rio de Janeiro. Tomou parte em dois ataques ao Monte Castelo, nos dias 12 de dezembro de 1944 e 21 de fevereiro de 1945, sendo o primeiro brasileiro a atingir o cume da elevação. Recebeu as seguintes medalhas e condecorações, por sua participação na Segunda Guerra Mundial: Cruz de Combate 1ª Classe, por ato de bravura individual; Medalha de Campanha; e Medalha de Guerra. Presidente da Seção Regional da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, em Recife. Comandante de Grupo de Combate da 7ª Companhia de Fuzileiros do 1º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira, entrevistado em 23 de maio de 2000 (Motta, 2001).

blusão, calça de inverno forrada com lã, meias e galocha contra água...” (Menezes *apud* Motta, 2001, p.226, tomo 2).

Outro ponto relevante foi a confusão das tropas brasileiras com alemãs, como relata o Capitão Severino Gomes de Souza⁵⁰:

A nossa tropa não foi bem recebida pela população civil porque os nossos uniformes tinham muita semelhança com o uniforme alemão; o povo confundia, achava até que nós éramos prisioneiros dos americanos porque o nosso fardamento era de lã cinza, da cor do fardamento alemão. Vociferavam, gritavam, vaiavam e alguns até nos cuspiam... Só muito depois é que eles foram, aos poucos, conhecendo a nossa tropa. O V Exército providenciou uma complementação do uniforme, passamos a usar jaquetas americanas de cor cáqui, aí acabou esse mal-estar (Souza *apud* Motta, 2001, p.237, tomo 2).

Esse trecho evidencia a influência da aparência visual da tropa nas percepções da população civil europeia. A semelhança do uniforme brasileiro de lã cinza com os trajes das tropas alemãs gerou reações hostis dos italianos, que chegaram a confundir as pracinhas com prisioneiros de guerra nazistas, expondo os soldados a constrangimentos. A hostilidade dos habitantes locais refletia as deficiências na criação de uma imagem militar coerente e única da FEB. A situação só foi parcialmente resolvida com a intervenção do V Exército, que providenciou a substituição parcial dos uniformes por jaquetas cáqui americanas. Isso evidenciou mais uma vez a dependência material da FEB em relação aos EUA.

A confusão recorrente, por parte da população civil, entre soldados da FEB e tropas alemãs, era evidenciada em diversos depoimentos. De acordo com Vicente Gratiagliano⁵¹ “os italianos começaram a atirar pedras em nós. Pensava que éramos alemães, porque o nosso fardamento tinha quase a mesma cor do uniforme dos alemães” (Gratiagliano *apud* Motta, 2001, p.283, tomo 3). O Capitão Enéas de Sá Araújo⁵² também declarou que “os italianos, que

⁵⁰ Natural da cidade de Baixa Verde, Rio Grande do Norte, foi incorporado ao 31o Batalhão de Caçadores, transformado, em seguida, no 16º Regimento de Infantaria, na cidade de Natal, em 1941. Na Força Expedicionária Brasileira, serviu como Terceiro-Sargento no 1o Pelotão da 2ª Companhia do I Batalhão do Regimento Sampaio (1º RI). Participou do ataque a Monte Castelo do dia 29 de novembro de 1944, tendo desempenhado, nessa ocasião, as funções de Comandante de Grupo de Combate e a de Comandante de Pelotão. Na fase da Defensiva-Agressiva, na época do inverno, realizou patrulhas de combate e de reconhecimento tendo atuado, também, como Sargento-Orientador de Pelotão. Participou da ação que resultou na tomada de Monte Castelo. Entrevistado em 24 de maio de 2000 (Motta, 2001).

⁵¹ É paulista da capital. Fez a guerra como soldado fuzileiro atirador da 1a Companhia, I Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Por sua participação na Segunda Guerra Mundial recebeu as seguintes condecorações: Cruz de Combate de 1ª Classe, Medalha de Campanha e a Silver Star, do Exército dos Estados Unidos. Entrevistado em 12 de setembro de 2000 (Motta, 2001).

⁵² É natural de Caçapava, São Paulo, também conhecida como “Cidade Simpatia”. Nascido em 27 de janeiro de 1924. Por sua participação na Segunda Guerra Mundial, foi condecorado com as Medalhas de Campanha, Medalha de Guerra e Sangue do Brasil por ter sido ferido em combate. Comandante de Grupo de Combate da 5ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, entrevistado em 31 de maio de 2000 (Motta, 2001).

estavam por ali, achavam que éramos prisioneiros dos americanos, porque o nosso fardamento era semelhante ao dos alemães, só as platinas eram diferentes” (Araújo *apud* Motta, 2001, p.98, tomo 3).

A semelhança nas cores e tecidos dos uniformes brasileiros e alemães, que eram verdes e cinza (ou verde acinzentado), gerou não só hostilidade, vaias e agressões por parte da população civil, mas também situações de perigo com os aliados, como no incidente em que um soldado brasileiro foi atingido por um americano, justamente por causa da confusão causada pela coloração do uniforme. Esses depoimentos reforçam que, no caso da FEB, a função simbólica do uniforme assegurar visibilidade, identificação e pertencimento a uma força específica foi seriamente afetada.

Lá na Itália, incorporados ao V Exército, a gente pode sentir o problema da cor do fardamento e da qualidade do tecido. Não sei por que cargas d’água se entende – ou se entendia na época – que o corpo de um tenente seria diferente de um corpo de um soldado, de um sargento, de um cabo. O oficial tinha o uniforme de uma lã mais pura e o soldado de uma lã mais ordinária; as cores também eram mais firmes nos fardamentos dos oficiais. Quando chegamos à Itália sentiu-se primeiro a diferença da cor; houve incidentes por causa do nosso fardamento. Um soldado nosso foi ferido por um americano num combate nas proximidades de Belvedere: estavam justapostas as tropas americanas e as brasileiras e, por equívoco, um americano atirou num soldado brasileiro pela cor do uniforme. O V Exército procurou superar essa dificuldade fornecendo uniformes, jaquetas e até o que nós chamamos normalmente aqui no Brasil de “jardineiras” – macacões com suspensórios – para que nós usássemos como proteção durante o inverno. Diminuiu a diferença (Souza *apud* Motta, 2001, p.245, tomo 2).

Esse trecho pontua a questão das diferenças hierárquicas entre os uniformes dos oficiais e dos soldados dentro da corporação, em que o fardamento marca o status e a identificação. Além disso, a cor do tecido foi um fator para um incidente, no qual um soldado brasileiro foi alvejado por um americano. A ausência de padronização visual representava uma falha logística e uma ameaça aos combatentes. A tentativa subsequente do V Exército de uniformizar os trajes, disponibilizando jaquetas, jardineiras e outros tipos de vestuário adaptados ao clima europeu, se mostra como uma retificação tardia de um erro que já havia comprometido a segurança e a eficácia da tropa.

O doutor Rigoberto de Souza⁵³ também informou que “o fardamento trouxe alguns problemas devido à semelhança com o do Exército alemão, tanto na cor como no tecido”

⁵³ Natural da cidade de Pombal, Estado da Paraíba. Pertenceu, na guerra, ao 11º Regimento de Infantaria, tendo exercido suas funções na Companhia de Canhões Anticarros. Entrevistado em 25 de setembro de 2000 (Motta, 2001).

(Souza *apud* Motta, 2001, p.303, tomo 2). Também afirmou que sofreu com o inverno europeu, chuva, frio intenso, neve e lama (Souza *apud* Motta, 2001). Essas passagens evidenciam o quanto foi difícil o processo de adaptação ao clima e os problemas enfrentados com relação aos uniformes.

A declaração do Tenente-Coronel Alírio Granja⁵⁴ reforça o despreparo logístico diante da realidade da Segunda Guerra Mundial. A atuação militar brasileira foi marcada por uma falta de estrutura, improvisos e carências materiais.

Para enfrentar aquele inverno rigoroso o fardamento era de baixíssima qualidade, mal feito, pesado e volumoso, de uma lã precaríssima e agravado ainda pela semelhança com o uniforme do alemão. Era um verde azulado e tipo túnica com bolso, igual ao do alemão. Era obrigatório ter-se uma jaqueta, uma coisa qualquer, que depois foi distribuída para diferenciar e até mesmo para proteger. Também, recebemos luvas; famílias brasileiras daqui mandavam aqueles gorros com tapa orelha tipo “ninja”, que deixam os olhos à mostra. Isso foi distribuído para o pessoal e foi o que nos salvou no inverno. A queda das primeiras nevascas produziu intensa euforia pela novidade, mas a seguir o rigor do frio fez sentir o seu efeito e veio o desespero. Os nossos coturnos foram-se desmanchando com a umidade do inverno e consequente sofrimento. Temos que analisar com realismo: o nosso homem estava completamente desambientado àquele tipo de clima, a não ser o gaúcho, e catarinense; o do Sul de um modo geral. O meu Pelotão, particularmente era de nordestinos, e o pessoal se adaptou e fez coisas que a gente nem acreditava. O soldado brasileiro parece um lagarto que muda de cor; adapta-se às circunstâncias (Granja *apud* Motta, 2001, p.330, tomo 4).

A semelhança entre os uniformes brasileiro e alemão, como observado em citações anteriores, era um fator agravante, pois pode causar confusão no campo de batalha, inclusive entre civis e forças aliadas. O trecho indica que o uniforme brasileiro, de cor verde azulado e corte parecido com o modelo alemão, gerou uma demanda urgente por diferenciação visual, resultando na distribuição posterior de jaquetas e outros acessórios.

Outro aspecto relevante do relato, Granja informa sobre o envio de gorros por famílias brasileiras. Esse ato demonstra como a guerra mobilizou recursos além da estrutura oficial, mobilizando redes de suporte familiar. O caráter improvisado da proteção contra o frio, incluindo o uso de acessórios não padronizados como gorros “tipo ninja”, indica que a sobrevivência dos soldados dependia, em certa medida, de iniciativas fora da estrutura militar, evidenciando as limitações da institucionalidade bélica brasileira na época.

⁵⁴ Natural da Cidade de São Luiz de Cáceres, Mato Grosso, pertence à turma de 4 de novembro de 1944 da Escola Militar do Realengo. Apresentou-se voluntário para a guerra, onde exerceu a função de Comandante de Pelotão de Fuzileiros da 8ª Companhia do Regimento Sampaio – 1º RI. Após a Segunda Guerra Mundial, frequentou o curso de paraquedista, no *Fort Benning*, Geórgia, nos Estados Unidos. Entrevistado em 3 de agosto de 2000 (Motta, 2001)

A menção à resistência e habilidade de adaptação do soldado brasileiro, particularmente dos nordestinos do pelotão de Granja, também se torna ponto chave no relato. Apesar das dificuldades materiais e climáticas, o depoente exalta a força dos combatentes, comparando-os a “lagartos que mudam de cor”. Essa metáfora, enaltece a adaptabilidade e a resistência do soldado.

O Tenente-Coronel Alírio Granja expôs que sofreram “muita influência em contato com outras tropas, principalmente a americana, propiciando modificação no uniforme” (Granja *apud* Motta, 2001, p. 339, tomo 4). Essa fala indica um processo de apropriação e adaptação cultural dentro da própria estrutura militar, expondo a flexibilidade das identidades nacionais diante das influências estrangeiras.

Essas questões relativas ao uniforme da FEB iniciaram ainda no processo de fabricação das peças, como menciona o Major Ruy de Oliveira Fonseca⁵⁵, “o Brasil, infelizmente, não teve tempo de mobilizar as indústrias. Então ele comprou o que tinha no mercado” (Fonseca *apud* Motta, 2001, p.261, tomo 5). Apesar dos esforços do Presidente Getúlio Dornelles Vargas⁵⁶ para fomentar o parque industrial nacional, a indústria brasileira ainda era incipiente na década de 1940. A guerra poderia funcionar como um catalisador, mas a mobilização industrial exigia tempo, investimentos e planejamento, além da articulação entre Estado, forças armadas e indústria. Nesse contexto, recorreu-se ao comércio, a exemplo das casas Moraes Alves e Roque Gagliano:

A Casa Moraes Alves, que era de uniformes militares, foi quem fabricou as camisas. Fabricava os uniformes. As costureiras se viraram, e, em uma semana, faziam um uniforme. Além da Moraes Alves, tinha aquela Roque Gagliano, que era uma outra casa que vendia uniforme (Fonseca *apud* Motta, 2001, p.261, tomo 5).

⁵⁵ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Cursou o Seminário São José, no Rio de Janeiro, durante seis anos. Formou-se pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ) em 1938, quando foi declarado Aspirante-a-oficial R/2 da Arma de Infantaria. Realizou, durante a sua carreira, como oficial, o curso de Formação da Escola Militar (COR), no CPOR, de 1946 a 1949. Na FEB, foi classificado, inicialmente, no Depósito de Pessoal, sendo designado, em seguida, Comandante do Pelotão de Petrechos da 4ª Companhia do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, onde permaneceu durante toda a campanha. Entrevistado em 30 de agosto de 2000 (Motta, 2001).

⁵⁶ Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório em 3 de novembro de 1930. Com a promulgação da Constituição de 1934, foi eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte. Em 10 de novembro de 1937 anunciou a dissolução do Congresso e outorgou nova Carta, dando início ao Estado Novo. Governou o país até ser deposto, em 29 de outubro de 1945. Nesse período, diversas leis trabalhistas mudaram o cenário social do trabalhador brasileiro. Foram criados, também, os ministérios da Educação e Saúde Pública, da Agricultura, e do Trabalho, Indústria e Comércio. Fonte: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/103-getulio-vargas>

Ao mencionar a Casa Moraes Alves e a Roque Gagliano, ambas empresas especializadas na venda de uniformes militares, o relato evidencia a necessidade das Forças Armadas brasileiras de recorrer a redes civis existentes para atender a uma demanda urgente. Além disso, o papel das costureiras, que se adaptaram para fazer uniformes em apenas uma semana, demonstra o caráter improvisado e artesanal da mobilização nacional.

Em relação ao próprio uniforme usado em campo, o Major Fonseca destacou que era “de lã, e por cima dele, um uniforme meio cáqui, que por dentro, era de lã e por fora era de um tecido no qual a água não pegava. Ele recebia água, parecia que molhava, mas a água não passava para dentro” (Fonseca *apud* Motta, 2001, p.261, tomo 5). E complementa que:

Ele tinha um calção, daqueles com uma braguilha de fecho éclair e com elástico na cintura, e uma blusa igual do mesmo material. Pelo menos a minha Companhia possuía esse tipo de abrigo. Tínhamos meias de lã, lã grossa, o combat boot, ou uma botina no caso do soldado, e, por cima, uma galocha que vinha até o meio da canela. Essa galocha era de material leve e não entrava água de jeito algum. Eu me lembro bem da minha. Não entrava água.... Todo mundo tinha esta roupa (Fonseca *apud* Motta, 2001, p.261, tomo 5).

Contudo os calçados, segundo Major Fonseca, poderiam ficar desconfortáveis. A botina ficava rígida no inverno e machucava os pés. Para tentar minimizar o problema eles colocavam meias, sapatilha de lã que se parecia com um sapato mocassim, além de jornal com palha de trigo dentro da galocha. Assim, ele pontua que os outros comentavam que os brasileiros quase não tiveram “pé-de-trincheira”, que era o congelamento dos pés, por causa dessas práticas que eles tinham que eles tinham (Fonseca *apud* Motta, 2001).

A análise dos uniformes da FEB, particularmente no âmbito do Plano de Uniformes ratificado pelo decreto de 20 de março de 1944, possibilita entender que a determinação do vestuário militar por uma questão logística e política influenciou a preparação do Brasil para sua participação na Segunda Guerra Mundial.

O regulamento visava proporcionar uma sensação de racionalidade e controle sobre o aparato bélico brasileiro ao estabelecer padrões, detalhar peças, definir usos e permitir exceções com autorização do comando.

No entanto, embora o Plano apresente um detalhamento minucioso, percebe-se que a experiência dos militares da FEB foi caracterizada por improvisações, lacunas e contradições. A existência de dispositivos que previam a substituição de peças por modelos já estocados, além da permissão para uso de uniformes fora dos padrões estabelecidos, indica uma discrepância entre a normativa estatal e a realidade das operações.

As “disposições transitórias”, por exemplo, não só exemplificam o desafio de atualizar os estoques e produzir fardamentos em tempo adequado, como também destacam a persistência de elementos materiais de períodos anteriores, cuja simbologia e funcionalidade nem sempre estavam em conformidade com as demandas da campanha.

A incorporação do padrão norte-americano, perceptível tanto na estética quanto nos materiais e acessórios, não ocorreu apenas por praticidade ou influência logística, mas também inseriu o Brasil em uma dinâmica de subordinação cultural e operacional em relação à potência hegemônica do conflito. Paralelamente, a tentativa de manter elementos nacionais, como o uso do verde-oliva e insígnias do Exército Brasileiro, demonstra o esforço para estabelecer uma identidade militar própria, mesmo diante das tensões geradas pelo contexto da guerra e pelas restrições estruturais do país.

4.2. “GAFANHOTOS DE VERDE-OLIVA”⁵⁷: AS ENFERMEIRAS DA FEB

O quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército foi criado a partir do decreto-lei n. 6.097, de 13 de dezembro de 1943, no qual ficava criado no Serviço de Saúde do Exército e entraria em vigor na data de publicação. No decorrer da mobilização nacional para a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro estabeleceu oficialmente um grupo de 67 enfermeiras da reserva, escolhidas e preparadas especificamente para fazer parte da Força Expedicionária Brasileira.

Figura 38 - Alunas do Curso de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército em treinamento



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

⁵⁷ Fala da Major Elza Cansanção Medeiros que atuou como enfermeira da FEB.

Este grupo partiu para a linha de frente na Itália no dia 7 de julho de 1944, retornando ao Brasil somente após o término da guerra. As enfermeiras, devidamente capacitadas e vestindo uniformes militares, exerceram papéis fundamentais no atendimento a soldados feridos e a todos os que sofreram com os horrores da guerra (Bernardes, 2019).

Uma comissão composta por personalidades proeminentes, incluindo Darcy Vargas, esposa do presidente da República na época, e Santinha Dutra, esposa do Ministro da Guerra, foi responsável por estabelecer os uniformes para as enfermeiras da FEB. No entanto, os trajes selecionados não atenderam às expectativas das profissionais de saúde. As cinco primeiras enfermeiras partiram para o exterior sem os uniformes padronizados, pois o envio do contingente foi apressado (Hubert, 2020).

Nos primeiros vinte dias de atividade, usaram uniformes verde-oliva, que se revelaram impróprios para as tarefas executadas. Após negociações entre representantes do Brasil e dos Estados Unidos, ficou decidido que as enfermeiras usariam o uniforme de verão do exército americano, mantendo o uniforme de passeio na cor verde-oliva brasileira. Essa ação tinha como objetivo responder às críticas iniciais e apresentar uma opção viável. Mesmo assim, as roupas fornecidas inicialmente não eram adequadas para o clima europeu, o que levou o exército americano a fornecer peças mais apropriadas para as condições locais (Hubert, 2020).

Figura 39 - Enfermeira Lúcia Osório com o uniforme oficial criado para as enfermeiras da FEB



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, s.d

As imagens apresentam a enfermeira Lúcia Osório em momento anterior ao embarque para o teatro de operações na Itália. Os registros foram feitos na Escola de Educação Física do Exército, localizada na Fortaleza de São João, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro e possibilitam a identificação de um uniforme de gabardine criado especialmente para o corpo feminino de enfermagem da FEB (Bernardes *et al.* 2019).

A enfermeira possuía um quepe, no qual, ao centro, havia um emblema referente ao brasão do Exército Brasileiro. O uniforme era formado por uma jaqueta ajustada com cinto, camisa com gravata e saia. O casaco de mangas longas possuía abotoamento frontal com quatro botões escuros de maior dimensão e conta com quatro bolsos externos com pestanas, fechados por botões pretos menores, sendo os superiores de menor tamanho em relação aos inferiores (Bernardes *et al.* 2019).

No braço esquerdo, na região do ombro, existia uma braçadeira com a identificação do país de origem em letras maiúsculas, as luvas parecem de couro, além dos emblemas aplicados nas pestanas do casaco e uma estrela no centro superior de cada ombro completam o conjunto (Bernardes *et al.* 2019).

O uniforme completo das enfermeiras da FEB foi confeccionado inteiramente em gabardine de cor verde-oliva. Uma jaqueta, camisa de botões, gravata, cinto, saia-calça, ou, em vez disso, saia ou calça, juntamente com uma bolsa de couro a tiracolo, faziam parte desse traje. O quepe, ostentando o brasão do Exército Brasileiro, poderia ser substituído por uma boina de estilo escocês. Os sapatos de couro e, ocasionalmente, botas, completavam o conjunto (Hubert, 2020).

Enquanto desempenhavam suas funções nos hospitais de campanha, elas usavam um vestido transpassado feito de tecido anarruga. Esse material foi escolhido por sua praticidade, pois seca rapidamente e não requer o uso de ferro de passar. O vestido tinha um padrão listrado em branco com faixas marrons e apresentava um pequeno bolso no lado direito, na altura do quadril. O fechamento interno era realizado de forma simples, utilizando um alfinete (Hubert, 2020).

O uniforme usado por elas ia além da sua utilidade prática e tinha um caráter simbólico, funcionando como um indicador visual de pertencimento e identidade. Nesse contexto, os trajes militares atuavam como símbolos que espelhavam construções socioculturais e dinâmicas de poder, além de representarem materialmente a presença feminina em um ambiente tipicamente masculino, como o teatro de operações militares (Bernardes, 2019).

De acordo com a Major Elza Cansanção Medeiros⁵⁸, elas usavam “macacão verde-oliva de manga curta, camisa de tricolina de manga comprida ultrapassando as mangas do macacão, gravata, quepe, cinto de guarnição, cantil e bornal” (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.280, tomo 5). Observa-se que essa indumentária não apenas conferia às enfermeiras uma aparência militarizada, como também operava simbolicamente na construção de uma identidade visual.

Figura 40 - Enfermeira Elza Cansanção ao lado de sua mãe Aristheia antes de embarcar para a Itália



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, s.d.

O uso deste uniforme refletia um processo de controle do corpo feminino, ajustando-o aos padrões visuais e normativos das forças armadas, enquanto legitimava sua presença em um ambiente de trabalho majoritariamente masculino. Desse modo, a Major Elza Medeiros desabafa que pareciam “verdadeiros gafanhotos de verde-oliva” (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.280-281, tomo 5), o que sugere não só um desconforto estético, mas também uma sensação de estranhamento quanto à maneira como foram vestidas e, conseqüentemente, incorporadas à lógica militar. As críticas continuam apontando que:

Os absurdos foram tão grandes que pelo enxoval do Exército até as nossas calcinhas e sutiãs tinham que ser verde-oliva, o que não tinha a menor razão de ser. Embora o Coronel Marcos Porto já tivesse alertado sobre como teria de ser feito, insistiram mesmo assim em não fazer como ele sugerira. O uniforme de serviço que nos foi destinado aqui no Brasil era um vestido de

⁵⁸ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Formou-se pela Escola da Cruz Vermelha Brasileira em 1942. Voluntária para a guerra, em abril de 1943, integrou a 1ª turma do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, ministrado pela Diretoria de Saúde. Nomeada Enfermeira de 3ª Classe em abril de 1944, foi convocada para servir na Itália. Embarcou, com o Destacamento Precursor de Saúde, chegando a Nápoles em julho de 1944. Em agosto, deu-se a sua arvoreação ao posto de 2º Tenente. Na Itália, foi Enfermeira-Chefe da equipe brasileira do 7º Hospital de Evacuação. Um ano após sua arvoreação, foi promovida à Enfermeira de 1ª Classe. Entrevistada em 14 de setembro de 2000 (Motta, 2001).

morim, todo abotoado, com um avental cheio de pregas com peitilho engomado. Na cabeça, um pano amarrado em formato de meia-lua (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.281, tomo 5).

Esse trecho evidencia o desconforto com os uniformes das enfermeiras, mas também o nível de controle simbólico e estético imposto às mulheres da FEB. O imperativo da cor verde-oliva para peças íntimas, como calcinhas e sutiãs, simboliza o auge de uma política de padronização que chegou ao absurdo, transformando o corpo feminino em um território a ser militarizado até em seus aspectos mais íntimos.

O uniforme de serviço composto pelo vestido de morim, que era um tecido simples e fino, com avental e o pano amarrado na cabeça, revela uma tentativa de reforçar o ideal de feminilidade e de domésticas. Esses itens remetem a um visual que mescla disciplinamento militar e estetização da mulher submissa e útil.

Essa questão se torna ainda mais evidente quando as brasileiras chegam à Itália e deparam com os uniformes das enfermeiras norte-americanas, práticos, funcionais, laváveis e adequados ao cotidiano em zona de combate. A recomendação do Coronel Marcos Porto foi de ocultar os uniformes brasileiros e usar os americanos:

Quando chegamos à Itália e vimos os uniformes listradinhos das americanas, chamamos o Coronel Marcos Porto e mostramos a ele. Perto do uniforme delas, nossas roupas eram horrorosas. Ele então recomendou que escondêssemos nossos uniformes e dissêssemos que não os levávamos, que chegariam mais tarde juntamente com a bagagem. Providenciou, então, para que recebêssemos uniformes americanos, que passamos a usar em lugar dos que nos foram entregues aqui no Brasil. Era um vestido transpassado de fibra sintética sem nenhum botão e que podia ser lavado na máquina. Batia, lavava, pendurava e cinco minutos depois já era possível vesti-lo, totalmente funcional (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.281, tomo 5).

Assim, percebe-se a insuficiência material e simbólica dos uniformes destinados às enfermeiras brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, destacando a discrepância entre a realidade do campo de batalha e as medidas adotadas pelo Exército no Brasil. A comparação direta com os uniformes das enfermeiras americanas, mais funcionais, higiênicos, práticos e adaptados à dinâmica do *front*, evidencia a falta de planejamento técnico e sensibilidade institucional do comando militar brasileiro em relação às particularidades do trabalho feminino em situação de guerra.

Segundo a Major Elza Medeiros, sempre que o hospital mudava de cidade, a primeira instalação era um salão de beleza, mantendo-se a vida social o mais normal possível e estimulada pelos americanos, o que marca a importância da aparência das enfermeiras e a

apresentação pessoal como parte de uma imagem de eficiência. “A enfermeira não podia andar desarrumada. Sem exageros, mas maquiada, o cabelo permanentemente penteado. Nada de cara de doente. De doente bastavam os feridos” (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.289, tomo 5).

Essa exigência estética de maquiagem leve, cabelo sempre arrumado, aparência saudável, demonstra o controle sobre os corpos femininos e suas expressões visuais em um ambiente predominantemente masculino. Um esforço para desvincular a imagem da enfermeira da fragilidade, associando-a a um padrão de ordem, cuidado e beleza estabelecido.

Outro episódio envolvendo os uniformes das enfermeiras, foi quando os alemães represaram o Rio Arno até que as comportas estouraram. Muitas pessoas morreram na correnteza, somado a destruição da vegetação e de casas. Nesse evento a Major Elza Medeiros afirma que ficou “com uma calça de pijama e calça verde-oliva e mais nada” (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.290, tomo 5). Quando foram realocadas para um novo alojamento, aproximadamente meia hora depois da enchente, as americanas já contavam com uniformes limpos, enquanto as brasileiras não tinham o que vestir. (Medeiros *apud* Motta, 2001, tomo 5). Ela complementa que:

Dois dias depois, quando voltamos para procurar outras coisas, nada encontramos. Minha mala estava flutuando. Quando abri o fecho éclair da mala, a única coisa sã e salva lá dentro era uma cobrinha d’água verde. A roupa tinha encolhido e fiquei sem ter o que vestir, estava tudo dentro d’água. Tentei vestir minha farda, mas não passou da metade do braço, porque o material não era de boa qualidade (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.290, tomo 5).

O fato da Major Elza Medeiros tentar colocar sua farda molhada, mas constata que ela não chega nem à metade do braço devido à má qualidade do material, reforça a crítica anterior em relação aos uniformes, eles não eram apenas feios ou esteticamente inadequados, mas também ineficientes e indignos como vestimenta militar.

Diante desse caso, como não tinha reposição do uniforme, ela teve que se dirigir a cantina a americana e comprar um uniforme americano por trezentos mil réis.

Como o uniforme não tinha reposição, fui para a cantina americana e comprei uniforme americano. Aliás, voltei para o Brasil com a farda americana. Tanto que depois o General Falconière me mandou para Livorno fazer fardas. Só que me cobraram um conto e quinhentos, e como eu ganhava setecentos e cinquenta mil réis, deixei a farda para lá, não a trouxe. Comprei por trezentos mil réis o uniforme americano e o coronel de intendência lá de Livorno me deram uma jaqueta verde-oliva de couro. Quanto às outras enfermeiras, cada uma se virou como pôde, comprando. Algumas tiveram a sorte de conseguir entrar na farda depois, mas a minha não coube de jeito algum. Enquanto isso,

o apoio administrativo americano era perfeito (Medeiros *apud* Motta, 2001, p.290, tomo 5).

A perda de bens, a falta de reposição por parte do Exército Brasileiro e a necessidade de recorrer aos suprimentos norte-americanos evidenciam a fragilidade do sistema de intendência nacional. A volta dela ao Brasil com um uniforme americano simboliza o apagamento da identidade nacional durante a experiência bélica. Em vez de representar pertencimento institucional, o traje acaba evidenciando a falta de políticas eficazes de acolhimento e suporte. Nesse contexto, a mudança de uniforme foi imposta, não voluntária, acontece por necessidade, em razão da ineficiência e do descaso. E, em um desfecho irônico, mesmo sendo designada para costurar fardas em Livorno, a oficial não consegue pagar pela sua própria roupa oficial.

A Capitã Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero⁵⁹ declarou que, juntamente com Antonieta Ferreira, Carmem Bebian, Elza Cansanção Medeiros, Inácia Melo e Braga, foram apresentadas como Enfermeiras de 3ª Classe pelo seu chefe, Major Ernestino, ao Coronel Emanuel Marques Porto, Chefe do Serviço de Saúde da FEB. O Coronel Marques Porto, então, determinou que usassem as estrelas do posto de 2º Tenente no uniforme gabardine verde-oliva. Essa medida foi aprovada pelo General João Baptista Mascarenhas de Moraes no boletim n.9 da FEB. Essa medida permitia que compartilhassem do âmbito das enfermeiras americanas (Portocarrero *apud* Motta, 2001).

Esse ponto revela uma tentativa de inserir o corpo feminino militar em um espaço de equivalência diante das militares norte-americanas. Trata-se de uma concessão de prestígio por meio da vestimenta e da insígnia como marca hierárquica. A incorporação das estrelas de 2º Tenente nos uniformes de gabardine verde-oliva não era apenas uma mudança estética ou formal, mas funcionava como um mecanismo de reconhecimento institucional.

⁵⁹ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Apresentou-se voluntária para a FEB, na Diretoria de Saúde do Exército, no prédio do então Ministério de Guerra, hoje Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro. Realizou Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, de janeiro a abril de 1944, sendo convocada como Enfermeira de 3ª Classe. Em junho de 1944 seguiu, via área, para a Itália, vindo a servir nos hospitais americanos, na Seção brasileira. Em agosto, por determinação do Comandante da FEB, junto com as demais companheiras enfermeiras, foi arvorada ao posto de 2º Tenente. Entrevistada em 13 de dezembro de 2000 (Motta, 2001).

Figura 41 - Virgínia Portocarrero com fardamento da FEB



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2010

Outra questão apresentada pela Capitã Virgínia Portocarrero foi em relação aos uniformes de serviço e as roupas íntimas que foram determinadas para que se levassem. Quando partiram do Brasil, ainda não haviam recebido os uniformes de serviço e tiveram que trabalhar com o uniforme verde-oliva, que era composto de saia-calça de brim, camisa e gravata, não sendo apropriado para o calor intenso da Itália em julho (Portocarrero *apud* Motta, 001).

Os uniformes de serviço chegaram com vinte dias de atraso, sendo um vestido tubinho, um avental bem franzido com enormes bolsos e um pano triangular para amarrar na cabeça, todas as peças em algodão na cor chumbo escuro, que não atendiam ao tamanho correto de seus corpos. Na declaração de Portocarrero “os uniformes pareciam verdadeiros espantalhos”

(Portocarrero *apud* Motta, 2001, p.262, tomo 6). A crítica aprofunda a questão da má adaptação das roupas aos corpos das enfermeiras, o descuido com o caimento e a estética. Além disso, observa-se novamente o arquétipo da dona de casa ou da cuidadora doméstica.

Como resultado a essa problemática, ficou acordado que:

Após entendimentos entre o Coronel Marques Porto, que nos fez a entrega dos uniformes, e o Major Ernestino, nosso chefe, e os dois com o Coronel Wood, chefe americano e a Enfermeira-Chefe, Capitã Miss Parkson, ficou decidido que usaríamos o uniforme de verão americano com as insígnias brasileiras. Em passeio, só nos seria permitido o uso do uniforme brasileiro verde-oliva (Portocarrero *apud* Motta, 2001, p.262, tomo 6).

Essa situação evidencia o resultado das negociações entre autoridades brasileiras e militares dos Estados Unidos sobre o uso de uniformes pelas enfermeiras da FEB. Assim, foi determinado que, durante o serviço, seria utilizado o uniforme de verão do Exército dos EUA, com as insígnias brasileiras adicionadas. Já nas ocasiões de passeio, o uso seria limitado ao uniforme nacional verde-oliva.

Figura 42 - Virgínia e enfermeiras em frente à ambulância alemã



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, s.d.

Na imagem, três enfermeiras brasileiras estão posicionadas ao lado de equipamentos de origem alemã, com ambulâncias ao fundo exibindo uma cruz, símbolo da Cruz Vermelha Internacional. O registro mostra a variedade de trajes usados por essas profissionais, cada um adequado a diferentes contextos e funções no dia a dia do serviço de saúde em tempos de guerra (Oliveira, 2024).

Da esquerda para a direita, vê-se Helena Ramos, filha de um almirante da Marinha, usando um uniforme de passeio feito de gabardine. No centro, encontra-se Altamira Pereira Valadares, trajando um uniforme de lã, complementado por um turbante. À direita, Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero é vista com o uniforme de serviço, adequado para as atividades práticas realizadas no contexto hospitalar e de atendimento médico (Oliveira, 2024).

As roupas íntimas também foram criticadas pela Capitã Virgínia Portocarrero, visto que as peças foram padronizadas com locais de compra determinados, não sendo permitido que levassem as de uso normal e diário que utilizavam no Brasil (Portocarrero *apud* Motta, 2001). Essa situação de desconforto foi relatada na seguinte passagem:

Nos hospitais americanos, o banho era feito em uma enorme barraca dividida em boxes abertos e em conjunto com as americanas, que desfilavam com suas roupinhas de látex iguais às que usávamos no Brasil, mas que não nos fora permitido levar para a Europa. Como não nos sentíamos com coragem de enfrentar o vexame de exibir as calcinhas de malha de algodão, que desciam abaixo dos joelhos e os sutiãs verde-oliva e para não nos desmoralizarmos, passamos a tomar o banho à noite, quando não mais funcionava a água quente e as luzes dos banheiros estavam apagadas. Dessa forma, perdíamos a oportunidade de usufruir o rico e farto material fornecido como sabonetes cheirosos, os xampus e outros artigos. Aproveitávamos o momento para lavar a nossa roupa íntima, nas máquinas de lavar roupa existentes no banheiro do hospital. Havia empregadas italianas que se incumbiam de lavar e passar as roupas, entregando-as nas tendas em troca de uma gorjeta. Também essa mordomia perdemos. Nosso problema só foi resolvido, quando fizemos camaradagem com as companheiras americanas que nos levaram às suas cantinas para fazermos um estoque de roupas íntimas (Portocarrero *apud* Motta, 2001, p.262, tomo 6).

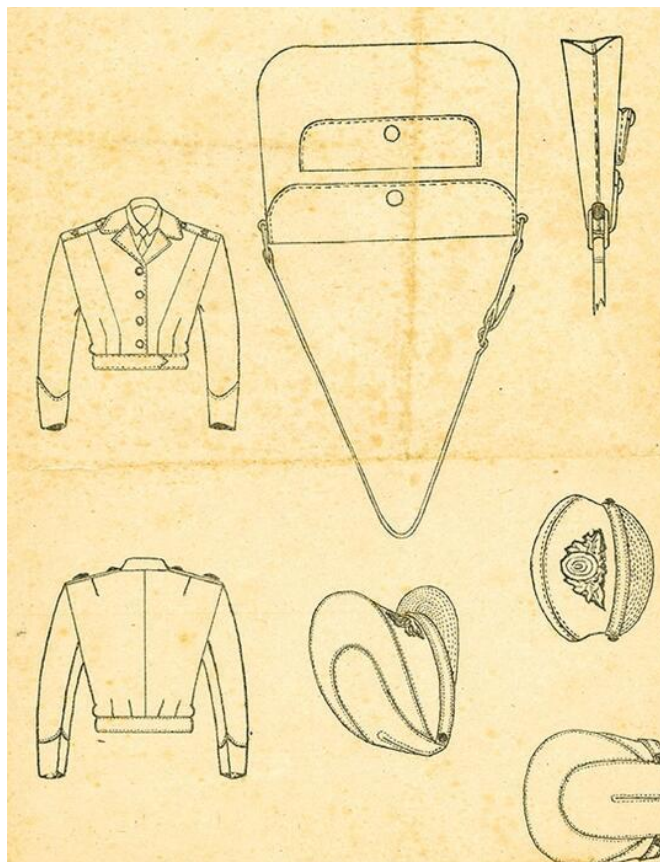
A restrição ao transporte de roupas íntimas brasileiras, juntamente com a imposição de peças padronizadas e que não atendiam aos códigos de feminilidade da época, evidencia uma tentativa de homogeneização forçada, ignorando as particularidades culturais e corporais das brasileiras.

Além disso, o trecho evidencia a dupla disciplina imposta ao corpo feminino, tanto pelo olhar militar quanto pelo olhar social. A vergonha de se expor em banhos coletivos diante das americanas, que consideravam suas roupas íntimas ridículas, resultou em uma invisibilização voluntária, banhos noturnos, em meio à penumbra, e renúncia ao conforto. Essa autonegação, exigida por padrões culturais de pudor e dignidade, acarretou não só desconforto físico, mas também a perda de privilégios e recursos, como água quente, higiene apropriada, acesso a produtos de banho e ao serviço de lavanderia, ou seja, os impactos materiais na realidade.

Entretanto, identifica-se a solidariedade entre as brasileiras e as americanas, que possibilitou uma troca de sociabilidade e o rompimento de uma barreira institucional. Ao terem

acesso ao estoque das peças íntimas americanas, há uma reconstrução de uma autonomia, mesmo que mínima, sobre seus corpos e aparências, demonstrando também a questão de adaptação ao ambiente da guerra.

Figura 43 - Croqui de complementos dos uniformes para as enfermeiras da FEB



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1957

De acordo com Bernardes *et al.* (2019), a figura acima representa um croqui localizado no diário de guerra da Virgínia Portocarrero, em que se veem partes do fardamento, a exemplo a bolsa de alça, a jaqueta apresentada de frente e de costas, com quatro botões, ajustada na cintura e com insígnias nos ombros, além do quepe com brasão do Exército brasileiro.

A Capitã Bertha Moraes Nerici⁶⁰ descreve os uniformes brasileiros como “horríveis”, “feios” e “grosseiros, reforçando a rejeição estética, bem como a inadequação ao ideal de apresentação feminina:

⁶⁰ Nasceu no dia 2 de novembro de 1921, na Cidade de Santana do Parnaíba, em São Paulo, é viúva, tem um filho, uma neta e um neto. Por sua participação na Segunda Guerra Mundial, como 2º Tenente-Enfermeira da Seção Hospitalar da FEB, recebeu as seguintes condecorações: Medalha de Campanha e Medalha de Guerra. Entrevistada em 7 de dezembro de 2000 (Motta, 2001).

Primeiro, a tragédia dos uniformes. Eram horríveis, saímos daqui com uns trajes cinza, feios e grosseiros. Quando os americanos viram, não acreditaram e pensei: – Graças a Deus, eles vão nos ajudar. Recebemos uniformes americanos, bem melhores, mais bonitos e mais confortáveis (Nerici *apud* Motta, 2001, p.198, tomo 7).

Observa-se além das críticas ao fardamento, a expectativa de ajuda dos EUA, que sugere uma percepção de superioridade dos norte-americanos, marcando a influência deles sobre a FEB.

Esse depoimento corrobora os anteriores, o alívio demonstrado com a troca do uniforme brasileiro pelo americano, considerado mais bonito e confortável, indicando um aspecto subjetivo da guerra, a criação de uma autoimagem digna e respeitável durante a vivência do conflito.

A Capitã Bertha Nerici menciona momentos de festas que eram cultivados pelos estadunidenses e que havia um traje específico para as mulheres nessas ocasiões:

Os americanos cultivavam alguns hábitos muito interessantes, muito agradáveis. Havia festas, as mulheres tinham um uniformezinho para essas ocasiões: a mesma saia bege, mas com uma blusinha azul, muito bonitinha, que não se usava no trabalho, só o uniforme do dia. As festas eram divertidas, existia um galpão onde os bailes eram realizados e lá dançávamos (Nerici *apud* Motta, 2001, p.200, tomo 7).

Dessa forma, nota-se que haviam momentos de lazer, de socialização em meio ao contexto bélico. Além disso, a blusinha azul assinalava o rompimento com o rigor do uniforme do ambiente de trabalho, podendo ser lida não apenas como uma peça de vestuário, mas como um marcador simbólico. A vaidade, a beleza, entram em cena novamente, estabelecendo uma distinção entre o uniforme de uso diário e o uniforme de festa, somado a sociabilidade.

Nessa época, as mulheres no Brasil ainda enfrentavam restrições sociais, políticas e institucionais, resultantes de uma estrutura patriarcal que limitava sua atuação principalmente ao ambiente doméstico e a funções vistas como extensões do cuidado familiar. Apesar de alguns avanços, como o direito ao voto em 1932, a participação feminina em áreas tradicionalmente masculinas, como as Forças Armadas, continuava sendo excepcional e controlada.

O ingresso das mulheres em atividades públicas era geralmente defendido por discursos que ligavam o feminino a uma vocação natural para o cuidado, moralidade e abnegação. Isso explica por que a enfermagem foi a principal forma de inserção feminina no meio militar durante a Segunda Guerra Mundial.

As enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira simbolizaram uma quebra parcial dos papéis de gênero estabelecidos ao assumirem um cargo militar e deslocarem-se para um teatro de operações de guerra no exterior. No entanto, essa inclusão não resultou em igualdade de condições em relação aos homens, mas sim em uma integração caracterizada por ambiguidades. As mulheres começaram a participar do esforço de guerra, mas sob estritas regras disciplinares, estéticas e simbólicas, que se refletiam até mesmo nos uniformes que vestiam. Ao mesmo tempo, esses trajes reforçavam a identidade militar e a feminilidade esperada pela sociedade, demonstrando que a presença feminina no Exército era aceita, desde que não violasse os padrões morais e de gênero estabelecidos.

Os depoimentos de Elza Cansanção Medeiros, Virgínia Portocarrero e Bertha Moraes Nericí revelam um processo de militarização do corpo feminino que ia além da utilidade prática e se manifestava como uma forma de controle estético, simbólico e moral. Nesse contexto, o uniforme funcionava tanto como um indicador de pertencimento institucional quanto como a imposição de um padrão normativo que variava entre a disciplina masculina e a reafirmação de papéis tradicionais femininos, como o de cuidadora ou dona de casa.

A padronização forçada de peças íntimas, a baixa qualidade do material, a inadequação ao clima europeu e a exigência de um visual “doméstico” demonstram a falta de preparo logístico e a negligência em relação às necessidades específicas das mulheres militares. Ademais, a exigência de adotar os uniformes norte-americanos, mais apropriados, funcionais e que respeitam a autonomia das enfermeiras, simboliza a falência da intendência brasileira e a perda, mesmo que temporária, de uma identidade visual nacional.

Portanto, a presença feminina no Exército Brasileiro, particularmente na FEB, fez com que, por um lado, elas ganhassem visibilidade institucional, reconhecimento oficial e um espaço na memória militar. No entanto, por outro lado, sua presença foi controlada por meio de dispositivos normativos, simbólicos e materiais, como os uniformes, que atuaram como ferramentas de controle, distinção e categorização social. Dessa forma, os uniformes femininos foram além de meras roupas, refletindo as tensões entre modernização, disciplina militar e preservação das hierarquias de gênero.

Em suma, a análise da condição das mulheres e de seus uniformes no contexto militar contribui para a história da instituição e dos limites e oportunidades da presença feminina em posições de poder. Apesar da experiência das enfermeiras da FEB ter constituído um progresso considerável, ela não desmantou completamente as estruturas sociais e simbólicas que subordinavam o feminino, uma vez que sua inserção reforçava valores como patriotismo,

disciplina e tradição, enquanto continuavam a perpetuar as desigualdades de gênero que caracterizavam a sociedade brasileira da época.

4.3. MUDANÇAS NOS UNIFORMES PÓS-GUERRA: O DECRETO N. 30.163

Juntamente com o final da Segunda Guerra Mundial, chegou ao fim o governo ditatorial do Estado Novo. Sendo eleito o General Eurico Gaspar Dutra para o cargo de Presidente da República. Contudo, em 1951, Getúlio Vargas voltou à presidência, dessa vez, eleito pelo voto popular. Seu mandato atravessou um cenário político conturbado e que culminou em seu suicídio em 1954.

Nesse contexto, em 13 de novembro de 1951, o decreto n. 30.163 aprovou o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dava outras providências, que foi assinado pelo General de Divisão Newton Estillac Leal, Ministro de Estado da Guerra. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

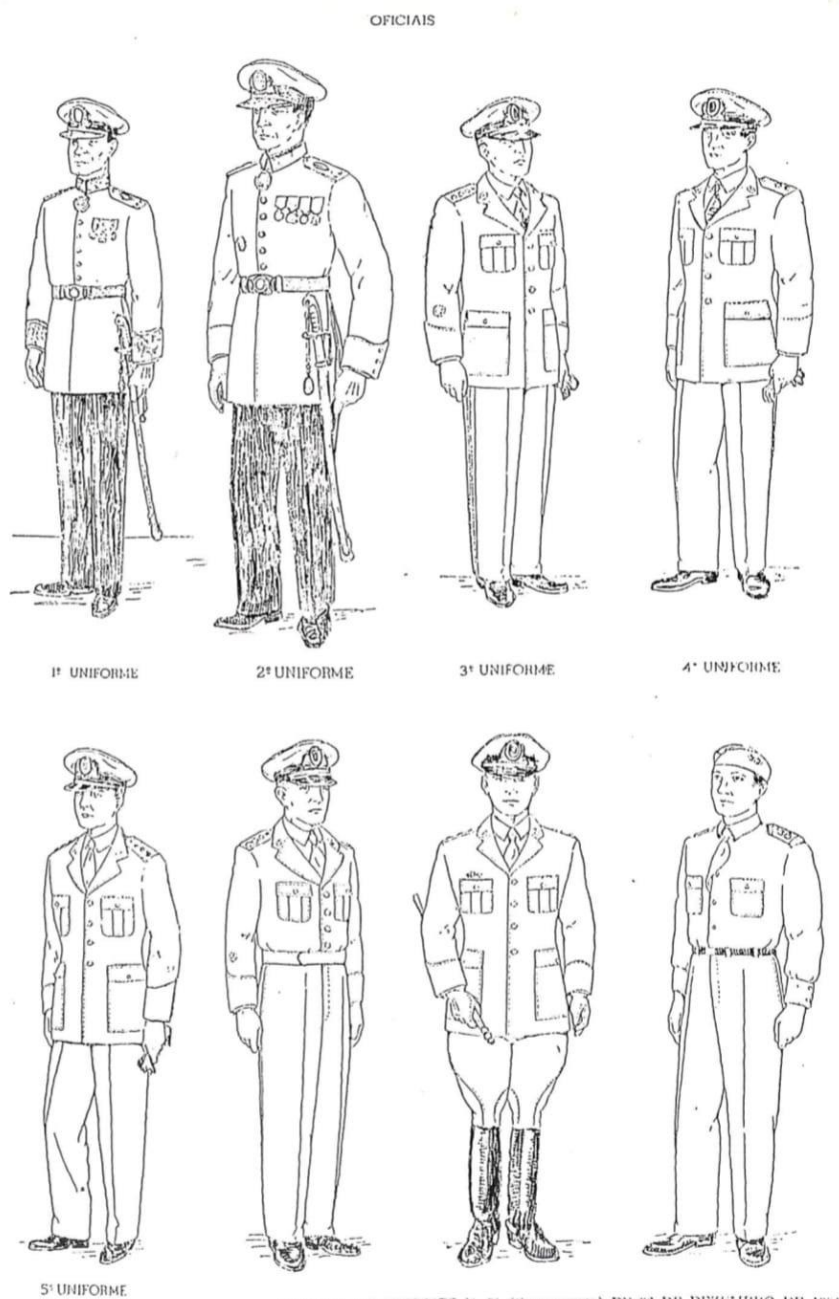
De acordo com o RUPE, o símbolo do Exército era composto por um escudo formado por três elipses concêntricas contornadas a ouro. A elipse central era azul, apresentando o Cruzeiro do Sul em prata. O espaço entre a elipse central e a média era amarelo, enquanto entre esta e a externa era verde. O conjunto era cercado por um brilho formado por vinte lâminas, no centro do qual, alinhado ao eixo vertical do escudo, está um sabre posicionado de forma a expor o punho e a ponta. Tanto o sabre quanto o brilho eram representados em prata (BRASIL, 1951).

O regulamento tinha como objetivo orientar minuciosamente a confecção e o uso dos uniformes no Exército para manter as tradições e a apresentação adequada do militar onde quer que ele estivesse, bem como estabelecer normas gerais para o uso de uniformes por outras corporações ou organizações para que não houvesse confusão. Este estava estruturado em duas partes: a primeira sobre os Planos de Geral de Uniformes e às normas de seu uso, e a segunda voltada à descrição detalhada e à confecção das peças e acessórios, que se destinava especialmente aos alfaiates e às indústrias responsáveis por sua fabricação (BRASIL, 1951).

O art. 1º determinava a composição e o uso geral dos uniformes, estabelecendo para oficiais e aspirantes a oficial um total de onze uniformes distintos, classificados conforme a finalidade do serviço, o nível de formalidade e as condições operacionais. O 1º uniforme, destinado a eventos mais solenes, era composto por boné azul, túnica azul com platinas, camisa branca com colarinho branco, cinto azul-ultramar (dourado para generais), luvas brancas, calça preta, meias pretas e sapatos pretos (BRASIL, 1951).

O 2º uniforme preservava a mesma formalidade do 1º, trocando a túnica azul por uma túnica de brim-lona branca. O 3º uniforme possui um caráter intermediário, sendo constituído por boné cinza, túnica cinza (com platinas para gerais), camisa branca de colarinho duplo, gravata preta, calça cinza, meias pretas e sapatos pretos. O 4º uniforme segue a mesma lógica do 3º, com a diferença de uma túnica de brim branco. O 5º uniforme apresentava o padrão verde-oliva, composto por boné, túnica de gabardine e calça na mesma cor, camisa bege com colarinho duplo, gravata bege, cinto de lona verde-oliva, além de meias e sapatos pretos (BRASIL, 1951).

Figura 44 – Croqui uniformes dos oficiais em 1951 - 1º ao 4º uniforme

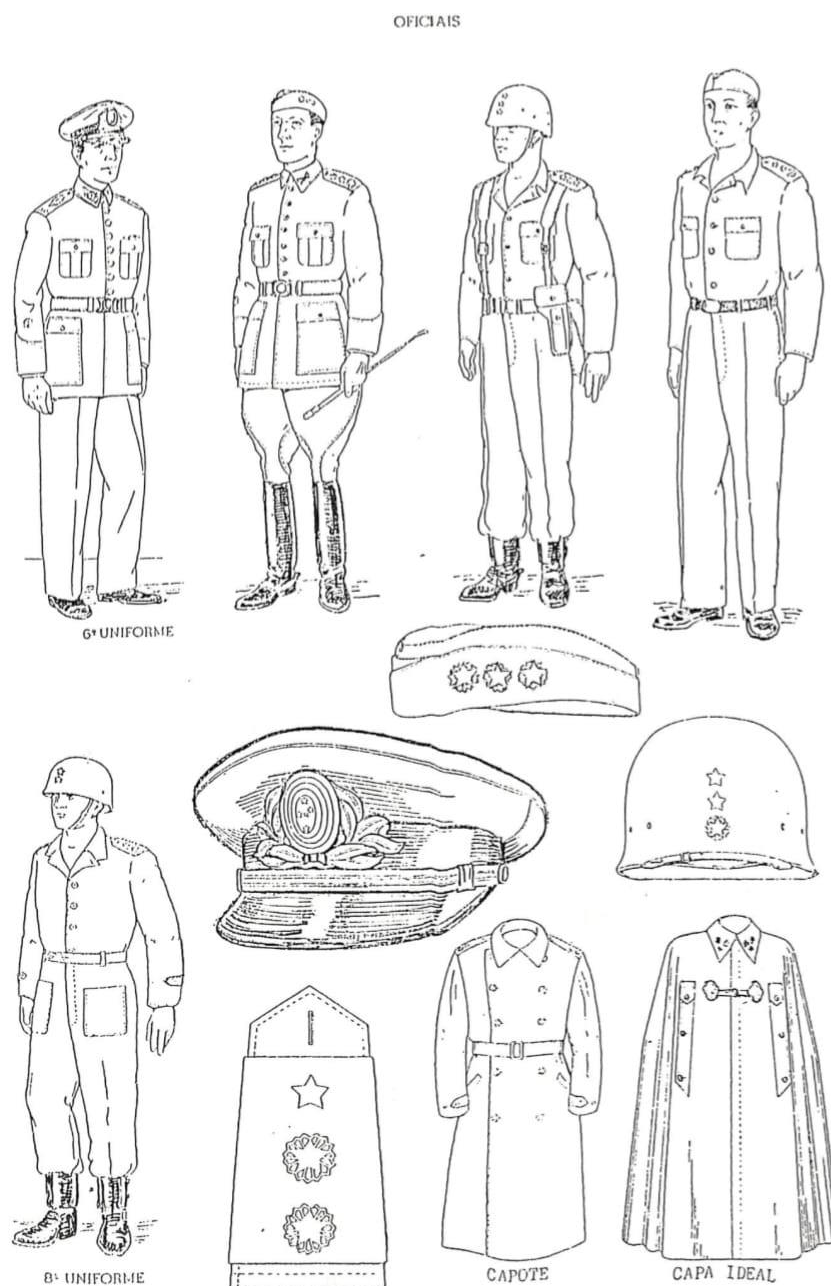


BOLETIM DO EXERCITO N. 51 (SUPLEMENTO) DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951

Fonte: Boletim do Exército N.51, 1951

O 6º uniforme, de natureza mais prática, era formado por uma túnica de brim verde-oliva com colarinho simples do mesmo material, cinto verde-oliva, calça de gabardine verde-oliva, meias pretas, sapatos pretos e boné verde-oliva. O 7º uniforme, destinado à instrução, era composto por capacete de aço-fibra, blusa de instrução, calça de instrução com cinto de lona verde-oliva e coturnos (BRASIL, 1951).

Figura 45 – Croqui uniformes dos oficiais em 1951 – 6º e 8º uniforme, quepe, insígnia, capote e capa ideal



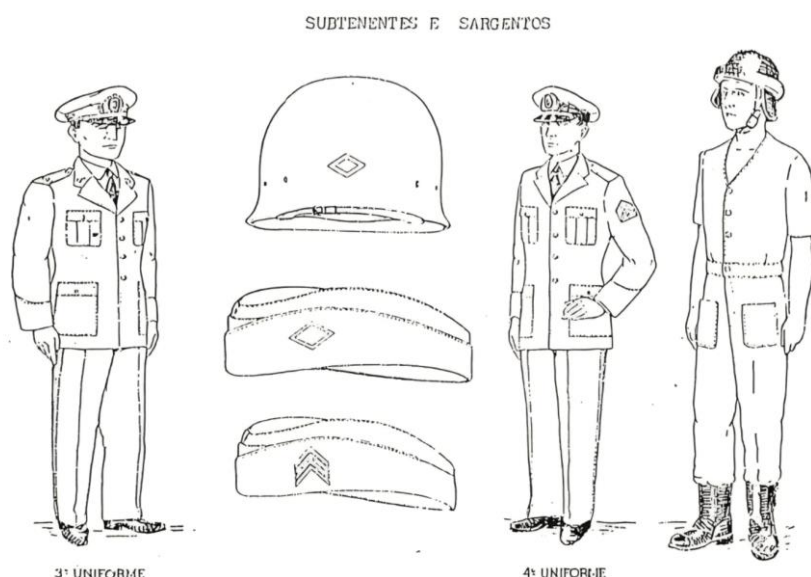
Fonte: Boletim do Exército N.51, 1951

O 8º uniforme, também voltado a atividades específicas, incluía capacete de aço-fibra, sunga de brim verde-oliva e coturnos ou borzeguins. O 9º uniforme corresponde ao traje de educação física, composto por camiseta própria, calção de educação física e calçado do tipo desportivo. O 10º uniforme caracterizava-se pelo uso do gorro branco, vésia, calça branca, meias brancas e sapatos brancos, enquanto o 11º uniforme compreendia gorro de gabardine verde-oliva, vésia, calça cinza ou, conforme o caso, calça de gabardine, calção de montaria de

brim ou calça de instrução, acompanhados de meias e calçados adequados, como sapatos pretos, coturnos, botas ou canos de botas com esporas (BRASIL, 1951).

Para subtenentes e sargentos, conforme o art. 2º a composição dos uniformes do 3º ao 9º era semelhante à dos oficiais, mantendo-se a mesma lógica funcional e cromática. No 10º e 11º uniformes, por outro lado, o avental substitui a vésia, o que demonstra uma adaptação prática do vestuário às atividades realizadas por essas graduações (BRASIL, 1951).

Figura 46 – Croqui uniforme dos subtenentes e sargentos em 1951 - 3º, 4º uniforme e capacete

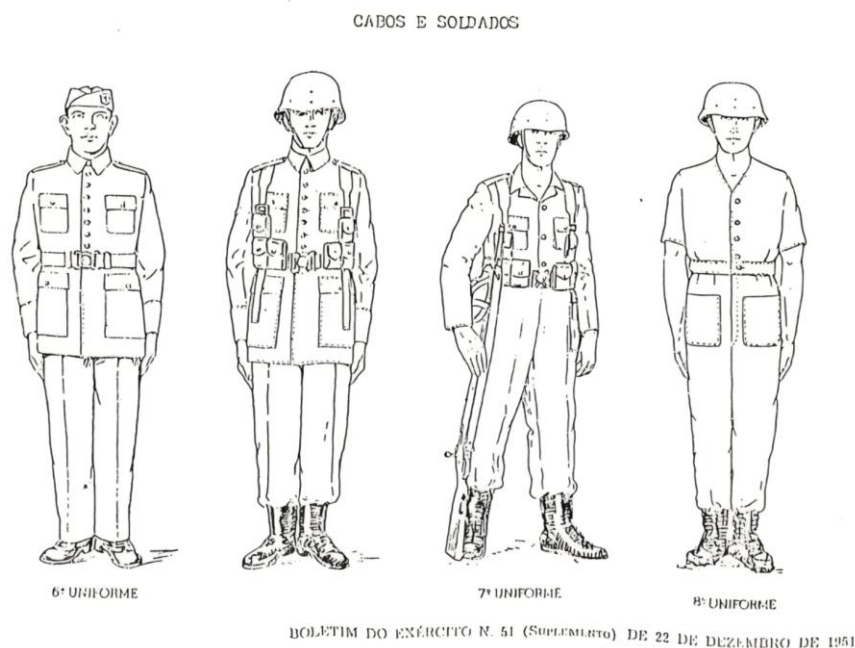


Fonte: Boletim do Exército N.51, 1951

Já uniformes para cabos e soldados, de acordo com o art. 3º, eram baseados em modelos de caráter funcional e operacional. O 6º uniforme era formado por um gorro de gabardine verde-oliva, túnica de brim verde-oliva, cinto castanho, camiseta de passeio, calça de gabardine verde-oliva, meias brancas e borzeguins pretos. O 7º uniforme, usado para instrução, consistia em capacete de aço-fibra, blusa e calça de instrução com cinto de lona verde-oliva, coturnos pretos e, para as armas montadas, esporas de metal amarelo (BRASIL, 1951).

O 8º uniforme era composto por capacete de aço-fibra, sunga de brim verde-oliva claro e coturnos ou borzeguins pretos. O 9º uniforme era o conjunto de educação física, composto por camiseta, calção e calçado tipo tênis. Por fim, o 11º uniforme era formado por um gorro de brim verde-oliva claro, avental, calça de instrução e coturnos pretos, evidenciando a conformidade do vestuário com as atividades internas e rotina de serviço das praças (BRASIL, 1951).

Figura 47 – Croqui uniforme dos cabos e soldados em 1951 - 6º, 7º e 8º uniforme



Fonte: Boletim do Exército N.51, 1951

As normais gerais de uso e as condições admitidas para cada tipo de uniforme, estavam relacionadas ao grau de formalidade, à natureza do serviço e às condições climáticas. O 1º e 2º uniformes eram destinados às solenidades oficiais de maior rigor, como recepções de gala e cerimônias, sendo o segundo preferencial para dias de temperatura elevada (BRASIL, 1951).

Os 3º e 4º uniformes aplicavam-se a festividades menos solenes, podendo o 4º uniforme, em caráter facultativo, ser combinado com peças brancas para atos sociais correntes e passeios. O 5º e 6º uniforme eram indicados para atos sociais sem exigência de rigor, apresentações hípicas, passeios, atividades burocráticas, interior de quartéis, conforme autorização dos comandantes (BRASIL, 1951).

O 7º uniforme era reservado à instrução e à faina diária no interior das unidades militares. O 8º era destinado à instrução e aos trabalhos das unidades motomecanizadas ou de outros órgãos cujas atividades o exigiam. O 9º era voltado à educação física e às competições desportivas, incluindo variações para exercícios de natação (BRASIL, 1951).

O 10º e 11º uniformes eram de uso funcional restrito aos serviços de saúde e veterinária, aplicando-se, respectivamente, a hospitais, policlínicas, laboratórios e farmácias, bem como a estabelecimentos e formações sanitárias e veterinárias (BRASIL, 1951).

O regulamento estabelecia a obrigatoriedade de posse de uniformes conforme a hierarquia e a função exercida. Os oficiais e aspirantes a oficial deveriam ter o 1º e 2º uniformes

para generais, adidos militares, coronéis e tenentes-coronéis em capitais onde havia comando de general, assim como ajudantes de ordens. Todos os oficiais deveriam usar os uniformes do 3º ao 6º, sendo que o calção de brim era obrigatório somente para os membros de unidades montadas. Além disso, os uniformes do 7º ao 11º foram exigidos de acordo com as demandas funcionais estabelecidas (BRASIL, 1951).

Os subtenentes e sargentos deveriam possuir os 5º e 6º uniformes, além do 7º ao 11º conforme as demandas de uso definidas. Já os cabos e soldados eram obrigados a ter o 6º e 7º uniformes, o 8º nas unidades motomecanizadas ou em funções específicas de apoio e manutenção, o 9º para todos os arregimentados e o 11º de acordo com as demandas de uso estipuladas (BRASIL, 1951).

As peças e artigos complementares que integravam o Plano Geral de Uniformes, abrangiam desde itens de uso funcional e cerimonial, como apito, espada, fiador, esporas, alamares e pingalim⁶¹, até peças de proteção, conforto e higiene, como capote, japonsa⁶², capas impermeáveis, pelerine, mosquiteiro, luvas, cachecol e vestuário íntimo, como ceroulas, cuecas, lenço, meias de lã, pijamas (BRASIL, 1951).

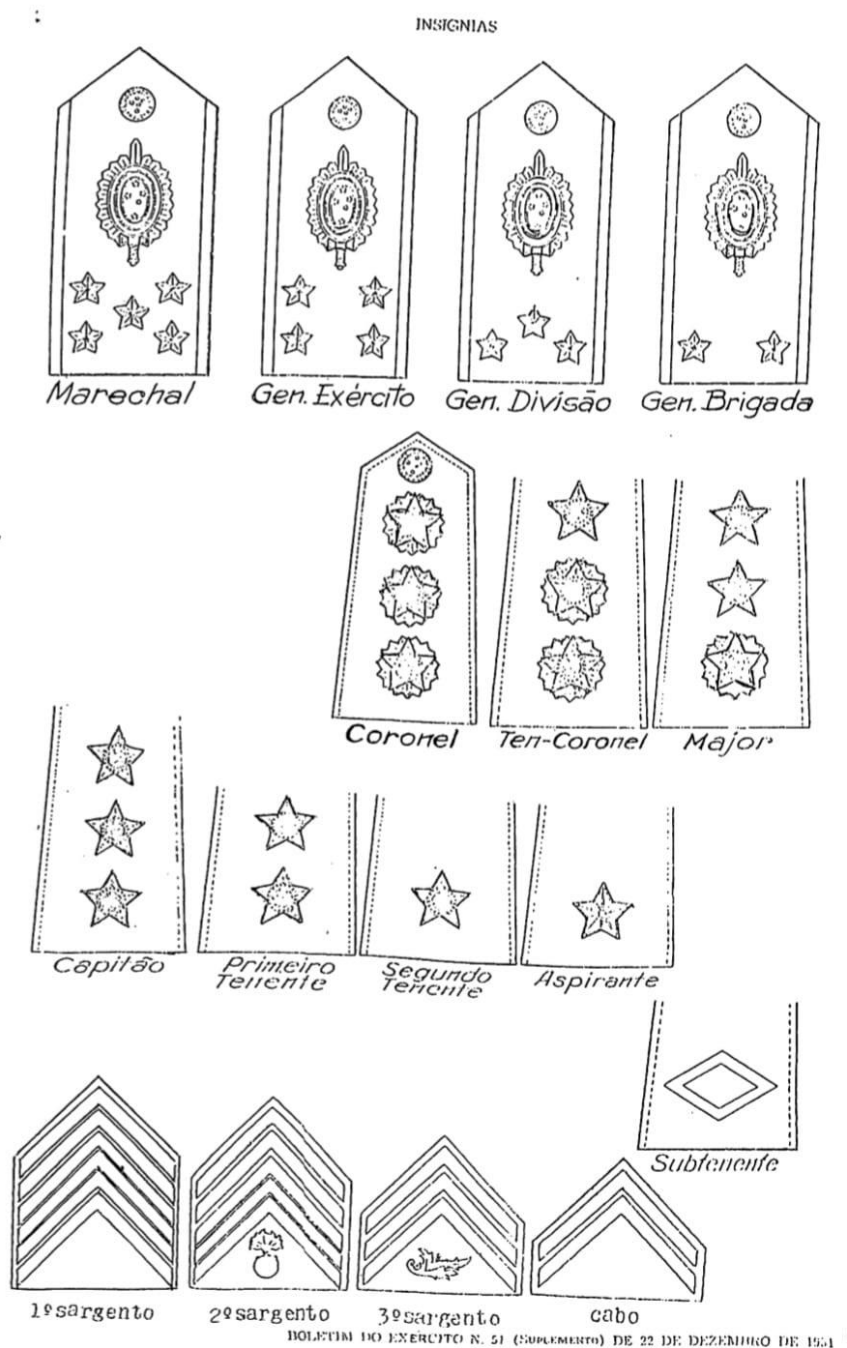
Esses itens eram associados a funções específicas, solenidades, formaturas, cerimônias oficiais, atos de representação, além de condições climáticas, operacionais ou regionais. Por ser estabelecido a obrigatoriedade de posse conforme a graduação, evidencia-se também a diferenciação hierárquica no acesso e na exigência de determinados símbolos e acessórios.

As insígnias foram assinaladas da seguinte forma: para os oficiais-generais, os postos eram representados por estrelas prateadas sobrepostas ao símbolo do Exército, com variações em quantidade e disposição: cinco estrelas em sanfona para Marechal, quatro em retângulo para General de Exército, três em triângulo para General de Divisão e duas em faixa para General de Brigada (BRASIL, 1951).

⁶¹ Um chicote fino e flexível, de couro ou junco, com uma ponta em forma de asa ou laço, usado para conduzir cavalos ou como instrumento de disciplina, usado por cocheiros e em hipismo.

⁶² Termo popular, especialmente no Sul e Sudeste do Brasil (como Curitiba e Rio Grande do Sul), para um casaco grosso, acolchoado e muitas vezes impermeável, usado para proteção contra frio intenso ou chuva, similar a uma jaqueta grossa ou blusão térmico, comumente usado como EPI (Equipamento de Proteção Individual) em ambientes frios.

Figura 48 – Croqui insígnias em 1951



Fonte: Boletim do Exército N.51, 1951

Os oficiais superiores se diferenciavam pelo uso de estrelas do Cruzeiro do Sul radiadas, podendo ser combinadas ou não com estrelas simples, de acordo com os postos de Coronel, Tenente-Coronel ou Major. Os capitães e oficiais subalternos usam estrelas simples do Cruzeiro do Sul em quantidade decrescente, ao passo que o aspirante a oficial era distinguido por uma única estrela prateada, simbolizando a progressão na carreira (BRASIL, 1951).

Para as praças, as insígnias possuíam uma configuração específica, baseada em losangos e divisas. O subtenente usava um losango vazio na ombreira, enquanto os sargentos eram identificados pelo número e pela disposição das divisas: o primeiro-sargento tinha cinco divisas organizadas em dois grupos, separadas por uma divisa branca; o segundo-sargento segue a mesma lógica, mas com uma redução no grupo inferior; e o terceiro-sargento usa três divisas simples. Por outro lado, o cabo era reconhecido por duas divisas (BRASIL, 1951).

Quanto ao uso das insígnias, os oficiais, aspirantes a oficial e subtenentes as utilizavam nas platinas ou ombreiras, assim como na gola da pelerine e da capa ideal, além de capacetes e gorros específicos. Além disso, essa parte do regulamento estabelecia regras para o uso de acessórios como luvas, pelerine, pingalim e mosquiteiro, associando-os a uniformes específicos, funções, armamento e condições climáticas ou operacionais. Por último, permitia-se a utilização de ombreiras removíveis com insígnias bordadas na camisa bege (BRASIL, 1951).

Os distintivos cumprem a função de identificar postos elevados, Armas, Serviços, Contingentes, cursos, especializações, funções e o tempo de serviço de guerra. Os oficiais-generais e ministros do Superior Tribunal Militar usariam ramos de carvalho: um ramo curvado para os generais e dois pares de ramos em “V”, com esfera armilar no topo, para os ministros. As Armas possuiriam emblemas distintos para sua identificação, fuzis cruzados representam a Infantaria, lanças a Cavalaria, bomba em chamas a Artilharia e castelo a Engenharia, havendo variações para as unidades motomecanizadas (BRASIL, 1951).

Para os Serviços e Contingentes incluiria a serpente, associada à área da saúde; a lira, destinada a músicos; e os “C” cruzados, representando os contingentes. Para cabos e soldados, esses emblemas eram agrupados em um escudo que continham o número ou símbolo da unidade, com adaptações para unidades-escola e contingentes (BRASIL, 1951).

Os cursos de formação, aperfeiçoamento, técnicos e de comando recebiam distintivos próprios, normalmente constituídos por coroas de louros ligadas a símbolos da Arma, Serviço ou especialidade, destacando o prestígio da qualificação profissional. Faziam parte desse grupo os emblemas da Escola Superior de Guerra, de Estado-Maior, de cursos técnicos (como armamento, transmissões, metalurgia ou química) e de comandantes de pelotão ou seção (BRASIL, 1951).

Existiam também os distintivos de especialização, voltados para quadros especiais, funções tradicionalmente reconhecidas e cursos com duração mínima de seis meses. Esses distintivos incluíam identificadores como topógrafos, enfermeiros, radiotelegrafistas, artífices, músicos e praças de saúde. Assim como, permaneciam válidos os distintivos de cursos

específicos, como Artilharia Antiaérea, Artilharia de Costa, Educação Física, Equitação, Motomecanização e Transmissões (BRASIL, 1951).

A criação de novos distintivos seria determinada por ato do Ministro da Guerra. O tempo de serviço em guerra era indicado por barretas horizontais, sendo que cada uma representava quatro meses de participação em ação, seguindo regras específicas de contagem (BRASIL, 1951).

O uso de distintivos segue regras rigorosas em relação à sua posição, uniforme e posto do militar. Em geral, oficiais, aspirantes e subtenentes os usariam na gola das túnicas e blusões ou sobre o bolso superior esquerdo. Já ministros do Superior Tribunal Militar utilizariam versões de variados tamanhos de acordo com o tipo de uniforme ou traje civil. Sargentos utilizariam os distintivos no interior do ângulo das divisas, enquanto cabos e soldados os exibiriam no gorro ou na manga, de acordo com a categoria (BRASIL, 1951).

Os distintivos de cursos, especializações e funções tinham locais específicos, geralmente acima do bolso superior direito ou nas mangas. Os simbólicos e os de tempo de serviço de guerra eram colocados na manga esquerda. Por fim, estabelecia-se que não se deveria usar distintivos em peças como camisa bege, blusa de instrução ou sunga, a menos que fizessem parte das próprias insígnias (BRASIL, 1951).

O Exército permitia ou autorizava o uso de condecorações nacionais ou estrangeiras, militares ou civis, apresentadas na forma de medalhas, comendas, colares, faixas e placas. Seu uso era permitido apenas quando a concessão atendia a critérios formais: no caso das nacionais, militares ou civis, elas deveriam ser concedidas pelo Governo e publicadas no Diário Oficial; as civis concedidas por associações ou instituições precisariam ser reconhecidas como de interesse nacional e ter seus regulamentos oficialmente aprovados; por fim, as estrangeiras deveriam ser concedidas por governos com os quais o Brasil mantinham relações diplomáticas ou por entidades civis por eles reconhecidas (BRASIL, 1951).

Os agraciados com condecorações civis nacionais ou estrangeiras devem apresentar o diploma ou ato concessório à Secretaria Geral do Ministério da Guerra para publicação no Boletim do Exército, exigindo-se, no caso das estrangeiras, prévia apostila (BRASIL, 1951).

O uso de condecorações era exigido em paradas e desfiles, quando autorizado por autoridade competente, juntamente com o 1º e o 2º uniformes. Nos uniformes do 3º ao 6º, era permitido o uso de passadeiras, a critério do militar ou por ordem superior, sendo proibido o uso dessas com os uniformes de gala. As comendas, colares, faixas e placas obedeciam a normas específicas: era permitido usar no máximo duas comendas pendentes da gola; apenas uma faixa por vez, priorizando as nacionais em atos oficiais e as estrangeiras em solenidades

nas respectivas representações diplomáticas; as faixas deveriam ser usadas a tiracolo, da direita para a esquerda, passando sob a platina e o cinto (BRASIL, 1951).

As condecorações exibidas no peito eram organizadas horizontalmente no lado esquerdo, seguindo uma ordem de precedência estrita. Essa ordem era iniciada pelas Cruz de Combate de 1ª e 2ª classes e, em seguida, pelas principais medalhas de campanha, mérito e serviços, antes das condecorações civis, tanto nacionais quanto estrangeiras. Medalhas concedidas por bravura pessoal ou coletiva em operações de guerra têm prioridade sobre todas as outras (BRASIL, 1951).

Da mesma forma, as medalhas estrangeiras concedidas por bravura em campanha ocupavam uma posição específica na hierarquia. As medalhas deveriam ser dispostas em fileiras verticais de até quatro por linha, sendo vedado o uso conjunto de condecorações com passadeiras ou barretas, exceto quando estas fizerem parte da própria medalha. Em datas específicas, como 25 de agosto⁶³, o uso era limitado às condecorações nacionais (BRASIL, 1951).

O uso de condecorações com trajes civis também foi regulamentado: sobre a casaca, admitiam-se miniaturas presas à lapela esquerda, em barreta ou corrente dourada; nos demais trajes civis, utilizavam-se botoneiras, miniaturas de fitas ou passadeiras, conforme previsto nos regulamentos das ordens honoríficas ou, na ausência destes, segundo normas gerais (BRASIL, 1951).

No mesmo decreto que foi publicado o Plano Geral, estabeleceu-se o Plano Especial que definia os uniformes especiais como aqueles destinados a cerimônias, à manutenção das tradições históricas de fardamento e ao uso por indivíduos com funções específicas dentro do Exército, criando um conjunto distinto em comparação com o Plano Geral (BRASIL, 1951).

Nesse contexto, o regulamento listava os modelos então existentes, incluindo desde o uniforme de parada e os próprios das instituições de ensino militar, como a Academia Militar, Escolas Preparatórias, de Educação Física e de Sargentos, até os uniformes associados a tropas e funções específicas, como paraquedistas, guardas, Dragões da Independência, capelães, oficiais da reserva, Tiros de Guerra, Polícia do Exército e Guardas (BRASIL, 1951).

O uniforme de parada era destinado às unidades e elementos sem fardamento peculiares. Para oficiais gerais e superiores e comandantes de destacamento, o uso predominante era da cor branca. Inclui-se a espada e acessórios como cinto, fiador e guia de espada dourados. Para

⁶³ No dia 25 de agosto, no Brasil, comemora-se o Dia do Soldado. A escolha da data foi em homenagem ao aniversário de Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, que se tornou patrono do Exército Brasileiro.

os montados, havia uma adaptação funcional que incluía calção, botas e esporas. Já a tropa, o uniforme de parada era fundamentado no 6º uniforme do Plano Geral, complementado por coturnos e capacete de aço-fibra, com pequenas adaptações para as unidades montadas e mecanizadas (BRASIL, 1951).

Os uniformes da Academia Militar das Agulhas Negras foram classificados em um conjunto de dez tipos, que diferiam de acordo com a finalidade cerimonial, acadêmica, operacional ou física. Os primeiros uniformes enfatizavam o aspecto social e simbólico da formação militar, destacando túnicas azuis ou brancas, boné ou barretina, uso de espadim ou sabre, além de acessórios como charlateiras, luvas e cintos porta-sabre. Os uniformes intermediários incluíam peças na cor verde-oliva, apropriadas para as atividades de instrução e serviço interno. Já os últimos englobavam trajes para exercícios, educação física e situações que demandavam maior funcionalidade e mobilidade (BRASIL, 1951).

Além das peças básicas, o regulamento incluía itens adicionais, como a pelerine azul e agasalhos do Plano Geral, além de um sistema de distintivos, como o brasão da Academia, que era empregado em diversos materiais e suportes de acordo com o uniforme. Ao mesmo tempo, os distintivos de ano diferenciam visualmente os estudantes do 1º, 2º e 3º anos, por meio de variações de cor e formas específicas. Esses emblemas tinham normas estritas de posicionamento, que diferem conforme o tipo de uniforme e a ocasião de uso (BRASIL, 1951).

O uso de uniformes seguia uma lógica funcional e cerimonial bem estabelecida, abrangendo desde eventos sociais de gala e compromissos oficiais até aulas, exercícios, formaturas e atividades físicas. Existiam também determinações específicas para os oficiais que participam das paradas, incluindo a indicação exata de insígnias, galões e dragonas de acordo com o posto, além de regras específicas para a banda de música da Academia. Por fim, concedeu ao comandante da instituição a autoridade para estabelecer o uniforme mais apropriado para cada situação, desde que as disposições gerais sejam respeitadas (BRASIL, 1951).

Os uniformes das Escolas Preparatórias foram classificados em cinco categorias, com base em critérios de solenidade, instrução e atividade física. Os dois primeiros uniformes tinham um caráter mais formal e representativo, sendo usados em desfiles, cerimônias, eventos sociais e passeios e compostos principalmente por peças em gabardine verde-oliva, tanto escuro quanto claro, com blusão branco no 1º uniforme, uso de luvas brancas e, em desfiles, cinto branco com porta-sabre (BRASIL, 1951).

Os demais uniformes seguiram uma aparência cada vez mais funcional, incluindo gorro, blusa de instrução, borzeguins e coturnos, sendo destinados para as aulas e, especificamente no

caso do 4º uniforme, para a instrução. O 5º uniforme era destinado às aulas de educação física e competições esportivas, com roupa leve e calçado adequado. Cada Escola Preparatória tinha seu próprio emblema de distintivo, com variações formais baseadas em um motivo comum, castelo, estrela e folhas de carvalho, diferenciadas por anel, elipse ou arcos conjugados (BRASIL, 1951).

Os distintivos de ano eram formados por tiras de sutache em ângulo reto, colocadas no terço superior da manga direita, com alterações de cor de acordo com o uniforme: sutache dourado no 1º e 2º uniformes e sutache cinza no 3º, 4º uniformes e no capote, sempre acompanhados de uma estrela metálica (BRASIL, 1951).

O fardamento da Escola de Educação Física foi organizado para oficiais instrutores, oficiais alunos, sargentos e cabos monitores e alunos. Para os oficiais instrutores, foram estabelecidos quatro tipos: o Tipo A, de uso diário, composto por peças leves e predominantemente brancas; o Tipo B, destinado às solenidades, que poderia ser o uniforme do Plano Geral do dia ou uma adaptação do Tipo A com blusão branco; o Tipo C, voltado para esportes, competições e aulas práticas, que inclui uma ampla variedade de peças especializadas, como jaquetas de esgrima, quimono, diferentes calções e calçados específicos; e o Tipo D, exclusivo para natação, com traje simples (BRASIL, 1951).

Os alunos oficiais, de modo geral, adotam a mesma tipologia, com algumas restrições, como a proibição do capacete colonial no uso diário e a distinção cromática da carapuça no uniforme de natação. Os uniformes dos sargentos e cabos monitores, assim como dos alunos dessas graduações, seguiam a mesma lógica estrutural, mas com modificações que indicavam a posição hierárquica (BRASIL, 1951).

No dia a dia e em eventos formais, poderiam usar tanto o uniforme do Plano Geral quanto versões específicas parecidas com as dos oficiais, sendo a principal diferença o uso do calção de brim mescla azul. Em esportes e competições, usavam uniformes semelhantes aos dos oficiais, com variações nos calções. No uniforme de natação, predominam peças de malha preta, com carapuça branca listrada de preto para os monitores. Os sargentos e cabos alunos usavam os mesmos uniformes destinados aos monitores (BRASIL, 1951).

Os distintivos eram usados tanto nas camisas quanto nos calções, com diferenças de cor, largura e posição de acordo com o posto e a condição do militar. Em suas camisas, oficiais, instrutores e alunos usavam listras largas vermelhas ou azuis, respectivamente. Sargentos e cabos usavam listras estreitas, também diferenciadas por cor. Nos calções, as listas eram pretas ou brancas, dependendo do material e da categoria do usuário (BRASIL, 1951).

Além disso, atribuiu-se ao comandante da Escola a responsabilidade de estabelecer, por meio de boletim, as diretrizes práticas para o uso dos uniformes. Também determina vestimentas específicas para esgrima e combate à baioneta, de acordo com regulamentos próprios, e estipulou que cabos e soldados deveriam usar calções sem listas na natação, mantendo, nos demais casos, os uniformes das unidades de origem (BRASIL, 1951).

Para a Escola de Sargentos das Armas (ESA) e a Escola de Saúde do Exército (ESE) os uniformes buscavam atender tanto à solenidade quanto às atividades cotidianas e físicas. O 1º uniforme exclusivo da ESA era composto por um capacete branco de fibra, túnica e calça em tons de verde-oliva, cinto-suspensório e perneiras brancas. O 2º uniforme, compartilhado por ambas, era composto por gorro, túnica e calça de gabardine verde-oliva, além de camisa e gravata bege, apresentando uma estética mais alinhada ao uniforme de serviço (BRASIL, 1951).

O 3º uniforme, por sua vez, era composto por uma camiseta de meia manga, calça de flanela branca e calçado adequado para a prática física e esportiva. Além dos uniformes, acima especificados, os alunos usavam todos os de cabo e soldado constantes do Plano Geral, de acordo com os regulamentos de cada Escola (BRASIL, 1951).

Cada escola possuía um distintivo próprio, em forma de escudo com motivo especial e suas iniciais, aplicado na manga esquerda das túnicas ou, no caso do 3º uniforme, no centro da camiseta. Havia ainda distintivos que indicavam o período ou a realização do Curso de Aperfeiçoamento, utilizados apenas nos uniformes internos e aplicados nas mangas. Detalhou-se também o uso dos distintivos no capacete de parada e no gorro dos alunos do Curso de Formação, bem como a substituição do cinto castanho pelo verde-oliva no 6º uniforme (BRASIL, 1951).

Os uniformes da Escola de Paraquedistas e das Tropas Aeroterrestres deveriam, em sua maioria, aderir ao padrão definido no Plano Geral para oficiais, praças e alunos. A principal diferença era o uso obrigatório da bota paraquedista marrom. Além dos trajes comuns, estabeleceu-se um uniforme específico para salto, de modelo especial, que incluía capacete de aço-fibra com jugular e queixeira, túnica e calça de brim verde-oliva, cinto de lona na mesma cor e bota paraquedista (BRASIL, 1951).

O emblema da escola era um escudo azul-celeste, adornado com uma estrela branca, uma águia dourada em voo descendente e um paraquedas branco ao fundo, rodeado por uma borda vermelha escura. Esse distintivo era usado pela administração, instrutores, monitores e alunos no terço superior da manga esquerda da túnica ou do blusão. Paralelamente, o distintivo da tropa exibia um paraquedas branco sobre um fundo azul-celeste, acompanhado do número

da unidade e das iniciais correspondentes, também contornado em vermelho escuro. Esse distintivo era utilizado por oficiais e graduados nas mangas, e por cabos e soldados no lado esquerdo do gorro (BRASIL, 1951).

Os uniformes do Batalhão de Guardas, para guardas de honra, paradas e solenidades, tinham o objetivo de rememorar as tradições da Infantaria Brasileira, conforme o decreto n. 24.701, de 12 de junho de 1934. Foram definidas versões de inverno e verão para oficiais, aspirantes e praças, com variações principalmente no tecido e na cor da jaqueta. No entanto, elementos simbólicos importantes permanecem, como a barretina com penacho ou pompom vermelho, uso de dragonas, bandas, calça branca, polainas e equipamentos específicos, além da espada para oficiais (BRASIL, 1951).

Em relação às insígnias e ao uso, os oficiais e aspirantes deveriam aderir ao padrão de galões estabelecido para o Batalhão de Guardas, com uma distinção específica para os aspirantes (uma estrela em cima do galão). Os sargentos e cabos usariam divisas douradas aplicadas em flanela azul, dispostas diagonalmente nas mangas, em quantidade correspondente ao posto. Esses uniformes seriam usados apenas em eventos oficiais de grande importância, como homenagens ao Presidente da República, serviço de guarda em datas nacionais, recepção de representantes diplomáticos e outras solenidades estabelecidas por autoridade competente (BRASIL, 1951).

Os uniformes dos Dragões da Independência (1º Regimento de Cavalaria de Guardas), destinados a guardas de honra, paradas e solenidades, tinham uma base de fardamento comum a todos os postos, composta por capacete com emblema e penacho vermelho, casaca e calção brancos com detalhes vermelhos, luvas claras, espada, botas específicas e equipamento de couro variando conforme a hierarquia (BRASIL, 1951).

As diferenças entre oficiais superiores, capitães, subalternos, subtenentes, sargentos, cabos e soldados são principalmente visíveis nas dragonas ou charlateiras, no tipo de banda, no fiador da espada, no material do equipamento e nas luvas. Esses elementos criam uma gradação visual rigorosa que reforça a hierarquia militar e a tradição da unidade (BRASIL, 1951).

Em relação às insígnias, para os oficiais, os postos eram indicados por galões dourados sobre brim vermelho, contornando os punhos, de acordo com o sistema estabelecido para o Batalhão de Guardas. Para as praças, empregavam-se divisas de galão dourado, que também eram aplicadas sobre brim vermelho e dispostas diagonalmente nas mangas, em quantidade equivalente ao posto (BRASIL, 1951).

Os capelães militares usariam os mesmos uniformes e insígnias que os oficiais da ativa, fazendo apenas adaptações específicas relacionadas à função religiosa. Isso incluía a

substituição do colarinho da camisa branca e da gravata, nos 3º e 4º uniformes, pela pala, além da adoção de uma camisa bege de modelo especial, com colarinho simples em pé e botões de jarina (BRASIL, 1951).

Os distintivos diferiam de acordo com a religião, com uma cruz maçonetada para capelães católicos e um livro aberto com um facho em chamas para protestantes. Quanto ao uso de uniformes, distintivos e insígnias, as prescrições estabelecidas no Plano Geral eram, em sua maioria, seguidas (BRASIL, 1951).

Os alunos dos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva usariam os 5º, 6º, 7º e 9º uniformes, juntamente com todas as combinações estabelecidas no Plano Geral para os oficiais. Esses uniformes era, usados de acordo com a finalidade: o 5º em eventos sociais, o 6º para ir ao quartel e nas atividades diárias, com adaptações específicas para paradas e para os membros de armas montadas, o 7º na instrução e o 9º nas atividades de educação física, sendo os distintivos de ano obrigatórios para todos, exceto para este último (BRASIL, 1951).

Em relação aos distintivos, o Centro ou Núcleo seria identificado por emblemas específicos no boné e no gorro, bem como por estrelas bordadas na gola. Além dos distintivos de Arma ou Serviço e os de ano, todos na linha cinza claro e posicionados de acordo com normas específicas. Era obrigatório o uso dos 6º, 7º e 9º uniformes, incluindo esporas de metal branco para os alunos de arma montada. Já o uso do 5º uniforme e de peças complementares, como capa plástica, capote, cachecol, galochas, luvas, japona e sobrecapa para boné, era permitido, desde que fossem iguais aos utilizados pelos oficiais (BRASIL, 1951).

Para os Tiros de Guerra e os Centro de Preparação de Reservistas foram definidos três tipos de uniformes. O uniforme de passeio, trânsito, paradas e instrução em sala consistia em gorro de gabardine verde-oliva, túnica e calça de brim verde-oliva escuro, cinto castanho e borzeguins. Para a instrução e faina diária, usaria-se capacete de lona, blusa e calça de instrução, equipamento completo (cinto, suspensório, bernal e porta-cantil), perneiras e borzeguins. E para a educação física uma vestimenta composta por camiseta, calção e calçados tipo tênis. Esses uniformes deveriam ser mantidos em posse, sendo permitido o uso de peças adicionais de acordo com as normas do Plano Geral aplicáveis a cabos e soldados (BRASIL, 1951).

Haveria dois tipos de distintivos: um para a camiseta de educação física, que era circular e aplicado ao centro do peito, bordado com o número e as iniciais TG ou CFR. Para os Tiros de Guerra, o distintivo era vermelho, enquanto para os Centros de Preparação de Reservistas, era azul-real. O 2º distintivo era para o gorro, semelhante ao das praças, substituindo o

distintivo de Arma por um alvo circular com três zonas concêntricas, acompanhado das iniciais TG ou CFR e do número correspondente ao Tiro ou Centro (BRASIL, 1951).

Na Polícia do Exército, para os oficiais, havia três categorias de uniforme (A, B e C), que variavam principalmente de acordo com o tipo de túnica ou calça empregada. No entanto, elementos distintivos como boné verde-oliva, camisa e gravata bege, luvas brancas, cinto-talabarte e porta-pistola de sola branca, além dos coturnos, eram mantidos. Em especial em atividades de policiamento e representação (BRASIL, 1951).

Para subtenentes e sargentos, os uniformes mantinham o padrão geral dos oficiais, com modificações que os alinham aos modelos usados por cabos e soldados, como a troca do boné pelo capacete de aço-fibra e a utilização de blusões de gola fechada. Para cabos e soldados, também havia três categorias de uniformes (A, B e C), que incluíam itens como capacete de aço-fibra, blusão de gola fechada, braçal, luvas brancas e equipamentos com sola branca (BRASIL, 1951).

A utilização desses uniformes seguia as orientações emitidas pelo Comandante da Região Militar, exceto para os oficiais em cerimônias, quando o uniforme era estipulado por autoridade superior. Em relação às insígnias e distintivos, as regras do Plano Geral eram aplicáveis, com uma particularidade para o capacete: ele deveria ter uma faixa branca pintada na parte inferior da copa, onde era colocada a insígnia do Comando da Região Militar, acompanhada pelas letras “PE” em preto (BRASIL, 1951).

As guardas deveriam adotar os uniformes estabelecidos no Plano Geral, de acordo com a natureza do serviço realizado. Nas unidades que não possuísem uniformes especiais, a Guarda de Honra deveria usar o 6º uniforme, complementado por capacete de aço-fibra e coturnos. A guarda externa utilizava igualmente o 6º uniforme, com capacete de aço-fibra, calça de instrução e coturnos, exceto nas situações previstas para algumas unidades. Para a guarda interna, determinava-se a utilização do 7º uniforme do Plano Geral (BRASIL, 1951).

Além disso, as guardas responsáveis por palácios, quartéis-generais, repartições, estabelecimentos e unidades situadas em logradouros públicos centrais das cidades são equiparadas às Guardas de Honra, adotando, portanto, o mesmo padrão de apresentação e uniformização (BRASIL, 1951).

Por fim, os militares do Exército na reserva e reformados usariam os mesmos uniformes destinados ao pessoal da ativa, diferenciando-se apenas pelos elementos identificadores específicos de sua situação. Para oficiais, aspirantes a oficial e subtenentes, essa distinção era feita com a utilização de um cadarço ou sutache cinza-claro contornando as bordas das ombreiras nos 3º, 5º e 6º uniformes. Já no 4º uniforme e suas combinações, o acabamento era

dourado. No caso dos generais, os 3º e 4º uniformes receberiam platina com sutache de metal prateado, mantendo a mesma configuração (BRASIL, 1951).

A análise do decreto n. 30.163, de 1951, revela que o RUPE foi mais do que uma simples reorganização administrativa ou estética do fardamento, tratou-se de um instrumento normativo com densidade simbólica, funcional e política. Criado durante o segundo governo Vargas, refletia a tentativa de reafirmar a identidade do Exército Brasileiro por meio de referências já consolidadas internamente, em um período de redemocratização e reorganização institucional após a Segunda Guerra Mundial e em um momento em que o papel das Forças Armadas na vida nacional estava sendo redefinido.

Embora tenha sido promulgado no período pós-guerra, quando a influência política, militar e cultural dos Estados Unidos na América Latina estava em ascensão, o decreto não demonstra uma adoção direta ou explícita dos modelos de fardamento norte-americanos. Ao contrário, a configuração geral dos uniformes, a valorização de símbolos nacionais e a preservação de uma estética cerimonial fazem referência às tradições nacionais, o que sugere que a política de uniformes, nesse contexto, funcionou de acordo com lógicas de continuidade institucional, em vez de ser um reflexo direto das alianças militares da época.

A ausência de uma influência americana visível nos uniformes indica que a americanização das Forças Armadas brasileiras não ocorreu de forma homogênea ou imediata em todas as áreas. Enquanto a colaboração com os Estados Unidos foi gradualmente fortalecida nas áreas doutrinária, logística e estratégica após a guerra, o campo do fardamento demonstrou uma resistência maior às transformações e uma adesão a modelos previamente assimilados.

A descrição detalhada do regulamento, que vai desde os planos gerais até os planos especiais, destaca a ideia de que o uniforme era um componente fundamental da cultura militar. A estrita distinção entre oficiais, praças, alunos, serviços e corpos especiais enfatiza visualmente a hierarquia piramidal da instituição, ao mesmo tempo em que regula comportamentos, atitudes e maneiras de se apresentar publicamente como militar, tanto no ambiente militar quanto fora dele.

Nesse contexto, o regulamento de 1951 pode ser visto como uma tentativa de Vargas de fortalecer o Exército como uma instituição nacional, detentora de tradições e de um *ethos* específico, em um período em que o Brasil buscava se reposicionar no cenário internacional e reestruturar seu projeto político interno. A valorização de uniformes históricos, de corpos tradicionais como os Dragões da Independência e Batalhão de Guardas, além da preservação de códigos simbólicos estabelecidos, indica uma estratégia de legitimação institucional baseada na memória, continuidade e culto às tradições.

O decreto n. 30.163 demonstra que a política de uniformes do Exército Brasileiro, no começo dos anos 1950, atuava como um vínculo entre o passado e o presente, interligando memória, disciplina e representação. Ao estabelecer regras rigorosas para o uso de uniformes, o Estado não só padronizava a aparência do militar, mas também transmitia conceitos de autoridade, pertencimento e continuidade histórica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os uniformes do Exército Brasileiro no recorte temporal proposto, entendendo-os não só como itens materiais de vestuário, mas também como instrumentos simbólicos, disciplinares e identitários que fazem parte de um projeto mais abrangente de organização institucional, modernização e fortalecimento do *ethos* militar.

Ao longo da pesquisa, procurou-se mostrar que os uniformes formaram uma linguagem visual para a criação da hierarquia, da coesão interna e da imagem que o Exército desejava transmitir de si mesmo, mesmo que essa representação nem sempre possa ser compreendida a partir da percepção civil, devido às limitações documentais.

Ao abordar o contexto histórico e institucional do Exército Brasileiro foi possível inserir a política de uniformes em um processo de reestruturação mais abrangente da força, caracterizado por reformas administrativas, de ordem econômicas e educacionais.

Os relatórios do Ministério da Guerra, juntamente com os decretos e regulamentos, demonstram que a atenção aos uniformes não era secundária, mas parte de um processo de padronização, racionalização e disciplinamento, alinhado com os esforços de profissionalização do Exército. Nesse contexto, os uniformes atuavam como ferramentas para a organização do corpo militar, evidenciando as diferenças hierárquicas e fortalecendo as práticas diárias de disciplina e controle, de acordo com os princípios do *ethos* da caserna abordados por Celso Castro.

A análise normativa dos uniformes no segundo capítulo, examinou os decretos e regulamentos que estabeleciam tecidos, cores, cortes, tamanhos, insígnias, combinações e usos. Com base nessa documentação, foi possível encontrar um caminho para a primeira questão norteadora que especulava os responsáveis pelo design dos uniformes. Dessa forma, não se encontrou um indivíduo ou entidade autoral específica encarregada do design dos uniformes do Exército Brasileiro.

Na verdade, observou-se que havia um processo institucionalizado em que os uniformes eram criados e regulamentados de forma coletiva por meio de decretos presidenciais, pareceres técnicos, modelos da Intendência da Guerra e relatórios ministeriais. Assim, o design surgia como produto de uma lógica burocrática e administrativa, em vez de ser uma criação individual, o que dava um tom de natureza impessoal e disciplinar da instituição militar.

Ao analisar os padrões estéticos que influenciaram os fardamentos, nota-se que a influência alemã não esteve presente de forma direta nos uniformes das Forças Armadas

brasileiras, apesar das ideias e doutrinas alemãs circulares pelo país. Em contrapartida, o modelo francês foi perceptível visualmente na indumentária, em uniformes de gala, principalmente com o uso das jaquetas azul-marinho e as calças garance, associados a elementos cerimoniais, à elegância formal e à tradição simbólica.

A influência norte-americana esteve mais ligada à adequação dos uniformes às necessidades do combate moderno, às condições climáticas e à logística. Isso foi evidenciado no caso das enfermeiras da FEB e na incorporação de peças inspiradas no uniforme militar americano. Esses padrões não foram apenas replicados, mas reinterpretados e adaptados às particularidades do Exército Brasileiro, como um processo de apropriação seletiva.

A dimensão simbólica dos uniformes ajudava a formar a identidade militar e a coesão interna. Com base nos conceitos de *habitus* e coesão social de Pierre Bourdieu, e de identidade contrastiva de Piero Leirner, observou-se que os uniformes atuavam como indicadores de pertencimento e distinção, tanto dentro da instituição quanto em relação à sociedade civil.

Embora as fontes analisadas sejam majoritariamente militares e não ofereçam acesso direto à percepção pública do exército, os discursos institucionais demonstram a intenção contínua de transmitir uma imagem de disciplina, patriotismo, tradição e modernidade. Portanto, embora não haja dados empíricos sobre a recepção civil, é possível afirmar que os uniformes eram vistos como ferramentas de representação simbólica, destinadas a reforçar a autoridade e a legitimidade do exército no espaço público.

O estudo mostrou que os uniformes do Exército Brasileiro vão além de simples roupas funcionais ou regulamentos técnicos. Eles desempenharam um papel fundamental na formação da cultura institucional militar, interligando aspectos estéticos, políticos, simbólicos e disciplinares. Ao responder às perguntas orientadoras, chega-se à conclusão de que a política de uniformes foi fruto de um processo coletivo e burocrático; que os padrões estrangeiros tiveram uma influência considerável, mesmo que adaptada às realidades nacionais; e que, embora não seja possível medir diretamente a percepção pública, os uniformes fizeram parte de um esforço constante para afirmar a identidade militar, fundamentado em valores como ordem, hierarquia, tradição e patriotismo.

6. REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *Força Expedicionária Brasileira (FEB)*. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7792>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.
- ABREU, Alzira Alves de. *Revolução de 1930*. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6365>. Acesso em: 28 de janeiro de 2026.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Johny Santana de. A “Missão Militar Brasileira à França” nos Combates da Frente Ocidental (1918). **Secuencia**, n. 112, 2022.
- ARAUJO, R. N. de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, 15(20), 245–273. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2008v15n20p245>, 2009.
- BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. **Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Publicação Oficial do Ministro da Guerra comemorativa do Centenário de Independência do Brasil. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.
- BEAUHARNAIS, Guilherme De. Tudo o que você precisa saber sobre o trench coat. Disponível em: <<https://elle.com.br/moda/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-trench-coat>> Acessado em: 07 de set. 2021.
- BERNARDES, M.M.R.; OLIVEIRA, A.B.; KAMINITZ, S.; GOMES, A.M.T.; Marques SC, Porto FR. The Brazilian Army nurses’ uniforms: visual identity in World War II. **Rev. Bras. Enferm** [Internet]. 2019;72(1):111-7. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0414>.
- BOBBIO, Norberto, et. al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- _____. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.
- _____. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Alges-Portugal: Difel. 1988.

_____. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados** 11(5), 1991, p.173-191.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HUBERT, Juliana Hembercker. **Os uniformes das Enfermeiras da FEB**. Zheit Guerras, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://zheit.com.br/post/os-uniformes-das-enfermeiras-da-feb>. Acesso em: 30/07/2025.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARANEZI, Felipe Bastos; SILVA, Guilherme Telles da. **Moda e Masculinidades: os uniformes no período pós Segunda Guerra Mundial (1945-1960)**. In: VII Congresso Internacional de História; XXII Semana de História, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017, p. 1-6, doi: 10.4025/8cih.pphuem. 4075.

MAXIMIANO, C. C.; BONALUME, R. N. **Brazilian Expeditionary Force in World War II**. Ilustrações de R. Bujeiro. Série Men-at-Arms 465. Oxford: Osprey Publishing, 2011.

MCCANN, Frank. Influência estrangeira no Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, (717). Recuperado de <https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5156>, 2020.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. Tradução Laura Teixeira Mottas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, v.1-8.

NORTH, Jonathan. **An Illustrated Encyclopedia of Uniforms of World War I: A expert guide to the uniforms of Britain, France, Russia, America, Germany and Austria-Hungary, with**

additional detail on the armies of Portugal, Belgium, Italy, Serbia, the Ottomans, Japan and more. London: Lorenz Books, 2011.

NACCER, Carlos Alberto. **Uniformes do Exército Brasileiro no final do século XX**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Maria Clara Lima. **Cotidiano, Trabalho e Memória: Maria Hilda Policarpo de Melo e a participação das enfermeiras na Força Expedicionária Brasileira (1942-1945)**. 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; *et al.* **Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PINTO, Erica Souza. **Sociedade entre tendências: a presença da moda francesa e norte-americana nos modos de vestir das mulheres da elite fortalezense de 1925 a 1947**. 209 p. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Trad.: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Prof. História: São Paulo (14), fev. 1997. p.25-39.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. p.60-70, n. 20, 2002.

TEIXEIRA, Débora Pires; SILVA, Sara Raquel Andrade. A moda em tempos de guerra: da saia sino à androginia. **Achiote: revista eletrônica de moda**. p. 49-68, Vol.6, n.1, setembro de 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOLDMAN, Daniele. **Definições e usos**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.33-42.

ZARY, Julio Cesar Fidalgo; ARAÚJO, Ivan Christie Barros de. Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, 2º quadrimestre de 2016. (ADN48).

FONTES:

BRASIL. Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931. *Aprova o plano de uniformes dos oficiais e praças do Exército ativo e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, 9/12/1931, página 19664.

BRASIL. Decreto nº 15.100, de 20 de março de 1944. *Aprova o Plano de Uniformes para a Força Expedicionária Brasileira*. Diário Oficial da União: seção 1, 22/3/1944, página 4929.

BRASIL. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. *Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, 19/12/1951, Página 18444.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1909*. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1910*. Rio de Janeiro, 1910.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1911*. Rio de Janeiro, 1911.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1912*. Rio de Janeiro, 1912.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1913*. Rio de Janeiro, 1913.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1914*. Rio de Janeiro, 1914.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1915*. Rio de Janeiro, 1915.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1916*. Rio de Janeiro, 1916.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1917*. Rio de Janeiro, 1917.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1920*. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1921*. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1922*. Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1923*. Rio de Janeiro, 1923.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1924*. Rio de Janeiro, 1924.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1925*. Rio de Janeiro, 1925.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1934*. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1935*. Rio de Janeiro, 1935.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1938*. Rio de Janeiro, 1938.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1939*. Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra referente ao ano de 1940*. Rio de Janeiro, 1940.